



Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.18, n.53, set-dez.25

Dossiê Eleições Municipais:
partidos, candidatos/as e eleitores/as (parte I)

Conselho Editorial

Aécio da Silva Amaral Jr., UFPB, Brasil
Ana Amélia da Silva, PUC-SP, Brasil
Ariel Jerez Novarra, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Bruno Carriço dos Reis, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
Celso Fernando Favaretto, USP, Brasil
Claire Blencowe, University of Warwick, Reino Unido
Fernando Antonio de Azevedo, UFSCAR, Brasil
Gabriel Cohn, USP, Brasil
Jean Burgess, Queensland University of Technology, Austrália
José Luis Dader García, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Laurindo Lalo Leal, USP, Brasil
Maria do Socorro Braga, UFSCAR, Brasil
Maria Izilda Santos de Matos, PUC-SP, Brasil
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil
Raquel Meneguelo, UNICAMP, Brasil
Regina Silveira
Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil
Silvana Maria Correa Tótora, PUC-SP, Brasil
Tathiana Senne Chicarino, FESPSP, Brasil
Yvone Dias Avelino, PUC-SP, Brasil
Venício Artur de Lima, UNB, Brasil
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil
Victor Sampedro Blanco, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

Diretor Editorial

Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

Editores

Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil
Fabricio Augusto Antonio Amorim, PUC-SP, Brasil
Mércia Alves, UFPR, Brasil

Editor Assistente

Arthur Spada

Comitê Científico

Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil
Eva Campos Domingues, Universidad de Valladolid, Espanha
Julian Brigstocke, Universidade de Cardiff, País de Gales
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Maria Laura Tagina, Universidad La Matanza, Argentina
Pedro Malina, FESPSP, Brasil
Rodrigo Estramanto de Almeida, FESPSP, Brasil

Revisão de texto

Rodrigo Rafael de Oliveira

Diagramação

Yasmin Mancini, FESPSP, Brasil

Aurora, revista de arte, mídia e política é uma publicação do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política NEAMP do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.18, n.53, setembro a dezembro 2025

Sumário

Editorial	3-6
Dossiê Eleições Municipais: partidos, candidatos/as e eleitores/as (parte I)	
<i>Para Além das Cotas: os desafios da inclusão substantiva de candidatas nas eleições municipais de Belo Horizonte</i>	7-24
Julia de Paula e Simone Pereira Barbosa	
Campanhas digitais de candidatos indígenas a vereador no Maranhão: uma análise de conteúdo	25-51
Hesau Rômulo, Cynthia Oliveira Meneses e Lara Macario dos Reis Silva	
Collective mandates and gender dimension: impacts on performing political representation in Brazil	52-78
Cristiane Brum Bernardes	
Onde vivem os eleitores que se abstiveram nas eleições municipais brasileiras de 2024?	79-102
Emerson Cervi, Daniel Kei Namise, Rafael Rocha Alves da Silva e Raquel Miriam Pereira de Souza	
<i>Por que votamos diferente? O contraste capital-interior na política municipal brasileira</i>	103-125
Murilo Pradella e Antônio Filippini	
Webcelebrismo e política: análise dos perfis de vereadores eleitos para Câmara Municipal de São Paulo em 2024	126-148
Erico Oliveira e Thiara Ribeiro Santos	
Jogo eleitoral e domínio de base familiar na política local: o caso de Riachuelo/Sergipe	149-168
Fernanda Rios Petrarca e Fagner Bomfim	
Renovação em horário nobre: a construção da imagem do “prefeito jovem” João Campos no HGPE de 2024	169-185
Mateus da Cunha Santos e João Pedro dos Santos Barros	
Agronegócio e meio ambiente nas eleições municipais de 2024: as propostas dos candidatos a prefeito em municípios em região de expansão da fronteira agrícola	186-204
Leonardo Santa Inês	
Coattail reverso em municípios brasileiros: prefeitos, deputados e heterogeneidade local	205-225
Bruno Marques Schaefer, Luci Maria Teston, Matteo de Barros Manes e João Feres Júnior	
A representação de si dos candidatos a vereador nas eleições municipais de 2024	226-244
Sérgio Trein	
Entrevista	
Município e poder político no Brasil contemporâneo: entrevista com Maria Teresa Miceli Kerbauy	245-258
Thaís Cavalcante Martins	
Artigo	
Una arqueogenealogía del discurso en una materia del Jornal Opção sobre protestantismo y catolicismo	259-276
Thiago Barbosa Soares	

EDITORIAL ■

Nesta edição da revista Aurora, os pesquisadores/professores Joscimar Silva (UnB) e Vitor Vasquez (UESC) atuaram como editores convidados e organizaram o dossiê: “Eleições Municipais: partidos, candidatos/as e eleitores/as”. Abaixo, a apresentação deste primeiro volume a partir dos organizadores.

Joscimar Silva¹

Vitor Vasquez²

O objetivo deste dossiê foi agregar trabalhos de novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras que estão mergulhando nos estudos das eleições municipais. Embora o Brasil seja historicamente municipalista, a Ciência Política, a Sociologia Política e a Comunicação Política, até recentemente, pouco se detiveram nos estudos sobre os municípios. Como relata uma das maiores referências no tema, a professora Maria Teresa Miceli Kerbaui (entrevistada neste volume), por muito tempo, pesquisar política municipal era ouvir de avaliadores que este não era um tema da Ciência Política.

Ainda bem que esse cenário mudou. A política municipal já é objeto de análise consolidado na Ciência Política brasileira, que tem produzido artigos, livros, dissertações, teses e eventos sobre o tema. Demonstração disso é a coleção “Eleições Municipais” (Editora FGV), já em seu quinto volume, organizada por Antônio Lavareda, Helcimara Telles e, no último volume (2026), também por

¹ Professor no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordena os grupos de pesquisa “Informação Pública e Eleições” (IPÊ) na UnB e “Comunicación Política y Comportamiento Electoral en América Latina” (LATICOM) na Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP) e é membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (ALACIP). E-mail: joscimar.silva@unb.br.

² professor na Universidade Estadual de Santa Cruz e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, com período sanduíche na Universidade da Califórnia - San Diego. Líder do Grupo de Estudos em Instituições Políticas InsPol (CNPq-UESC), tem as seguintes áreas de interesse: estudos legislativos, relação Executivo-Legislativo, eleições, partidos políticos, política local, metodologia, gênero e representatividade. E-mail: vitor.vasquez@gmail.com.

Silvana Krause. E, também, os longevos estudos sobre o poder local, liderados por Maria Teresa Miceli Kerbauy (2000, 2014, 2016), que são referência para o campo.

Para além de cientistas políticos seniores, há uma nova geração municipalista que investiga campanhas, eleições e atuação política em prefeituras e câmaras municipais, com abordagens metodológicas inferenciais e interpretativas. É disso que este dossiê é feito: textos plurais que mergulham em realidades locais, em símbolos e subjetividades de segmentos do eleitorado, em problemas estruturais, em inovações democráticas e conflitos eleitorais e para além deles. Do familismo ao partidarismo, das celebridades web aos líderes políticos digitais.

Abrindo as discussões, o artigo “Para Além das Cotas: os desafios da inclusão substantiva de candidatas nas eleições municipais de Belo Horizonte” escrito por Julia de Paula e Simone Pereira Barbosa analisa os obstáculos enfrentados por candidatas a vereadora em Belo Horizonte, evidenciando o abismo entre a presença formal via legislações de cotas para gênero e a inclusão efetiva de mulheres nas estruturas partidárias, que seguem patriarcais.

No artigo “Campanhas digitais de candidatos indígenas a vereador no Maranhão: uma análise de conteúdo”, Hesaú Rômulo, Cynthia Oliveira Meneses e Lara Macario dos Reis Silva examinam as campanhas digitais de candidatos indígenas a vereador em municípios maranhenses, revelando que, apesar do forte engajamento identitário nas redes sociais, as desigualdades estruturais e materiais ainda restringem severamente a competitividade eleitoral.

Na mesma linha de reflexão sobre representatividade de grupos minoritários, Cristiane Brum Bernardes no artigo “Collective mandates and gender dimension: impacts on performing political representation in Brazil”, investiga os mandatos coletivos como uma inovação institucional com potencial para ampliar o acesso de mulheres, sobretudo negras e trans, aos cargos eletivos, reconfigurando práticas políticas tradicionais.

Ampliando o escopo para o comportamento eleitoral, Emerson Cervi, Daniel Kei Namise, Rafael Rocha Alves da Silva e Raquel Miriam Pereira de Souza traçam o perfil da abstenção nas eleições municipais de 2024 no artigo “Onde vivem os eleitores que se abstiveram nas eleições municipais brasileiras de 2024?”. Os autores demonstram que fatores estruturais e geracionais, como o porte dos municípios e o afastamento de jovens adultos, pesam mais que o desinteresse político para explicar a abstenção.

Também explorando a decisão dos eleitores e diferenças a partir do porte municipal, Murilo Pradella e Antônio Filippini evidenciam no artigo “Por que votamos diferente? O contraste capital–interior na política municipal brasileira” o motivo de a ideologia ter mais peso sobre o voto nas capitais, enquanto, no interior, a avaliação da gestão municipal e fatores sociodemográficos orientam a votação. Existe, portanto, segundo os autores, um contraste territorial que influencia decisões eleitorais.

As estratégias de visibilidade digital ganham destaque no artigo de Erico Oliveira e Thiara Ribeiro Santos, intitulado “Webcelebrismo e política: análise dos perfis de vereadores eleitos para Câmara Municipal de São Paulo em 2024” que discute a ascensão do “webcelebrismo” político na Câmara Municipal de São Paulo e sua capacidade de influenciar resultados eleitorais.

Em contraste com essa modernização midiática, Fernanda Rios Petrarca e Fagner Bomfim voltam-se para a política tradicional no artigo “Jogo eleitoral e domínio de base familiar na política local: o caso de Riachuelo/Sergipe” que analisa como as redes de base familiar e o conceito de “parentela” continuam caracterizando o poder e a composição de cargos em Riachuelo-SE.

5

No artigo “Renovação em horário nobre: a construção da imagem do “prefeito jovem” João Campos no HGPE de 2024”, Mateus da Cunha Santos e João Pedro dos Santos Barros desconstroem a imagem de “prefeito jovem” de João Campos, demonstrando como sua campanha à prefeitura do Recife aliou uma narrativa de renovação e irreverência ao foco pragmático em realizações administrativas.

Também com foco nas campanhas para prefeito, Leonardo Santa Inês explora o impacto da expansão da fronteira agrícola nas campanhas do oeste baiano, apontando a predominância da pauta do agronegócio em detrimento das questões ambientais nos discursos dos candidatos a prefeito no artigo “Agronegócio e meio ambiente nas eleições municipais de 2024: as propostas dos candidatos a prefeito em municípios em região de expansão da fronteira agrícola”.

Explorando os impactos sistêmicos dos pleitos locais, Bruno Marques Schaefer, Luci Maria Teston, Matteo de Barros Manes e João Feres Júnior investigam o “coattail reverso” nas eleições municipais no artigo “Coattail reverso em municípios brasileiros: prefeitos, deputados e heterogeneidade local”. No trabalho, os autores demonstram que vitórias nas prefeituras elevam significati-

vamente o desempenho dos partidos nas eleições subsequentes para deputados estaduais e federais.

Já Sérgio Trein, no artigo, “A representação de si dos candidatos a vereador nas eleições municipais de 2024”, analisa a crise do modelo representativo por meio da imagem de si (ethos) dos candidatos a vereador nas capitais, que frequentemente buscam legitimar-se a partir de suas profissões, religião ou categorias alheias à política formal.

O dossiê encerra-se com a entrevista de Thaís Cavalcante Martins com a professora Maria Teresa Miceli Kerbauy, coroando a reflexão sobre a centralidade do município para a compreensão da política e da democracia no Brasil contemporâneo.

Na seção de artigos livres, Thiago Barbosa Soares apresenta uma análise arqueogenealógica de discursos midiáticos sobre a transição de evangélicos para o catolicismo, evidenciando as relações de saber-poder no jornalismo no artigo “Una arqueogenealogía del discurso en una materia del Jornal Opção sobre protestantismo y catolicismo”.

Convidamos à boa leitura da parte 1 deste dossiê e, vale ressaltar que, em breve, lançaremos o segundo volume. Esperamos que estes trabalhos despertem novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras para os desafios e as oportunidades que se abrem no estudo das eleições municipais e do poder político local. Que este conjunto de artigos contribua para aprofundar nossa compreensão sobre as dinâmicas que moldam a vida política dos municípios brasileiros e, com isso, iluminar caminhos para uma democracia mais inclusiva, representativa e que considere também as realidades locais.

6

Nós, editores da revista Aurora, desejamos uma boa leitura!

Silvana Martinho

Fabricio Amorim

Mercia Alves

Arthur Spada

Dossiê: Eleições Municipais: partidos, candidatos/as ■ e eleitores/as - Parte I

Para Além das Cotas: Os Desafios da Inclusão Substantiva de Candidatas nas Eleições Municipais de Belo Horizonte

Julia de Paula¹
ORCID: 0000-0002-6653-0165

Simone Pereira Barbosa²
ORCID: 0009-0005-7041-6030

Resumo: Este artigo analisa os desafios enfrentados por candidatas a vereadora nas eleições municipais de 2020 em Belo Horizonte, investigando a distância entre a presença formal garantida pela Lei de Cotas e a inclusão substantiva das mulheres na política. A partir de uma abordagem mista, com análise de dados do TSE e entrevistas com candidatas, o estudo demonstra que os partidos políticos, ao cumprirem a cota de gênero, frequentemente negligenciam a oferta de condições materiais e simbólicas para uma disputa equitativa. Os resultados identificam barreiras estruturais como o financiamento desigual e a cultura partidária patriarcal, que perpetuam a sub-representação. A despeito desses obstáculos, as candidatas desenvolvem estratégias de resistência por meio da articulação comunitária. Conclui-se que a efetiva democratização da representação política exige medidas que ultrapassem a lógica das cotas e transformem as estruturas de poder partidárias, garantindo condições reais de competição e permanência para as mulheres.

7

Palavras-chave: Representação Política de Mulheres. Lei de Cotas. Eleições Municipais. Belo Horizonte. Partidos Políticos.

¹ Pós-doutoranda Júnior pelo INCT – Democracia Digital e Sociedade da Informação (INCT-DSI). Doutora, mestre e bacharela em Comunicação Social pela UFMG. Integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). E-mail: juliaester.paula@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7292388378160440>

² Jornalista formada pela UFMG. E-mail: monepgallo@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3365189337735122>

Abstract: This article analyzes the challenges faced by female city council candidates in the 2020 municipal elections in Belo Horizonte, investigating the gap between the formal presence guaranteed by the Quota Law and the substantive inclusion of women in politics. Using a mixed-methods approach — combining analysis of data from the Superior Electoral Court (TSE) and interviews with candidates themselves — the study demonstrates that political parties, while complying with gender quotas, often fail to provide the material and symbolic conditions for an equitable competition. The results identify structural barriers such as unequal financing and patriarchal party culture, which perpetuate under-representation. Despite these obstacles, candidates develop resistance strategies through community articulation. It is concluded that the effective democratization of political representation requires measures that go beyond the logic of quotas and transform partisan power structures, ensuring real conditions for competition and sustained participation for women.

8

Keywords: Women's Political Representation. Quota Law. Municipal Elections. Belo Horizonte. Political Parties.

Resumen: Este artículo analiza los desafíos de las candidatas a concejal en Belo Horizonte (2020), examinando la brecha entre la presencia formal garantizada por la Ley de Cuotas y la inclusión sustantiva de las mujeres en la política. Mediante un enfoque mixto (análisis de datos del TSE y entrevistas), se demuestra que los partidos, al cumplir la cuota de género, frecuentemente descuidan las condiciones materiales y simbólicas para una competencia equitativa. Los resultados identifican barreras estructurales — financiamiento desigual y cultura partidaria patriarcal — que perpetúan la subrepresentación. Pese a ello, las candidatas desarrollan estrategias de resistencia mediante la articulación comunitaria. Se concluye que la democratización efectiva de la representación política exige medidas que trasciendan la lógica de las cuotas y transformen las estructuras de poder partidistas, garantizando condiciones reales de competencia y permanencia para las mujeres.

9

Palabras clave: Representación Política de Mujeres. Ley de Cuotas. Elecciones Municipales. Belo Horizonte. Partidos Políticos.

Introdução

A participação política das mulheres no Brasil tem avançado lentamente, mas ainda enfrenta obstáculos estruturais e culturais significativos. Apesar de leis que buscam ampliar a representação feminina, como a política de cotas eleitorais que reserva pelo menos 30% das candidaturas para cada gênero (Lei nº 12.034/2009, art. 10, §3º), a presença efetiva das mulheres nas eleições municipais permanece limitada (Matos, 2011). O fenômeno das candidaturas femininas “fantasmas”, registradas apenas para cumprir os requisitos legais, é a face mais visível desse problema, evidenciando que a implementação de cotas, por si só, não garante a inclusão política real.

Em Belo Horizonte, nas eleições municipais de 2020, apenas 32,3% das candidaturas foram femininas, ligeiramente acima do mínimo legal e abaixo da média nacional de 33,6% (TSE, 2020). Essa situação revela que barreiras institucionais e práticas partidárias podem comprometer o potencial democratizador das cotas. No entanto, para compreender a profundidade desse desafio, é necessário ir além da mera contagem de candidaturas e analisar as condições concretas de disputa enfrentadas pelas mulheres que de fato se lançam na competição eleitoral.

Este artigo avança nessa direção ao investigar não apenas a lógica das candidaturas fictícias, mas, sobretudo, as experiências de mulheres que, mesmo engajadas e motivadas a concorrer, encontram um campo político marcado por desigualdades. A pesquisa parte da seguinte pergunta: quais são as principais barreiras enfrentadas e as estratégias desenvolvidas por candidatas a vereadora em Belo Horizonte para viabilizar suas campanhas, e como essas dinâmicas revelam os limites da legislação de cotas para uma inclusão substantiva?

O município de Belo Horizonte foi escolhido por sua relevância socio-política e pelo potencial de análise comparativa entre partidos. Para responder a essa questão, adotamos uma abordagem mista, combinando a análise de dados agregados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a realização de oito entrevistas com candidatas a vereadora em Belo Horizonte. O recorte privilegia a perspectiva das próprias mulheres sobre suas trajetórias, sua relação com os partidos e os obstáculos que precisam superar. O referencial da Teoria Política Feminista, com conceitos como patriarcado, contrato sexual e contrapúblicos, fornece as

lentes para interpretar essas experiências, evidenciando como estruturas de poder profundamente arraigadas condicionam a participação feminina.

Este estudo está organizado em cinco seções. Inicialmente, revisamos a literatura sobre a participação feminina e a evolução das cotas eleitorais no Brasil. Em seguida, apresentamos a fundamentação teórica baseada na Teoria Política Feminista, que nos ajuda a entender a persistência de estruturas patriarcais. Na terceira seção, detalhamos a metodologia. Na quarta seção, analisamos os resultados, focando na distinção entre presença formal e inclusão substantiva, na relação das candidatas com os partidos e nas estratégias de resistência por elas desenvolvidas. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos as respostas à pergunta de pesquisa e refletimos sobre as implicações dos achados para a democratização da política representativa.

História e contexto das candidaturas femininas no Brasil

A presença das mulheres na política brasileira é fruto de uma trajetória marcada por exclusão e avanços graduais. Embora o direito ao voto feminino tenha sido conquistado em 1934, sua efetividade foi limitada, e só com a Constituição de 1988 as mulheres passaram a participar mais plenamente do cenário político nacional (Monteschio, 2019; Sales; Veras, 2020). Mesmo assim, o acesso a cargos eletivos continua desigual, refletindo barreiras institucionais e culturais profundas que a legislação de cotas busca enfrentar.

O sistema eleitoral brasileiro percorreu um caminho complexo até consolidar-se como democracia representativa. Desde as primeiras eleições diretas no final do Império, passando pela instabilidade da Primeira República e pelos Atos Institucionais durante a ditadura militar, até chegar ao pluripartidarismo e à redemocratização, o processo eleitoral foi marcado por exclusão e desigualdade. Mulheres, pobres e outros grupos historicamente marginalizados tiveram seu acesso restrito, o que moldou a forma como a participação política é hoje percebida e estruturada (Monteschio, 2019).

Minas Gerais, estado central na política nacional desde a Inconfidência Mineira até a Política do Café com Leite, mantém influência significativa na política local. Em Belo Horizonte, por exemplo, a pluralidade partidária e a competição proporcional coexistem com tradições coronelistas nas cidades interio-

ranas, onde famílias consolidadas politicamente monopolizam cargos públicos. A capital, apesar de ser palco de múltiplos partidos, enfrenta baixos índices de participação cidadã: em 2020, 28,34% dos eleitores não compareceram às urnas, evidenciando um distanciamento entre eleitores e representantes (TSE, 2020; Vieira, 2016). Dados mais recentes mostram que o desafio da representação feminina persiste em nível nacional. Nas eleições gerais de 2022, as mulheres representaram 33,1% das candidaturas à Câmara dos Deputados, mas conquistaram apenas 18% das vagas (TSE, 2022). Já para as eleições municipais de 2024, embora os dados finais ainda não estejam consolidados, a sub-representação permanece como uma tendência preocupante, indicando a limitação das atuais políticas de equidade.

Nesse contexto, a legislação de cotas surge como tentativa de corrigir desigualdades históricas. Desde 1996, a lei brasileira passou a exigir que pelo menos 20% das candidaturas fossem destinadas a mulheres, percentual que evoluiu para 25% em 2000 e 30% a partir de 2002 (Lei nº 9.504/1997; Pinto, 2007). Essas cotas, embora representem avanços institucionais, não garantem participação efetiva. Muitos partidos registram candidaturas femininas apenas formalmente, sem que essas mulheres desempenhem papel ativo na campanha ou tenham reais chances de eleição.

É nesse ponto que surge o fenômeno das candidaturas femininas fictícias, também chamadas de “fantasmas”. Ramos (2017) define essas candidaturas como aquelas em que as candidatas não realizam atos básicos de campanha, não recebem doações, não têm presença em redes ou mídias, não votam em si mesmas ou desistem sem substituição. Em Belo Horizonte, nas eleições de 2020, ao menos um caso desse tipo foi registrado: uma candidata do Partido Democratas não apresentou prestação de contas, não possuía plataforma de divulgação e não recebeu nenhum voto, evidenciando como a cota pode ser usada apenas para cumprir formalidades legais.

O surgimento dessas candidaturas não se explica apenas por má-fé ou desinteresse individual. Fatores estruturais, como o financiamento desigual de campanhas, o apadrinhamento político concentrado em candidatos masculinos e a limitada participação das mulheres na tomada de decisões partidárias, reforçam a sub-representação feminina (Souza, 2020; Pinto, 2007). Mesmo quando há recursos públicos destinados às candidatas, eles chegam de forma insuficiente ou

desorganizada, enquanto candidatos homens, muitas vezes de famílias tradicionais, conseguem financiamento privado robusto e exposição maior durante a campanha.

Portanto, compreender as candidaturas femininas fictícias exige olhar para o conjunto de fatores históricos, institucionais e socioculturais que estruturam a política brasileira. A lei das cotas, ainda que necessária, não opera de forma isolada nem supera sozinha as barreiras estruturais: a efetiva inclusão política das mulheres depende de transformações mais amplas, envolvendo a distribuição de recursos, o fortalecimento da participação feminina nos partidos e a valorização das demandas feministas dentro do espaço público. Essa análise contextual é fundamental para interpretar como a sub-representação persiste, mesmo quando, formalmente, as mulheres estão presentes nas listas partidárias.

Autonomia, deliberação e a persistência do patriarcado na política

A participação das mulheres na política não pode ser entendida apenas como resultado de escolhas individuais. Ela está historicamente condicionada por relações de poder patriarcais que atravessam tanto a esfera privada quanto a pública. A Teoria Política Feminista evidencia que normas e práticas sociais naturalizam a subordinação feminina, tornando insuficiente a autonomia formal garantida por direitos legais. Em outras palavras, a existência de direitos civis e políticos não se traduz automaticamente em autonomia real ou influência efetiva nas decisões políticas (Biroli, 2017; Novaes, 2015).

Essa limitação estrutural se manifesta diretamente na deliberação democrática. Habermas (1997) define a deliberação como um processo em que os participantes devem ter igualdade de voz e serem livres de coerção. No entanto, a participação feminina nos espaços formais de poder no Brasil tem sido historicamente baixa, criando um déficit de representatividade que compromete a efetividade do debate público. Temas centrais para a vida das mulheres, como violência doméstica, políticas de saúde reprodutiva, desigualdade salarial e dupla jornada de trabalho, frequentemente são discutidos sem protagonismo feminino, perpetuando a exclusão histórica e a invisibilização de demandas sociais específicas (Fraser, 1990; Young, 1987).

Fraser (1990) propõe o conceito de contrapúblicos para compreender como grupos marginalizados criam espaços alternativos de discussão. Para mu-

lheres, esses contrapúblicos podem se manifestar em fóruns acadêmicos, movimentos sociais e redes virtuais, permitindo que suas experiências e reivindicações ganhem visibilidade. Apesar de fundamentais, esses espaços não substituem a presença efetiva das mulheres nos órgãos de decisão formal. A deliberação democrática plena depende da inclusão real das mulheres em todos os níveis de governança, e não apenas de mecanismos simbólicos de participação.

Pateman (1988), ao desenvolver o conceito de contrato sexual, reforça que o patriarcado não se limita à esfera privada, mas permeia toda a sociedade civil. Diferentemente do contrato social tradicional, que invisibiliza a sujeição feminina, o contrato sexual estabelece como norma estrutural a liberdade dos homens e a submissão das mulheres. Essa condição estrutural implica que a política, espaço público por excelência, também reproduza desigualdades de gênero, refletindo relações de poder profundamente enraizadas e historicamente naturalizadas.

Além disso, a análise histórica da representação feminina evidencia que a presença formal das mulheres não garante autonomia real. A introdução de cotas e políticas de incentivo à participação feminina, embora importante, muitas vezes resulta em ocupações simbólicas, com pouca influência na formulação de políticas públicas. Esse fenômeno é visível tanto em legislaturas locais quanto em esferas nacionais, onde candidaturas femininas fictícias ou colocadas apenas para cumprir cotas reforçam a manutenção do patriarcado, em vez de promover deliberação efetiva e inclusão de experiências femininas.

A persistência dessas estruturas patriarcais revela que a autonomia formal, por si só, é incapaz de assegurar condições equitativas de participação (Biroli, 2017). As experiências das mulheres continuam a ser marginalizadas, e as decisões políticas permanecem fortemente influenciadas por lógicas masculinas de poder. Por isso, o estudo das candidaturas femininas fictícias e das estratégias que limitam a participação real das mulheres é central para compreender os desafios da democracia deliberativa contemporânea.

Essa análise indica que compreender a interação entre autonomia, deliberação e patriarcado não é apenas uma questão teórica, mas um passo necessário para investigar empiricamente como essas dinâmicas se manifestam em práticas concretas de representação política. A reflexão sobre essas estruturas orienta a metodologia adotada nesta pesquisa, que busca mapear padrões de exclusão e

estratégias de marginalização, evidenciando como a persistência do patriarcado condiciona a participação feminina na política brasileira.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando levantamento de dados quantitativos e análise qualitativa. Inicialmente, foram consultados os bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre candidaturas ao cargo de vereadora em Belo Horizonte nas eleições municipais de 2020, com o objetivo de identificar candidatas mulheres não eleitas e mapear padrões de financiamento, trajetória eleitoral e distribuição partidária, que orientaram a seleção das entrevistadas.

Com base nesse levantamento, oito candidatas não eleitas, pertencentes a partidos com maior e menor presença feminina, foram escolhidas para entrevistas semiestruturadas, buscando diversidade ideológica e institucional. A seleção considerou variação no acesso a financiamento de campanha, experiência política prévia e trajetória partidária, buscando captar diferentes posições ocupadas pelas mulheres no interior das agremiações e no processo eleitoral. Entre as entrevistadas, quatro haviam participado de campanhas anteriores e quatro se candidataram pela primeira vez; o financiamento recebido foi majoritariamente público em três casos, privado em três e misto em dois, com valores entre R\$10.000,00 e R\$150.000,00. Seis candidatas possuíam redes sociais oficiais registradas no TSE, enquanto duas não possuíam, permitindo analisar estratégias variadas de mobilização eleitoral.

As entrevistas foram realizadas de forma remota, em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, e estruturadas em torno de três eixos centrais: (i) relação das candidatas com a política e com seus partidos; (ii) acesso a recursos financeiros, organizacionais e simbólicos durante a campanha; e (iii) percepções sobre os principais obstáculos à participação política feminina e aos limites da política de cotas. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante consentimento das participantes, e posteriormente transcritas para análise.

A análise qualitativa seguiu uma abordagem interpretativa, com base em leitura sistemática, codificação temática e identificação de padrões discursivos recorrentes nos relatos. As categorias analíticas foram construídas de forma indutiva a partir do material empírico, em diálogo com a literatura sobre gênero,

partidos políticos e representação substantiva, sem pretensão de generalização estatística. Para garantir o anonimato, as entrevistadas são identificadas ao longo do texto como Entrevistada 1, Entrevistada 2 e assim sucessivamente.

Esse desenho metodológico possibilitou articular dados objetivos sobre candidaturas e financiamento eleitoral com narrativas qualitativas sobre trajetórias políticas e experiências partidárias, contribuindo para uma compreensão mais ampla tanto dos aspectos formais quanto das dinâmicas informais que limitam a efetivação das políticas de inclusão de mulheres na política institucional.

Resultados e discussão

A análise dos dados e entrevistas revela um abismo significativo entre a presença formal das mulheres na disputa eleitoral e sua inclusão substantiva na política municipal de Belo Horizonte. Esse descompasso expressa a distância entre representação descritiva e representação substantiva, conforme discutido na literatura feminista. Esta seção está organizada em três eixos analíticos que articulam as experiências das candidatas com o quadro teórico feminista: as armadilhas da inclusão meramente formal, as barreiras materiais e culturais, e as estratégias de resistência desenvolvidas.

16

A Armadilha da Inclusão Formal: Cotas sem Recursos ou Poder

A análise das eleições municipais de 2020 em Belo Horizonte confirma que a presença formal das mulheres nas listas partidárias, embora necessária, é profundamente insuficiente. O fato de apenas 32,3% das candidaturas a vereador terem sido femininas, valor pouco acima do piso legal, indica que os partidos tendem a encarar a política de cotas como um limite a ser cumprido, e não como um ponto de partida para a promoção efetiva da participação feminina (Matos, 2011). Esta seção demonstra como a lógica da inclusão formal opera na prática, frequentemente às custas da inclusão substantiva.

Os relatos das entrevistadas ilustram essa dinâmica. Embora todas tenham trajetórias prévias de engajamento comunitário e motivações sólidas – muitas impulsionadas por eventos políticos nacionais como as jornadas de 2013 –, suas experiências com os partidos frequentemente as colocaram em uma posição de marginalidade dentro da própria campanha. A fala de uma candidata é emble-

mática: *“Às vezes, quando eu fui visitar partidos, eu recebi essa proposta de ser uma candidata fantasma. Sabe? Só registrar lá, mas não disputar, realmente, uma eleição”* (Entrevistada 2), evidenciando o uso instrumental das mulheres para cumprimento burocrático das cotas.

Essa lógica é explicitada de forma ainda mais contundente por outra entrevistada: *“Eles usam as mulheres, né, pra fazerem as eleições masculinas, porque eles precisam dessa cota, dessa representatividade falsa, e aí usam essas mulheres. É muito fácil, né, te usar, coloca seu login lá, você é esculhambada na internet, passa por tudo isso aí, depois disso, ‘ah, aqui você não vai dar palpite’, né. O que é errado aqui. Porque você não participa de nada, você não é chamada pra nada, você não tem voz em nada. Você só serve pra constar”* (Entrevistada 7).

Outro relato ilustra como algumas candidaturas podem existir formalmente, mas sem qualquer estratégia de campanha: *“Conheço uma pessoa que eu cheguei a pedir o voto e ela me disse: ‘pode deixar, vou votar em você’. E aí, no dia da eleição, chegaram para mim e falaram assim: ‘Sabia que tal pessoa é candidata?’... Não, não porque não tem nenhuma propaganda! Não tem material, não tem rede social, não tem nada em local nenhum, não foi divulgada! Olhei no site, e era mesmo verdade, a tal pessoa teve sete votos. Então foi uma candidatura que não foi trabalhada”* (Entrevistada 5).

Esta percepção de ser um “número” para preencher cota contrasta fortemente com o conceito de autonomia política substantiva discutido por Biroli (2017), para quem o direito formal de candidatar-se é destituído de sentido na ausência de condições materiais e de apoio institucional para uma disputa equitativa. O caso extremo, porém revelador, da candidata do Democratas que não recebeu votos, não apresentou prestação de contas e não realizou atos de campanha, serve como síntese deste fenômeno. No entanto, a armadilha da inclusão formal também se manifesta de maneira mais sutil nas experiências das candidatas engajadas. Aquelas que não receberam orientação estratégica ou cujos recursos foram liberados com atraso e insuficiência, relataram frustração com o descompasso entre promessas institucionais e apoio efetivo. Isso revela que a mera existência da lei não assegura mudanças práticas; a presença formal, sem condições efetivas de disputa, resulta em visibilidade limitada e exclusão prática, reforçando desigualdades históricas e reforçando a ideia de que a participação feminina continua condicionada a normas masculinas de exercício do poder.

O Financiamento como Mecanismo de Perpetuação do Poder Masculino

Se a primeira barreira é a inclusão simbólica, a segunda reside na distribuição desigual de recursos e na manutenção de uma estrutura partidária que ignora as demandas específicas das mulheres. Mais do que uma dificuldade operacional, o financiamento desigual pode operar como um mecanismo estruturante de reprodução das hierarquias de gênero na política institucional. Os relatos sobre financiamento de campanha revelam um cenário heterogêneo, porém marcado pela insuficiência e pela desorganização, que coloca as candidatas em sistemática desvantagem. A experiência mais comum, relatada de forma sintética a partir dos depoimentos, foi a de “atrasos ou insuficiência de recursos”. Essa falta de suporte material fica ainda mais clara na fala de uma respondente da pesquisa: *“Nem santinho do partido (...) a gente recebeu. Então, foi um trabalho bem difícil mesmo. De bater porta a porta, fazer vaquinha, fazer tudo que for preciso de batalha mesmo (...) Não tinha espaço físico, não tinha carro, não tinha nada disso”* (Entrevistada 2), evidenciando a transferência do ônus da campanha para o esforço individual das candidatas. Essa situação, longe de ser um mero contratempo, agrava a precariedade da campanha e aprofunda a desvantagem em relação a candidatos mais bem estruturados, geralmente homens integrados a redes de financiamento mais consolidadas.

Em outro caso, mesmo quando houve algum recurso, ele foi percebido como tardio e insuficiente: *“Tivemos assim um recurso, né? Uma porcentagem lá que o presidente, sim, ele depositou o valor, e a gente fez algumas coisinhas de última hora, porque demorou muito pra sair. Quando saiu, já estava em cima da hora, então não dava mais pra planejar direito.”* (Entrevistada 6), indicando que o problema não se restringe à ausência absoluta de financiamento, mas também à sua precariedade e imprevisibilidade.

Como sintetiza outra entrevistada: *“Depois, quando foi a parte da campanha mesmo, que aí eu tinha um recurso pequenininho aí, e tal... outras pessoas vieram, mas não com uma ajuda de construção, sabe? (...) Portanto, também não tive apoio do partido. Muita coisa também que me foi prometida pelo partido, quando entrei. (...) prometeram mais dinheiro do que me deram. Muito mais, inclusive”* (Entrevistada 4).

Em contraste, uma das participantes destacou que a distribuição de recursos em sua legenda era “*democrática*”, indicando que a desigualdade não é homogênea entre todas as agremiações. Como relatou a Entrevistada 5, todas as mulheres do partido tiveram “*acesso a (...) infraestrutura para trabalhar, (...) assessoria jurídica, contábil, e assessoria de comunicação e de rede social também*”.

A exceção que confirma a regra veio de uma candidata, que, por coerência ideológica, recusou qualquer financiamento público ou partidário, realizando a campanha com apoio de voluntários – uma estratégia que, mesmo escolhida, também impôs enormes desafios logísticos e evidencia as dificuldades de se competir sem uma estrutura mínima. Esses casos apontam que o problema do financiamento é complexo, mas o relato predominante aponta para uma falha estrutural na alocação de recursos que afeta desproporcionalmente as mulheres.

Contudo, a barreira material mais insidiosa vai além do dinheiro da campanha. A sobrecarga da dupla jornada, relatada pelas entrevistadas, vai além de um desafio logístico individual; ela é a materialização do “contrato sexual” (Pateman, 1988) na experiência política feminina. Enquanto os candidatos homens frequentemente podem dedicar-se integralmente à campanha, apoiados por uma estrutura doméstica invisibilizada, as mulheres precisam conciliar a disputa eleitoral com as responsabilidades do cuidado, historicamente naturalizadas como sua obrigação. A “insuficiência de recursos” e os “atrasos” citados pelas candidatas agravam diretamente essa sobrecarga, pois as forçam a despender ainda mais energia e tempo para compensar, com trabalho não remunerado, a falta de suporte institucional.

Essa desigualdade aparece de forma exemplar na fala de uma respondente: “*Eu acho que a minha principal dificuldade foi uma questão de recurso mesmo. Recurso financeiro e recurso de tempo. Porque as mulheres já são sobrecarregadas de trabalhar em casa, né... casa... mesmo se você não tiver filhos, as tarefas vão cair sobre você. Aí, no meu caso, além de trabalhar fora, estudar, eu ainda era candidata. Eu acumulava quatro tarefas*” (Entrevistada 7). Ao mesmo tempo, outra candidata explicita como a disponibilidade política é socialmente mediada pela ausência de encargos familiares: “*Eu tô aposentada. Não tenho filha pra tomar conta. Minha filha caçula tem 39 anos. Não tenho netos. Meu marido me apoia (...) Minhas filhas me apoiaram*” (Entrevistada 3), evidenciando que a possibilidade de engajamento

não decorre apenas de vontade individual, mas da posição ocupada na divisão sexual do trabalho.

A análise das trajetórias das candidatas à vereança, muitas das quais já conciliavam trabalho profissional com ativismo comunitário antes da campanha, sugere que a disputa eleitoral acrescenta uma terceira jornada extenuante. A exigência de disponibilidade total para a política, sem qualquer contrapartida de apoio que leve em conta a realidade da dupla ou tripla jornada feminina, funciona como norma não escrita que contribui para a exclusão. Dessa forma, a cultura partidária, ao não problematizar essa dinâmica, naturaliza uma desvantagem competitiva colossal. A distribuição injusta de recursos financeiros somada à injusta distribuição do trabalho doméstico cria um cenário onde a autonomia política das mulheres é duplamente cerceada: pela falta de investimento material e pela sobrecarga de funções socialmente atribuídas, perpetuando a lógica do contrato sexual mesmo no âmbito da disputa pelo poder público.

Estratégias de Resistência: A Construção de Contrapúblicos Feministas

Diante dessas barreiras estruturais, as candidatas não permanecem passivas. Pelo contrário, desenvolvem um conjunto de estratégias de resistência que revelam sua agência política. Muitas recorreram a redes sociais, movimentos de bairro ou coletivos feministas para visibilizar suas pautas e construir bases de apoio alternativas aos canais partidários tradicionais. Esta prática conecta-se diretamente ao conceito de contrapúblicos de Fraser (1990): espaços discursivos alternativos onde membros de grupos subordinados inventam e circulam contra-discursos, formulando interpretações opostas de suas identidades e necessidades.

Quando uma das candidatas afirma mobilizar suas redes comunitárias para suprir a falta de apoio partidário, ou quando outra utiliza plataformas digitais para pautar discussões sobre violência doméstica e creches, elas estão ativamente criando contrapúblicos feministas. Esses espaços permitem que suas experiências e reivindicações ganhem visibilidade e força política, mesmo na ausência de recursos institucionais robustos. Como sintetiza uma das participantes da pesquisa: “O processo eleitoral fez com que eu chegasse em muitas pessoas que eu não conseguia chegar. Fez com que o nosso coletivo feminista crescesse, porque outras mulheres se conheceram” (Entrevistada 7), ilustrando a exclusão da esfera pública

dominante e, ao mesmo tempo, justificando a necessidade de construir espaços próprios de articulação.

Esse movimento aparece empiricamente quando outra candidata à vereança afirma: *“Eu também não tinha essa expectativa de ser eleita. Era mais assim, ‘ah, vamos fazer um bonde, porque é importante e tal”* (Entrevistada 1), evidenciando a construção de redes militantes como estratégia de resistência coletiva. De modo semelhante, outra participante relata: *“Hoje, ‘tô brigando pelas políticas públicas. (...) O que eu quero é ir à luta”* (Entrevistada 8), indicando a persistência da atuação política mesmo fora das estruturas partidárias formais.

Essas estratégias, no entanto, não se traduzem necessariamente em maior competitividade eleitoral, mas indicam formas alternativas de engajamento e construção política fora das estruturas partidárias formais. Conforme argumenta Young (1987), a exclusão de perspectivas sociais específicas, como as das mulheres, empobrece o debate público e distorce as decisões coletivas. As estratégias de resistência documentadas são, portanto, mais do que táticas de campanha; podendo ser interpretadas como tentativas de ampliar a circulação de demandas femininas no espaço público, ainda que em circuitos paralelos à arena institucional. Elas demonstram que a luta por representação substantiva não se dá apenas dentro das instituições, mas também na capacidade de grupos marginalizados de criarem esferas públicas alternativas que pressionem por inclusão e transformem a agenda política. A persistência dessas mulheres em manter o engajamento, muitas vezes atuando em uma lógica de “co-verança” mesmo sem mandato, evidencia que a busca por uma democracia mais inclusiva continua, apesar dos obstáculos impostos pela estrutura partidária.

Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar os desafios da inclusão substantiva de mulheres na política municipal, tomando como estudo de caso as eleições de 2020 em Belo Horizonte. Partindo da pergunta sobre as barreiras enfrentadas e as estratégias desenvolvidas por candidatas a vereadora, a pesquisa combinou análise de dados do TSE com entrevistas para compreender as experiências concretas dessas mulheres para além da presença formal garantida pela Lei de Cotas, dialogando com a literatura da teoria política feminista que distingue entre inclusão formal e participação substantiva nos processos decisórios (Pateman, 1988).

Os achados revelam que a legislação de cotas, embora essencial para ampliar a presença feminina nas listas partidárias, é insuficiente para garantir condições equitativas de disputa. A análise demonstrou que as principais barreiras são entrelaçadas e reforçadas mutuamente: (1) a armadilha da inclusão formal, onde a cota é tratada como um limite a ser cumprido, e não como uma oportunidade de promoção efetiva, resultando em apoio insuficiente ou meramente simbólico, o que se aproxima da crítica feminista à cidadania política abstrata desvinculada das condições materiais de participação (Pateman, 1988); (2) a desigualdade material, manifesta na distribuição injusta de recursos de campanha e, de forma mais profunda, na sobrecarga da dupla jornada — esta última entendida como uma manifestação do “contrato sexual” (Pateman, 1988) que estrutura a desvantagem competitiva das mulheres; e (3) uma cultura partidária patriarcal que naturaliza essas dinâmicas, reproduzindo hierarquias de gênero no interior de instituições formalmente democráticas.

Contudo, as candidatas entrevistadas não se apresentam como vítimas passivas. Pelo contrário, os resultados destacam sua agência política por meio do desenvolvimento de estratégias de resistência. A mobilização de redes comunitárias, o uso criativo de plataformas digitais e a atuação em uma lógica de “co-verança” evidenciam a criação de contrapúblicos feministas (Fraser, 1990), nos quais grupos historicamente marginalizados constroem arenas alternativas de articulação política e produção de sentidos públicos, buscando não apenas suprir a falta de apoio partidário, mas também corrigir déficits deliberativos que atravessam a esfera pública dominante.

Ao mesmo tempo, os resultados sugerem que a crítica às barreiras estruturais à participação política das mulheres não implica a desvalorização de outras trajetórias femininas socialmente significativas. Como aponta a teoria feminista contemporânea, autonomia não se reduz à ocupação de cargos eletivos, mas envolve a possibilidade de escolhas efetivamente livres e socialmente reconhecidas, inclusive no âmbito doméstico e do cuidado. Assim, a democratização da política não diz respeito à hierarquização de projetos de vida, mas à remoção dos constrangimentos estruturais que limitam a capacidade das mulheres de definir suas próprias formas de inserção no espaço público e privado.

Portanto, este estudo contribui para a compreensão das eleições municipais ao evidenciar que a representação feminina substantiva depende de uma

articulação complexa que vai além da lei. A pesquisa reforça a necessidade de políticas integradas que atuem simultaneamente em três frentes: a garantia de acesso equitativo a recursos financeiros e institucionais; a transformação da cultura interna dos partidos, combatendo o patriarcado e a divisão sexual do trabalho político; e o reconhecimento e fortalecimento das estratégias de resistência já empreendidas pelas mulheres. A presença formal, embora um avanço necessário, é apenas o ponto de partida: como argumenta a teoria política feminista, a igualdade democrática exige a desestabilização das estruturas sociais que produzem inclusão subalterna, pavimentando o caminho para uma democracia verdadeiramente representativa e deliberativa.

Referências

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, set./dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 21005, 1 out. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de outubro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 3, 30 out. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy, **Social Text**, N 25/26, 1990, p. 56-80.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia – entre facticidade e validade**. Volume 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354 p.

MATOS, Marlise. A subrepresentação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone Editorial; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011. p. 22-54.

MONTESCHIO, Horácio. Evolução do sistema eleitoral e dos partidos políticos no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direito**, Valença, v. 17, n. 1, p. 189-213, jan./jun. 2019. DOI: 10.24859/fdv.2019.1.011. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7617> > Acesso em: 12 jun 2021.

NOVAES, Elizabete David. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. **História e**

Cultura, Franca, v. 4, n. 3, p. 50-66, dez. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6077144.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2021.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Cambridge: Polity Press, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. Política de cotas. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; PNUD, 2007. p. 103-106.

RAMOS, Luciana de Oliveira. Os tribunais eleitorais e as candidaturas femininas fictícias. **Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. [122-144], jul./dez. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5347/2017_ramos_tribunais_eleitorais_candidaturas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 ago 2021.

SALES, Tainah. Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. A participação feminina na política brasileira. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 12, n. 02, p. 01-21, 2020. DOI: 10.32361/2020120210256. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10256>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, Matheus Brito de. **Sistema eleitoral brasileiro: uma análise do direito comparado**. 2020. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14272>> Acesso em: 10 ago 2021.

24

VIEIRA, Carlos Antônio. **Planejamento da campanha de reeleição para a câmara municipal de Belo Horizonte do candidato Reinaldo Preto Sacolão no pleito de 2016**. 2016. Monografia (Especialização em Marketing Político) - Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/33030>> Acesso em: 11 ago 2021.

YOUNG, Iris. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítico da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, p. 66-86.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Estatísticas: Eleições Municipais 2020. Resultados: Belo Horizonte/MG**. Brasília, DF: TSE, 2020. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/sig-eleicoes-e-stat/estatisticas-eleitorais?session=11628739566810>. Acesso em: 10 out. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Estatísticas: Eleições Gerais 2022. Candidaturas por sexo e cargo**. Brasília, DF: TSE, 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/sig-eleicoes-e-stat/estatisticas-candidaturas?session=11628739566810>. Acesso em: 10 out. 2024.

Campanhas digitais de candidatos indígenas a vereador no Maranhão: uma análise de conteúdo

Hesaú Rômulo¹
ORCID: 0009-0003-4848-5633

Cynthia Oliveira Meneses²
ORCID: 0009-0008-6872-9101

Lara Macario dos Reis Silva³
ORCID: 0009-0003-6077-3603

Resumo: Este artigo analisa as estratégias de comunicação digital utilizadas por candidatos indígenas ao cargo de vereador no estado do Maranhão durante as eleições municipais de 2024, examinando os tipos de conteúdo político divulgados e os níveis de engajamento produzidos nas redes sociais. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, combinando análise de conteúdo e estatística descritiva sobre postagens publicadas em WhatsApp, Instagram, Facebook e Twitter/X por 23 candidaturas indígenas. Os resultados indicam a predominância de conteúdos vinculados a pautas indígenas, mobilização identitária e apelos emocionais, especialmente entre candidaturas com presença em múltiplas plataformas digitais, que tendem a alcançar maior visibilidade e interação. Ao mesmo tempo, evidenciam-se limites estruturais e econômicos, como baixo financiamento de campanha, desigualdade no acesso a recursos comunicacionais e baixa profissionalização das campanhas. Conclui-se que a reduzida representação política indígena não decorre da ausência de participação ou mobilização, mas de condições institucionais e materiais assimétricas, que restringem a competitividade eleitoral e a ampliação da presença indígena na esfera política regional.

Palavras-chave: Representação política. Redes sociais. Candidaturas indígenas.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília e professor de Teoria Política na Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: hesau@ufnt.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/345320000031435>

² Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: cynthia.meneses@ufnt.edu.br Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4553944938344056>

³ Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: lara.silva@ufnt.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9493942058578348>

Abstract: This article analyzes the digital communication strategies used by Indigenous candidates running for city council in the state of Maranhão during the 2024 municipal elections, examining the types of political content published and the levels of engagement generated on social media. The study adopts a quantitative and qualitative approach, combining content analysis and descriptive statistics of posts published on WhatsApp, Instagram, Facebook, and Twitter/X by 23 Indigenous candidacies. The findings show a predominance of content related to Indigenous issues, identity-based mobilization, and emotionally charged appeals, especially among candidacies with a presence across multiple digital platforms, which tend to achieve greater visibility and interaction. At the same time, the results reveal structural and economic constraints, such as low campaign funding, unequal access to communication resources, and limited campaign professionalization. The study concludes that the low level of Indigenous political representation does not stem from a lack of participation or mobilization, but from asymmetrical institutional and material conditions that limit electoral competitiveness and the expansion of Indigenous presence in the regional political sphere.

26

Keywords: Political representation. Social media. Indigenous candidacies.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los métodos utilizados por los candidatos indígenas a concejal en el estado de Maranhão en relación con la comunicación digital en 2024, observando las formas de contenido electoral divulgado y el compromiso generado por ellas. Se analizaron las siguientes plataformas: WhatsApp, Instagram, Facebook y Twitter, de 23 candidatos, donde se constató un gran número de publicaciones con temas indígenas que movilizan apelaciones emocionales, representación de términos indígenas en múltiples redes sociales, alcanzando así mayor visibilidad, aunque se encontraron con obstáculos estructurales y económicos que limitan el desempeño en las campañas electorales. No obstante, se observa un avance en la participación femenina, así como en el nivel educativo y en el uso de redes sociales entre los candidatos, indicando que la conquista electoral no es consecuencia de la falta de interés, sino de la ausencia de inversión y apoyo institucional, resultando en desafíos para la representación indígena en el contexto político regional.

27

Palabras clave: Representación política. Redes Sociales. Candidaturas indígenas

Introdução

Este artigo busca analisar como candidatos indígenas a vereador utilizam as redes sociais em suas campanhas eleitorais, identificando as estratégias de comunicação digital empregadas por esses atores políticos no contexto das eleições municipais de 2024, com foco nas plataformas WhatsApp, Instagram, Facebook e Twitter. A pesquisa investiga os tipos de conteúdo político compartilhado e o engajamento gerado por essas publicações, buscando compreender de que forma as redes sociais são utilizadas para mobilização eleitoral, divulgação de pautas políticas e fortalecimento de demandas identitárias. Diante desse cenário, a pergunta que orienta este artigo é a seguinte: de que maneira candidatos indígenas a vereador no Maranhão utilizaram as redes sociais durante as eleições municipais de 2024 e em que medida os tipos de conteúdo político, os formatos comunicacionais e a presença em múltiplas plataformas se associaram aos diferentes níveis de engajamento obtidos? O objetivo geral consiste em analisar como esses candidatos mobilizam as redes sociais em suas campanhas, identificando padrões de conteúdo político e estratégias de comunicação. Especificamente, busca-se mapear os tipos de conteúdo político mais frequentes nas postagens, quantificar o engajamento gerado por cada tipo de conteúdo e comparar a presença e a atividade dos candidatos nas diferentes plataformas digitais.

28

A análise dialoga com teorias que abordam a construção política da identidade indígena (Máiz, 2004; Laclau, 1994), destacando como pautas relacionadas à demarcação de terras, direitos culturais e reconhecimento identitário podem atuar como mecanismos de reforço identitário e mobilização política. O estudo desenvolve-se a partir das seguintes hipóteses: postagens com pautas indígenas tendem a gerar maior engajamento do que conteúdos genéricos (H1); candidatos que utilizam múltiplas plataformas possuem maior alcance e visibilidade (H2); conteúdos com apelo emocional, como histórias pessoais e vídeos de mobilização, recebem mais interação do que publicações institucionais (H3); e o WhatsApp tende a ser utilizado principalmente para campanhas diretas, enquanto o Instagram e o Facebook são utilizados de forma mais ampla para divulgação pública (H4).

Para analisar essas hipóteses, a pesquisa considera como variáveis independentes os tipos de conteúdo político compartilhado pelos candidatos, os formatos das publicações e as plataformas digitais utilizadas durante a campanha eleitoral. Já as variáveis dependentes correspondem aos níveis de alcance e interação gerados pelas postagens, permitindo observar quais estratégias de comunicação produzem maior engajamento nas redes sociais.

**Quadro 1 – Síntese do desenho de pesquisa:
pergunta, hipóteses e variáveis analíticas**

Dimensão analítica	Variável	Tipo	Operacionalização no artigo	Relação com as hipóteses
Conteúdo das postagens	Tipo de conteúdo político	Independente	Classificação das postagens em pautas indígenas, propostas de governo, críticas a adversários, mobilização eleitoral e conteúdo pessoal	Testa H1 e H3
Forma comunicacional	Formato do conteúdo	Independente	Identificação do formato predominante da postagem: texto, imagem, vídeo ou link externo	Testa H3
Infraestrutura digital	Plataforma utilizada	Independente	Registro da presença e da atividade em WhatsApp, Instagram, Facebook, Twitter/X e TikTok, conforme disponibilidade empírica	Testa H2 e H4
Capacidade de circulação	Alcance	Dependente	Mensuração por visualizações, compartilhamentos e indícios de difusão do conteúdo, quando disponíveis nas plataformas observadas	Resultado esperado de H2
Resposta do público	Interação/engajamento	Dependente	Observação de curtidas, comentários, compartilhamentos, reações e frequência de interação nas publicações	Resultado esperado de H1 e H3

Fonte: elaboração própria dos autores.

Apesar do crescimento da presença indígena na política brasileira, ainda são escassos os estudos que analisam suas campanhas digitais em contextos locais, especialmente em municípios com baixa inserção institucional e infraestrutura limitada, como o estado do Maranhão. Nesse sentido, a pesquisa parte do pressuposto de que, embora a participação indígena tenha se ampliado, há uma lacuna

no meio acadêmico sobre como essas candidaturas utilizam as redes sociais para mobilizar eleitores, fortalecer suas pautas identitárias e ampliar sua visibilidade política, funcionando como ferramentas de engajamento e projeção para grupos historicamente marginalizados.

Nas eleições municipais de 2024, o estado do Maranhão registrou 15.542 candidaturas ao cargo de vereador. Desse universo, a presente pesquisa identificou e analisou 23 candidaturas indígenas em distintos municípios maranhenses. Embora os dados numéricos não representem integralmente a totalidade das candidaturas indígenas no estado, o recorte adotado possibilita observar tendências relevantes sobre a participação política indígena e as estratégias de comunicação digital no cenário eleitoral maranhense.

Optou-se pelo arcabouço dos movimentos sociais, haja vista que as candidaturas indígenas aqui examinadas não operam apenas como competidores eleitorais individuais, mas como formas de ação coletiva situada, nas quais identidade étnica, mobilização territorial, repertórios comunicacionais e disputa por reconhecimento político se articulam em um mesmo processo. Nesse sentido, a noção de estrutura de oportunidade política (Tarrow, 1994; Van Cott, 2000) é empregada para designar os arranjos institucionais, partidários e comunicacionais que condicionam a emergência, a visibilidade e a eficácia dessas candidaturas. Ademais, a pesquisa aporta ao campo da comunicação política ao demonstrar como campanhas digitais podem ser usadas como ferramentas de resistência e afirmação identitária em territórios marginalizados no debate público tradicional.

A teoria da mobilização de recursos (McCarthy; Zald, 1977) é lançada para compreender como candidaturas com diferentes volumes de capital organizacional, social e comunicacional conseguem transformar presença digital em apoio político. Já Benford e Snow (2000) permitem examinar como conteúdos identitários, narrativas pessoais e mensagens de mobilização funcionam como enquadramentos discursivos capazes de ativar adesão coletiva e produzir ressonância entre públicos específicos. A hipótese H3, sugere que conteúdos com apelo emocional (histórias pessoais, vídeos de mobilização) podem estar associados a maior engajamento, o que remete aos marcos discursivos de Benford e Snow (2000), enfatizando o papel de narrativas simbólicas na mobilização comunitária. Além disso, a ênfase no WhatsApp como plataforma prioritária (H4) ressoa

com estudos sobre comunicação comunitária e autonomia (Díaz Polanco, 1997), destacando sua utilidade para estratégias diretas e descentralizadas.

A partir desse recorte, o estudo busca compreender de que maneira as campanhas digitais indígenas se articulam às disputas por representação política, reconhecimento identitário e visibilidade pública em contextos marcados por desigualdades estruturais e limitações institucionais. Ao analisar as estratégias de comunicação utilizadas por candidaturas indígenas no Maranhão, a pesquisa procura contribuir para os debates sobre comunicação política digital, participação eleitoral indígena e democracia representativa em contextos periféricos, evidenciando tanto as potencialidades quanto os limites das redes sociais como ferramentas de mobilização e inserção política.

Indigenismo, Movimentos Sociais e Comunicação Política

A literatura sobre movimentos sociais fornece o eixo analítico central desta pesquisa. Tarrow (1994), McCarthy e Zald (1977), Benford e Snow (2000) e Escobar e Alvarez (1992) sustentam o plano mais geral da discussão sobre ação coletiva, mobilização e enquadramento; Albó (1999), Andolina, Laurie e Radcliffe (2009), Cervone (2012), Colloredo-Mansfield (2009), Gustafson (2009) e Hale (2002) permitem situar a especificidade das mobilizações indígenas latino-americanas, marcadas pela disputa entre reconhecimento, autonomia e captura institucional. Na literatura sobre politização da etnicidade, Cervone (2012) é central para compreender como demandas indígenas deixam de ser apenas reivindicações culturais e passam a constituir repertórios de ação política, capazes de reorganizar alianças, produzir visibilidade pública e conferir inteligibilidade coletiva às campanhas e enfatizam pautas identitárias (H1), como demarcação de terras e direitos culturais, como forma de mobilizar apoio em um cenário marcado por desigualdades estruturais. Albó (1999) chama atenção para o fenômeno da “volta do indígena” ao cenário político, destacando como a reivindicação étnica se tornou um eixo central de mobilização, o que se reflete no conteúdo das campanhas digitais analisadas neste estudo.

A politização da etnicidade, discutida por Cervone (2012), revela como as demandas indígenas são constantemente reconfiguradas em diferentes contextos políticos. No Equador, por exemplo, organizações como a Inca Atahualpa

transformaram questões locais — como acesso à terra e educação bilíngue — em narrativas de resistência amplamente difundidas. Esse processo ressoa com a hipótese H1, que sugere que postagens com pautas indígenas geram maior engajamento, pois articulam lutas históricas com as necessidades contemporâneas das comunidades. Colloredo-Mansfield (2009) complementa essa perspectiva ao analisar como símbolos culturais são adaptados em contextos urbanos, mostrando que a identidade indígena não é estática, mas sim dinâmica e estrategicamente mobilizada em campanhas políticas, inclusive nas digitais.

A comunicação política indígena nas redes sociais deve ser entendida como resposta às barreiras de acesso, enquadramento e representação impostas pela mídia tradicional. Nesse ponto, Gustafson (2009) é importante para mostrar que a apropriação de meios de comunicação por atores indígenas não é apenas instrumental, mas parte de uma estratégia mais ampla de autonomia discursiva e disputa por legitimidade pública. Essa apropriação tecnológica sustenta a hipótese H2, que propõe que candidatos com presença em múltiplas plataformas alcançam maior visibilidade. O estudo de Lapegna (2016) sobre movimentos sociais na Argentina reforça essa ideia, mostrando que a diversificação de canais de comunicação é uma estratégia crucial para contornar barreiras algorítmicas e midiáticas.

32

O uso do WhatsApp, previsto na hipótese H4, deve ser tratado como possibilidade analítica e não como pressuposto já confirmado. Sua relevância deriva da combinação entre comunicação direta, menor mediação algorítmica e maior controle sobre a circulação das mensagens, ainda que sua observação pública seja limitada pelo caráter fechado da plataforma. Díaz Polanco (1997) argumenta que movimentos indígenas frequentemente buscam espaços de comunicação não mediados pelo Estado, e o WhatsApp, por sua natureza descentralizada, permite estratégias diretas de mobilização. Essa plataforma também facilita a disseminação de conteúdos emocionais (H3), como histórias pessoais e vídeos de mobilização, que Brader (2005) identifica como especialmente eficazes para engajar audiências. A etnografia de Auyero (2001) sobre redes peronistas na Argentina ilustra como ações aparentemente não políticas — como compartilhar memórias pessoais — podem ter um profundo impacto na mobilização eleitoral.

A mobilização indígena não se reduz ao uso estratégico das mídias digitais. Redes de parentesco, solidariedade comunitária e pertencimento territorial também operam como recursos políticos decisivos, sustentando a candidatura

antes mesmo da circulação digital e funcionando como base material e simbólica de legitimação eleitoral. Embora, como já apresentado, o WhatsApp, o Facebook ou o Instagram representem ferramentas importantes, a literatura mostra que a sustentação política das candidaturas emerge, antes de tudo, de relações enraizadas nos territórios. Redes de parentesco, solidariedade comunitária e pertencimento territorial funcionam como recursos políticos decisivos, podendo ser vistos como capazes de compensar a ausência de financiamento robusto ou de estruturas partidárias. Esse processo se aproxima da noção de “política com p minúsculo” (Auyero, 2007; Benzecry; Baiocchi, 2017), a qual representa a significação da valorização de práticas cotidianas, muitas vezes invisíveis às análises institucionais, mas fundamentais para compreender como o poder se constrói no nível local. Assim, a mobilização comunitária antecede e sustenta a circulação digital, servindo como base de legitimidade eleitoral para os candidatos indígenas.

Essa perspectiva também pode ser compreendida a partir das contribuições de Rômulo e Albala (2023), ao destacar que a representação política indígena na América Latina resulta da articulação entre organizações comunitárias, mecanismos institucionais de participação e vínculos coletivos. De acordo com o autor, a inserção eleitoral dos povos indígenas não se limita ao acesso às arenas institucionais, mas envolve também a capacidade de mobilizar redes comunitárias, laços territoriais e formas próprias de organização social, fatores que fortalecem a representatividade e a legitimidade das candidaturas indígenas. Nesse cenário, as mídias digitais não substituem tais estratégias de mobilização, mas funcionam como recursos complementares de engajamento político, visibilidade e interação entre representantes e comunidades, ampliando a difusão de reivindicações historicamente invisibilizadas.

Essas estratégias devem ser lidas também à luz da crítica de Hale (2002) ao multiculturalismo neoliberal, segundo a qual a inclusão formal de pautas indígenas pode coexistir com a permanência de relações assimétricas de poder. Em outras palavras, a visibilidade digital não deve ser confundida com poder político efetivo. O autor alerta que a inclusão superficial de pautas indígenas em agendas políticas pode mascarar a persistência de estruturas de dominação. Andolina, Laurie e Radcliffe (2009) exemplificam como projetos de “etnodesenvolvimento” muitas vezes dependem de financiamentos externos, limitando sua autonomia. Essa crítica contextualiza a hipótese H4, sugerindo que o uso do WhatsApp

pode ser uma forma de os candidatos manterem controle sobre suas mensagens, evitando a mediação algorítmica de plataformas como Facebook e Twitter, que frequentemente privilegiam conteúdos hegemônicos.

A metodologia adotada combina análise de conteúdo, estatística descritiva e observação digital, permitindo examinar tanto a forma quanto a frequência dos conteúdos publicados e seu grau de engajamento. Escobar e Alvarez (1992) são mobilizados apenas como sustentação para a articulação entre dimensões qualitativas e quantitativas, e não como fundamento teórico central da pesquisa. Escobar e Alvarez (1992) defendem que a análise de movimentos sociais deve integrar perspectivas qualitativas e quantitativas, pois apenas assim é possível mapear tanto as narrativas quanto seu impacto concreto. Krippendorff (2018) reforça a importância da categorização sistemática de conteúdos, que neste estudo permite identificar padrões em postagens (como a predominância de pautas indígenas ou formatos específicos) e relacioná-los aos níveis de engajamento. Essa abordagem alinha-se à crítica de Hale (2002) sobre a necessidade de avaliar não apenas os discursos, mas também seus efeitos materiais na representação política indígena.

Etnografia Política e Comunicação Digital Indígena

A etnografia política, em Benzecry e Baiocchi (2017), cumpre função de apoio ao permitir observar como práticas cotidianas, interações locais e formas de sociabilidade política sustentam a campanha digital. Seu papel, aqui, é complementar o enquadramento principal da literatura sobre movimentos sociais e não substituí-lo. Essa abordagem é particularmente relevante para este estudo, pois permite analisar como a mediação tecnológica — seja no WhatsApp, Instagram ou Facebook — reconfigura relações de poder e visibilidade (H4). Os autores destacam a importância de examinar tanto as trajetórias individuais dos candidatos quanto as divisões categóricas (como “conteúdo indígena” *versus* “genérico”), o que se alinha perfeitamente com os objetivos de mapear tipos de conteúdo (H1) e engajamento (H2) propostos nesta pesquisa.

O conceito de ‘política com p minúsculo’ é útil para compreender como gestos aparentemente ordinários — agradecimentos, relatos pessoais, vínculos comunitários e referências familiares — operam como formas de mediação política e sustentação simbólica da candidatura. Auyero (2007) demonstra que

práticas informais, como o compartilhamento de histórias de vida ou agradecimentos a apoiadores, muitas vezes geram mais mobilização do que discursos institucionais. Essa perspectiva sustenta a hipótese H3, que associa conteúdos emocionais a maior engajamento, e desafia noções restritas do que constitui uma “ação política”, ampliando o escopo da análise para além de plataformas formais.

A análise sob esse enfoque revela que a política indígena opera por meio de um tecido social denso, no qual a estrutura comunitária enraizada no território é convertida em capital político. Diferentemente das campanhas urbanas, marcadas pela dependência de financiamento e marketing, as candidaturas indígenas, ao mobilizar práticas cotidianas vinculadas às suas redes culturais, encontram nelas uma importante base de sustentação eleitoral. Esses elementos, muitas vezes invisibilizados pelas abordagens tradicionais no estudo político, constituem a base material e simbólica da mobilização. Assim, as aldeias não são apenas territórios de moradia, mas espaços de construção da legitimidade política, nos quais se consolidam identidades coletivas e compromissos de apoio eleitoral.

A zona cinzenta onde Estado, mercado e sociedade civil se entrelaçam (Auyero, 2007) é relevante para entender o uso de múltiplas plataformas digitais por candidatos indígenas (H2). Benzecry e Baiocchi (2017) categorizam essas dinâmicas em três esferas: polis (acesso a recursos), demos (construção discursiva) e elector (subjetividades), ajudando a classificar tipos de conteúdo analisados — como pautas indígenas (demos) ou propostas de governo (polis) — e seu impacto diferenciado no eleitorado. Lapegna (2016) ilustra como movimentos sociais na Argentina navegam nessas zonas cinzentas, utilizando redes sociais tanto para pressionar o Estado quanto para fortalecer laços comunitários.

A governamentalidade digital, abordada por Benzecry e Baiocchi (2017) a partir de uma perspectiva foucaultiana, revela como plataformas como Facebook e Instagram disciplinam a visibilidade de candidatos indígenas. Pachirat (2011) e Auyero (2012) mostram que algoritmos frequentemente marginalizam conteúdos étnicos ou locais, privilegiando narrativas hegemônicas. Essa discussão conecta-se diretamente à hipótese H1, pois pautas indígenas podem ser menos “legíveis” para algoritmos projetados para engajamento massivo, o que explica por que candidatos recorrem a plataformas alternativas como o WhatsApp (H4).

A análise das trajetórias de individuação política (Benzecry e Baiocchi, 2017, p. 238) — ou seja, como candidatos constroem suas identidades políticas

públicas — é essencial para entender a autenticidade em posts pessoais (H3). Cervone (2012) e Colloredo-Mansfield (2009) demonstram que narrativas identitárias, como histórias de vida vinculadas a lutas coletivas, ressoam profundamente com eleitores indígenas. Essa constatação justifica a inclusão da categoria “conteúdo pessoal” na análise proposta, pois esses posts muitas vezes funcionam como dispositivos de coesão comunitária, gerando alto engajamento.

Em síntese, a revisão teórica apresentada demonstra que as estratégias de comunicação digital de candidatos indígenas estão inseridas em um contexto amplo de luta por representação e reconhecimento. Autores como Cervone (2012) e Gustafson (2009) fornecem subsídios para entender a apropriação criativa de plataformas digitais, enquanto Hale (2002) e Andolina, Laurie e Radcliffe (2009) alertam para os limites impostos por estruturas de poder neoliberais. A metodologia interdisciplinar adotada — combinando etnografia política, análise de conteúdo e estatística descritiva — oferece as ferramentas necessárias para decifrar essas dinâmicas complexas, contribuindo para debates urgentes sobre democracia digital e inclusão política na América Latina.

Metodologia da pesquisa

Este estudo possui uma abordagem qualitativa e quantitativa, de forma exploratória e descritiva, integrando análise de conteúdo, estatística descritiva e observação digital das campanhas eleitorais indígenas nas eleições para vereador de 2024 em municípios do estado do Maranhão. O foco metodológico consiste em compreender como candidatos indígenas a vereador utilizaram as redes sociais em suas campanhas eleitorais para construção identitária, mobilização política e ampliação da representação política. O problema de pesquisa centraliza-se nas estratégias de comunicação digital empregadas pelos candidatos em redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter/X, TikTok e WhatsApp, ao considerar os tipos de conteúdo eleitoral compartilhados, os padrões adotados e os níveis de engajamento. A investigação buscou reconhecer dinâmicas de comunicação política digital e analisar como essas práticas se relacionam às reivindicações identitárias indígenas e às lutas por representação no cenário maranhense. Durante a análise, foram observadas todas as publicações dos perfis selecionados, a frequência e a recorrência de vídeos e postagens, o tom e o tipo de apelo utilizado nas mensa-

gens, bem como a intenção não explícita das legendas, a partir da formulação de hipóteses interpretativas. Essa abordagem operacionaliza conceitos como “essencialismo estratégico” (Bengoa, 2000), ao quantificar a frequência de pautas indígenas, e “enquadramento” (Benford; Snow, 2000), ao explorar os formatos de comunicação utilizados nas campanhas.

O campo empírico foi delimitado em torno de 23 candidaturas indígenas identificadas em distintos municípios maranhenses durante a disputa eleitoral de 2024. O levantamento dessas candidaturas ocorreu a partir de dados públicos coletados pela Justiça Eleitoral, principalmente pela plataforma Divulgação de candidaturas e contas eleitorais, que apresenta informações sobre todos os candidatos que solicitaram registro à Justiça Eleitoral, juntamente com sua autodeclaração étnica. A pesquisa privilegiou municípios com presença significativa de comunidades indígenas vinculadas aos territórios dos povos Tentehar/Guajajara, Krikati e Canela.

Os objetivos específicos consistiram em mapear os tipos de conteúdo político mais frequentes nas postagens; quantificar o engajamento gerado por cada tipo de conteúdo; e comparar a presença e a atividade dos candidatos em diferentes plataformas digitais. A pesquisa partiu de quatro hipóteses centrais: H1, segundo a qual postagens com pautas indígenas tenderiam a gerar maior engajamento do que conteúdos genéricos; H2, que sugere que candidatos que utilizam múltiplas plataformas possuem maior alcance e visibilidade; H3, referente à possibilidade de conteúdos com apelo emocional receberem maior interação do que postagens institucionais; e H4, segundo a qual o WhatsApp seria a plataforma mais utilizada para campanhas diretas, enquanto Instagram e Facebook seriam empregados principalmente para divulgação pública.

As variáveis independentes relacionam-se ao conteúdo observado nas redes sociais, sendo analisadas a partir de categorias como questões identitárias indígenas (demarcação territorial, cultura e garantias comunitárias), propostas de governo (saúde, educação e infraestrutura), críticas a adversários ou partidos, conteúdos de mobilização política (chamados eleitorais) e conteúdos pessoais. Também foram consideradas variáveis relacionadas ao formato das postagens, incluindo imagens, textos, vídeos, links externos e a própria plataforma digital utilizada.

As variáveis dependentes consistiram nas métricas relacionadas aos níveis de alcance e visibilidade dos conteúdos publicados, por meio da observação de

curtidas, comentários, compartilhamentos, visualizações, frequência de postagem e reações, com o objetivo de identificar possíveis padrões entre formas de conteúdo, estruturas digitais e graus de engajamento do público.

O levantamento de dados ocorreu durante o período eleitoral de 2024, por meio da observação sistemática dos perfis públicos nas redes sociais Instagram, Facebook, TikTok, Twitter/X e WhatsApp. Foram analisadas postagens, vídeos, imagens, legendas, frequência de publicação, formatos audiovisuais e níveis de interação com o público, bem como dados eleitorais disponibilizados pela plataforma do Tribunal Superior Eleitoral, como número de votos, filiação partidária, escolaridade, gastos de campanha, municípios de candidatura, identidade étnica e espaços territoriais indígenas relacionados às disputas eleitorais.

Como complemento para a pesquisa, utilizou-se um questionário semi-estruturado direcionado aos 23 candidatos indígenas identificados, com o objetivo de compreender a atuação política das comunidades indígenas no estado do Maranhão, especialmente no que se refere à representação política efetiva. Por meio das perguntas, buscou-se identificar a presença e o impacto do apoio de ONGs, a participação em espaços institucionais de decisão, os resultados alcançados em termos de políticas públicas e garantia de direitos, além dos principais desafios enfrentados e das perspectivas futuras para a representação indígena.

Embora o questionário tenha sido enviado para todos os candidatos identificados, apenas três lideranças responderam integralmente ao instrumento: José Marcos Guajajara, Leonardo Rodrigues Alencar Guajajara e Letícia Awju Torino Krikati. Apesar do número reduzido de respostas, o questionário trouxe contribuições qualitativas relevantes para a análise das barreiras institucionais e estruturais que impactam as candidaturas indígenas nos municípios investigados.

A pesquisa estrutura-se a partir de duas tabelas analíticas. A Tabela 1 contempla as 23 candidaturas indígenas identificadas no Maranhão durante as eleições municipais de 2024, reunindo informações relacionadas ao perfil sociopolítico dos candidatos, como pertencimento étnico, município, escolaridade, filiação partidária, gastos de campanha e número de votos obtidos. Já a Tabela 2 parte da análise das estratégias de comunicação utilizadas nas redes sociais, trabalhando com um subconjunto de 16 casos para examinar os tipos de conteúdo político publicados, os formatos empregados e os níveis de engajamento gerados nas plataformas digitais.

A diferença numérica entre os casos observados nas tabelas atribui-se ao fato de que nem todos os candidatos possuíam contas públicas ativas ou dados suficientes nas plataformas digitais para análise sistemática. Além disso, alguns cadastros na plataforma Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais apresentavam informações incompletas sobre os meios digitais utilizados pelas lideranças indígenas, impossibilitando uma observação metodológica mais aprofundada.

Para a análise da plataforma WhatsApp, foi adotada cautela metodológica específica, uma vez que a rede opera predominantemente por meio de grupos fechados e interações privadas, o que limita a observação sistemática e o acesso público aos conteúdos compartilhados. Nesse sentido, embora o WhatsApp tenha sido considerado central para a hipótese H4, especialmente no compartilhamento de conteúdo político e nas estratégias diretas de mobilização comunitária, sua análise foi realizada de forma complementar às plataformas abertas, como Instagram e Facebook. Ainda assim, a plataforma demonstrou relevância significativa para a circulação política local e para a articulação comunitária entre as lideranças indígenas e seus eleitores.

Por fim, a metodologia incorporada buscou articular tanto dimensões quantitativas quanto qualitativas, com o intuito de mapear padrões de engajamento digital, bem como compreender os significados identitários e políticos presentes nas estratégias de comunicação das lideranças indígenas. Dessa forma, a combinação entre análise estatística, interpretação etnográfica e observação digital possibilitou investigar como as campanhas se configuraram em cenários marcados por desigualdades históricas, obstáculos econômicos e disputas por representação política.

Análise dos resultados

Por conseguinte, as informações apresentadas nos Apêndices A (Tabela 1) e B (Tabela 2) apresentam dados fundamentais: a Tabela 1, intitulada *Perfil Socio-político de Candidaturas Indígenas no Maranhão em 2024*, traz informações sobre escolaridade, etnia, território, partidos e votação; enquanto a Tabela 2, *Candidaturas Indígenas: Estratégias Digitais e Engajamento nas Redes*, analisa o uso das redes sociais e a atuação dos candidatos nas plataformas digitais. Tendo como finalidade compreender os obstáculos enfrentados durante a candidatura e suas

estratégias adotadas para ganho de visibilidade, revelando aspectos tanto sociais quanto políticos conectados por meio da inserção digital. Em continuidade, a primeira tabela (ver tabela 1 em anexo) apresenta a distribuição territorial, os vínculos partidários e a ampla diversidade étnica entre os candidatos ao cargo de vereador no Maranhão, em distintos municípios, como também as informações de escolaridade, situação eleitoral e números de votos recebidos.

Análise Descritiva das Candidaturas Indígenas a Vereador no Contexto das Campanhas Digitais

A tabela, no Apêndice A (Tabela 1), apresenta dados detalhados sobre 23 candidatos indígenas a vereador, permitindo uma análise descritiva alinhada aos objetivos da pesquisa, que busca compreender as estratégias de comunicação digital e o perfil desses candidatos. Quanto à distribuição de gênero, observa-se uma predominância masculina: 17 candidatos (73,9%) são homens, enquanto apenas 6 (26,1%) são mulheres. Essa disparidade pode estar relacionada aos desafios estruturais de representação de gênero na política indígena, mesmo em contextos locais, e sugere que as campanhas digitais femininas podem enfrentar barreiras adicionais, como menor acesso a recursos ou visibilidade. Apesar disso, destaca-se que duas mulheres (Letícia Awju Torino Krikati e Rita de Cássia Carneiro Pompeu) foram eleitas por média, indicando que, quando presentes, as candidatas podem alcançar resultados significativos.

Em relação à filiação partidária, o MDB emerge como o partido com maior número de candidatos indígenas (8 no total, ou 34,8% da amostra), seguido pelo PDT (4 candidatos, 17,4%) e pelo PT (2 candidatos, 8,7%). Essa concentração em partidos tradicionais pode indicar estratégias de aliança para ampliar recursos e alcance, conforme hipótese H2 da pesquisa, que associa multipataformas a maior visibilidade. No entanto, a presença em partidos como REDE e PCdoB (apenas um candidato cada) sugere tentativas de diversificação, ainda que minoritárias. A análise dos gastos de campanha revela disparidades marcantes: Rita de Cássia Carneiro Pompeu (MDB) gastou R\$ 40.000,00, o valor mais alto, enquanto 11 candidatos (47,8%) não registraram gastos, diferença possivelmente ligada a desigualdades no acesso a financiamento, fator potencialmente relevante para o desempenho eleitoral e eficácia das campanhas digitais.

A escolaridade dos candidatos varia significativamente, com 7 (30,4%) possuindo ensino médio completo, 6 (26,1%) com superior incompleto ou completo e 5 (21,7%) com ensino fundamental completo ou incompleto. Apenas um candidato não teve sua escolaridade registrada. Esses dados sugerem que, embora muitos tenham níveis educacionais intermediários, aqueles com maior escolaridade (como Rita de Cássia e José Arão Guajajara, ambos com superior completo) podem ter vantagens na elaboração de conteúdos digitais mais sofisticados, alinhados à hipótese H3, que relaciona narrativas pessoais e técnicas de comunicação a maior engajamento.

A etnia Tentehar (Guajajara) destaca-se como a mais representada, com 15 candidatos (65,2% da amostra), seguida pelos Krikati (2 candidatos) e outras etnias minoritárias. O território Arabibóia (em Arame) e Cana Brava Guajajara (em Jenipapo dos Vieira) foram os que concentraram mais candidaturas (4 cada), indicando que certas comunidades indígenas têm maior tradição de participação política ou acesso a redes de mobilização. Essa concentração pode influenciar o tipo de conteúdo compartilhado nas campanhas digitais (H1), com pautas específicas dessas etnias dominando o discurso político online.

41

O município de Arame oferece um exemplo ilustrativo dessa dinâmica. Alguns candidatos optaram por direcionar sua campanha para as aldeias, mobilizando principalmente pautas identitárias, como a defesa do território, o fortalecimento da cultura Guajajara e a valorização da memória ancestral. Esse caminho mostrou a consolidação de apoios firmes entre os eleitores indígenas. Por outro lado, outros candidatos buscaram dialogar também com o eleitorado não indígena residente no município, ampliando o repertório de suas mensagens para abarcar temas de apelo universal, como honestidade política, união comunitária e melhorias em serviços de saúde e educação. Essa distinção revela a coexistência de estratégias: de um lado, a coesão interna; de outro, a tentativa de expansão eleitoral para além das fronteiras étnicas.

O Instagram apareceu como a plataforma mais usada, adotada por 14 candidatos (60,9%), seguido por Facebook (10; 43,5%) e WhatsApp (6; 26,1%), enquanto Twitter/X e TikTok tiveram menor penetração, o que relativiza a hipótese H4 sobre a centralidade do WhatsApp. Isso indica que a multicanalidade não produz efeitos uniformes: sua eficácia depende do público-alvo, da natureza do conteúdo e da capacidade de adaptar mensagens a diferentes ambientes co-

municacionais. A predominância da plataforma sugere que candidatos indígenas recorrem a recursos de multimídia (vídeos e imagens) para engajar eleitores, reforçando H3 sobre apelo emocional.

A análise dos votos mostra que Rita de Cássia Carneiro Pompeu (1.199 votos) e José Arão Guajajara (968 votos) foram os mais votados, ambos com ensino superior completo e presença em múltiplas plataformas (WhatsApp, Facebook, Instagram). Candidatos com menor escolaridade ou restritos a uma rede social, como Antônio Kacrose Canela (apenas Facebook), tiveram desempenho modesto. Esses padrões sugerem possível relação entre escolaridade, estratégia digital e sucesso eleitoral, indicando a relevância de recursos materiais e simbólicos. A tabela, assim, descreve o perfil dos candidatos e oferece subsídios para testar hipóteses sobre uso estratégico de plataformas e impacto socioeconômico na representação indígena.

Diante dos resultados sobre gastos e filiação partidária, nota-se que a ligação de candidatos indígenas a partidos tradicionais (MDB, PDT, PT, PCdoB, União Brasil e REDE) não significou apoio efetivo. Embora o MDB concentre 34,8% das candidaturas e, em dois casos, tenha registrado maior financiamento — Rita de Cássia Carneiro Pompeu (R\$ 40.000,00) e Marcelo Krikati (R\$ 10.080,00) —, a maioria declarou investimentos mínimos ou inexistentes, sugerindo atuação predominantemente formal no processo eleitoral. O apoio foi mais simbólico que material, restringindo-se ao registro. Assim, os candidatos dependeram de redes pessoais e estratégias de baixo custo, limitando o alcance das campanhas e reforçando a discrepância entre vínculo partidário e inserção política.

Posteriormente, a segunda tabela, no Apêndice B (Tabela 2), representa a análise das estratégias escolhidas, e o engajamento gerado pelas mesmas, nas redes sociais distintas, focando nos conteúdos políticos usados de forma frequente e no nível de interação com o público.

Análise Descritiva das Estratégias de Comunicação Digital em Candidaturas Indígenas

A tabela em análise oferece um panorama detalhado das estratégias de comunicação digital adotadas por candidatos indígenas a vereador, alinhando-se diretamente aos objetivos da pesquisa, que busca mapear tipos de conteúdo político, quantificar engajamento e comparar presença em diferentes plataformas. Dos 16

candidatos analisados, apenas 9 (56,3%) produziram conteúdo político ativo, enquanto 7 (43,7%) limitaram-se a postagens pessoais ou não utilizaram redes sociais para a campanha. Essa divisão revela uma disparidade significativa no uso estratégico das plataformas digitais, sugerindo que parte dos candidatos ainda não as reconhece como ferramentas centrais para mobilização eleitoral. Entre os que publicaram conteúdo político, predominaram *cards* de campanha (como os de Leonardo Guajajara e Daniel Guajajara) e pautas indígenas (como em Letícia Awju Torino Krikati e Fabrício Guajajara), dialogando com a hipótese H1, que associa pautas identitárias a maior engajamento.

Categorização dos Tipos de Conteúdo e Engajamento

Os conteúdos foram classificados em quatro categorias principais:

1. **Pautas Indígenas** (demarcação de terras, direitos culturais): Presente em 5 candidatos (31,3%), como Letícia Awju Torino Krikati e José Arão Guajajara, com engajamento alto (300–500 curtidas no Instagram).
2. **Propostas de Governo** (saúde, educação): Identificado em 3 candidatos (18,8%), como Fabrício Guajajara, com engajamento médio.
3. **Cards de Campanha** (mensagens genéricas sobre liderança e união): Usado por 4 candidatos (25%), como Leonardo e Daniel Guajajara, com engajamento médio-baixo (50–100 curtidas).
4. **Conteúdo Pessoal/Ausência de Política**: 7 candidatos (43,7%) não postaram conteúdo político, limitando-se a perfis pessoais ou privados.

Essa categorização apresenta elementos compatíveis com a hipótese H3, pois conteúdos com pautas indígenas e apelo emocional (como vídeos de Letícia Awju) tiveram melhor desempenho, enquanto posts genéricos ou não políticos geraram menor interação.

Comparação entre Plataformas e Estratégias

O Instagram emergiu como a plataforma mais utilizada para campanhas (12 candidatos, 75%), seguido pelo Facebook (6 candidatos, 37,5%) e TikTok/X (4 candidatos, 25%). O WhatsApp, citado na hipótese H4 como principal canal para campanhas diretas, não foi destacado na tabela, indicando uma possível subutilização ou limitação na coleta de dados. Nota-se que candidatos com

presença em múltiplas plataformas (como Letícia Awju, no Instagram, Facebook e TikTok) tiveram maior alcance, sugerindo elementos compatíveis com a hipótese H2. Contudo, a fragmentação do engajamento entre plataformas (ex.: TikTok com menor interação) sugere que a eficácia varia conforme o público-alvo e a adaptação do conteúdo.

O uso de multiplataformas não garante maior engajamento, devido a diferenças de público: Instagram atrai jovens, Facebook abrange outra faixa etária, exigindo estratégias distintas. O tipo de conteúdo também importa: TikTok demanda postagens dinâmicas, Instagram valoriza narrativa pessoal e visual, e Facebook foca em conteúdos extensos. Quanto ao WhatsApp (H4), a falta de dados pode refletir uso mais privativo ou limitação metodológica. Essa fragmentação sugere diferenças técnicas e construção de narrativas políticas adaptadas a cada rede e conteúdo.

Engajamento e Desigualdades

A análise quantitativa mostra padrões distintos de engajamento. Letícia Awju Torino Krikati alcançou os maiores índices (300–500 interações por post), especialmente em vídeos e pautas indígenas, enquanto Daniel Guajajara e Fabrício Guajajara tiveram resultados medianos com *cards* genéricos ou propostas de governo. A ausência de dados para 7 candidatos (43,7%) indica desafios metodológicos ou falta de investimento em métricas digitais, limitando comparações. Os resultados sugerem que o desempenho eleitoral digital está ligado a desigualdades materiais e simbólicas: candidatos com mais escolaridade, recursos financeiros e inserção partidária exploram melhor as plataformas, enquanto outros permanecem em uso pessoal, sem profissionalização.

Sobressai uma dupla estratégia discursiva. Conteúdos identitários, memória cultural, demarcação de terras e valorização étnica, reforçam o vínculo comunitário e garantem apoio das bases indígenas. Conteúdos universalistas, defesa da honestidade, saúde e educação, buscam sensibilizar o eleitorado não indígena, majoritário em municípios como Arame. Esse equilíbrio político delicado parece contribuir para a autenticidade identitária sem perder diálogo com setores externos, condição indispensável para ampliar a inserção indígena na esfera municipal, embora carregada de tensões.

Contudo, o equilíbrio não é isento de riscos. O reforço identitário pode ser visto por alguns não indígenas como pauta “exclusiva”, reduzindo apelo eleitoral; o excesso de universalismo pode gerar percepção de diluição da identidade coletiva nas comunidades. Esses dilemas dialogam com a crítica de Hale (2002) ao multiculturalismo neoliberal: visibilidade conquistada nem sempre se traduz em poder político efetivo. Assim, o engajamento digital dos candidatos indígenas no Maranhão reflete criatividade e articulação, mas evidencia limites estruturais que condicionam sua atuação nas mídias digitais.

A leitura dos resultados se amplia em diálogo com experiências latino-americanas. No Equador, pautas como demarcação de terras e educação bilíngue tornaram-se narrativas de alcance nacional (Cervone, 2012). Na Bolívia, rádios comunitárias e, depois, redes sociais foram centrais para a autonomia frente à mídia tradicional (Gustafson, 2009), em contraste com o Maranhão. Na Argentina, práticas informais nas redes reforçam vínculos locais (Auyero, 2001; Lapegna, 2016), diferindo de candidatos maranhenses que mantiveram perfis pessoais pouco articulados à campanha. Assim, embora compartilhem a ênfase em pautas identitárias e narrativas emocionais, as candidaturas indígenas no Maranhão enfrentam barreiras adicionais de escolaridade, financiamento e falta de profissionalização digital, que limitam alcance e eficácia.

Ainda que Bolívia e Equador demonstrem distinções estruturais em relação ao cenário brasileiro, principalmente no que se refere à densidade demográfica indígena e ao nível de institucionalização política dos movimentos indígenas, esses casos foram explorados como referenciais analíticos relevantes para a compreensão de processos latino-americanos de construção identitária, mobilização étnica e comunicação política indígena. Ainda assim, reconhece-se que cenários como Austrália, Canadá, Estados Unidos e Argentina podem apresentar aproximações mais comparáveis ao contexto brasileiro em termos de peso demográfico indígena, sendo significativos para estudos posteriores sobre representação política indígena em democracias caracterizadas por menor inclusão institucional indígena.

Implicações para a Representação Política

Os dados sugerem que candidatos que combinam pautas identitárias e formato multimídia (vídeos, imagens) mobilizam melhor seu eleitorado, apoiando as hipóteses H1 e H3. No entanto, a alta taxa de candidatos sem conteúdo político (43,7%) indica barreiras como falta de recursos, conhecimento técnico ou acesso a equipes de comunicação, o que pode ser crítico para a baixa representação indígena em cargos eletivos, já destacada na tabela anterior.

O equilíbrio entre reforço identitário e apelo universalista é evidente em Arame, município com eleitorado indígena e não indígena. Os candidatos reafirmam pautas identitárias, como defesa do território e valorização da cultura Guajajara, e mobilizam temas de interesse geral, como saúde, educação e infraestrutura, dialogando com toda a população. Arame pode ser interpretado como um exemplo do caráter duplo das campanhas indígenas: enraizadas nas bases comunitárias e abertas à negociação discursiva com públicos externos, evidenciando a política municipal como espaço de tradução cultural e negociação interétnica.

Essa presença digital, quando articulada estrategicamente, pode contribuir para reduzir barreiras históricas de invisibilidade política ao humanizar propostas e criar conexão emocional com o eleitorado. A desigualdade de acesso parece estar associada à falta de conteúdo político em grande parte dos vereadores, refletindo limitações financeiras e técnicas.

Torna-se imprescindível capacitação em comunicação política, pois essa mobilização é decisiva para ampliar o alcance indígena na política, evidenciando a necessidade de políticas públicas de inclusão digital para grupos sub-representados, considerando que redes sociais permitem articulação política, construção de narrativas próprias e denúncia de injustiças.

Resultados complementares do formulário

Conquanto o objetivo deste artigo discuta sobre as estratégias digitais empregadas pelos candidatos a vereadores indígenas, apenas três lideranças responderam ao formulário aplicado no início da coleta de dados: José Marcos Guajajara, Leonardo Rodrigues Alencar Guajajara e Letícia Awju Torino Krikati. Embora o número de respostas seja reduzido, considerando que o total de candidatos era 23, isso não compromete a análise, mas revela os desafios de acesso, comunicação

e disponibilidade enfrentados por essas lideranças em diferentes municípios e territórios. Entre as respostas recebidas, entende-se que há uma variação nos tempos de atuação, indo de menos de um ano a mais de cinco anos, sendo que apenas uma delas foi efetivada como vereadora, o que demonstra uma diversidade de experiências políticas dentro das variadas comunidades.

Essa dificuldade na aquisição de dados reforça a importância de reconhecer as particularidades locais, como Montes Altos, onde atua Letícia Awju Torino Krikati. Para analisar mais profundamente as dinâmicas políticas e comunicacionais desses sujeitos, o formulário revelou que, apesar de algumas comunidades contarem com recursos financeiros da FUNAI, iniciativas privadas e governos, a falta de recursos ainda é o principal desafio para a representação política. Há desequilíbrios na ocupação de espaços de decisão, e a capacidade de mobilização e articulação política varia de média a baixa, apontando problemáticas estruturais na construção de representatividade.

Considerações finais

Os achados desta pesquisa sugerem tendências compatíveis com as hipóteses iniciais, mostrando que as estratégias digitais dos candidatos indígenas no Maranhão podem refletir um processo complexo de resistência e reafirmação identitária, conforme Andolina, Laurie e Radcliffe (2009) e Albó (1999). A predominância de pautas indígenas e apelos emocionais nas campanhas (H1) sugere a centralidade da politização da etnicidade como mecanismo de mobilização, como destacaram Cervone (2012) e Colloredo-Mansfield (2009) em contextos latino-americanos. No entanto, obstáculos estruturais — falta de recursos financeiros e apoio institucional — revelam os limites do multiculturalismo neoliberal (Hale, 2002), que permite visibilidade, mas não garante condições equitativas para efetividade eleitoral. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas que transcendam a inclusão simbólica e enfrentam desigualdades materiais.

Ao comparar os dados, percebe-se que o Maranhão compartilha com Equador, Bolívia e Argentina o uso de pautas identitárias e narrativas emocionais para mobilizar bases comunitárias. Diverge, porém, em aspectos cruciais: no Equador e na Bolívia, organizações indígenas estruturadas e mídias comunitárias fortalecem a pressão institucional, enquanto no Maranhão a falta de profissionalização digital e

o baixo financiamento limitam o alcance das campanhas. O contraste mostra que, embora o uso criativo das redes sociais seja comum, seus efeitos políticos variam conforme a densidade organizativa e as condições materiais.

Por meio das análises das candidaturas a vereador indígena no Maranhão, na eleição de 2024, expõe-se um cenário visivelmente marcado por desigualdades históricas e obstáculos estruturais, onde o fácil acesso ao sistema eleitoral não oferece a equidade — aspecto necessário para uma disputa eleitoral justa. Elementos como recursos financeiros, escolaridade e ferramentas digitais são decisivos na efetividade eleitoral.

Ainda há um amplo setor político onde as desigualdades sociais continuam se desenvolvendo. Mesmo com o aumento da presença indígena e da diversidade étnica, a baixa escolaridade dos próprios candidatos, a falta de recursos nas campanhas, as vinculações em partidos tradicionais e o uso desproporcional das redes limitam sua eficácia.

A análise das plataformas digitais aponta para a relevância da “estrutura de oportunidade política” (Tarrow, 1994; Van Cott, 2000 – citação direta?), sugerindo que a presença em múltiplas redes sociais (H2) pode ampliar o alcance das candidaturas, mas não supera barreiras algorítmicas e econômicas. O Instagram apareceu como a plataforma de maior centralidade entre os casos observados, corroborando a teoria da mobilização de recursos (McCarthy; Zald, 1977), pois candidatos com maior capital simbólico — como Letícia Awju e Rita de Cássia — aparentaram maior capacidade de adaptação das narrativas identitárias a formatos multimídia, gerando engajamento. Contudo, a subutilização do WhatsApp (H4) contrariou expectativas teóricas (Díaz Polanco, 1997), sugerindo que fatores locais, como acesso à internet e habilidades técnicas, influenciam a adoção de plataformas. Esses dados destacam a necessidade de capacitação digital para potencializar a autonomia comunicativa das comunidades indígenas.

Contudo, a participação dos concorrentes com um nível maior de engajamento — principalmente mulheres, como as indígenas Rita de Cássia e Letícia Awju — representa que há possibilidade de visibilidade e inserção quando há um uso equilibrado dos recursos, tanto financeiros quanto midiáticos, sendo grandes aspectos para a conquista do espaço político.

Ademais, dentre as plataformas digitais analisadas, o Instagram, principalmente, manifesta-se como fundamental ao se tratar da construção de imagem

pública e da identidade étnica. Apesar da mobilização feita, entretanto, a ausência de capacitação técnica e infraestrutura perpetua a barreira de grande parte dos candidatos na busca por uma representação política efetiva.

Nesse sentido, torna-se evidente que o fortalecimento da representação indígena não pode depender apenas da criatividade dos candidatos em suas redes sociais, mas exige políticas públicas estruturais de inclusão digital, financiamento equitativo de campanhas e apoio institucional consistente. Do contrário, o risco é que a visibilidade conquistada permaneça restrita ao campo simbólico, sem repercutir em ganhos concretos de poder político.

Em conclusão, a sub-representação dos indígenas na política maranhense demonstra o grau dos entraves econômicos e a atuação limitada na mídia, que dificultam o avanço da inclusão política dessas comunidades — muitas vezes marcadas por estereótipos ou abordagens superficiais. Isso reforça as dificuldades de visibilidade adequada, sustentando assimetrias e complicando o estabelecimento de uma representação política mais plural e justa.

Por fim, os resultados dialogam com a crítica de Benzecry e Baiocchi (2017) à “política com p minúsculo” (citação?), mostrando que conteúdos pessoais e emocionais (H3), como histórias de vida e vídeos de mobilização, foram tão ou mais eficazes que discursos institucionais. Essa dinâmica evidencia o papel das narrativas simbólicas (Benford; Snow, 2000) na coesão comunitária e no enfrentamento da marginalização midiática. Apesar de avanços na participação feminina e no uso estratégico das redes, a conquista eleitoral indígena ainda depende de transformações estruturais, como investimento em educação e financiamento de campanhas. O estudo oferece evidências exploratórias compatíveis com as hipóteses propostas e contribui para debates sobre democracia digital e inclusão política, destacando a necessidade de ações intersetoriais para garantir representatividade efetiva.

Referências

ALBÓ, X. Andean People in the Twentieth Century. In: SALOMON, F.; SCHWARTZ, S. (Eds.). **The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 3, p. 823-831.

ANDOLINA, R.; LAURIE, N.; RADCLIFFE, S. **Indigenous Development in the Andes: Culture, Power, and Transnationalism**. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

AUYERO, J. **Poor People's Politics: Peronist Survival Networks and the Legacy of Evita**. Durham: Duke University Press, 2001.

AUYERO, Javier. Routine Politics and Violence in Argentina: The Gray Zone of State Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

AUYERO, Javier. Patients of the State: The Politics of Waiting in Argentina. Durham: Duke University Press, 2012.

BASTOS, S.; CAMUS, M. **Entre el mecapal y el cielo: desarrollo del movimiento maya en Guatemala**. Guatemala: FLACSO, 2003.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

BENGOA, José. La emergencia indígena en América Latina. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BENGUA, J. **La emergencia indígena en América Latina**. Santiago de Chile: FCE, 2000.

BENZECRY, C. E.; BAIOCCHI, G. What is political about political ethnography? On the context of discovery and the normalization of an emergent subfield. **Theory and Society**, v. 46, p. 229-247, 2017.

BRADER, T. **Campaigning for Hearts and Minds: How Emotional Appeals in Political Ads Work**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

CERVONE, E. **Long live Atahualpa: Indigenous politics, justice, and democracy in the Northern Andes**. Durham: Duke University Press, 2012.

COLLOREDO-MANSFIELD, R. **Fighting Like a Community: Andean Civil Society in an Era of Indian Uprisings**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DÍAZ POLANCO, H. **La rebelión zapatista y la autonomía**. México: Siglo XXI, 1997.

ESCOBAR, A.; ALVAREZ, S. E. (Eds.). **The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy**. Boulder, CO: Westview Press, 1992.

GUSTAFSON, B. **New Languages of the State: Indigenous Resurgence and the Politics of Knowledge in Bolivia**. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

HALE, C. Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala. **Journal of Latin American Studies**, v. 34, p. 485-514, 2002.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2018.

LACLAU, E. **The Making of Political Identities**. London: Verso, 1994.

LAPEGNA, P. **Soybeans and Power: Genetically Modified Crops, Environmental Politics, and Social Movements in Argentina**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MAÍZ, R. El indigenismo político en América Latina. **Revista de Estudios Políticos**, n. 123, p. 129-174, 2004.

McCARTHY, J.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

PACHIRAT, Timothy. **Every Twelve Seconds: Industrialized Slaughter and the Politics of Sight**. New Haven: Yale University Press, 2011.

RÔMULO, Hesaú; ALBALA, Adrián. Indigenous Political Representation in Latin America: An Overview. In: ALBALA, Adrián; NATAL, Alejandro (org.). **Indigenous Political Representation in Latin America**. Cham: Springer, 2023. p. 1-21.

TARROW, S. **Power in Movement**. Cambridge: CUP, 1994.

VAN COTT, D. L. **The Friendly Liquidation of the Past**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2000.

YASHAR, D. Democracy, Indigenous Movements, and the Postliberal Challenge in Latin America. **World Politics**, v. 52, n. 1, p. 76-104, 1999.

Collective mandates and gender dimension: impacts on performing political representation in Brazil¹

Cristiane Brum Bernardes²

ORCID: 0000-0001-5367-3047

Abstract: This article examines the phenomenon of collective mandates in Brazil as an institutional innovation in the field of political representation to understand how this emerging model reconfigures traditional practices of representation. Widely discussed in the literature as a partial response to persistent patterns of political exclusion, collective mandates are here analyzed through the lens of women's underrepresentation. The aim is to reflect on the institutional innovations proposed by this model and assess their potential to expand access to legislative power. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, based on semi-structured interviews with representatives engaged in collective mandates across different regions of Brazil. The main findings suggest that, although still limited in scope, collective mandates present significant potential as a tool for facilitating the access of women – particularly Black and transgender women – to elective office. By challenging traditional norms of political representation and creating new forms of linkage between representatives and represented, these experiences point to promising, albeit incomplete, pathways toward more inclusive legislative institutions.

Keywords: Collective mandates; City Council; Political Performance; Gender and Politics; Brazilian Legislatures.

¹ The reflection presented in this article is part of the research project “Global Ethnographies of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures” (EoPPP), concluded in 2024 and was designed to understand forms of communication and relationships between parliamentarians and the population. The project received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme from the European Research Council (Grant Agreement No 8349986).

² Assessora técnica do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) da Câmara dos Deputados. Docente e pesquisadora do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (CEFOR). Doutora em Ciência Política (IESP-UERJ). Mestra em Comunicação e Informação (UFRGS). Integrante do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD); da Global Research Network on Parliaments and People (GRNPP); da International Parliament Engagement Network (IPEN); e do Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP/UnB). E-mail: cris.brum@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6551236530955522>

Resumo: Este artigo examina o fenômeno dos mandatos coletivos no Brasil como uma inovação institucional no campo da representação política, com o objetivo de compreender como esse modelo emergente reconfigura as práticas tradicionais de representação. Amplamente discutidos na literatura como uma resposta parcial aos padrões persistentes de exclusão política, os mandatos coletivos são aqui analisados sob a perspectiva da sub-representação feminina. O objetivo é refletir sobre as inovações institucionais propostas por esse modelo e avaliar seu potencial para ampliar o acesso ao poder legislativo. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com representantes engajados em mandatos coletivos em diferentes regiões do Brasil. Os principais achados sugerem que, embora ainda limitados em alcance, os mandatos coletivos apresentam um potencial significativo como ferramenta para facilitar o acesso de mulheres – especialmente mulheres negras e trans – aos cargos eletivos. Ao desafiar as normas tradicionais da representação política e criar novas formas de vínculo entre representantes e representados, essas experiências apontam para caminhos promissores, ainda que incompletos, rumo a instituições legislativas mais inclusivas.

53

Palavras-chave: Mandatos coletivos; Câmara Municipal; Performance Política; Gênero e Política; Legislativos Brasileiros.

Resumen: Este artículo examina el fenómeno de los mandatos colectivos en Brasil como una innovación institucional en el campo de la representación política, con el objetivo de comprender cómo este modelo emergente reconfigura las prácticas tradicionales de representación. Ampliamente discutidos en la literatura como una respuesta parcial a los patrones persistentes de exclusión política, los mandatos colectivos son aquí analizados desde la perspectiva de la subrepresentación de las mujeres. El objetivo es reflexionar sobre las innovaciones institucionales propuestas por este modelo y evaluar su potencial para ampliar el acceso al poder legislativo. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en entrevistas semiestructuradas con representantes involucrados en mandatos colectivos en diferentes regiones de Brasil. Los principales hallazgos sugieren que, aunque todavía limitados en alcance, los mandatos colectivos presentan un potencial significativo como herramienta para facilitar el acceso de las mujeres – especialmente mujeres negras y trans – a los cargos electivos. Al desafiar las normas tradicionales de la representación política y crear nuevas formas de vínculo entre representantes y representados, estas experiencias señalan caminos prometedores, aunque incompletos, hacia instituciones legislativas más inclusivas.

54

Palabras clave: Mandatos colectivos; Concejo Municipal; Desempeño Político; Género y Política; Legislaturas Brasileñas.

Introduction

Concomitantly with the recent setbacks in the world political scenario and in Brazil in particular, where we observe the rise of the far-right to power, the country is also experimenting with innovations in the form of participation with the growth of the so-called collective mandates. These are initiatives that bring together two or more elected persons, who share legislative tasks among themselves, such as the preparation of bills, supervision of the executive branch, representation and parliamentary positioning.

These mandates are led by a spokesperson who has a formal link with the political party and the legislative house (City Council, Legislative Assembly or National Congress), but with a political commitment to share this mandate with their group of “co-parliamentarians”. Collective mandates have different formats which bring varied expectations of co-councilors. In a variety of ways, shared mandates also encourage the participation of their constituents in decision-making about the mandate.

Magarian (2023) understands the collective mandates as those composed of two or more people who occupy a seat in the legislature. The author makes a distinction between the other elective arrangements and the collective format. Although many times parliamentarians’ advisors are the ones who effectively make contact with the bases, constituting the real articulators of political networks, the electorate knows that the vote is destined for the parliamentarian, not for these advisors.

Mendonça, Gelape and Cruz (2022) also recall that the novelty represented by collective mandates is often questioned, since traditional mandates also have an important collective dimension, as they are connected with parties and obtain support in political networks collectively structured by elected representatives and other political actors who act in the mandate, such as social leaders, activists and advisors. The novelty represented by collective mandates, however, would be in the attempt to collectively construct decisions, in various formats, and with the use of popular participation tools. As highlighted by the authors, “collective mandates often give, therefore, emphasis to overlooked issues and bring different bodies to representative politics” (MENDONÇA; GELAPE; CRUZ, 2022, p.5).

To give an idea of the dimension of the phenomenon in Brazil, Secchi and Leal (2020) recorded 313 (three hundred and thirteen) cases of collective candidacies for the position of councilor in the municipal elections of 2020. Of these, 22 managed to be elected, that is, 7.03% of applications were successful that year. In total, 517,956 candidates were registered for the 58,208 councilor posts existing in the 5,567 Brazilian municipalities in 2020.³

In the 2020 elections, collective candidacies represented only 0.06% of candidacies and 0.34% of votes, which represents an average vote performance higher than that of traditional individual candidacies (SECCHI; LEAL, 2020). In the same year, there was a significant increase in female collective candidacies, when compared to the history of collective candidacies in Brazil which, until the 2018 elections, were led in 81% of cases by male candidates (RAPS, 2019). That year, 47.3% (148) of the collective candidacies were led by female candidates (RAPS, 2019), while in 2024 this percentage has raised to 54% (INESC, 2024).

Bearing in mind this context, the focus of this study is how this participatory innovation has allowed the entry of groups historically excluded from institutional politics into the Legislatures. In particular, black women and trans-gender people (ALMEIDA; LÜCHMANN, 2022). The main innovation consists in adding voters gathered around each co-representative so that the ticket as a whole has the minimum votes to be elected.

This article brings a report by women about their experiences in collective mandates to reflect and analyze the meanings of political representation that the phenomenon mobilizes. Therefore, the focus is on the conditions for the exercise of mandates where women are formal representatives or co-representatives elected, not the connected phenomena of collective candidacies. The representation of political minorities is a productive field of observation to analyze the nuances of contemporary politics, as well as the diversity of everyday practices that serve to build the relationship between representatives and voters.

People who currently participate or have participated in collective mandates were interviewed in-depth for this paper. During the period of September

³ The councilors are elected through the open list proportional system, in which the electoral district is the municipality. In this way, voters vote for only one name, and the votes are distributed among the parties to fill the total number of seats, which is more or less proportional to the population of the municipality. The parties that receive more votes occupy more seats, proportionally, as long as they exceed a minimum barrier clause. Often, a candidate ends up elected with far fewer votes than others from other acronyms, because his party achieved more votes in total.

2022 and February 2023, we interviewed 9 people, totaling 6 collective mandates, in addition to a representative of the Frente de Mandatos Coletivos⁴, as showed in the Figure 1. Many of these people were elected in local elections and work as local councillors at the time of interviews (vereadoras or vereadores, in Portuguese) and one was elected as state deputy (Juntas/PE).

Table 1 – Collective Mandates Interviewed

Collective Mandate's Name	City	State	Nº of representatives	Population of the city/state	Party
Juntas	-	Pernambuco	5 (five)	9,5 million	PSOL
Bancada Feminista	São Paulo	São Paulo	5 (five)	11,9 million	PSOL
Pretas por Salvador	Salvador	Bahia	3 (three)	2,5 million	PSOL
Representa Taubaté	Taubaté	São Paulo	3 (three)	322.400	Multi party
Mandato Coletivo de Alto Paraíso	Alto Paraíso	Goiás	5 (five)	10.300	Multi party
Coletiva BH	Belo Horizonte	Minas Gerais	10 (ten)	2,4 million	PT

Source: The author, 2026.

As the table above illustrates, the majority of the mandates examined in this paper are based in large urban centres, with only one exception. This pattern may be attributable to the difficulties candidates face in competing in larger electoral districts. Furthermore, most mandates are held by individuals affiliated with left-leaning parties, a trend previously identified by Almeida (2024). Two cases in particular are noteworthy, as they involve co-representatives from different political parties; the implications of this specific arrangement for their legislative work are explored below.

The interviews were conducted online and lasted approximately one hour on average. During the interviews, participants were invited to: 1) recount their political trajectories, outlining the reasons for the formation of the collective mandate, as well as explaining the group's composition and their political backgrounds; 2) detail their method of legislative work and political agenda, also explaining the

⁴ I thank the research assistant Telma Hoyler, who conducted most of the interviews, debated the questions raised here and gave in the transcriptions that made this paper possible.

arrangements relating to the management of the parliamentary mandate, such as internal decision-making practices and the use of resources; and 3) reflect on the significance of the collective experience for the gender and race agenda, as well as analyze the empirical obstacles to achieving representative relationships.

The article is structured in three sections. The first section summarizes some data of women's participation in Brazilian institutional politics and presents some conceptual definitions from the literature. Next, we present the formation of Brazilian mandates from the perspectives of gender and race, from the testimonies collected through in-depth interviews, and from the electoral data systematized by other researchers. In the third section, we reflect on the innovations and substantive changes in representativeness achieved by this strategy, building a dialogue between empirical data and conceptual ideas brought from the literature.

Definitions of collective mandates and Women's political participation in Brazil

Researchers, looking at the Democracy Index, have pointed out that the phenomenon of collective mandates is born in the midst of the most recent democracy crisis in which trust in the traditional model of representation is questioned (SILVA et. al. 2021; NASCIMENTO, 2021). Others point to critical elements such as the decrease in affiliation to political parties, the distance between the interests of representatives and those represented, and a decrease in trust both in politicians and in political parties and institutions (SCHMITTER, 2013; FUNG; WRIGHT, 2003; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Obviously, this diagnosis should be confronted with Brazilian empirical data about political parties' affiliation and level of trust⁵.

Almeida and Lüchmann (2022) point to the closure of institutional channels by the Federal Executive after the impeachment of Dilma Rousseff in 2016 as a motivation for left-wing social movements to adopt new strategies of participation and occupation of politics, among which collective mandates stand

⁵ According to Superior Tribunal Eleitoral (TSE), the 33 Brazilian parties had 16,8 million people affiliated in 2019, which represents approximately 8% of the population. About trust, a public poll from March 2026 indicates 52% of Brazilian voters don't trust political parties. More information available at: <https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Junho/estatistica-do-tse-traz-panorama-da-filiacao-partidaria-no-brasil> and at: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/descredito-de-instituicoes-cresce-e-52-desconfiam-de-partidos-politicos-mostra-datafolha/>

out. More recently, Almeida (2024) reinforces that the closing of channels of interaction between the Executive and social movements after Rousseff's impeachment, particularly during Bolsonaro's government, has stimulated the search for new ways of gaining entry to political institutions by social movements already active in the Brazilian scenario (Almeida, 2024, p. 10). From this perspective, collective mandates represent a strategy aimed at securing more space within governments and legislatures.

Magarian (2023) recalls that the first mandate to call itself a collective was that of Durval Ângelo, elected state deputy in Minas Gerais by the Workers Party (PT) in 1994. Almost two decades later, in 2012, Caio Cunha, by the Green Party (PV) in Mogi das Cruzes (SP), Paulo Camolesi (PV) in Piracicaba (SP) and Ronei Costa Martins (PT) in Limeira (SP) were also elected councilors in mandates that were also called collective. According to the literature, "such mandates were acted by political councils, debate groups or networks, in order to share deliberations" (RAPS, 2019, p. 55-57; MAGARIAN, 2023), but the author also considers that it is from 2014 onwards that the phenomenon takes on momentum, from the political crisis triggered by the June 2013 Journeys, in the wake of political instability in the second decade of the 21st century.

59

For Magarian (2023), none of the previous experiences was configured as a collective mandate, "for not having presented the other co-parliamentary to the electorate". Thus, she considers the Collective Mandate of Alto Paraíso, elected in 2016, the first in the country, even though it was registered in the name of João Yuji (PTN, current Podemos).

Referring to the relationship between mandates and candidacies, Campos and Matos (2023) differentiate individual candidacies from shared candidacies, which "involve the commitment, in proposing and registering the candidacy and during the electoral campaign, that the number on the ballot box represents a collective or a pre-defined group of individuals – candidates for co-parliamentary" (CAMPOS; MATOS, 2023, p.4). Thus, the authors point out, "the ballot box deposits political trust in the group" (CAMPOS; MATOS, 2023, p.4). There is also, as an intermediate model, individual candidacies that carry out collective campaigns, combining efforts and collaboration of different individual candidacies during the campaign. But the authors alert to the difference between candidacies and mandates: "Collective mandates (...) result in

the construction of co-participated political experiences, either through shared candidacies or through individual candidacies that built collective campaigns” (CAMPOS; MATOS, 2023, p.5).

Almeida (2024) suggests that an essential difference between shared and collective mandates should be drawn from the way the candidacies are designed. According to the author, shared mandates are the ones who derived from individual candidacies that aggregated groups for discussion of agenda and priorities. It is a usual way politicians articulate supporters during campaigns, which can continue during the exercise of the mandate. On the other hand, collective mandates are formed when a group of people decide to run together for just one chair, usually in the Legislatures (ALMEIDA, 2024, p. 11), which means a collective candidature as well.

The innovation is still not regulated formally, functioning as institutional bypass (MAGARIAN, 2023) or *gambiarra*⁶ (MENDONÇA; GELAPE; CRUZ, 2022, p.9) in which political actors can produce a whole set of new rules and work on the margins of existing norms to establish new institutions and/or give new meanings to the existing ones. Although collective candidacies have not completely changed the structure of political representation in Brazil or even managed to change the rules, they create important innovations.

To understand the size of the innovation that collective mandates represent in the promotion of women’s rights in Brazil, and black women in particular, some data about female representation is needed. In the 2022 elections, women held only 17.7% of seats in the Chamber of Deputies, a percentage similar to that of legislative assemblies (17.9%) and slightly above that of the Senate (14.8%), even with the existence of a minimum quota of 30% of candidacies since 1997 (Law nº 9.504/1997). A similar percentage of women are elected to city councils (18,22%) in 2024, but more than 770 municipalities have not elected one single woman for its local chambers.

Regarding race, black women are the largest population category (28%) and the most underrepresented in Brazil, with only 2.53% elected to the Chamber of Deputies. Mandates are, in this sense, an important tool for policy transformation. Magarian (2023) reminds us that the mandate, conferred by elec-

⁶ Brazilian slang that means a way to work around a problem, with limited resources and in a temporary manner.

tions, is the instrument by which representation materializes. Such a tool must meet the requirement of party affiliation for its eligibility and the collectives do it from varied formations, from just one to several parties.

Data on collective mandates up to 2020 show that there are more women candidates in this modality (47.3%) than in traditional mandates (34.6%). It is also noteworthy the registration of two non-binary collective candidacies, which indicates a process of diversification by gender (SECCHI; LEAL, 2020, p.11). Regarding the racial profile, the collective candidacies presented a more balanced profile, although with a clear underrepresentation of black women. White men were 25.56%, white women, 26.84%, and black men accounted for 25.87%, while black women reached only 19.8% of the candidacies (SECCHI; LEAL, 2020, p.14).

Some data from the profile of candidates in the 2020 local elections were also highlighted by Almeida (2024). Although women were included in collective candidacies in far greater numbers (48.3%) than in individual ones (34,6%), men still constitute the majority of spokespersons for these candidacies. Among the elected mandates, however, the percentage of female spokespersons rises to 64.7% and 72,5% of co-councillors (Almeida, 2024, p. 19). Regarding the racial profile of candidates, 2024 saw an increase in the number of white people (51.1%) registered in collective candidacies compared to 2020 (Almeida, 2024). However, there is greater representation of Black candidates (29.8%) compared to mixed-race (pardo) candidates (17.9%) (ALMEIDA, 2024, p. 20).

In 2021, the National Front of Collective Mandates (FNMMC) was created. According to the Front, by 2022, 28 collective mandates were elected in legislative assemblies and municipal chambers in Brazil. And despite the record of 215 collective candidacies for state and federal legislatures in 2022, only two were elected at the state level: Paula, from Bancada Feminista, and Monica, from Movimento Pretas, both for PSOL-SP.

In 2024, a study by INESC founded that 280 collective candidacies were registered, which corresponded to 0,06% of the total of candidates for local councillors. These collective candidacies were leaded by women (54%) and black people (59%), and showed more gender and racial diversity than the individual candidacies (INESC, 2024). However, the study detected two important dif-

ferences in the profile of candidates, in comparison with 2020: the increase in collective candidacies from right-wing parties and led by white man.

Among those who managed to get elected, 60% had female spokespersons and 50% declared themselves brown, black or yellow (ALMEIDA; LÜCHMANN, 2022, p.145), which demonstrates, according to the authors, the innovative potential of collective mandates in terms of inclusion of gender and race, compared to individual mandates. On the other hand, the concentration of candidacies in the Southeast Region and the high level of education of the members of the collective candidacies attest to some existing limits to political inclusion through this strategy.

The apparent decrease in the intensity of the phenomenon in the last national election (2022) makes us question whether the initiatives of collective mandates will acquire some kind of preponderance as viable institutions for all levels of the federation or will they remain restricted to the municipal sphere. Are such initiatives just a one-off experiment in the Brazilian political scene or a democratic innovation in the process of consolidation?

The recent shifts in the profile of competitors – more male, white, from conservative parties – are another source of criticism on the effectiveness of collective mandates to improve the political representation of minorities and deserve more compared research to be evaluated. If people being elected through these arrangements are so similar to ones elected through conventional ways of recruitment, what are the advantages of collective candidacies for excluded population segments? We will return to these issues in the conclusion.

62

Institutional dilemmas of collective mandates

It is interesting that, while surveys have talked about a feeling of dissatisfaction with representation and democracy in general, in which the population does not feel confident in the system or that their ideas are represented by politicians (SILVA et. al, 2021), among feminist and black collective candidacies, this takes on a very particular meaning.

“Crisis” was not a term that appeared throughout the interviews as a justification for the formation of collective mandates, besides being a common feature of many analysis about political representation. Since it is not validated

by our empirical qualitative data that brings the “native terms” for the phenomenon, the literature focus on the “crisis of representation” would not be used in this paper as an analytical category, appearing more as a contextual feature of contemporary democratic regimes.

Even so, some authors who study collective mandates converge on the perception that such types of mandates

(...) emerged as quick-fixes to deal with concrete problems of political representation, re-signifying elements of the Brazilian electoral system without major reforms. They are creative ways to overcome problems such as the misrepresentation of oppressed groups and the insulation of individuals in formal politics. Due to the high barriers of entry and the country’s representative deficits, some political actors aim at subverting existing rules to produce some institutional change. (...) The innovation here (as in many contexts) does not involve, at least in its origins, the establishment of new rules or deep reforms. Rules are appropriated in innovative ways through practices that creatively seek to fix a set of problems. (MENDONÇA; GELAPE; CRUZ, 2022, p.10)

We agree with Mendonça, Gelape and Cruz in the perception that collective mandates face as their main limitation “the lack of legal recognition and regulation in electoral laws” (2022, p.11). The difficulties faced in organizing the collective candidacy itself later turned into an “endless friction with the internal regulations of the legislative chambers” (MENDONÇA; GELAPE; CRUZ, 2022, p.12). When taking office in the legislative houses, the participants of these mandates realize that the parliamentary exercise is difficult, and often made unfeasible in its collective format, because there is a lack of standards and acceptance in the internal regulations to guarantee the prerogatives of parliamentary action for all members that are components of collective mandates.

The demand for historical reparation for black people and the dispute for an institutional space that has not allowed the election and maintenance of women in spaces of power are justifications mobilized by the interviewees for the collective candidacies.

Mandate is an institutional tool. The collective format is one of the ways we found to try to subvert the logic of this tool, to expand the reach of this tool, but it is not an end in itself. We are from a revolutionary party, we recognize the limits of institutionality, but also the importance of occupying these spaces for the

achievements they can bring. (Co-Councilwoman of the Bancada Feminista São Paulo)

Among the advantages of a collective mandate is the possibility, therefore, of breaking entry barriers into the electoral political system, in particular for new entrants into politics, since the aggregation of multiple people brings with it potential voters and multiplies the chance of election.⁷ As Campos and Matos highlight, facing the candidacies collectively was the motivation for several of the candidates, because the difficulties can be alleviated by the collective work during campaigns (CAMPOS; MATOS, 2023, p.19-20).

Although advances are timid, recent mapping shows that collective candidacies for councilor in 2020 and in 2024 were more used, proportionally, by women, young people and self-declared black people compared to conventional candidacies (ALMEIDA; LÜCHMANN, 2022; INESC, 2024). No wonder, even today, this format faces institutional resistance within the legislative houses, raising the question of changing the legal framework already in progress.

One of our interviewees cited Marielle Franco, a councilwoman of Rio de Janeiro that was brutally murdered in 2018 while investigating the militia, in a crime solved just in 2024 and whose perpetrators were convicted recently, in 2026:

We came back from the Ocupa Política event inspired, especially when we saw the Juntas [the collective mandate of PE, who had already been elected], who were occupying all political spaces in Recife, for the first time a trans woman (...). In 2018 we had a very strong loss, which is the brutal murder of Marielle. This brings about a very strong process of reflection that we need to run for office because the one who falls is not a man, it's a woman. And then we had a boom. This boom ends up having an inversion in PSOL Bahia because women become protagonists and occupy all spaces. (Co-Councilwoman of the Pretas por Salvador)

The situation mentioned by the representative was the most extreme and well-known case of political gendered violence ever tried in Brazil. Among those convicted were a former federal deputy, a police officer, and a state judge. However, despite the outcry following Marielle's murder, political gendered violence is a daily reality for women who enter – or try to access – political institutions, and this problem is not unique to Brazil (BIROLI, 2016; KROOK, 2018; IPU,

⁷ Specifically, collective mandates increase the chances of achieving the electoral quotient. In Brazil, it is necessary to reach a minimum total of votes to be elected, calculated based on the following equation: Electoral quotient (QE) = number of valid votes / number of vacancies.

2019; SABATINI et al., 2023). Growing awareness of this structural obstacle (BIROLI, 2016; KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016; KROOK, 2018; SABATINI et al., 2023) has led some women to choose collective candidacies and mandates as a strategy to confront the attacks and build networks to cope more effectively. In a sense, collective action helps women to manage the fear arising from the threats and reduces the feeling of isolation in the face of attackers – a feeling that is extremely common among women and other minority members when they enter parliament. At a historical moment when violence against women through digital tools and social media is on the rise (STEINERT; KOCH; PFEFFER, 2024; USHER; HOLCOMB; LITTMAN, 2018), the support of peers and the sharing of the representative burden through collective mandates can prove highly attractive to many women.

As the reasons for establishing collective mandates are diverse, the composition of them can also be, ranging from multiple parties in the same mandate as in the case of Alto Paraíso or Representa Taubaté, to the same party with more than one internal current as in the case of the Bancada Feminista of São Paulo or Pretas por Salvador. The heterogeneity of the group was invariably pointed out as a reason that leads to wear and tear and possibly to its rupture. This represents another difficulty for collective mandates, and some of them tend not to come out as such in the next election, launching isolated candidacies such as Robeyoncé Lima and Carol (co-deputies for the Juntas in Pernambuco), who ran separately in the following election.

The same was pointed out in the case of Representa Taubaté, formed by a municipal teacher, an actress and a cultural articulator who did not know each other prior to setting up the candidacy.

I'm not against collective mandates, but if I'm going to suggest it to someone I'll say: do it with people who have as similar agendas as possible. This diversity of people is rich, it's always valid, but do it with more congruent agendas. I no longer come as a collective mandate. But I already told the co-councilwoman one thing, if I win she can come with me, if she wins it's a possibility for me to be with her. Not with the co-councillor, because I already told him that and he told me, I hurt him a little. His audience is combative, they want to set fascists on fire and I am already a little more cautious, so I understand that I harm him with his audience because I also have a more conservative audience and such (Representa Taubaté).

The collective mandates Bancada Feminista de São Paulo, Pretas por Salvador and Juntas de Pernambuco were based on a substantive link between the agendas and, more than that, with people from the same political party. “It was a construction” as the co-councilwoman interviewed in Pretas por Salvador puts it: “I believe that when collective mandates are formed just to contest the election, that’s where we have problems. We need this building.” In these cases, the collective format was pointed out as important to enable entry into politics, but this alone would not guarantee them the exercise of substantive representation in defense of racial and gender agendas.

The more diverse the group internally, and the more specific the agendas of each of the members, greater are the challenges of day-to-day management and continuity of the mandate in the collective format. Differences in priorities and forms or styles of action were pointed out by all mandates, sometimes becoming unavoidable and leading to ruptures after just a few months of parliamentary exercise, as in the case of Coletiva-BH.

In general, the pragmatic solution found to allocate some space for action to all co-parliamentarians is to hire them as legislative advisors, from the budget available for each cabinet, within the structure of the House, while the one who holds the formal mandate remains as the official parliamentarian. Interviewees reported that the person who formally heads the ticket is generally overloaded with institutional work, as he is formally and legally responsible for all actions, in addition to putting pressure on his salary renegotiation, since the amounts received by parliamentarians are, without exceptions, greater than the salaries of advisors.

Since the beginning there have been some clashes regarding this perspective of collectivity. Gradually they saw that they were different perspectives (...) Priorities of agendas, priorities of people to be hired in the mandate, priorities regarding the financial issue itself, so during the campaign itself we talked a lot about salaries... wages will be equalized, the excess of the salary of the person who will be the CPF will become a fund... and then these differences started right after the victory, when we started to advance in the definitions. (Co-Councilwoman of the Bancada Feminista)

Obviously, this hierarchical difference, even if informally treated in different ways in the different arrangements, creates other legal difficulties for the participants, in addition to the equitable distribution of financial resources. For

example, it is common for legislative houses not to recognize the right to speak of those who are, formally, simple advisors, as well as not granting them the right to sign proposals on behalf of the mandate, or even officially participate in legislative activities such as public hearings or deliberative sessions as members of Parliament.

In some cases, there is some sort of division of labor between co-parliamentarians. For example, at Representa Taubaté, the co-participants hired as advisors are responsible for external activities, such as mobilizing communities and electoral bases, or contacting lobbyists, while the formal mandate holder is in charge of Parliament's internal activities and mobilizing a specific region of the city. In this case, we can point to possible future difficulties in the re-election of the councilor who formalizes representation in legislative work, if the collective dynamic is broken. After all, one of the primary tasks for any politician is to maintain his relationship with voters on a constant basis during his term, to show his relevance to the community. Thus, only the co-councilors are sufficiently known by the city's voters, while the formal representative has good inclusion among peers.

67

What does it change? Representation issues

In addition to the expanded numerical representation, throughout the interviews it became evident how the collective mandates of feminists and black women contributed to improve descriptive representation by including people who often are not elected for spaces of power. Besides amplifying the plurality of voices heard and amplified inside parliaments, the presence of more women, and specifically black women, in legislatures can bring other collective views and perspectives to the legislative arena (YOUNG, 2006). The potential for pluralization of representation is revealed through the data (ALMEIDA; LÜCHMANN, 2023), which means the inclusion of more diverse interests in the agenda.

In this sense, collective mandates include in the parliamentary agenda the interests, needs, demands and perspectives that were previously excluded from the political game (PHILLIPS, 2001; YOUNG, 2006). Furthermore, the political framing of issues that had hitherto been treated as individual problems is notable, as Porto (2021) also observed. As Young (2006) noted, a perspective

is better represented by a group than by just one individual, because the group is sufficiently broad to include different opinions and interests formed from divergent points of view on the same social perspective. Among the examples that emerged from the interviews, we highlighted the issue of women's work overload, which is now also discussed within the scope of the attributions of each co-parliamentarian member within the mandate, since several of them are members of the lower classes – workers – and not from the traditional political elites.

An interesting point that stands out in this reflection is the debate surrounding the public/private divide, something that has underpinned feminist thought itself over the last four decades. As Okin (2008, p. 313) notes, feminist thinkers from a range of perspectives and traditions have examined “the multiple connections between the domestic roles of women and the inequalities and segregation they face in the workplace, as well as the links between their socialisation in gendered families and the psychological aspects.” In this sense, the family is a primary focus of feminist theory, which challenges much of political theory that asserts a separation between the private sphere and the public and political spheres of men and women. In a way, what the neoconservatives are doing is, precisely, agreeing with feminists on the point that the personal is political, albeit from an opposing ideological standpoint. Even as they also oppose liberalism by defending concepts of family and religion as intrinsic to political organisation and as essential motives for political struggle, they are, in fact, engaging in a debate with feminism.

In addition to the challenging traditional notions of descriptive and substantive representation – and showing how issues treated as individual are actually political, especially in relation to the care policy and the responsibilities traditionally attributed to women (BIROLI, 2015; CARNEIRO, 2003; OKIN, 2008) –, these mandates also come to challenge the imaginary that people have of politicians. By broadening the profile of bodies that can be seen as “political”, or holders of institutional power, a point highlighted by Puwar (2004) when dealing with the symbolic representation carried out by women and non-whites, such mandates have inserted in the political discussion, for example, the issue of clothing for a trans woman parliamentarian in Plenary, mentioned in the interviews:

An article came out about how co-councilors have not respected the institution because of the clothes. In the House's bylaws, there

are rules about how to dress... but what do you mean if you're seen as a man, are you going to wear women's clothes? It gives a bug in their mind. We have been having these debates, these changes, this confrontation. And it has been bringing structural debates that were not in the annals of the Chamber (Co-Councilwoman of the Pretas por Salvador).

The presence of more women in such mandates, especially black women and those from the working classes, introduces into parliaments people who sit where they are not supposed to sit, fraternise with those accustomed to experiencing politics from a distance, challenge the rules for distributing resources internally, and represent segments of the population that had never before seen themselves inside Parliament.

Out of 44 councillors, 9 are women in Salvador. When we win, we change the face of the Chamber. So it's very interesting that outsourced workers look at girls like us, who sit on the floor of the Plenary, like "loooooookkkk... it could be my daughter!". It even gives me goosebumps. Even outsourced workers coming from different fields of indication, including from the right, have this very strong, they visualize, envision this moment of belonging (Co-Councilwoman of the Pretas por Salvador).

69

This is crucial if we consider, as Dahlerup (2014) emphasises, that "women's interests", "women's issues" or "gender sensitivity" are broad categories usually taken as universal concepts used to describe substantive representation, but which never reach an agreement on their definitions, even within feminist movements. After all, "women" itself is not a fixed, but "a historically and socially or culturally changing, category" (Dahlerup, 2014, p.67). In other words, the lack of universal definitions of what constitutes such interests is not a mistake or a failing on the part of feminist movements, but rather an intrinsic condition of the process of political contestation, with its historicity, dynamic coalitions, and tensions.

Likewise, Almeida and Lüchmann (2022) point out that collective mandates represent the reunion of social movements with institutionality through voting. In other words, the activists' electoral strategy challenges the parties to include new profiles and new demands in their agendas. Despite the institutional differences of agendas and actions between civil organizations and political parties, it is no coincidence that the authors report that 67.9% of the candidacies were from just three leftist parties - PCdoB, PT and, above all, PSOL -, all of

which have a traditional relationship with social movements. Similarly, Codato, Lobato and Castro (2017) highlight that indigenous candidacies are also concentrated in left-wing parties, something that the election of four indigenous women in 2022 also demonstrates: three of them were elected by the left.

As Campos and Matos (2023, p.11) point out, there is a perceptible intersectionality in political representation that “contributes to the exercise of leadership in gender and race policies in substantive terms and, finally, to incorporating cross-border demands and agendas”. For the authors, collective mandates multiply democratizing processes in the political space, by creating this institutional space for historically marginalized groups. In addition to adopting deliberative practices that include movements and collectives in decisions, collective mandates, therefore, open legislative institutions to “the performative and symbolic action of different bodies; and incorporate the cross-border dimension of a plural progressive political agenda” (CAMPOS; MATOS, 2023, p.11).

Obviously, as the authors themselves recognize, drawing attention to the potential for intersectional representation of such initiatives does not mean “ignoring the existing barriers to the legislative activities of plural representatives, especially for black women” (CAMPOS; MATOS, 2023, p.11). As studies in other countries point out (HAWKESWORTH, 2003; PUWAR, 2004; RAI; SPARE, 2019), women – especially black and non-white – are subjected to a variety of behaviors that can be characterized contemporaneously as political violence (BIROLI, 2016; GRUNEICH; CORDEIRO, 2023; KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016; KROOK, 2018; SABATINI et al., 2023), such as strategies of “silencing, stereotyping, invisibilization, exclusion, marginalization” and even physical aggression, as in recent cases registered in Brazil.

The issue involved in collective mandates, therefore, concerns what Phillips (2001) calls the Politics of Presence, that is, the contemporary demand for overcoming the exclusion of groups defined by gender, ethnicity or race in the political game, especially that played within institutions. The perspective of intersectionality – which refers to the overlapping of different forms of oppression for certain groups – has been highlighted by various authors since the 1990s. Carneiro (2003) draws attention to the fact that a dialectical process is established within feminism around the recognition of the diversity and inequality to which women are subjected, even as they are affirmed as new political subjects.

The awareness that gender identity does not naturally unfold into intra-gender racial solidarity led Black women to confront, within the feminist movement itself, the contradictions and inequalities that racism and racial discrimination produce among women, particularly between Black and white women in Brazil. (Carneiro, 2003, p.120)

As Phillips highlighted two decades ago, there is a new framework for issues of political equality, which questions whether the representation of ideas, with the simple defense of demands and arguments, would be enough to guarantee equity between different population segments. “The politics of ideas is being challenged by an alternative politics of presence” (PHILLIPS, 2001, p.272). Rios (2017) also addresses the issue of intersectionality, which means asking for whom politics are intended, while transversality takes into account how politics are formulated and implemented (Rios, 2017, p. 247).

In this sense, the current political demand is for inclusion in the institutional game, which comprises the discussion about what and who is being represented in our political regimes. Phillips does not advocate simply replacing the politics of ideas with a politics of presence, nor does she consider them excluding or opposing. On the contrary, she believes that both cannot be separated from the people who lead them and need to be combined in the political institution. “It is in the relationship between ideas and presence that we can place our best hopes of finding a fair system of representation” (PHILLIPS, 2001, p.289).

The answers to the question “What is a mandate for you?” produced one particular meaning that give us indications of how it unfolds in practice. Collective mandates are clearly seen as an instrument for transforming politics by black women representatives, a historically underprivileged group both in meeting basic needs and human rights, and with lower election rates. But the term also appeared among white men, showing that the dynamics of representation in Brazilian institutions are in constant movement and reconstruction.

Our long-term objective is to guide the decentralization of power outside of political parties, for which a mandate is a tool. We defend the echo of federalism, which is less power for the Union, so that in the long term it can reach the confederative form and mutualism, also decentralize economic power (former co-councilor Collective Mandate of Alto Paraíso).

One of the issues that remains unresolved, pointed out by Mendonça, Gelape and Cruz (2022), is who the mandate really belongs to, once the formally designated representative is removed. While the members of the mandate believe that one of the co-legislators should replace him, the parties are not unanimous in accepting this solution. Not to mention that there are collective mandates with members of different parties, which further complicates the solution for the problem.

Regarding the relationship between parties and political movements, Almeida (2024) defines collective mandates as a new mode of interaction between these institutions, in which networks of political actors share identities or establish new programmatic alliances, coming together to defend mutual causes or to elect a common representative. This interaction is shaped by the multiple affiliations of social actors, the quality of the relationship established between parties and movements, the type of associativism, the organizational structure of both bodies, the resources available for action, and the inequalities in terms of gender, race and sexuality manifested by the participants (ALMEIDA, 2024, p. 34). Of course, dual affiliation to parties and movements can make it easier for people defending minority or specific interests to operate, since they can more readily mobilise these networks. However, the emergence of collective mandates shows that even when proximity is the norm – as is the case with most left-wing parties – some groups still face difficulties in securing space for their representatives within political institutions. One explanation for this situation can be the overrepresentation of white men inside the parties' structures, as reported by the literature.

72

From the testimonies collected in this research and from the material already presented by other authors, we realize that much remains to be trodden, and discovered, in relation to the new forms of organization of political networks to influence representative institutions, called collective mandates.

Final considerations

Collective mandates have proven effective in terms of including marginalized groups in the experience of political representation, as showed by many research mentioned in this paper (ALMEIDA, 2024; ALMEIDA; LÜCHMANN, 2022). In doing so, they also question decisions and rules of institutional spaces. In a way, collective mandates, by including new people in politics, shed light on

the workings of the politics that were there when they arrived. Especially, they highlight the expected political places for certain bodies and, in the case of black women, they sharpen their difference in relation to those considered the political norm: white men.

Besides being a more inclusive experience for Black people, women and LGBTQIA+ people in Brazil when compared to other types of candidacies – and demonstrating, as Almeida (2024) argues, the creativity of political actors in confronting barriers to representation – collective mandates remain an incomplete adaptation, constructed as a solution to a significant problem within our political systems: the underrepresentation of certain groups in political institutions. I agree with Almeida on the need for caution regarding the democratic potential of these strategies to open political space to new voices. The author reminds us that the majority of spokespersons for such candidacies are white and male, exhibiting high levels of education, and when they are women, they tend to be young and single. However, despite retaining a similar profile to that of regular candidates, collective mandates do help to elect more Black people and women compared to the overall results of legislative elections in Brazil.

73

I believe this is an important feature, particularly if we bear in mind Pitkin's observation about republics: that they serve as a means to bring dangerous conflicts into a central, unique forum, where they can be controlled and rendered harmless through the balancing of demands and voices (PITKIN, 2006, p. 37). Yet this is only achievable if representatives truly represent the interests of their voters, completes her.

The difficulty of articulating the demands and interests of a mandate that has a multiplicity of internal groupings to a party or even a diversity of parties appears centrally in the interviews, precisely because the day-to-day challenge of the mandate goes through this: how a diverse group, which may include people from different party backgrounds, will decide on the same point.

Internal divergence is complicated to manage, because the justifications and reasons for a co-representative to explain why the mandate voted against the interests of his group will not always be accepted by the rest of the collective. In addition, important divergences between co-parliamentary members - whether in terms of policy content or acting style - can lead to impasses in terms of decision-making. However, from the legal point of view or the internal procedures of

the legislative houses, the formal representative is sovereign, with no institutional space for questioning his decisions by the other co-parliamentarians. Obviously, the question of the political articulation of the collective goes through, exactly, the deliberative condition of these arrangements.

Campos and Matos (2023, p. 22) point out that “collective mandates transformed political representation into experiences located on the frontier,” precisely because they challenged the norms governing the occupation of parliamentary spaces. In this sense, the authors suggest that this new format serves to “build bridges between political decision-making and the population, bringing representation and participation closer” (CAMPOS & MATOS, 2023, p. 22). “That is, this inventiveness existed, in short, to fit these bodies, which were historically left out of the formal political arena” (CAMPOS & MATOS, 2023, p. 22). Here, they appear to align with Pitkin (2006), who argues that only people who are politically engaged and active are truly free. This, however, is not always the primary purpose of representative institutions, which were “initially designed to open the public domain to ordinary people excluded from decisions, but which have served, in practice, to discourage active citizenship” (PITKIN, 2006, p. 42).

74

The disagreements of the co-participants on the actions of the representatives make the negotiation even more intense before the publicity of the decisions and bring to the collective mandate the possibility of a certain depersonalization of politics, something that goes against the logic of the personal vote stimulated by the proportional electoral system of open list in large districts, which is the case in Brazil. In this sense, the format represents an educational factor for voters and politicians, by making the negotiation more visible to the groups that participate in the mandates, which broadens the perception of the collective dimension of the policy. Although those elected in individual mandates are also always subject to making concessions, the intensity of this dynamic in collective formats can serve for a more equal division of powers between representatives and represented.

In addition, collective mandates seem to put into action a less territorial and more thematic political logic in relation to the communities with which they relate, although the territory still appears as a starting point for many of the members of this format. Perhaps the need for territorial diversity and thematic

affiliation will serve to expand the reach of these mandates and their number of votes, especially for activists of certain causes that have audiences dispersed throughout the territories of the districts - whether municipalities or states.

Despite all the potential verified in these initiatives, the countless difficulties have led some of its members to opt for individual candidacies in the moments of re-election, such as Áurea Carolina (Gabinetona) and Erika Hilton (Mandata Ativista). The former was elected federal deputy in 2018, but decided to withdraw from parliament in the last elections, while Erika Hilton is in her first term as a federal deputy, starting in 2023. As stated by Campos and Matos (2023), the change in strategy of these actresses pioneers in the format indicates that the collective mandates are serving to start the political careers of members of populational segments marginalized from politics and also for the formation of activist leaderships of these segments.

We agree with authors who preceded us in identifying collective mandates as a strategy to respond to the demands for inclusion of marginalized groups and for more intense popular participation in political decisions. Thus, it is necessary to recognize the success of the strategy in including more women, especially black and transgender, within the legislative houses. We recognize that the strategy seeks to strengthen ties between communities and citizens with parliaments and spaces of institutional politics, a relationship that is admittedly frayed in most contemporary democracies.

However, the legal and practical difficulties faced by co-representatives inside and outside parliaments make the strategy an incomplete adaptation to solve the demands for democratization of the Brazilian political system. It remains to be seen whether political actors will push for the regulation and formalization of collective mandates as a way to expand representative democracy or will propose other solutions to face the disconnection between citizens and representatives that affects contemporary political systems.

Bibliographic references

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. Candidaturas Coletivas: Uma Nova Forma de Interação entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos. **Dados**, Rio de Janeiro, V.67, nº.2, 2024, p.1-53, e20220047.

ALMEIDA, Débora; LÜCHMANN, Lígia. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. In: ALMEIDA, Débora; TATAGIBA, Lígia; GURZA LAVALLE, Ana; KUNRATH, Marcelo. **Participação, ativismos e desdemocratização**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 18. Brasília, set.–dez. 2015, p. 81–117.

BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 2016, p. 557-589.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMPOS, Bárbara Lopes; MATOS, Marlise. Juntas em um único número na urna? As experiências de mandato coletivo e o desafio à política partidária tradicional e personalista no Brasil (2016-2020). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 40, 2023, p. 1–37, e263122. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.40.263122

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117–133, set. 2003.

CODATO, Adriano; LOBATO, Tieme; CASTRO, Andréa. “Vamos lutar, parentes”: as candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 2-24, 2017.

DAHLERUP, Drude. Representing Women: Defining Substantive Representation of Women, In: ESCOBAR-LEMMON, Maria C; TAYLOR-ROBINSON, Michelle. **Representation: the case of women**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. Thinking about empowered Participatory Governance. In: FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. **Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance**. London: Verso, 2003.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. **O que é violência política contra a mulher?** [recurso eletrônico]. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

HAWKESWORTH, Mary. Congressional enactments of race-gender: toward a theory of raced-gendered institutions. **American Political Science Review**, v. 97, n. 4, 2003, p. 529–550.

INESC; COMMON DATA. **Análise das candidaturas coletivas. Perfil do Poder. Eleições 2024**. Brasília: INESC, 2020. Disponível em: <https://inesc.org.br/>

org.br/wp-content/uploads/2024/08/candidaturas-coletivas_eleicoes-2024.pdf?x12453. Acesso em: 15 set. 2025.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Guidelines for the elimination of sexism, harassment and violence against women in parliament**. 2019. Access on June 6th, 2024. Available at: <https://www.ipu.org/resources/publications/reference/2019-11/guidelines-elimination-sexism-harassment-and-violence-against-women-in-parliament>

KROOK, M. L.; RESTREPO SANÍN, J. Gender and Political Violence in Latin America. **Politics & Gender**, v. 12, n. 1, p. 127-157, 2016.

KROOK, Mona Lena. Violence against Women in Politics: A Rising Global Trend. Critical Perspectives on Gender and Politics. **Politics & Gender**, 14 (2018), 673–701.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAGARIAN, Bárbara Rebeca Alves. Os mandatos coletivos no Brasil à luz do conceito de institutional by-pass. **Revista Sociologia e Política**, v. 31, 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; GELAPE, Lucas; CRUZ, Carlos Estevão Caligiorne. Collective Candidacies and Mandates in Brazil: Challenges and Pitfalls of a Gambiarra. In: BUA, Adrian; BUSSU, Sonia (org.). **Reclaiming Participatory Governance: Social Movements and the Reinvention of Democratic Innovation**. New York: Routledge, 2023. p. 154–159.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Crise de Representatividade e o mandato coletivo como uma afirmação da democracia participativa no Brasil. **Boletim de Conjuntura**, ano 3, v. 5, n. 13, 2021.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305–332, maio 2008.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 268–290.

PITKIN, Hanna. **Representação: palavras, instituições e ideias**. Lua Nova, n. 67, p.15- 47, 2006.

PORTO, Ludmila Mota de Figueiredo. Feminist collective candidacies: listening to democracy in Brazil. **Fólio – Revista de Letras**, v. 13, n. 1, 2021, p. 361–380.

PUWAR, Nirmal. **Space Invaders**. London: Berg Press, 2004.

RAI, Shirin; SPARY, Carole. **Performing Representation. Women Members in the Indian Parliament**. New Delhi/India: Oxford University Press, 2019.

RAPS. Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI. [online] São Paulo: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, 2019. Disponível em: https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: Eva Blay; Lucia Avelar. (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. 1a.ed. São Paulo, São Paulo, Brasil: Edusp, v. 1, p. 227-253, 2017.

SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V. M.; PEREIRA, G. R.; DRAY, S. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais**. Niterói: coLAB/UFE, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab). doi: 10.56465/ddoslab.2023.002.

SCHMITTER, Philippe C. Reflections on political meritocracy: its manipulation and transformation. In: BELL, Daniel A.; LI, Chenyang (eds.). **The East Asian Challenge for Democracy: Political Meritocracy in Comparative Perspective**. New York: Cambridge University Press, 2013.

SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo (orgs.). **As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil**. [online] Brasília: Editora IABS, 2020. Disponível em: <https://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/as-candidaturas-coletivas-nas-eleicoes-municipais-de-2020-analise-descritiva-e-propostas-para-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-mandatos-coletivos-no-brasil/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVA, Willian Quadros da; SECCHI, Leonardo; CAVALHEIRO, Ricardo Alves. Mandatos coletivos e compartilhados no Brasil: análise descritiva de inovações democráticas no poder legislativo. **Revista Debates**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2021, p. 168–190. DOI: 10.22456/1982-5269.110367. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/110367>. Acesso em: 15 set. 2025.

STEINERT, Janina; KOCH, Luise; PFEFFER, Jürgen. Online Hate against Members of the European Parliament. Access on May 20th 2024. Available at: https://www.hfp.tum.de/fileadmin/w00cjd/globalhealth/_my_direct_uploads/EUP_OnlineHate__3_.pdf

USHER, N., HOLCOMB, J.; LITTMAN, J. Twitter Makes It Worse: Political Journalists, Gendered Echo Chambers, and the Amplification of Gender Bias. **The International Journal of Press/Politics**, v.23, n.3, 2018, p.324-344.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

Onde vivem os eleitores que se abstiveram nas eleições municipais brasileiras de 2024?

Emerson Cervi¹

ORCID: 0000-0001-8073-014X

Daniel Kei Namise²

ORCID: 0000-0003-1173-5136

Rafael Rocha Alves da Silva³

ORCID: 0009-0006-7203-173X

Raquel Miriam Pereira de Souza⁴

ORCID: 0000-0002-1897-3631

¹ Professor titular do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor permanente do programa de pós-graduação em Ciência Política e do programa de pós-graduação em Comunicação da UFPR. Coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com estágio pós-doutoral em eleições na América Latina, pela Universidad de Salamanca. É bolsista produtividade do Cnpq. E-mail: ecervi7@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9196373186050152>

² Doutorando do Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (www.cpop.ufpr.br). É bolsista do CNPq. E-mail: daniel.namise@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0619852797960478>

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP). E-mail: rafaelrocha1@ufpr.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6044544450225089>

⁴ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil e do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP). E-mail: raquelmiriam@ufpr.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023353778733313>

Resumo: A abstenção nas eleições municipais de 2024 alcançou 16,4% do eleitorado, na média municipal, e revelou um fenômeno marcado por desigualdades territoriais e geracionais. O objetivo deste trabalho é compreender como fatores estruturais, sobretudo o porte dos municípios e o perfil etário, moldaram esse comportamento. Analisamos os 5.569 municípios por meio de um conjunto de técnicas espaciais. Os resultados mostram que o tamanho do município é decisivo: enquanto nos micromunicípios a abstenção foi de 12,1%, nos grandes centros chegou a 20,6%. Regionalmente, Sudeste e Centro-Oeste concentram alta abstenção, enquanto Nordeste e parte do Sul exibem índices mais baixos. Jovens adultos (21-29 anos) foram os que mais se afastaram das urnas em todas as regiões e portes municipais, contrastando com a literatura que associa maiores ausências às faixas etárias mais idosas. Em geral, a abstenção nas eleições municipais esteve mais relacionada a fatores estruturais do que a mero desinteresse político ou ideológico.

80

Palavras-chave: Eleições. Abstenção. Municípios. Regiões do País. Faixas etárias.

Abstract: Abstention in the 2024 Brazilian municipal elections reached 16.4% of the electorate, revealing a phenomenon strongly shaped by territorial and generational inequalities. This study aims to understand how structural factors, particularly municipal size and the age profile of voters, influenced this behavior. We analyzed all 5,569 municipalities using a set of spatial analysis techniques. The results indicate that municipal size is decisive: while abstention in micro-municipalities was 12.1%, it reached 20.6% in large urban centers. Regionally, high abstention rates were concentrated in the Southeast and Center-West, whereas the Northeast and parts of the South exhibited lower rates. Young adults (21–29 years) were the most likely to abstain across all regions and municipal sizes, contrasting with the literature that associates higher absence rates with older age groups. Overall, abstention in municipal elections was more strongly related to structural factors than to mere political or ideological disinterest.

81

Keywords: Elections. Abstention. Municipalities. Age groups.

Resumen: La abstención en las elecciones municipales de 2024 alcanzó 16,4 % del electorado, en promedio municipal, y reveló un fenómeno marcado por desigualdades territoriales y generacionales. El objetivo de este estudio es comprender cómo factores estructurales — en especial el tamaño de los municipios y el perfil etario — moldearon dicho comportamiento. Se analizaron los 5.569 municipios mediante un conjunto de técnicas espaciales. Los resultados muestran que el tamaño del municipio es decisivo: mientras que en los micromunicipios la abstención fue del 12,1 %, en los grandes centros urbanos alcanzó el 20,6 %. Regionalmente, el Sudeste y el Centro-Oeste concentran los niveles más altos de abstención, mientras que el Nordeste y parte del Sur presentan índices más bajos. Los adultos jóvenes (21–29 años) fueron quienes más se alejaron de las urnas en todas las regiones y tamaños municipales, lo que contrasta con la literatura que asocia mayores niveles de ausencia con los grupos etarios más envejecidos. En general, la abstención en las elecciones municipales estuvo más relacionada con factores estructurales que con un mero desinterés político o ideológico.

82

Palabras-Clave: Elecciones. Abstención. Municipios. Regiones del país. Grupos etarios.

Introdução

No Brasil, a cada novo pleito, registra-se um contingente de eleitores que optam por não comparecer às urnas, abstendo-se do processo de escolha representativa. Esse comportamento tem se intensificado desde, pelo menos, 2006, quando a taxa de abstenção nas eleições nacionais passou a crescer de maneira constante a cada ciclo. Em 2024, o índice atingiu 20,9%, o maior patamar registrado desde 1998. Longe de ser um fenômeno exclusivamente brasileiro, a ausência dos eleitores nas urnas, conhecida como “abstenção eleitoral” (Power; Garand, 2007; Ribeiro *et al.*, 2015; Cervi; Borba, 2022), tem ganhado relevo também em outros contextos, frequentemente associada às instabilidades das instituições representativas e ao aprofundamento do ressentimento social.

Considerando que a abstenção eleitoral não deve ser compreendida apenas como reflexo do descontentamento dos cidadãos com o sistema político, mas também como resultado de condicionantes vinculados às condições concretas de vida da população, como demonstram as atitudes dos eleitores, o papel dos partidos e das lideranças políticas, os arranjos institucionais e as características geográficas (Speck; Peixoto, 2022), busca-se investigar em quais tipos de municípios e regiões se registraram as maiores taxas de abstenção no primeiro turno das eleições municipais de 2024, bem como analisar se o porte populacional e o perfil etário do eleitorado influenciam esse comportamento.

Defende-se que a dimensão territorial exerce influência direta sobre os níveis de abstenção, produzindo variações sistemáticas entre regiões do país e entre diferentes faixas etárias. Essa perspectiva dialoga com a análise de Lima Júnior (1993), que já atribuía os elevados índices de não comparecimento nos primeiros anos pós-redemocratização à desigualdade socioeconômica, manifestada tanto no acesso desigual às urnas quanto na própria capacidade de compreender o que está em jogo em uma eleição.

Para testar essa hipótese, o estudo adota uma abordagem quantitativa de caráter exploratório-explicativo, com ênfase em técnicas de análise espacial. A unidade de análise são os 5.569 municípios que realizaram eleições locais em 2024, utilizando-se dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da malha territorial do IBGE. A investigação combina análise descritiva, indicadores de associação espacial local (LISA) para identificação de clusters territoriais e

modelos de regressão espacial por erro, a fim de estimar o impacto das variáveis regionais e do tamanho do município sobre os percentuais de abstenção. Complementarmente, são examinadas as variações por faixas etárias, permitindo avaliar se os padrões observados no nível agregado se mantêm entre diferentes grupos geracionais.

Ao integrar variáveis territoriais e demográficas em uma perspectiva espacial comparada, o artigo busca contribuir para o debate sobre participação eleitoral no Brasil, deslocando o foco de interpretações centradas exclusivamente em fatores atitudinais para uma análise que considera a estrutura socioespacial como elemento explicativo relevante do comportamento eleitoral.

Dimensão territorial da abstenção eleitoral

Entre os diferentes conjuntos de fatores explicativos da participação eleitoral, destaca-se aquele relacionado às condições ecológicas do espaço onde o voto ocorre. Trata-se das características das unidades territoriais, como regiões, estados, municípios ou mesmo bairros, que podem influenciar o comportamento político dos eleitores (Speck; Peixoto, 2022). A premissa subjacente é que o contexto territorial não constitui apenas um cenário neutro, mas atua como elemento estruturante das dinâmicas de participação, na medida em que o ambiente local condiciona oportunidades, constrangimentos e padrões de engajamento eleitoral.

Mais de três décadas após o estudo de Lima Júnior (1993), pesquisas recentes confirmam que a dimensão geográfica ainda exerce influência significativa sobre as taxas de abstenção. Cervi e Borba (2022) identificam uma correlação positiva entre o porte territorial dos municípios e os índices de abstenção: localidades de maior dimensão tendem a registrar níveis mais elevados de não comparecimento, o que sugere que a complexidade espacial e a escala urbana impactam diretamente no engajamento cívico.

Além da questão do deslocamento físico, fatores relacionados à escolaridade e ao analfabetismo, diretamente associados ao nível de desenvolvimento das cidades, também exercem possível influência. Esses condicionantes não apenas afetam as taxas de abstenção, como também podem levar o eleitor a optar pelo voto nulo ou em branco (Lima Júnior, 1993). O exercício do voto exige múltiplas capacidades cognitivas: compreender o que está em jogo em uma eleição,

saber como agir para cumprir esse dever cívico e, inclusive, executar corretamente procedimentos simples, como o preenchimento da cédula. Não por acaso, Nicolau (2002) ressalta que a implementação da urna eletrônica representou um avanço decisivo para ampliar a participação eleitoral, ao simplificar o processo de votação e reduzir as dificuldades enfrentadas por parte expressiva do eleitorado. Evidências empíricas robustas reforçam esse argumento. Fujiwara (2015), ao explorar a introdução gradual da urna eletrônica no Brasil, demonstra que a nova tecnologia reduziu votos inválidos e ampliou a participação efetiva de eleitores menos escolarizados, indicando que fatores institucionais e tecnológicos podem alterar padrões de inclusão política. Esse conjunto de fatores reforça a correlação positiva observada entre níveis de desenvolvimento socioeconômico e participação política no Brasil (Carreirão *et al.*, 2023).

Com a Constituição de 1988, os municípios brasileiros foram elevados à condição de entes autônomos, com competências políticas e administrativas claramente definidas. Esse marco ampliou suas responsabilidades diante da população e os consolidou como executores diretos de políticas públicas, aproximando o Estado do cidadão, em sua esfera cotidiana (Fogaça, 2021). Por isso que enquanto as disputas presidenciais e legislativas tendem a se organizar em torno de programas partidários mais amplos e de clivagens ideológicas, as eleições municipais se estruturam majoritariamente em torno de conflitos relacionados à gestão urbana e às demandas locais, o que faz as figuras dos prefeitos serem frequentemente percebidas como a do “resolvedor de problemas locais” (Panke; Alves, 2022).

A literatura em ciência política tem demonstrado que fenômenos políticos frequentemente apresentam interdependência espacial, isto é, unidades geográficas próximas tendem a exibir comportamentos mais semelhantes entre si do que unidades distantes (Franzese; Hays, 2007; Anselin, 1988). Esse padrão pode decorrer tanto de processos de difusão política quanto da homogeneidade estrutural entre localidades vizinhas (Berry; Berry, 1990; Gleditsch; Ward, 2006). No campo da geografia eleitoral, diversos autores destacam que o contexto territorial molda oportunidades, incentivos e constrangimentos à participação política (Agnew, 1996; Johnston; Pattie, 2006). Assim, a incorporação de técnicas de análise espacial justifica-se como decorrência de uma hipótese substantiva sobre a influência do território na estruturação dos comportamentos eleitorais.

O problema é que as análises tendem a se concentrar no cenário das disputas nacionais. Essa limitação, porém, não é exclusiva dos estudos sobre abstenção. Historicamente, as eleições municipais no Brasil têm sido classificadas como de “segunda ordem”, em grande parte devido à verticalização do sistema eleitoral. Soma-se a isso o elevado número de municípios existentes no país, cada qual marcado por características sociais, culturais, econômicas e políticas próprias, o que resulta em um conjunto de variáveis que não se aplica diretamente ao nível nacional e dificulta a formulação de generalizações a partir dos resultados obtidos (Lavareda; Telles, 2020; Cervi *et al.*, 2021). Isso porque há relativa concordância na literatura de que, embora as eleições municipais possam sofrer influência das disputas de primeiro nível, elas refletem predominantemente conflitos locais, vinculados à gestão urbana e às demandas periféricas, mais do que a programas partidários ou a clivagens ideológicas amplas (Lavareda; Telles, 2020). Ademais, fatores intrínsecos relacionados aos comportamentos individuais podem igualmente exercer influência sobre o fenômeno.

Características atitudinais e individuais da abstenção eleitoral

86

Apesar da mobilização de recursos significativos por parte das instituições tradicionais, como os fundos partidário e eleitoral voltados ao engajamento do eleitorado, e da preocupação das elites políticas diante de pesquisas de opinião que apontavam cenários incertos (De Almeida *et al.*, 2022), a campanha de descredibilidade da política, conforme sugerem Limongi *et al.* (2015), impactou diretamente a taxa de participação dos votantes brasileiros. O perfil do eleitor ausente, que continua a intrigar pesquisadores do comportamento político, tem sido objeto de análise recorrente. Nesse sentido, compreender a chamada “cabeça do eleitor” (Almeida, 2015; Lavareda; Telles, 2015) tornou-se não apenas um desafio para o marketing político, mas também uma tarefa de pesquisa acadêmica (Cervi; Borba, 2022).

Essa conduta, longe de ser meramente expressão de apatia, reflete múltiplos fatores que se reconfiguram a cada eleição e exige uma análise aprofundada de suas causas e implicações para o sistema político, já que influencia diretamente as crises enfrentadas pelas democracias contemporâneas (Kouba; Lysek, 2019). Ainda assim, parte da literatura sustenta que a abstenção não deve ser vista apenas

como um problema. Em determinadas interpretações, ela pode ser considerada aceitável, e até desejável, para a estabilidade democrática, ao funcionar como uma forma legítima de protesto político que sinaliza o descontentamento dos cidadãos em relação às instituições ou aos processos em vigor (Borba, 2008).

A relação entre desconfiança e abstenção eleitoral não é um fenômeno recente. Ela está associada tanto ao enfraquecimento da confiança nos partidos políticos, quanto à perda de credibilidade em relação às autoridades eleitas. Para autores como Inglehart (1999), esse processo marca uma transformação nas prioridades valorativas individuais, que leva os cidadãos a adotar uma postura mais crítica em relação às instituições tradicionais e a buscar formas de engajamento não convencionais. Essa perspectiva ajuda a explicar por que as gerações mais jovens tendem a apresentar taxas de abstenção mais elevadas do que as gerações mais velhas (Hadjar; Beck, 2010; Juliech *et al.*, 2024).

Porém, ainda que o aumento dos índices de abstenção eleitoral e da desconfiança política seja um fenômeno global, Ribeiro *et al.* (2015) ressaltam que a hipótese formulada por Inglehart (1999) não pode ser aplicada de maneira universal, sobretudo em países em desenvolvimento, como os da América Latina, que apresenta uma realidade em que os altos níveis de desconfiança política estão diretamente vinculados ao desencanto diante das expectativas criadas nos cidadãos após os processos de redemocratização (Catterberg; Moreno, 2006).

Para Borba (2008), tais perspectivas podem ser compreendidas a partir da teoria da decisão racional do voto, formulada por Downs (1957). Segundo essa abordagem, os eleitores, com base nas informações disponíveis sobre os candidatos, realizaram cálculos de interesse ao fazer suas escolhas, buscando maximizar benefícios pessoais. Nesse processo, a decisão de comparecer ou não às urnas envolve dois níveis: o primeiro consiste em avaliar se os benefícios do voto superam os custos de deslocamento; o segundo, condicionado pelo primeiro, diz respeito à escolha do candidato em quem votar (Lima Júnior, 1993). Ainda seguindo a lógica do modelo do voto racional, a proximidade do cargo em relação ao cotidiano do eleitor constitui um condicionante relevante para sua presença ou ausência nas urnas (Pase; Silva; Santos, 2016). No contexto brasileiro, essa perspectiva ajuda a explicar os níveis historicamente menores de abstenção nas eleições municipais em comparação às nacionais. Em termos agregados, a taxa

de abstenção nas disputas locais variou entre aproximadamente 15% e 19% no período de 1996 a 2016 (Cervi; Borba, 2022).

Em 2020, a abstenção no primeiro turno saltou para 23,14%, superando 30 milhões de eleitores e a média nacional, crescimento atribuído sobretudo ao contexto da pandemia. O cenário reforça o argumento de Vitullo (2002) sobre a influência de fatores pontuais - como doenças, trabalho, viagens e motivações pessoais - nos índices de não comparecimento. Apesar da obrigatoriedade do voto no Brasil, as penalidades pela ausência sem justificativa parecem ser percebidas como menos custosas do que o comparecimento às urnas. Assim, como apontam Pase, Silva e Santos (2016), os mecanismos de mobilização não têm sido suficientes para conter o desengajamento, em consonância com a literatura nacional que reconhece condicionantes estruturais da abstenção (Borba, 2008).

Embora as abordagens atitudinais e institucionais sejam fatores explicativos para a abstenção eleitoral, este estudo volta-se especificamente para a dimensão territorial e demográfica do fenômeno, buscando avaliar em que medida o contexto espacial contribui para sua distribuição. A partir desse referencial, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos e os principais resultados da análise sobre as eleições municipais de 2024.

Materiais e métodos

Para a análise da distribuição geográfica das abstenções nas eleições municipais de 2024, são usados conjuntos de técnicas de análise espacial, aplicados a quatro variáveis. São técnicas que permitem considerar o espaço como variável explicativa para os fenômenos políticos (Terron, 2012; Cervi, 2019). A unidade espacial de análise são os 5.569 municípios que passaram por eleições locais em 2024. A variável dependente é o percentual de abstenção por município, registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A primeira técnica usada aqui é aplicada à análise descritiva das distribuições espaciais: o Indicador de Associação Espacial Local (LISA), proposto por Anselin (1995). O Indicador LISA usa um algoritmo que identifica *outliers* espaciais, e a partir daí agrega as unidades geográficas por comportamento, criando *clusters* regionais. Aqui, o LISA é aplicado para identificar *clusters* de municípios com percentuais de abstenção altos e baixos. Por ser uma eleição municipal, es-

pera-se independência das unidades espaciais em relação à abstenção, pois cada uma delas tem um contexto próprio. Se forem identificados *clusters* com maior ou menor participação eleitoral, isso indica um efeito regional sobre a participação política, que ultrapassa o nível da política local. Para cumprir os objetivos das análises propostas aqui, agregamos os resultados dos testes LISA em três categorias: aquelas vizinhanças sem significância estatística, as com vizinhança com baixas abstenções e vizinhanças com altas abstenções. Nas duas últimas, com significância estatística (p-valor <0,000).

A segunda técnica de análise espacial usada aqui é a regressão linear para unidades espaciais pelo método de Erro Espacial. Seguindo o protocolo das técnicas de regressão espacial proposto por Florax e Graaf (2004), foram testados os três métodos principais para identificar qual o melhor indicador de Lagrange. Os resultados do teste constam no anexo 1, onde o indicador de Lagrange pelo erro espacial apresenta maior significância estatística do que o método por “lag”. Em modelos de erro espacial, a dependência espacial é residual em função da estrutura autorregressiva de primeira ordem, ou seja, uma unidade espacial é testada com a sua primeira vizinhança (Rodrigues-Silveira, 2013). Para testar o efeito da vizinhança municipal em cada região do país, foram produzidos modelos regressivos específicos para cada uma delas.

Assim, temos de início cinco regressões por erro espacial, uma para cada região do país, o que permite verificar o efeito de vizinhança espacial dos percentuais de abstenção isoladamente. Os resultados não apenas apresentarão as diferenças das direções, mas também permitirão comparar as magnitudes dos efeitos de cada região para as distribuições da abstenção municipal. Além disso, em um segundo momento foi produzido outro conjunto de modelos usando como variável de controle o tamanho do município. Com isso, é possível identificar as variações de abstenção espacial por região do país com e sem a consideração das variações da variável dependente por tamanho de município. A geração dos mapas coropléticos, LISA e testes de regressão espacial foram a partir dos parâmetros básicos do *software* de análise espacial GeoDa, desenvolvido pelo Centro para Ciência de Dados Espaciais, da Universidade de Chicago. A base de dados dos municípios é a malha municipal gerada pelo IBGE em 2024 e já inclui o município de Boa Esperança do Norte (MT), criado recentemente. Ao todo,

são 5.571 municípios no Brasil, hoje, dos quais, 5.569 passaram por eleições municipais em 2024.

Por ser uma análise espacial, em que a unidade é o município e não o eleitor, existe uma diferença importante no percentual de abstenção médio identificado aqui e a informação oficial do TSE. De acordo com a Justiça Eleitoral, no primeiro turno de 2024, mais de 34 milhões de eleitores não compareceram às urnas no primeiro turno, o que representa 21,7% do total do Brasil. Quando consideramos o percentual agregado, cada município passa a contribuir com o mesmo peso para a composição da média final. Na análise espacial, o município é a unidade e não o eleitor. Como se verá a seguir, municípios menores tiveram abstenção mais baixa, e como eles são maioria no país e têm o mesmo peso que municípios grandes no cálculo da média, resulta que para as médias municipais, a abstenção no primeiro turno de 2024 ficou em 16,4%, ainda que represente os mesmos 34 milhões de eleitores ausentes.

A segunda variável utilizada aqui é a região do país, que replica os limites geográficos das cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul, com números variados de municípios em cada uma delas. Outra variável é o tamanho do município, que foi categorizado por quartéis de número de habitantes, segundo Censo de 2022. O objetivo foi criar uma variável com quatro categorias, sendo que cada uma delas tem aproximadamente o mesmo número de municípios, embora a amplitude de cada categoria varie bastante. Então, cada uma das categorias tem entre 1,1 mil e 1,7 mil municípios próximos entre si quanto ao número de habitantes, sendo que os menores vão até 5 mil habitantes, depois de 5 mil a 10 mil habitantes. Essas duas categorias representam aproximadamente metade dos municípios brasileiros. Em seguida, municípios entre 10 mil e 25 mil habitantes e, por fim, todos aqueles com mais de 25 mil habitantes. A categoria mais alta representa cerca de um quarto dos municípios brasileiros, ainda que tenha grande amplitude (?).

Para identificar possíveis variações de abstenção por faixa etária dos eleitores, foram utilizadas informações do portal de dados abertos do TSE sobre a participação nas eleições de 2024. As idades estão agregadas em 7 categorias, sendo duas delas de eleitores com voto facultativo (entre 16 e 17 anos e acima de 70 anos). A primeira categoria etária com voto obrigatório é a de eleitores entre 18 e 20 anos, recém-saídos da adolescência e que estão ingressando no mercado

de trabalho e no ensino superior. A categoria seguinte é a de eleitores de 20 a 29 anos, jovens adultos; seguida de 30 a 44 anos, adultos; depois, de 45 a 60 anos, adultos maduros; e de 60 a 69 anos, idosos que ainda não chegaram à idade de voto facultativo.

Resultados

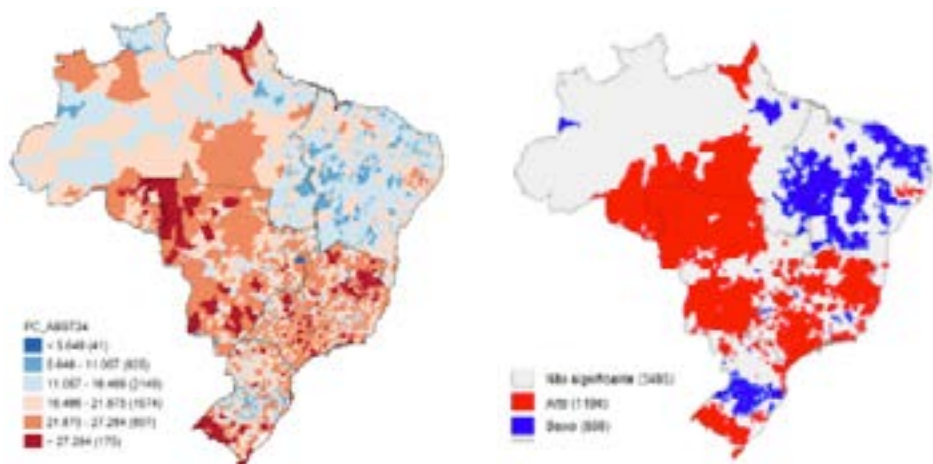
Na média dos municípios, o percentual de abstenção registrado no primeiro turno de 2024 foi de 16,4%, com 5,4 de desvio padrão. O conjunto de mapas a seguir, figura 1, representa a distribuição das abstenções municipais por região. No mapa da esquerda, as cores representam as distribuições em torno da média, por desvio padrão. Em tons de azul estão os municípios com menos abstenção que a média. A legenda mostra o número de municípios em cada faixa de desvio da média. No primeiro tom de azul estão 2,1 mil municípios com abstenção entre 11% e 16,4%. Em segunda, 825 municípios que ficaram entre 5,6% e 11% de abstenção e, por fim, 41 municípios que apresentaram menos de 5,6% de abstenção. Entre os municípios que registraram mais abstenção que a média, há 1,5 mil entre 16,4% e 21,8% de abstenção, outros 807 entre 21,8% e 27,2% e, por fim, 175 municípios com mais de 27,2% de abstenção registrada no primeiro turno de 2024.

Percebe-se uma concentração de tons azuis em duas regiões, principalmente, no interior do Nordeste e no Sul, entre o Norte do Rio Grande do Sul e interior de Santa Catarina. Já entre os com maiores abstenções, percebe-se uma faixa no extremo Sul do Rio Grande do Sul, Norte da região Sudeste e algumas áreas do Centro-oeste. Como as distribuições gerais em torno da média não permitem identificar a formação de clusters espaciais, o segundo gráfico mostra os resultados para o coeficiente de associação espacial local (LISA) aos municípios.

O coeficiente é calculado a partir da relação entre as unidades vizinhas com respeito à média geral de associação. O mapa identifica três áreas distintas. Em vermelho, os clusters de municípios com percentual de abstenção acima da média. Em azul, aqueles que apresentam valores abaixo da média e em cinza as áreas em que não há indicação de similaridade entre municípios vizinhos. Ao todo, são 3485 municípios fora de clusters. Os clusters espaciais de alta abstenção são formados por 1194 municípios, enquanto outros 850 municípios formam

clusters com percentuais de abstenção abaixo da média nacional. Percebe-se que as áreas com altas abstenções são o extremo Sul do Rio Grande do Sul, grande parte do Sudeste e Centro-oeste, além de algumas regiões do Norte do País. Já os clusters de baixa abstenção aparecem em partes do litoral e interior do Nordeste e na divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Figura 1



Fonte: Autores (2025)

A tabela 1 a seguir mostra as médias de abstenção nos municípios por região do país e a formação de subconjuntos homogêneos pelo teste de Tukey (1977). Esse teste indica quais médias apresentam diferenças estatisticamente significativas e cria um conjunto para cada uma delas. Na tabela das regiões do país são formados quatro conjuntos para as cinco unidades. A menor média é a dos municípios do Nordeste, com 14,29%, em outro conjunto está a média do Sul, com 15,08%, seguida do Norte, com 16,01%. O último reúne a região Centro-oeste, com 19,01%, e o Sudeste, com 19,20%, as maiores médias e que não se diferenciam estatisticamente uma da outra.

Tabela 1

Região	N	Subconjuntos – Tukey			
		1	2	3	4
Nordeste	1.794	14,29			
Sul	1.191		15,08		
Norte	450			16,01	
Centro-oeste	468				19,01
Sudeste	1.668				19,20
Coef. F: 267,88 p < 0,000					

Fonte: Autores (2025)

A tabela 2 mostra as distribuições de médias de abstenção por tamanho de município, segundo o agrupamento por quartis apresentado na seção anterior. A menor média é dos municípios menores, com até 5 mil habitantes, média de 12,17% de abstenção, em um conjunto único. Depois vem os municípios entre 5 e 10 mil habitantes, com 15,18% de abstenção, seguido do terceiro grupo, entre 10 e 25 mil habitantes, com média de 17,32% e, por fim, em outro conjunto, municípios maiores, acima de 25 mil habitantes, com 20,68% de abstenção. A estatística F das diferenças de médias por tamanho de município, 862,09, é bem maior que a das regiões do País, com 267,88, o que indica que as médias entre tamanho de municípios são mais distintas entre si do que as médias entre regiões do País. Em outros termos, o tamanho do município é mais determinante para a diferença da média de abstenção, independente da região em que o município se encontre.

Tabela 2

Tamanho do município	N	Subconjuntos – Tukey			
		1	2	3	4
Até 5 mil habitantes	1.324	12,17			
De 5 a 10 mil habitantes	1.171		15,18		
De 10 a 25 mil habitantes	1.724			17,32	
Acima de 25 mil habitantes	1.352				20,68
Coef. F: 862,09 p<0,000					

Fonte: Autores (2025)

A terceira variável utilizada nas análises sobre abstenção é a faixa etária dos eleitores. A tabela 3 a seguir, apresenta os percentuais de abstenção médios por faixa etária e a diferença da abstenção por faixa em relação à média dos municípios, que foi de 16,4%. A primeira (de 16 e 17 anos) e a última (acima de 70 anos) faixa apresentam eleitores com voto facultativo. As cinco faixas intermediárias são as idades com voto obrigatório, sendo que eleitores de 18 e 19 anos foram agrupados em uma faixa por representar os mais jovens, aqueles que estão em idade de transição para a vida profissional. A faixa seguinte inclui dez anos, as duas do meio são de 15 anos e a última obrigatória, de 60 a 69 anos, também inclui um intervalo de 10 anos.

Tabela 3

Faixa Etária	Perc. Abstenção	Dif. Abstenção Média
De 16 e 17 anos	8,64	-7,83
De 18 a 20 anos	14,44	-2,03
De 21 a 29 anos	21,32	4,85
De 20 a 44 anos	14,96	-1,51
De 45 a 59 anos	9,71	-6,76
De 60 a 69 anos	10,73	-5,74
Acima 70 anos	38,42	21,95

Fonte: autores (2025)

A faixa etária acima de 70 anos é a que mais contribui positivamente para a abstenção, com 38,42% dos potenciais eleitores, ficando 21,95 pontos percentuais acima da média geral. No entanto, é preciso considerar que o número de eleitores nessa faixa é baixo. A segunda faixa mais distante da média por município é a dos mais jovens, também com voto facultativo, entre 16 e 17 anos, com apenas 8,64% de abstenção, ficando -7,83 pontos percentuais abaixo da média geral. Os comportamentos opostos são esperados, pois eleitores mais jovens, de 16 e 17 anos, que fazem o alistamento eleitoral antes do período obrigatório, são os mais interessados e tendem a participar mais. No outro extremo, eleitores acima de 70 anos, que não precisam mais participar, tendem a se ausentar das votações. As faixas intermediárias, de 20 a 44 anos e de 18 a 20 anos, são eleitores cuja abstenção fica muito próxima da geral, com valores um pouco abaixo, - 1,51 ponto percentual e -2,03 pontos percentuais, respectivamente.

A faixa etária em que o voto é obrigatório e que apresentou percentual de abstenção acima da média geral foi a de 21 a 29 anos, os jovens adultos, com 21,31% de média, por município, ficando 4,85 pontos percentuais acima da média geral de abstenção. Já a faixa de adulto maduro, entre 45 e 59 anos, apresentou a segunda menor média de abstenção, com 9,71% por município, ficando -6,76 pontos percentuais abaixo da média geral. Em seguida vem a faixa dos idosos, de 60 a 69 anos, com baixa abstenção, de 10,73%, e 5,74 pontos percentuais abaixo da média geral.

A seguir, são apresentados os principais resultados dos modelos de regressão espacial que consideram a abstenção registrada no município como variável dependente e as demais como explicativas. A tabela 4 mostra os principais resultados das regressões por Erro Espacial, que foram os modelos que apresentaram

melhores ajustamentos para medir a dependência espacial entre as variáveis. Os resultados do teste de Lagrange, atestando o melhor ajustamento do modelo por erro espacial encontram-se no anexo 1. Os testes consideram como variável dependente o percentual de abstenção por município brasileiro em 2024. Em cada modelo, a variável explicativa é a região do País, tratada como variável *dummy* para presença ou ausência do município na região. Portanto, é produzido um modelo para cada região. Essa opção se justifica por se tratar de eleições municipais, onde o município é o distrito eleitoral e unidade de interesse. Se fossem resultados de eleições nacionais, o mais adequado seria fazer controle a partir da região. Aqui, o que queremos é o resultado dentro de cada região, e não o conjunto dos municípios do País controlado pelas regiões. Em um segundo conjunto de modelos é usada a variável tamanho do município, em número de habitantes, como variável de controle. Assim, espera-se que cada modelo indique o impacto que estar em uma região do País tem para o percentual de abstenção médio e quando isso é controlado pelo tamanho do município, independente da região. Como já apresentado anteriormente, há variações de percentuais de abstenção entre as regiões e por tamanho de município, com crescimento da abstenção de

Como a variável dependente é a mesma, percentual de abstenção, a média dela em todos os modelos não varia, com 16,4% e desvio padrão de 5,4%. O coeficiente de ajustamento dos modelos r^2 é mesmo para o conjunto de modelos sem e com controle pelo tamanho do município. A diferença entre os dois valores mostra que os modelos com controle pelo tamanho de município são mais explicativos das variações (0,692) do que os modelos que não consideram o tamanho do município nas explicações das variações (0,395). Da mesma forma, o critério Akaike com valores menores nos modelos com controle, também indica menos erros de resíduos no segundo conjunto de modelos de regressão do que nos primeiros. Do ponto de vista da explicação geral, o tamanho do município é importante para entender as variações de percentuais de abstenção.

Tabela 4

Modelos – Sem controle						
	Norte	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Nordeste	
Estatísticas dos modelos						
Média (Desv.Pad) VD	16,4 (5,4)					
r ²	0,395					
Coef. Lambda	0,668	0,625	0,661	0,661	0,642	
Critério Akaike	32398,7	32311,3	32373,4	32383,9	32354,5	
Estatísticas das variáveis						
Constante						
(valor z)	15,118(87,3)***	14,550(82,6)***	15,738(84,8)***	15,136(86,1)***	16,134(85,9)***	
Região (valor z)	-0,561(1,03)	3,090(10,1)***	-1,997(5,16)***	2,050(4,00)***	-2,272(7,09)***	
Modelos – Com controle						
	Norte	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Nordeste	
Estatísticas dos modelos						
Média (Desv.Pad) VD	16,4(5,4)					
r ²	0,692					
Coef. Lambda	0,763	0,726	0,763	0,754	0,719	
Critério Akaike	28858,4	28767,3	28854	28829,6	28746	
Estatísticas das variáveis						
Constante						
(valor z)	8,792(45,78)***	7,893(41,45)***	8,260(43,46)***	8,515(45,45)***	9,797(52,36)***	
Região (valor z)	-0,811(1,67)*	2,948(10,48)***	-1,013(2,68)***	2,560(5,70)***	-3,330(11,77)***	
Tam. Município						
(valor z)	2,907(71,38)***	2,907(71,35)***	2,902(71,247)***	2,911(71,499)***	2,933(71,86)***	

Fonte: autores (2025)

Quanto aos coeficientes individuais, a região Norte é a que apresenta menor variação em relação à média nacional, com valores baixos do coeficiente beta e o menor valor de Z-padronizado de todos os dez modelos. No modelo sem controle, o coeficiente -0,561 é o único que não apresenta significância estatística, e no modelo com controle, onde o coeficiente beta é -0,811, a significância só é registrada ao nível de $p < 0,10$. Isso indica que no Norte do País, as variações de abstenção entre os municípios ficaram próximas da média geral em 2024. No entanto, o efeito do tamanho do município é alto e muito próximo dos demais modelos, 2,907. E este é o coeficiente encontrado para todas as regiões nos modelos com controle. Ou seja, os controles por tamanho de município exercem os mesmos efeitos sobre a abstenção, independente da região do País. Quanto maior o município, maior é a abstenção.

A região Sudeste foi a que apresentou maior diferença em favor da abstenção, com coeficiente de 3,090 no primeiro modelo e, quando controlado pelo tamanho do município, 2,907. Ou seja, em municípios da região Sudeste, em média, temos cerca de 2,9 pontos percentuais a mais de abstenção do que na média nacional. A outra região que apresentou efeito positivo sobre a abstenção foi a Centro-oeste, com coeficiente de 2,050 no primeiro modelo e 2,560 com controle por tamanho de município. Nas demais regiões os efeitos foram negativos, ou seja, a abstenção média dos municípios ficou abaixo da média nacional. No Nordeste, o coeficiente vai de -2,272 sem controle, para -3,330 controlado por tamanho de município. No Sul, de -1,997 para -1,013 com controle. Aqui, apesar de todos

os coeficientes apontarem na mesma direção, há uma diferença interessante entre as duas regiões. No Nordeste, o controle por tamanho do município aumenta a capacidade explicativa da variável, ou seja, a região seguiu a tendência nacional de relação positiva entre tamanho e percentual de abstenção. Já no Sul o efeito é inverso, o controle reduz a magnitude do efeito. Isso mostra que na região Sul o tamanho do município teve menor impacto na distribuição das abstenções do que nas demais regiões, quando comparado com a média nacional.

Para testar o possível efeito da idade sobre a abstenção nas eleições de 2024 por região e por tamanho do município, a tabela a seguir sumariza as diferenças dos percentuais de cada categoria para a média por faixa etária. Como já apresentado anteriormente, no primeiro turno de 2024, os jovens adultos, na faixa de 21 a 29 anos apresentaram maiores percentuais de abstenção do que as faixas etárias superiores, de 45 a 69 anos, e do que os eleitores mais jovens, em especial aqueles entre 16 e 17 anos. As diferenças de médias por faixa para região e tamanho de município permite indicar se as variações gerais apresentam particularidades regionais ou por tipo de município. Se sim, deverá haver diferenças nas intensidades e direções das relações entre cada percentual com a média da faixa etária. Como se percebe na tabela a seguir, foram registradas diferenças de intensidade, com variações significativas em relação às médias percentuais. No entanto, a tendência geral se manteve a mesma para todas as regiões e tamanhos e municípios.

Nas cinco regiões, os municípios com até 5 mil habitantes apresentaram diferenças de percentuais negativas para todas as faixas etárias. Ou seja, nesses municípios os percentuais de abstenção foram menores do que a média geral para todas as faixas etárias. O mesmo ocorre com municípios entre 5 e 10 mil habitantes, exceto para a região Norte, na faixa de 16 e 17 anos, onde a diferença é positiva, ainda que muito próxima de zero. É também na faixa de 16 a 17 anos, na região Nordeste, onde aparece a única diferença negativa para municípios entre 10 e 25 mil habitantes, ou seja, nessa região, em municípios médios, os mais jovens apresentaram um percentual de abstenção abaixo da média. Em todas as demais faixas etárias e regiões as diferenças foram positivas. No caso dos municípios maiores, acima de 25 mil habitantes, todas as diferenças foram positivas, indicando que nessas localidades o percentual de abstenção foi maior que a média geral.

Tabela 5

Faixa etária	Tamanho do município	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
De 16 e 17 anos	até 5 mil habitantes	-4,49	-1,51	-2,67	-5,94	-5,06
	de 5 a 10 mil habitantes	-1,49	-0,76	0,03	-3,51	-2,29
	de 10 a 25 mil habitantes	1,07	-0,11	0,22	-0,16	1,92
	acima de 25 mil habitantes	6,68	1,69	1,45	8,36	10,44
De 18 a 20 anos	até 5 mil habitantes	-6,62	-3,05	-3,66	-5,78	-5,79
	de 5 a 10 mil habitantes	-1,75	-1,04	-0,98	-2,44	-2,12
	de 10 a 25 mil habitantes	2,57	0,58	0,82	0,76	3,00
	acima de 25 mil habitantes	8,13	1,63	1,94	6,42	10,40
De 21 a 29 anos	até 5 mil habitantes	-6,21	-3,90	-4,23	-5,93	-7,08
	de 5 a 10 mil habitantes	-2,22	-1,19	0,16	-2,22	-1,78
	de 10 a 25 mil habitantes	2,75	0,89	0,51	1,30	3,97
	acima de 25 mil habitantes	7,76	1,74	2,09	5,84	11,39
De 30 a 44 anos	até 5 mil habitantes	-4,16	-2,11	-3,19	-3,92	-4,60
	de 5 a 10 mil habitantes	-1,46	-0,98	-0,05	-1,52	-1,41
	de 10 a 25 mil habitantes	2,10	0,16	0,39	0,91	2,34
	acima de 25 mil habitantes	4,87	1,76	1,65	3,85	8,00
De 45 a 59 anos	até 5 mil habitantes	-3,41	-1,74	-2,81	-3,14	-3,16
	de 5 a 10 mil habitantes	-0,75	-0,92	-0,69	-1,40	-1,12
	de 10 a 25 mil habitantes	1,67	0,06	0,45	0,61	1,57
	acima de 25 mil habitantes	3,62	1,67	1,64	3,35	5,71
De 60 a 69 anos	até 5 mil habitantes	-3,47	-3,13	-4,27	-3,39	-2,94
	de 5 a 10 mil habitantes	-0,34	-1,31	-0,76	-1,17	-0,88
	de 10 a 25 mil habitantes	1,81	0,43	0,78	0,93	1,60
	acima de 25 mil habitantes	3,13	2,17	2,27	3,05	4,96
Acima de 70 anos	até 5 mil habitantes	-8,42	-7,85	-9,80	-12,41	-10,26
	de 5 a 10 mil habitantes	-1,08	-3,54	-1,02	-2,69	-1,18
	de 10 a 25 mil habitantes	4,78	0,73	0,84	3,91	5,34
	acima de 25 mil habitantes	7,36	6,22	5,82	9,33	15,39

Fonte: Autores (2025)

Os resultados acima indicam que, apesar de pequenas variações, a abstenção maior de eleitores entre 20 e 29 anos distribui-se igualmente em todas as regiões do país e tamanhos de municípios. Destaca-se nos resultados que as maiores diferenças positivas, ou seja, de abstenção superior à média encontram-se em municípios acima de 25 mil habitantes da região Sul do país para todas as faixas etárias. Já os destaques negativos, com abstenções mais baixas, ficam para o Sudeste, na faixa de 16 e 17 anos; para o Centro-Oeste nas faixas de 18 a 20 e 45 a 69 anos, e para o Sul nas faixas de 21 a 34 anos e acima de 70 anos.

Discussão e conclusões

Os eleitores que se abstiveram no primeiro turno das eleições de 2024 vivem em municípios grandes, em especial das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Eles têm, predominantemente, entre 21 e 29 anos de idade. No primeiro turno das eleições de 2024 houve uma relativa homogeneidade na distribuição das abstenções, pois 3.723 municípios (66,8%) apresentaram percentuais no intervalo de um desvio para cima e um para baixo da média.

Entre as regiões do País, a variação média de abstenção foi de 5 pontos percentuais, com o percentual mais baixo ficando no Nordeste, com 14,2%, e o mais alto no Sudeste, com 19,2%. Quanto às categorias de tamanho de município, a variação foi maior, ficando em 8 pontos percentuais. Os micro municípios, aqueles com até 5 mil habitantes, apresentaram a menor média de abstenção, em 12,1%, enquanto os maiores municípios ficaram com as maiores médias de abstenção, 20,6%. Se considerarmos as três informações anteriores: maior parte dos municípios não incluídos em clusters de vizinhança por abstenção, menor variação entre regiões e maior variação entre tamanho de municípios, é possível concluir que, ainda que existam variações significativas entre as regiões, o tamanho do município apresenta a maior força explicativa para a variação das abstenções em 2024. Isso é o que se conclui a partir dos resultados das regressões espaciais com e sem controle, por tamanho do município.

A análise descritiva das distribuições de percentuais de abstenção por faixa etária, região e tamanho do município indicou que as diferenças entre as faixas etárias mantiveram-se consistentes em todas as categorias de região e tamanho de município. Isso indica que, independentemente da área em que o município se encontra, eleitores de 20 a 29 anos de idade foram os que menos participaram das eleições municipais de 2024. O que contraria a literatura tradicional sobre participação, que aponta que pessoas mais velhas tendem a se abster mais. Pelo menos na disputa municipal de 2024 não foi o que aconteceu. Além disso, os jovens adultos se abstêm mais, independente das variáveis geográficas usadas aqui: tamanho do município e região do País. Eles são os que menos participaram da disputa eleitoral em todas as regiões e tipos de municípios. Abordagens macro, como a espacial adotada aqui, são importantes para uma primeira aproximação do tema. Mas, é necessário, em outras pesquisas, passar da análise exploratória para a explicativa em nível microsociológico, com resultados que sejam representativos de todo o País.

Referências

- AGNEW, John. Mapping politics: how context counts in electoral geography. **Political geography**, v. 15, n. 2, p. 129-146, 1996.
- ANSELIN, Luc. **Local indicators of spatial association – LISA**. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.
- ALMEIDA, A. **A cabeça do eleitor**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BERRY, Frances; BERRY, William. “State Lottery Adoptions as Policy Innovations.” **American Political Science Review**, 1990.
- BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 134-157, 2008.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. D. S.; CARDOSO, G. R. Views of democracy among Brazilians: evolution and determinant factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, e3811040, 2023.
- CATTERBERG, Gabriela; MORENO, Alejandro. The individual bases of political trust: Trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 18, n. 1, p. 31-48, 2006.
- CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes**. v. II. Curitiba: CPOP, 2019.
- CERVI, Emerson Urizzi; SINDERSKI, Rafaela; VERNER, Afonso. Até tu, prefeito! Sobre quando as redes sociais on-line chegam às eleições municipais. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, p. 73-103, 2021.
- CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 2, p. 599-619, 2022.
- DE ALMEIDA, C. A.; DOURADO, A. P.; PAULLA, R. Pesquisas de opinião e incerteza eleitoral: o caso das eleições de 2022. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 567-590, 2022. Acesso em: 25 ago. 2025.
- DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1957.
- FLORAX, R. J. G. M.; GRAAF, T. The performance of diagnostic tests for spatial dependence in linear regression models: a meta-analysis of simulation studies. In: ANSELIN, L.; FLORAX, R. J. G. M.; REY, S. J. (ed.). **Advances in spatial econometrics**. New York: Springer, 2004.
- FOGAÇA, José. Democracia e descentralização na Constituição de 1988: o processo de elevação dos Municípios ao status de entes da Federação. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; GIOSA, Lívio; LEMOS, Murilo Lemos de (orgs.). **Democracia e gestão pública no Brasil**. São Paulo: Oficina Municipal; Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2021.

FRANZESE, Robert; HAYS, Jude. "Spatial Econometric Models of Cross-Sectional Interdependence." **Political Analysis**, 2007.

FUJIWARA, Thomas. Voting Technology, Political Responsiveness, and Infant Health: Evidence from Brazil. **Econometrica**, v. 83, n. 2, p. 423–464, 2015.

GLEDITSCH, Kristian; WARD, Michael. "Diffusion and the International Context of Democratization." **International Organization**, 2006.

HADJAR, Andreas; BECK, Michael. Who does not participate in elections in Europe and why is this? A multilevel analysis of social mechanisms behind non-voting. **European Societies**, v. 12, n. 4, p. 521-542, 2010.

INGLEHART, Ronald. Trust, well-being and democracy. In: WARREN, Mark (ed.). **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 88-120.

JOHNSTON, Ron; PATTIE, Charles. **Putting Voters in Their Place**. Oxford University Press, 2006.

JUELICH, Courtney; LACOMBE, Scott J.; COLL, Joseph A. Values and the conditional effect of ballot measures on youth voter turnout. **Political Research Quarterly**, p. 10659129251355261, 2024.

KOUBA, R.; LYSEK, J. Abstention and democratic crisis: A comparative perspective. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 4, p. 100-115, 2019. Acesso em: 25 ago. 2025.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, M.; CHEIBUB, Z. Descrédibilidade da política e participação eleitoral no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 3, p. 679-710, 2015. Acesso em: 25 ago. 2025.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANA, Luiz Werneck. **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ; UCAM; FAPERJ, 2002. p. 255-296.

PANKE, Luciana; ALVES, Mércia. O diferencial das estratégias eleitorais em campanhas locais. In: AZEVÊDO JÚNIOR, Aryovaldo de Castro; PANKE, Luciana (org.). **Eleições, propaganda e desinformação**. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

PASE, Hemerson Luiz; SILVA, Luis Gustavo Teixeira da; SANTOS, Everton Rodrigo. Cultura política e abstenção eleitoral / Political culture and electoral abstention. E-Legis – **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 9, n. 21, p. 127-143, dez. 2016. DOI: 10.51206/e-legis.v9i21.279.

POWER, T. J.; GARAND, J. C. Electoral abstention in Brazil: A comparative perspective. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 4, p. 1-28, 2007. Acesso em: 25 ago. 2025.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; DA SILVA, Rafael. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 91-108, 2015.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. **Representación espacial y mapas**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2013. (Cuadernos Metodológicos, 50).

SPECK, Bruno Wilhelm; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil (1998–2020). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 37, 2022.

TERRON, Sonia. Geografia eleitoral em foco. **Revista em Debate**, v. 4, n. 2, p. 8-18, 2012.

TUKEY, John W. **Exploratory Data Analysis. Behavioral Science Quantitative Methods**. Addison-Wesley Publishing Company: Massachusetts, 1979.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GEODA – Universidade de Columbia. Disponível em: <https://spatial.uchicago.edu/geoda>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VITULLO, Gabriel. Participación electoral, comportamiento político e desestructuración social en Argentina e Brasil. In: LEVY, Bettina (org.). **Crisis y conflictos en capitalismo latino-americano: lecturas políticas**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 223-247.

Por que votamos diferente? O contraste capital-interior na política municipal brasileira

Murilo Pradella¹

ORCID: 0000-0001-8964-8169

Antônio Filippini²

ORCID: 0009-0000-7629-9238

Resumo: Este artigo analisa os fatores que influenciam a participação eleitoral nas eleições municipais brasileiras de 2024, comparando capitais, cidades grandes e municípios do interior. Três hipóteses orientam a investigação: a avaliação do governo local como determinante universal da disposição para votar; o maior peso da ideologia política nas capitais e cidades grandes; e a influência mais acentuada de características sociodemográficas no interior. A pesquisa utiliza dados do survey nacional do IPEC e revela que a opinião sobre a prefeitura é o principal preditor da participação, reduzindo a disposição para votar quando negativa em qualquer contexto. Nas capitais e cidades grandes, a ideologia assume centralidade, refletindo maior institucionalização da disputa e conexão com o debate nacional, enquanto no interior sobressaem variáveis individuais, como gênero e escolaridade, em conjunto com a avaliação do governo. Conclui-se que a diferenciação entre capitais e interior explica melhor os padrões de participação do que o simples critério de tamanho populacional, ressaltando o peso da experiência concreta com a gestão municipal na decisão política.

Palavras-chave: política local; participação eleitoral; comportamento político; contexto municipal.

¹ Doutorando em ciência política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Ciência política pela mesma universidade. Bacharel em Ciências Sociais também pela UFSCar. Membro do Centro de Estudo do Comportamento Político (VOX - UFSCar) e do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA - UFSCar). Integra o INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem). E-mail: murilopradella@estudante.ufscar.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2407337930230034>

² Graduado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestrando e bolsista CAPES em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: antoniofilippini02@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5556049428422086>

Abstract: This article analyzes the factors that influence electoral participation in the 2024 Brazilian municipal elections, comparing capitals, large cities, and smaller inland municipalities. Three hypotheses guide the investigation: the evaluation of local government as a universal determinant of the willingness to vote; the greater weight of political ideology in capitals and large cities; and the stronger influence of sociodemographic characteristics in inland municipalities. The research uses data from the IPEC national survey and reveals that opinions about city hall are the main predictor of participation, reducing the willingness to vote when negative in any context. In capitals and large cities, ideology takes center stage, reflecting greater institutionalization of competition and stronger connections to national debates, while in inland municipalities individual variables such as gender and education stand out, together with government evaluation. The study concludes that the distinction between capitals and inland municipalities better explains participation patterns than the simple criterion of population size, highlighting the weight of concrete experiences with municipal governance in shaping political decisions.

104

Keywords: local politics; electoral participation; political behavior; municipal context.

Resumen: Este artículo analiza los factores que influyen en la participación electoral en las elecciones municipales brasileñas de 2024, comparando capitales de estados, grandes ciudades y municipios rurales. Tres hipótesis guían la investigación: la evaluación del gobierno local como determinante universal de la disposición a votar; la mayor influencia de la ideología política en capitales de estados y grandes ciudades; y la mayor influencia de las características sociodemográficas en municipios rurales. La investigación utiliza datos de la encuesta nacional IPEC y revela que la opinión sobre el ayuntamiento es el principal predictor de la participación, reduciendo la disposición a votar cuando es negativa en cualquier contexto. En capitales de estados y grandes ciudades, la ideología asume centralidad, lo que refleja una mayor institucionalización de la disputa y su conexión con el debate nacional, mientras que en municipios rurales, destacan variables individuales como el género y la educación, junto con la evaluación del gobierno. La conclusión es que la diferenciación entre capitales de estados y municipios rurales explica mejor los patrones de participación que el simple criterio del tamaño de la población, lo que destaca la importancia de la experiencia concreta con el gobierno municipal en la toma de decisiones políticas.

105

Palabras clave: política local; participación electoral; comportamiento político; contexto municipal.

Introdução

A participação eleitoral é um pilar das democracias representativas, mas sua distribuição desigual segue como desafio central para a ciência política (Verba; Nie; Kim, 1978). Embora amplamente investigada em eleições nacionais, no nível local assume contornos específicos, sobretudo em um país federativo como o Brasil. As eleições municipais, que envolvem mais de 5.500 prefeitos e 60.000 vereadores, ainda recebem atenção menor da literatura (Ames, 2003; Samuels, 2003), apesar de operarem sob lógicas distintas: campanhas mais personalistas, menos ideologizadas e com maior proximidade entre governantes e cidadãos (Castro; Nunes, 2014; Carreirão, 2016).

Pesquisas apontam heterogeneidade contextual no comportamento eleitoral (Borges; Turgeon, 2019), sugerindo que avaliação de governo, identificação partidária e fatores sociodemográficos variam conforme porte e condição administrativa dos municípios (Zucco; Power, 2021). Contudo, carecem de testes robustos e estrutura teórica consistente. Assim, este estudo pergunta: por que as pessoas votam nas eleições municipais? As razões são diferentes entre capitais e cidades do interior?

106

A tese central é a de que capitais e interior operam sob lógicas distintas (Abrucio, 2010), refletindo clivagens estruturais do federalismo que transcendem o porte populacional. Hipóteses: H1 – avaliação de governo como determinante universal; H2 – ideologia mais relevante em capitais e grandes cidades; H3 – variáveis sociodemográficas mais influentes no interior. Os objetivos específicos incluem identificar determinantes individuais, testar heterogeneidade contextual, avaliar o voto retrospectivo (Fiorina, 1981; Lewis-Beck; Stegmaier, 2000) e propor uma tipologia para as lógicas do voto local.

A análise com dados do IPEC (2024) e modelos logísticos comparativos revela três achados: (1) a avaliação do governo local é determinante universal, corroborando teorias do voto retrospectivo (Downs, 1957); (2) existe uma clivagem capital–interior, onde ideologia pesa nas capitais e fatores comunitários no interior (Hagopian, 1996); (3) a avaliação de governo mantém-se explicação robusta em todos os contextos, limitando a tese da nacionalização completa (Mainwaring, 1999). O estudo contribui para a literatura de comportamento eleitoral municipal e para a compreensão da política subnacional (Gibson, 2013).

Revisão da Literatura

As eleições municipais brasileiras contemporâneas podem ser compreendidas a partir do diálogo entre três tradições teóricas fundamentais no estudo do comportamento eleitoral. Estas perspectivas, originalmente desenvolvidas para explicar padrões em eleições nacionais, exigem adaptações e ressalvas quando aplicadas à esfera local, particularmente em um contexto federativo complexo como o brasileiro.

O modelo psicosociológico, associado à Escola de Michigan (Campbell *et al.*, 1960), enfatiza que afiliações sociais duradouras, como classe, religião, região e grupo étnico, moldam identidades políticas estáveis que orientam o comportamento eleitoral. No contexto brasileiro, estudos clássicos demonstraram a relevância de variáveis sociodemográficas para explicar preferências partidárias e padrões de voto (Carreirão; Kinzo, 2004; Samuels; Zucco, 2014). Contudo, a aplicação deste modelo às eleições municipais apresenta desafios específicos.

A política local tende a ser menos estruturada por clivagens sociais rígidas, com a personalização das campanhas e as redes de interação comunitária frequentemente suplantando identidades sociológicas tradicionais (Bohn, 2023; Cervi, 2013; Borba; Cervi, 2017). Em municípios menores, onde as relações face a face predominam, lealdades pessoais e avaliações baseadas em performance concreta podem se sobrepor a filiações sociais abstratas (Salles; Guarnieri, 2019; Salles, 2019). Esta ressalva não invalida completamente o modelo psicosociológico, mas sugere a necessidade de contextualização: variáveis como educação, renda e religião podem operar de forma distinta e geralmente mais fraca no nível local, quando comparado ao nacional.

Voto Econômico Retrospectivo: Potencial Explicativo Ampliado

A teoria do voto econômico retrospectivo (Fiorina, 1981; Lewis-Beck; Stegmaier, 2000) postula que eleitores avaliam a performance econômica recente - tanto pessoal quanto nacional - para decidir seu voto. No contexto municipal, esta teoria adquire contornos particulares: a avaliação do desempenho do governo local substitui, em grande medida, as avaliações da economia nacional (Cataia, 2011; Avelino *et al.*, 2014; Carreirão, 1999).

A proximidade entre cidadãos e governantes no nível municipal potencializa o mecanismo de *accountability* vertical, isto é, os eleitores têm maior capacidade de atribuir responsabilidades por obras, serviços e ações concretas quando se trata de governos locais. (Santos, 2023; Pedron; Wessel, 2025). Esta dinâmica é particularmente relevante no Brasil, uma vez que a Constituição de 1988 ampliou significativamente as competências municipais, tornando prefeitos claramente responsáveis por políticas cruciais como educação fundamental, saúde básica e planejamento urbano.

Contudo, a efetividade do voto retrospectivo varia contextualmente. Em municípios com instituições mais frágeis e maior personalismo, a capacidade dos eleitores de punir ou premiar governantes com base em performance pode ser comprometida (Borges; Turgeon, 2019). Ademais, a interdependência entre esferas de governo em um federalismo complexo como o brasileiro pode dificultar a correta atribuição de responsabilidades (Abrucio, 2010).

Teoria da Mobilização Política: Mecanismos Diferenciados

A teoria da mobilização política enfatiza o papel de elites, partidos e instituições na ativação de predisposições políticas latentes (Rosenstone; Hansen, 1993). Nas eleições municipais brasileiras, os mecanismos de mobilização apresentam particularidades importantes. Em capitais e grandes municípios, partidos políticos e campanhas profissionalizadas desempenham papel central na mobilização eleitoral, com estratégias que frequentemente incorporam elementos da política nacional (Cervi *et al.*, 2021; Cervi; Massuchim, 2012; Bachini *et al.*, 2022).

Já no interior e em municípios menores, as redes informais de influência, o coronelismo moderno e as relações clientelistas tradicionais permanecem como mecanismos relevantes de mobilização (Hagopian, 1996; Cervi, 2020; Braga *et al.*, 2017). Em muitos municípios brasileiros a competição política ancora-se mais em arranjos locais de poder do que em programas partidários nacionais (Salles; Guarnieri, 2019; Salles, 2019). Esse padrão também foi identificado em estudos sobre elites políticas locais, que apontam como a representação no interior se ancora em vínculos pessoais e em uma lógica menos programática (Martins; Kerbauy, 2017; Kerbauy, 2000).

Especificidades da Política Local

A política local brasileira é marcada por uma tensão entre personalismo e institucionalização, que diferencia capitais e interior. Enquanto eleições nacionais se estruturam por partidos, ideologias e programas (Nicolau, 2022), no nível municipal prevalecem lógicas personalistas, sobretudo em cidades pequenas e médias, onde partidos atuam como instrumentos de viabilização eleitoral (Salles; Guarnieri, 2019; Salles, 2019). Esse personalismo não elimina a institucionalização, mas a reconfigura em arranjos informais e relações de reciprocidade. Nessas localidades, eleitores avaliam gestores com base em obras e serviços concretos (Cataia, 2011; Avelino *et al.*, 2014; Carreirão, 1999).

Nas capitais, por outro lado, observa-se crescente institucionalização, com partidos e ideologia estruturando o voto (Bohn, 2023). A política é mais complexa, diversificada e nacionalizada, com forte influência de partidos nacionais e da agenda federal. Já no interior, redes locais, parentesco e laços comunitários seguem centrais, ainda que programas sociais, internet e polarização tenham alterado parcialmente essas dinâmicas (Cervi, 2013; Borba; Cervi, 2017; Santos; Sandes-Freitas, 2019; Kerbauy, 2009).

Esse contraste reforça a clivagem capital–interior como eixo fundamental da política local. Ainda que predominem redes informais e personalistas, não se pode ignorar que estruturas partidárias e restrições institucionais moldam oportunidades de carreira e engajamento, como mostram estudos recentes sobre vereadores (Gelape; Silva, 2022). O debate atual gira em torno da nacionalização *versus* localização das eleições. A tese da nacionalização aponta a influência crescente de fatores nacionais, e a sincronização entre pleitos municipais e federais (Bohn, 2023; Zucco; Power, 2021). Já a perspectiva da localização, ressalta o peso da avaliação do prefeito, da entrega de serviços e das redes comunitárias.

Nossa pesquisa propõe que o grau de nacionalização/localização varia conforme o contexto municipal: capitais e grandes centros aproximam-se da lógica nacional, enquanto no interior prevalece a dinâmica local. Assim, supera-se o dilema entre nacionalização total e localização absoluta, reconhecendo um *continuum* de competição política no federalismo brasileiro (Da Ros; Taylor, 2022).

Metodologia

Este estudo adota uma estratégia quantitativa de caráter comparativo, cujo objetivo é investigar os determinantes da disposição para participar das eleições municipais brasileiras de 2024, em diferentes contextos locais. A base empírica é composta por dados primários do Instituto IPEC, coletados em março de 2024, junto a uma amostra nacional representativa de 2.000 eleitores distribuídos em 125 municípios. O desenho amostral seguiu procedimento probabilístico estratificado por região, porte municipal e condição administrativa (capital ou interior), incorporando cotas proporcionais de sexo, idade, escolaridade e renda. O erro amostral máximo é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

Optou-se por superamostragem em municípios de menor porte. Essa decisão metodológica permite análises comparativas mais robustas, e é coerente com o objetivo central da pesquisa de testar hipóteses sobre heterogeneidade contextual no comportamento eleitoral. Ao capturar variação sistemática entre capitais e interior, a pesquisa cria condições para avaliar em que medida os determinantes da participação eleitoral são universais ou dependem do ambiente político local.

A variável dependente central é a vontade de participação eleitoral, construída a partir da pergunta sobre disposição para votar nas eleições municipais de 2024. A recodificação resultou em variável dicotômica, distinguindo respondentes com “muita vontade de votar” daqueles com “pouca ou nenhuma vontade” (Nicolau, 2022).

Como principais variáveis independentes, utilizamos: (A) a avaliação do governo local, recodificada em duas categorias que refletem tanto a direção quanto a intensidade das percepções sobre a administração municipal, em linha com a tradição do voto econômico retrospectivo, isto é, se (o eleitor?) avalia de maneira positiva ou negativa a administração do município (Fiorina, 1981; Lewis-Beck; Stegmaier, 2000); e (B) Ideologia política, mensurada pelo auto posicionamento na escala esquerda-direita e recodificada em cinco categorias: esquerda (0 e 1), centro esquerda (2 até 4), Centro (5), Centro Direita (6 até 8) e Direita (9 e 10), além da categoria NS/NR, referente aos que afirmaram não saber o que é esquerda ou direita, ou que não responderam.

As variáveis de controle incluem idade, categorizada em três grupos: Jovem para a faixa de 16-25 anos; Adulto para a faixa de 26-59 anos; Idoso para respondentes com 60 anos ou mais. Sexo, binária: Feminino e Masculino. Raça, dicotomizada entre brancos e não brancos. Religião, categorizada em cinco grupos: Católicos, Evangélicos, Evangélicos históricos, Outros, Ateu/Sem religião. A variável Escolaridade foi dicotomizada entre indivíduos com ensino superior completo e indivíduos sem ensino superior completo. A renda foi categorizada em seis faixas salariais, refletindo a estrutura de estratificação social brasileira. Assim, as variáveis foram recodificadas de forma a refletir clivagens socialmente relevantes para a análise política.

Posteriormente, para captar os efeitos contextuais, foram mobilizadas duas dimensões: Porte do Município, seguindo tipologia proposta por Bohn (2023), e Condição Administrativa, que distingue capitais e interior, dimensão considerada chave para compreender o federalismo e a dinâmica da competição política no Brasil (Abrucio, 2010).

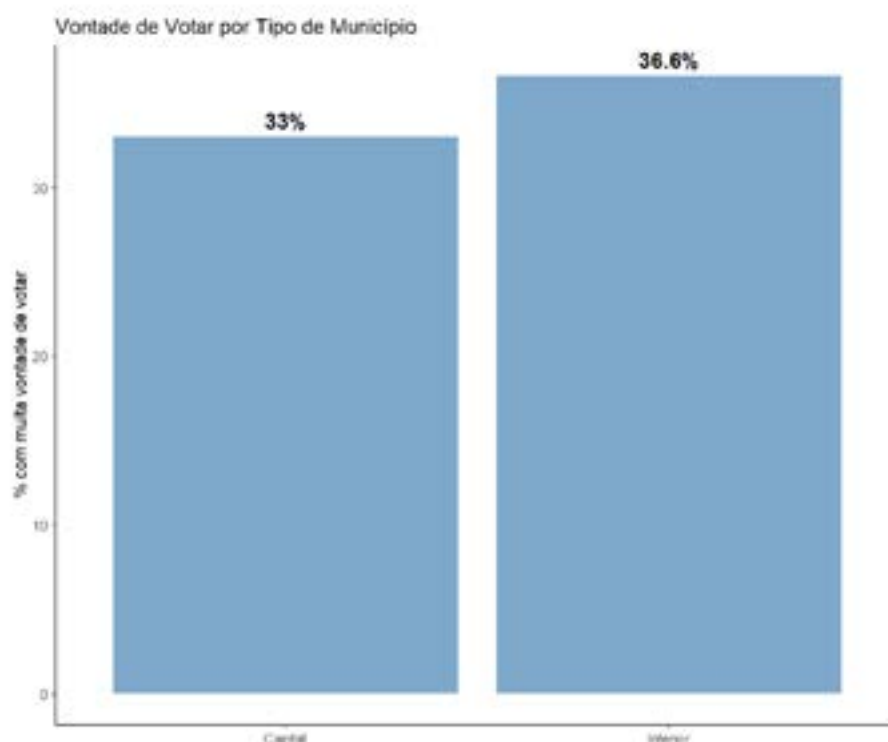
O Porte do Município foi dicotomizado a partir da divisão: Não Grandes para municípios com até 500 mil habitantes, e Grandes para municípios acima de 500 mil habitantes. Já a variável Condição Administrativa foi dicotomizada entre Interior e Capital.

A estratégia analítica foi organizada a partir de quatro modelos de regressão logística que investigou os determinantes da disposição para votar em quatro cenários municipais distintos: cidades não grandes, cidades grandes, interior e capitais.

Resultados e Discussões

A análise dos padrões descritivos revela características fundamentais da amostra que são cruciais para a interpretação dos resultados subsequentes. A distribuição da vontade de votar apresenta variações significativas conforme o contexto municipal, com uma disposição participativa ligeiramente mais acentuada em municípios do interior (36,6%) comparativamente às capitais (33%), como apresentado no Gráfico 1. Esta diferença, embora modesta, sugere que a proximidade com as instâncias de poder local pode exercer influência na motivação eleitoral dos cidadãos.

GRÁFICO 1 - Vontade de votar por tipo de município



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

Os resultados do nosso primeiro modelo de regressão logística, estimada para municípios de pequeno e médio porte (Não grandes) indicam que a disposição para votar é significativamente explicada por um conjunto restrito de variáveis individuais e contextuais, como visto na Tabela 1. O teste do qui-quadrado revela que o modelo como um todo é estatisticamente significativo ($\text{Prob} > \chi^2 = 0.000$, $p < 0.001$), o que indica que os preditores considerados contribuem de maneira relevante para explicar a variação na vontade de participar da eleição.

Tabela 1: Chance de participação eleitoral em municípios não grandes

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	p-valor	IC 95% Inf	IC 95% Sup
Idade (ref. Jovem)						
Adulto	0,039	0,033	1,17	0,242	-0,026	0,105
Idoso	0,053	0,045	1,17	0,243	-0,036	0,142
Sexo (ref. Feminino)						
Masculino	0,086*	0,026	3,27	0,001	0,035	0,138
Raça (ref. Não Brancos)						
Branco	-0,036	0,026	-1,36	0,173	-0,088	0,016
Religião (ref. Católicos)						
Evangélico	-0,059	0,03	-1,96	0,05	-0,118	0
Outros	-0,034	0,04	-0,85	0,393	-0,112	0,044
Ateu/Sem religião	-0,049	0,063	-0,78	0,433	-0,172	0,074
Escolaridade (ref. Sem Ens. Sup.)						
Ensino Superior	0,125*	0,044	2,86	0,004	0,04	0,211
Renda (ref. até 1 SM)						
> 20 SM	-0,054	0,138	-0,39	0,694	-0,324	0,216
10–20 SM	-0,009	0,121	-0,07	0,941	-0,246	0,229
5–10 SM	0	0,057	0	0,998	-0,112	0,112
2–5 SM	-0,027	0,035	-0,77	0,444	-0,095	0,041
1–2 SM	-0,036	0,033	-1,11	0,267	-0,101	0,028
Ideologia (ref. Esquerda)						
Centro-Esquerda	-0,064	0,057	-1,13	0,257	-0,176	0,047
Centro	-0,043	0,047	-0,9	0,367	-0,135	0,05
Centro-Direita	-0,013	0,048	-0,27	0,785	-0,107	0,081
Direita	-0,001	0,044	-0,03	0,979	-0,088	0,086
NS/NR	-0,137*	0,05	-2,72	0,006	-0,236	-0,038
Avaliação da Administração (ref. Avalia bem)						
Avalia mal	-0,274*	0,032	-8,44	0	-0,338	-0,21

* p < 0,05.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

A avaliação da administração local é o principal determinante da disposição para votar. Eleitores que a classificam como “ruim” apresentam probabilidade de 27,4 pontos percentuais menor de declarar alta disposição para votar, e os que a julgam “regular” reduzem para 24,7 pontos percentuais. Isso confirma a lógica do voto econômico retrospectivo em nível municipal: a insatisfação com a gestão tende a desmobilizar cidadãos.

Entre as variáveis individuais, ser homem aumenta em 8,6 pontos percentuais a probabilidade de participação na eleição; e possuir ensino superior completo aumenta essa probabilidade em 12,5 pontos, sugerindo efeitos sociodemográficos relevantes, embora menos determinantes do que a avaliação governamental. Já a ausência de auto posicionamento ideológico (NS/NR) reduz em 13,7 pontos percentuais a probabilidade de alta disposição para votar – as demais categorias ideológicas não influem significativamente. Idade, raça, religião e renda também não apresentaram efeitos significativos.

Assim, em cidades pequenas e médias, a mobilização política é fortemente condicionada pela avaliação do governo local, enquanto escolaridade e gênero têm influência secundária. A clivagem ideológica não se mostra decisiva, indicando uma política menos ideologizada e mais orientada pela experiência cotidiana com a gestão municipal.

Nos grandes municípios (Tabela 2), os efeitos marginais do Modelo 2 mostram que a disposição para votar está associada tanto à avaliação da administração local quanto ao posicionamento ideológico, sem significância (relevância?) para variáveis sociodemográficas.

114

Tabela 2: Chance de participação eleitoral em municípios grandes

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	p-valor	IC 95% Inf	IC 95% Sup
Idade (ref. Jovem)						
Adulto	0,065	0,059	1,1	0,271	-0,051	0,181
Idoso	-0,02	0,075	-0,26	0,791	-0,167	0,127
Sexo (ref. Feminino)						
Masculino	0,027	0,044	0,62	0,533	-0,059	0,113
Raça (ref. Não Brancos)						
Brancos	-0,064	0,044	-1,46	0,145	-0,151	0,022
Religião (ref. Católicos)						
Evangélico	0,029	0,051	0,57	0,566	-0,07	0,128
Outros	-0,065	0,06	-1,07	0,285	-0,183	0,054
Ateu/Sem religião	0,037	0,111	0,33	0,74	-0,18	0,253
Escolaridade (ref. Sem Ens. Sup.)						
Ensino Superior	-0,022	0,058	-0,38	0,707	-0,134	0,091
Renda (ref. até 1 SM)						
> 20 SM	-	-	-	-	-	-
10–20 SM	-	-	-	-	-	-
5–10 SM	-0,108	0,083	-1,3	0,195	-0,271	0,055
2–5 SM	-0,089	0,063	-1,42	0,156	-0,212	0,034
1–2 SM	-0,057	0,065	-0,87	0,382	-0,184	0,07

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	p-valor	IC 95% Inf	IC 95% Sup
Ideologia (ref. Esquerda)						
Centro-Esquerda	-0,248*	0,083	-2,98	0,003	-0,411	-0,085
Centro	-0,151*	0,075	-2,01	0,044	-0,297	-0,004
Centro-Direita	-0,046	0,079	-0,58	0,56	-0,202	0,109
Direita	-0,007	0,076	-0,09	0,931	-0,155	0,142
NS/NR	-0,176	0,09	-1,96	0,05	-0,353	0
Avaliação da Administração (ref. Avalia bem)						
Avalia mal	-0,231*	0,057	-4,05	0	-0,343	-0,119
Regular	-0,212*	0,052	-4,05	0	-0,315	-0,109

* $p < 0,05$.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

O principal impacto decorre da avaliação do governo municipal: avaliações negativas reduzem em 23,1 pontos percentuais a probabilidade de declarar alta vontade de votar, enquanto as avaliações que classificaram o desempenho do governo municipal como “regular” reduzem para 21,2 pontos. Isso confirma a lógica retrospectiva local, indicando que a insatisfação desmobiliza o eleitorado mesmo em grandes cidades.

A ideologia também é central: em relação à esquerda, centro-esquerda e centro apresentam reduções de 24,7 e 15 pontos, respectivamente, enquanto a ausência de posicionamento ideológico reduz (o quê?) em 17,6 pontos. Assim, em grandes municípios, a disposição eleitoral concentra-se em eleitores com identificação clara e alinhada com a esquerda. Variáveis sociodemográficas, idade, sexo, raça, religião, escolaridade e renda, não mostraram significância (relevância?).

A Tabela 2 evidencia uma convergência entre contextos: a avaliação negativa da administração local reduz a mobilização em qualquer porte municipal. Mas surgem divergências: em cidades menores, gênero e escolaridade influenciam (homens +8,6 pontos; ensino superior +12,5), efeitos inexistentes nos grandes centros. Já nestes, a clivagem ideológica ganha relevância, ausente nos municípios menores (?).

Assim, observa-se um contraste estrutural: nos pequenos e médios municípios, prevalecem fatores individuais e avaliação da gestão; nas grandes cidades, a política se institucionaliza e a ideologia assume papel central.

Tabela 3: diferença nos motivadores da participação entre municípios grandes e não grandes

Variável	Pequenos/Médios	Grandes	Diferença
Sexo Masculino	+8,6 p.p. (significativo)	Não significativo	Efeito de gênero desaparece
Ensino Superior	+12,5 p.p. (significativo)	Não significativo	Efeito da educação desaparece
Ideologia	Não significativa	Forte efeito (centro e centro-esquerda menos propensos)	Emergência da clivagem ideológica

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

A análise do terceiro modelo de regressão na Tabela 4, voltado especificamente para os municípios do interior, apontam que os determinantes da disposição para votar variam substancialmente conforme o contexto territorial.

Tabela 4: Chance de participação eleitoral em municípios do interior

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	p-valor	IC 95% Inf	IC 95% Sup
Idade (ref. Jovem)						
Adulto	0,036	0,033	1,1	0,272	-0,028	0,099
Idoso	0,039	0,044	0,89	0,371	-0,047	0,125
Sexo (ref. Feminino)						
Masculino	0,075*	0,025	2,97	0,003	0,026	0,125
Raça (ref. Não Brancos)						
Brancos	-0,036	0,025	-1,41	0,158	-0,086	0,014
Religião (ref. Católicos)						
Evangélico	-0,045	0,029	-1,54	0,123	-0,102	0,012
Outros	-0,047	0,037	-1,25	0,21	-0,12	0,026
Ateu/Sem religião	-0,039	0,061	-0,65	0,518	-0,158	0,079
Escolaridade (ref. Sem Ens. Sup.)						
Ensino Superior	0,123*	0,042	2,93	0,003	0,041	0,205
Renda (ref. até 1 SM)						
> 20 SM	-0,015	0,135	-0,11	0,914	-0,28	0,25
10–20 SM	-0,07	0,107	-0,65	0,513	-0,28	0,14
5–10 SM	-0,029	0,053	-0,55	0,584	-0,133	0,075
2–5 SM	-0,033	0,034	-0,97	0,331	-0,099	0,033
1–2 SM	-0,038	0,032	-1,19	0,233	-0,102	0,025
Ideologia (ref. Esquerda)						
Centro-Esquerda	-0,06	0,055	-1,09	0,274	-0,167	0,047
Centro	-0,035	0,046	-0,76	0,448	-0,124	0,055
Centro-Direita	0,01	0,047	0,22	0,824	-0,081	0,102

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	p-valor	IC 95% Inf	IC 95% Sup
Direita	0,013	0,043	0,29	0,769	-0,072	0,097
NS/NR	-0,106*	0,049	-2,18	0,029	-0,202	-0,011
Avaliação da Administração (ref. Avalia bem)						
Avalia mal	-0,268*	0,031	-8,51	0	-0,329	-0,206
Regular	-0,242*	0,029	-8,24	0	-0,299	-0,184

* p < 0,05.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

Avaliações negativas do governo municipal reduzem em 26,7 pontos percentuais a probabilidade de declarar vontade de votar, enquanto avaliações “regulares” reduzem em 24,1 pontos, reforçando a centralidade da performance administrativa em contextos interioranos, marcados por relações diretas entre eleitores e governantes.

Entre as variáveis sociodemográficas, os homens apresentam 7,5 pontos a mais de probabilidade de disposição eleitoral; e indivíduos com ensino superior, 12,2 pontos adicionais, indicando relevância de atributos individuais no interior, em contraste com grandes cidades. Já a ideologia não exerce efeito substantivo, exceto para “não sabe/não respondeu” (NS/NR), cuja disposição é 10,6 pontos menor (com relação a quê?), revelando que a ausência de posicionamento ideológico associa-se à desmobilização, sem que clivagens esquerda-direita tenham peso.

Assim, a mobilização eleitoral interiorana ancora-se, sobretudo, em avaliações de governo e características individuais, sinalizando uma política menos institucionalizada e mais dependente de dinâmicas locais. A Tabela 5 mostra que esse padrão reproduz o observado em municípios pequenos e médios: efeitos de sexo e escolaridade mantêm magnitude próxima, a avaliação de governo segue determinante e a ideologia permanece irrelevante, indicando estabilidade dos fatores explicativos entre os dois contextos.

Tabela 5: Diferenças nos motivadores da participação Interior x Municípios não grandes

Variável	Interior	Pequenos/Médios	Diferença
Sexo Masculino	7,5% mais	8,6% mais	Similar
Ensino Superior	12,3% mais	12,5% mais	Similar
Avaliação Governo	Forte efeito	Forte efeito	Similar
Ideologia	Não significativa	Não significativa	Similar
NS/NR	-10,60%	-13,70%	Similar

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

Nas capitais, o modelo apresentado na Tabela 6 mostra que variáveis sociodemográficas clássicas não influenciam significativamente a vontade de participar nas eleições.

Tabela 6: Chance de participação eleitoral em municípios da capital

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	p-valor	IC 95% Inf	IC 95% Sup
Idade (ref. Jovem)						
Adulto	0,084	0,064	1,31	0,19	-0,042	0,209
Idoso	0,037	0,085	0,43	0,668	-0,131	0,204
Sexo (ref. Feminino)						
Masculino	0,054	0,049	1,11	0,268	-0,042	0,15
Raça (ref. Não Brancos)						
Brancos	-0,075	0,05	-1,5	0,133	-0,172	0,023
Religião (ref. Católicos)						
Evangélico	0,009	0,055	0,17	0,867	-0,099	0,117
Outros	-0,034	0,073	-0,47	0,636	-0,177	0,108
Ateu/Sem religião	0,009	0,122	0,07	0,942	-0,231	0,248
Escolaridade (ref. Sem Ens. Sup.)						
Ensino Superior	-0,041	0,064	-0,65	0,518	-0,167	0,084
Renda (ref. até 1 SM)						
> 20 SM						
10–20 SM						
5–10 SM	-0,055	0,098	-0,56	0,574	-0,247	0,137
2–5 SM	-0,08	0,067	-1,2	0,229	-0,211	0,051
1–2 SM	-0,038	0,07	-0,55	0,585	-0,176	0,099
Ideologia (ref. Esquerda)						
Centro-Esquerda	-0,293*	0,092	-3,18	0,001	-0,473	-0,112
Centro	-0,174*	0,082	-2,13	0,033	-0,334	-0,014
Centro-Direita	-0,11	0,087	-1,26	0,208	-0,28	0,061
Direita	-0,033	0,083	-0,4	0,688	-0,196	0,129
NS/NR	-0,321*	0,096	-3,35	0,001	-0,508	-0,133
Avaliação da Administração (ref. Avalia bem)						
Avalia mal	-0,248*	0,064	-3,89	0	-0,373	-0,123
Regular	-0,216*	0,061	-3,57	0	-0,335	-0,098

* p < 0,05.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

A idade apresenta efeitos positivos, mas não robustos: adultos registram probabilidade 8,3 pontos percentuais maior de disposição para participar ($p=0,190$), e idosos, 3,6 pontos ($p=0,668$). O sexo masculino aumenta a probabilidade em 5,4 pontos, mas também sem significância ($p=0,268$). Entre os brancos, o efeito é negativo (-7,4 pp), mas não estatisticamente significativo ($p=0,133$). O mesmo padrão se observa na religião: evangélicos (+0,9 pp), ateus (+0,8 pp) e outras religiões (-3,4 pp) não apresentam impacto significativo na probabilidade de participação. A escolaridade superior, longe de estimular o engajamento, associa-se a uma redução de 4,1 pontos ($p=0,518$), sem robustez estatística.

A renda, por sua vez, tampouco se mostra diferenciadora. Entre os que recebem de 2 a 5 salários mínimos, a disposição de participação é 8,0 pontos menor ($p=0,229$), enquanto para a faixa entre 5 e 10 salários mínimos, a redução é de 5,5 pontos ($p=0,574$). Nenhuma das demais categorias apresenta significância.

Em contraste, a ideologia aparece como fator central. Eleitores de centro-esquerda apresentam uma probabilidade 29,2 pontos menor de disposição para participar ($p=0,001$), enquanto aqueles de centro têm 17,3 pontos a menos ($p=0,033$). Já centro-direita (-10,9 pp, $p=0,208$) e direita (-3,3 pp, $p=0,688$) não apresentam significância estatística. Importa destacar que os eleitores que não se posicionam ideologicamente (NS/NR) mostram o efeito mais forte: -32,0 pontos percentuais ($p=0,001$), evidenciando que a falta de identidade política definida está associada a um menor engajamento participativo.

A avaliação de governo confirma-se como um forte determinante. Avaliar o governo como “mal” reduz em 24,8 pontos a probabilidade de voto ($p<0,001$), enquanto a avaliação “regular” implica queda de 21,6 pontos ($p<0,001$). A análise comparativa entre capitais e interior revela padrões explicativos distintos para a vontade de participar das eleições.

Tabela 7 - diferença dos motivadores da participação Interior x Capital

Variável	Interior	Capital	Diferença
Ideologia	Não significativa	Forte efeito	Mudança radical
Sexo Masculino	7,5% mais vontade	Não significativo	Some o efeito
Ensino Superior	12,3% mais vontade	Não significativo	Some o efeito

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

Nas capitais, a variável ideologia exerce impacto expressivo. Comparados à esquerda, eleitores de centro-esquerda apresentam 29,3% menos vontade de participar, enquanto os de centro reduzem essa probabilidade em 17,4%. O efeito mais forte é observado entre aqueles que não se posicionam ideologicamente (NS/NR), cuja disposição é 32,1% menor. Esses resultados indicam que a participação eleitoral nas capitais é mais fortemente estruturada pela clivagem ideológica.

Se, por um lado, as clivagens sociodemográficas perdem efeito nas capitais, a avaliação retrospectiva do governo permanece robusta em ambos os contextos. Avaliar mal o governo reduz a vontade de participar em 26,8% no interior e 24,8% nas capitais, enquanto avaliações regulares produzem quedas de 24,2% e 21,6%, respectivamente.

Discussão dos resultados

Os resultados confirmam as hipóteses iniciais (H1; H2; H3): a força da avaliação de governo como determinante da participação, o peso da ideologia nas capitais e o impacto de variáveis sociodemográficas em cidades do interior.

Primeiro, a avaliação retrospectiva do governo é transversal: tanto no interior quanto nas capitais, avaliações negativas reduzem a disposição eleitoral em cerca de 25 pontos percentuais (-26,8% e -24,2% no interior; -24,8% e -21,6% nas capitais), confirmando a lógica do voto econômico retrospectivo como fator estrutural.

Segundo, a ideologia emerge como fator central nas capitais. Em relação à esquerda, eleitores de centro-esquerda têm probabilidade 29,3% menor de votar, e os sem identificação (NS/NR) apresentam redução de 32,1%, o efeito mais intenso. Esse padrão reflete maior exposição midiática, competição partidária e nacionalização da política local. Em grandes cidades que não são capitais, os efeitos ideológicos aparecem, mas em menor magnitude. Já em cidades pequenas, médias e interioranas, a ideologia perde relevância, prevalecendo gênero, escolaridade e avaliação de governo.

Por fim, os achados demonstram que a clivagem Capital x Interior explica melhor as diferenças de mobilização do que o porte populacional. Capitais apresentam dinâmica ideologizada; o interior, mesmo em grandes municípios, segue lógica comunitária e avaliativa; grandes cidades exibem padrão misto; e

pequenos/médios reproduzem a lógica local. A Tabela 8 sintetiza essa heterogeneidade contextual.

Tabela 8 – Determinantes mais impactantes para participação por tipo de município

Contexto	Lógica Dominante	Fatores Relevantes
Capital	Ideológica	Ideologia (Efeito mais forte)
Interior	Comunitária	Avaliação do governo + Sociodemográficos
Grandes	Mista	Ideologia + Avaliação do governo
Pequenos/Médios	Comunitária	Avaliação do governo + Sociodemográficos

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IPEC 2024

A opção pela dicotomia capital versus interior, em vez da simples classificação por porte populacional, apoia-se em evidências empíricas e base teórica sólida, revelando tratar-se de uma clivagem estrutural no federalismo brasileiro. Os dados mostram que a condição administrativa capta dimensões políticas que transcendem o tamanho demográfico, configurando dois universos distintos de competição, mobilização e *accountability*. Portanto, ignorar essas diferenças pode levar a generalizações equivocadas sobre o comportamento do eleitor (Martins; Kerbauy, 2017; Kerbauy, 2000).”

Os modelos estimados confirmam: nas capitais, a ideologia é fator central e significativo, com maior mobilização de eleitores de esquerda; no interior, sua influência é reduzida, exceto entre os não posicionados. Essa diferenciação decorre do papel das capitais como polos administrativos e midiáticos, conectados à agenda nacional e dotados de competição partidária mais institucionalizada e ideologizada (Abrucio, 2005; Santos, 2023). Já no interior prevalecem lógicas comunitárias, redes locais de influência e avaliações concretas de desempenho governamental. Isso não significa ausência total de institucionalização. Mesmo em contextos interioranos, trajetórias políticas locais seguem padrões alternativos e regras partidárias que influenciam a reeleição e o recrutamento de lideranças (Gelape, 2021).

Conclusão

A presente investigação buscou responder à questão central: por que as pessoas votam nas eleições municipais, e se as razões variam entre capitais e cidades do interior. Os resultados indicam que a lógica da participação eleitoral não é uniforme, mas fortemente condicionada pelo contexto administrativo. Nas capitais, a vontade de participar é moldada pela clivagem ideológica, em um ambiente em que a maior competição partidária e a exposição midiática reforçam a nacionalização da política local. Nesse cenário, eleitores identificados com a esquerda se mostraram significativamente mais mobilizados do que aqueles de outras orientações ideológicas, evidenciando o peso dos alinhamentos programáticos na dinâmica das metrópoles.

No interior, por outro lado, o padrão de mobilização segue uma lógica distinta, mais comunitária e personalista. A participação está menos ancorada em clivagens ideológicas e mais relacionada a fatores de proximidade, como redes sociais locais, além de características sociodemográficas e a avaliação retrospectiva do desempenho governamental. Esses achados sugerem que, fora das capitais, a política ainda opera de modo fortemente enraizado em relações nas quais o eleitor julga mais o gestor do que o sistema político como um todo.

Assim, a resposta à pergunta de pesquisa confirma a heterogeneidade contextual da política brasileira: nas capitais, as pessoas votam principalmente por razões ideológicas, refletindo uma dinâmica próxima à competição nacional; no interior, a decisão de votar está mais associada a julgamentos sobre a administração local e a fatores individuais.

Essa distinção implica que o status de capital deve ser considerado variável prioritária em estudos eleitorais, superando classificações baseadas apenas no porte populacional. Em termos teóricos, os achados apontam para a coexistência de dois universos políticos dentro do mesmo sistema federativo: um universo ideológico, concentrado nas capitais, e um universo comunitário, predominante no interior, ambos fundamentais para compreender a democracia brasileira em sua complexidade.

Referências

- ABRUCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.
- AMES, B. **The Deadlock of Democracy in Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- AVELINO, Bruna Camargos *et al.* Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 13, n. 2, p. 571-608, 2014.
- BACHINI, Natasha *et al.* Comunicação política no ambiente digital: uma análise das campanhas eleitorais municipais de 2020 no Facebook. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 750-786, 2022.
- BOHN, S. R. A nacionalização das eleições municipais no Brasil contemporâneo. **Dados**, v. 66, n. 1, 2023.
- BORBA, Felipe; CERVI, Emerson Urizzi. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. **Opinião Pública**, v. 23, p. 754-785, 2017.
- BORGES, André; TURGEON, Mathieu. Presidential coattails in coalitional presidentialism. **Party Politics**, v. 25, n. 2, p. 192-202, 2019.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; CASSOTTA, Priscila Leine; SABBAG, Gustavo. Partidos e representação na política local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. **Colombia Internacional**, [S. l.], n. 91, p. 117–150, 2017. DOI: 10.7440/colombiaint91.2017.04. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/colombia-int/article/view/2844>.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; WILLER, W. E. Stokes DE **The American Voter**. 1960.
- CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2014 no Brasil: uma análise do resultado e do comportamento eleitoral. In: AVRITZER, L.; et al. (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Editora UFJF, 2016.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do governo e "voto econômico". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 213-232, 1999.
- CARREIRÃO, YS; KINZO, M.D.G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, v. 47, p. 131-167, 2004.
- CASTRO, Mônica Mata Machado de; NUNES, Felipe. Candidatos corruptos são punidos?: accountability na eleição brasileira de 2006. **Opinião Pública**, v. 20, p. 26-48, 2014.

CATAIA, Márcio. Federalismo brasileiro. As relações intergovernamentais analisadas a partir das transferências voluntárias (união/municípios). **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

CERVI, Emerson Urizzi. Doações de campanha e desempenho eleitoral: uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. **Revista Agenda Política**, v. 1, n. 1, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. Redes sociais como ferramenta de campanha em disputas subnacionais: análise do Twitter nas eleições para o governo do Paraná em 2010. **Sociedade e cultura**, v. 15, n. 1, p. 25-38, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi; SINDERSKI, Rafaela; VERNER, Afonso. Até tu, prefeito! Sobre quando as redes sociais on-line chegam às eleições municipais. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, p. 73-103, 2021.

CERVI, Emerson Urizzi; TERRON, Sonia; SOARES, Glaucio Ary Dillon. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, p. 494-521, 2021.

DA ROS, Luciano; TAYLOR, Matthew M. Brazilian politics on trial: Corruption and reform under democracy. **Galileu-Revista de Direito e Economia**, v. 124, p. 2184-1845, 2022.

DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper, 1957.

FIORINA, M. P. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

GELAPE, Lucas; SILVA, Glauco Peres da. Restrição partidária às decisões de carreira de políticos brasileiros: evidências de vereadores brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 30, n. 80, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yqbPBQ8xhLpvSYDqpJ8SrKn/>. Acesso em: 27 set. 2025.

GELAPE, Lucas. **Apesar de tudo, carreiras políticas locais: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003104233>. Acesso em: 27 set. 2025.

GIBSON, E. L. **Boundary Control: Subnational Authoritarianism in Federal Democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HAGOPIAN, F. **Traditional Politics and Regime Change in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KERBAUY, M. T. M. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial – UNESP, 2000.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais**. In: ENCONTRO SUL-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-15.

LEWIS-BECK, M. S.; STEGMAIER, M. Economic Determinants of Electoral Outcomes. **Annual Review of Political Science**, v. 3, 2000.

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MARTINS, Thais; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O perfil da elite política local: uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 137-152, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/download/51400/33926>. Acesso em: 27 set. 2025.

NICOLAU, Jairo. Quem iria votar se não fosse obrigado? O papel do interesse pela política no comparecimento eleitoral no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e008, 2022.

SALLES, Nara. Programs and Parties: Rethinking Electoral Competition Through Analysis of Brazilian 'Grotões'. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, n. 2, p. e0004, 2019.

SALLES, Nara; GUARNIERI, Fernando. Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, p. e001, 2019.

SAMUELS, D. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D; ZUCCO JR, C. The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. **American Journal of Political Science**, v. 58, n. 1, p. 212-225, 2014.

SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos; SANDES-FREITAS, Vitor Eduardo Veras de. A relevância das eleições municipais: uma análise da trajetória e da força política do PSB. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, p. e006, 2019.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. O. **Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. Fragmentation without Polarization? The Brazilian Party System. In: AMES, B. (Ed.). **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. New York: Routledge, 2021.

Webcelebrismo e Política: análise dos perfis de vereadores eleitos para a Câmara Municipal de São Paulo em 2024

Erico Oliveira¹
ORCID: 0000-0001-6386-826X

Thiara Ribeiro Santos²
ORCID: 0000-0003-0769-5928

Resumo: No trajeto desta pesquisa, buscamos apresentar bases conceituais dos estudos de celebridades e, na sequência, aplicar a teoria em um caso concreto: a eleição de 2024 para a câmara legislativa da cidade de São Paulo. Para tanto, utilizamos como principais referenciais teóricos o conceito de *Star System*, de Edgar Morin, o conceito de extimidade de Paula Sibilia, a taxonomia de Chris Rojek a respeito dos tipos de celebridade, e o conceito de *shitstorm* de Byung-Chul Han. Em que pese a participação de celebridades na política não seja fenômeno recente, observamos neste pleito a ascensão das webcelebridades políticas. Buscamos assim, discutir a capacidade das redes sociais de influenciar o resultado das eleições, compreender quais estratégias de visibilidade e construção de rosto público foram adotadas pelos novos eleitos e como este sucesso pode mudar a configuração das instituições políticas nos próximos anos.

Palavras-chave: Eleição para a câmara legislativa da cidade de São Paulo em 2024. Celebridades na política. Redes Sociais. Estratégias de visibilidade.

¹ Mestre em Comunicação e Semiótica pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP (2010-2012). E-mail: erico.foliveira@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5769247472205057>

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP. Professora de Publicidade e Propaganda na Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP e na Pós-graduação em Gestão de Mídias Digitais na Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação/SP. E-mail: thiararibeiro@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2984141478050993>

Abstract: Throughout this research, we aim to present the conceptual foundations of celebrity studies and subsequently apply this theoretical lens to a concrete case: the 2024 election for the legislative chamber of the city of São Paulo. To this end, we draw primarily on the theoretical frameworks of Edgar Morin's reflections on the Star System, Paula Sibilia's concept of *extimacy*, Chris Rojek's taxonomy of celebrity types, and Byung-Chul Han's notion of *shitstorm*. Although the involvement of celebrities in politics is not a recent phenomenon, analyzing São Paulo's 2024 elections reveals the rise of web celebrities as candidates. Our objective is to examine the power of social media in influencing electoral outcomes and to understand which visibility strategies and public persona constructions were adopted by the newly elected candidates. Furthermore, we seek to explore how the success of these individuals may reshape the configuration of political institutions in the coming years.

127

Keywords: The 2024 election for the legislative chamber of the city of São Paulo. Celebrities in politics. Social Media. Visibility Strategies.

Resumen: En esta investigación, buscamos presentar los fundamentos conceptuales de los estudios sobre celebridades y, posteriormente, aplicar esta perspectiva teórica a un caso específico: las elecciones de 2024 para la Asamblea Legislativa de la Ciudad de São Paulo. Para ello, utilizamos como principales marcos teóricos el pensamiento de Edgar Morin sobre el Star System, el concepto de extimidad de Paula Sibilia, la taxonomía de Chris Rojek sobre tipos de celebridades, y el concepto de shitstorm de Byung-Chul Han. Aunque la participación de celebridades en la política no sea un fenómeno reciente, observamos el auge de las celebridades web en estas elecciones. Por lo tanto, buscamos analizar la capacidad de las redes sociales para influir en los resultados electorales, comprender qué estrategias de visibilidad y construcción de una imagen pública fueron adoptadas por los funcionarios elegidos y cómo este éxito puede cambiar la configuración de las instituciones políticas en los próximos años.

128

Palabras clave: Elecciones de 2024 para la Asamblea Legislativa de la Ciudad de São Paulo. Celebridad y política. Redes sociales. Estrategias de visibilidad.

Introdução

Este artigo apresenta uma investigação sobre a articulação entre celebridade, webcelebridade e política nas eleições municipais de 2024 em São Paulo, a partir das participações dessas pessoas nas redes sociais, que no estágio atual se configuram como interfaces de interação parassocial entre atores políticos e suas audiências. O objetivo é demonstrar como estratégias de autopromoção, viralização e cultivo de identidade digital se tornaram elementos centrais da competição eleitoral. Buscamos assim, apresentar os estudos de celebridade como ferramenta de análise para a compreensão deste fenômeno social.

O *celebrismo* é fenômeno constituinte das sociedades contemporâneas ocidentais. Uma das primeiras investigações deste fenômeno foi realizada pelo sociólogo francês Edgar Morin, que postulou suas descobertas no seminal *As Estrelas: mito e sedução no cinema* (1989). Para Morin, a celebridade é uma construção artificial na medida em que necessita de investimentos. Sua construção só é possível dentro de um *star system* (sistema de estrelas). Este termo denominava o aparato *hollywoodiano* que suportava aspirantes ao estrelato e investia financeira e libidinalmente sobre estes corpos a fim de torná-los conhecidos e desejados pelo grande público.

Diversos pesquisadores seguiram a trilha de Morin nas últimas décadas, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos de celebridades. No pensamento de Graeme Turner (2014) sobressai a crítica da inautenticidade da celebridade nas sociedades modernas ocidentais. O sociólogo galês Chris Rojek (2008) contribui para o entendimento do que podemos chamar de uma cultura de celebridade ou *celebrismo* ao produzir uma breve taxonomia do status célebre. Segundo Rojek, vivemos uma época na qual as pessoas sofrem de uma escassez de realizações em virtude da padronização e rotinização da vida. Nesse cenário, as celebridades destacam-se pela possibilidade de uma vida repleta de oportunidades, riqueza e prestígio, tornando-se, assim, objetos de desejo (muitas vezes patológico) e canalizadores de frustrações: “trato a celebridade como a atribuição de um *status* glamouroso ou notório a um indivíduo dentro da esfera pública” (Rojek, 2008, p. 11).

Para Rojek, “celebridade = impacto sobre a consciência pública” (2008, p. 12). Rojek assinala três status célebres possíveis. A celebridade pode ser *conferida*,

adquirida ou *atribuída*, o que implica dizer que no primeiro caso, *celebridade conferida*, o status célebre decorre de uma linhagem (ou de berço – se assim preferirem). No segundo caso, *celebridade adquirida*, o status decorre das realizações do indivíduo e no terceiro, *celebridade atribuída*, o status decorre da menção recorrente de uma pessoa por outros, que são também detentores de relativo capital cultural, a quem Morin (1989) denominou de intermediários culturais: jornalistas, críticos e influenciadores.

Para exemplificar, a seguir, vemos a Sasha (filha da Xuxa) como celebridade conferida, Xuxa e o apresentador Luciano Huck como celebridade adquirida, e Pedro Bial como celebridade atribuída, por ser jornalista (figura 1):

Figura 1: Pedro Bial, Xuxa e Sasha Meneghel no programa do Luciano Huck, *Domingão com Huck*, para a promoção do documentário da Xuxa, dirigido pelo jornalista.



Fonte: Gshow, Globo.com, 2023.

Além desta taxonomia, de três status célebres possíveis, Rojek desenvolve o conceito de *celetóide*. Segundo ele, “celetóides são acessórios de culturas organizadas em torno da comunicação de massa e da autenticidade encenada” (2008, p. 23). O autor assinala ainda que *celetóides* são quase sempre construídos em cima de escândalos sexuais, quando eles simbolizam a hipocrisia ou corrupção de figuras públicas, portanto, por meio de algum evento, usualmente de transgressão, tais indivíduos “chamam a atenção da mídia um dia, e no outro caem no esquecimento” (Rojek, 2008, p. 23). Para ele, a efemeridade é condição irrevogável do status *celetóide*, salvo rara exceção.

Outra pesquisadora a acrescentar um conceito inestimável para o entendimento do fenômeno da celebridade hoje é Paula Sibilia (2016). Ela propõe o termo *extimidade* (fig. 2) para apresentar o fenômeno contemporâneo de exibição da intimidade, “trocadilho que procura dar conta dos paradoxos dessa novidade, que consiste em expor a própria intimidade nas vitrines globais das telas interconectadas” (Sibilia, 2016, p. 21). A autora destaca que tudo isso só foi possível a partir da *web 2.0* (conceito cunhado por Darcy DiNucci em 1999, porém popularizado em 2004), que se diferencia “por confiar nos usuários como *codesenvolvedores* das mais diversas iniciativas comerciais” (Sibilia, 2016, p. 23). É neste cenário que surgiria todo um mercado de influência digital que tomaria parte das receitas publicitárias do *star system* tradicional.

Figura 2: A *extimidade* de Jair Messias Bolsonaro. Capa do Calendário 2024 comercializado em meados de agosto de 2023 na internet por R\$49,00.



Fonte: WebSite Bolsonaro Store, 2024.

Oliveira e Cassilha (2017) trataram do fenômeno das webcelebridades, empreendedores de si mesmo, espécie de capital social da *idiosincrasia* que por meio da exposição da própria intimidade e, por vezes, fragilidade, tornaram-se extremamente conhecidas dentro de nichos bastante específicos, muitas vezes permanecendo anônimas fora dos domínios do *fandom*³ que representam:

[...] As webcelebridades empreendedoras de si mesmas surgem como francoatiradoras que nada tem a perder, uma vez que, de saída, não contaram com investimento maciço da grande mídia.

³ *Fandom*: reino dos fãs. O termo faz referência aos estudos de cultura de fãs – grifo nosso (? É uma citação?).

Podemos afirmar inclusive o contrário, verifica-se hoje o fenômeno inverso. As webcelebridades passaram a ser cooptadas pelas mídias tradicionais e hoje figuram lado a lado com as estrelas que a grande mídia consagrou. (Oliveira; Cassilha, 2017, p. 01)

O filósofo e ensaísta germano-coreano Byung-Chul Han (2018), embora não seja propriamente um estudioso das celebridades, produziu uma interessante reflexão a respeito da vida hiperconectada. Han afirma que não há mais a possibilidade de uma esfera privada nas sociedades contemporâneas, na medida em que hoje “domina uma falta total de distância, na qual a intimidade é exposta publicamente e o privado se torna público” (Han, 2018, p. 12).

Para Han, o respeito é o alicerce da esfera pública. O autor afirma que “uma sociedade sem respeito, sem o *páthos* da distância, leva à sociedade do escândalo” (Han, 2018, p. 11). Segundo ele, a comunicação digital desconstrói a distância de modo generalizado, promovendo a mistura entre o público e o privado. Han recorre a uma leitura barthesiana do que seria a esfera privada como uma esfera em que o indivíduo não é uma imagem ou objeto e assinala que “não teríamos mais hoje qualquer esfera privada, pois não há, agora, nenhuma esfera em que eu não seria uma imagem, em que não haveria nenhuma câmera” (Han, 2018, p. 13).

Han trata ainda da dificuldade de ação política na esfera pública face uma demasiada transparência que caracteriza as sociedades ocidentais nesta era das redes sociais: “a transparência total força a comunicação política a uma temporalidade que torna impossível um planejamento lento e de longo prazo. Não é mais possível deixar que as coisas amadureçam” (Han, 2018, p. 39). Segundo ele, “a política como agir estratégico carece de um poder de informação, a saber, de uma soberania sobre a produção e a distribuição de informação” (Han, 2018, p. 39). Han questiona ainda “que tipo de política, que tipo de democracia seria pensável hoje, haja vista a esfera pública em desvanecimento, a egoificação e a narcisificação crescentes do ser humano?” (Han, 2018, p. 113).

[...] As massas, que anteriormente conseguiam se organizar em partidos e que eram animados por uma ideologia, deterioram-se agora em enxames de unos barulhentos, ou seja, em *Hikikomoris* digitais para si isolados, que não formam nenhuma esfera pública e que não participam de nenhum discurso público (Han, 2018, p. 112).

O cenário descrito por Han é o de um horizonte político estreito, em que um grande projeto político é inviável em detrimento (?) de uma comunicação frequentemente perturbada por seus impactos imediatos: “[...] a política ocorre, então, por assim dizer, colateralmente. O botão de curtir é a cédula eleitoral digital. A internet ou o *smartphone* são o novo local de eleição” (Han, 2018, p. 117). É eleito quem viraliza mais, engaja mais, se expõe mais nas redes. Posto isto, estariam os políticos de ofício com os dias contados? A adoção de estratégias de visibilidade e construção de rosto público típicas do *star system* ou das *webcelebridades* tornarão o panorama das instituições políticas diferente nos próximos anos?

Dada a quantidade elevada de inquietações, foi necessário estabelecer uma metodologia de pesquisa para nortear nossa análise, pois entendemos que há muitos caminhos possíveis de pesquisa acerca desta temática. Portanto, embora as plataformas digitais permitissem uma interação e colaboração já em 2004, apenas em 2009, com a Lei nº12.034/2009, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou a propaganda eleitoral na internet no Brasil, permitindo o uso de blogs, mensagens instantâneas e redes sociais desde que não houvesse impulsionamento pago para isso. Tendo em vista que não era um ano eleitoral, o brasileiro pode participar do primeiro ano eleitoral com regras específicas sobre redes sociais somente em 2012. Esse ano então passa a ser um ponto de partida para nossas análises mais detalhadas sobre os candidatos à eleição de São Paulo. Vale lembrar também que em 2013 o TSE inseriu novos dispositivos para combater o anonimato e as *fake news*; em 2017 houve uma reforma política que permitiu o impulsionamento pago de conteúdos de políticos e partidos nas redes sociais, nas eleições de 2018; e em 2024 o uso de Inteligência Artificial (IA) entrou em pauta com a nova exigência de transparência (identificação) dos conteúdos manipulados e proibição de *deepfakes*, mídias sintéticas que se caracterizam pela substituição de rosto ou voz de uma pessoa por outra através do uso das chamadas redes neurais de aprendizado profundo (*deep learning*).

O celebrismo mediado por algoritmos

A regulamentação das campanhas eleitorais do Brasil vem se moldando com o passar do tempo. A necessidade de introduzir novos meios de comunicação e formas de se atingir o público eleitor é coerente com as mudanças de compor-

tamento da sociedade como um todo, pois cada vez mais percorremos o nosso olhar entre telas, deixando de lado algumas formas de se fazer propaganda eleitoral como antigamente; basta lembrarmos da época dos showmícios e santinhos espalhados pelas ruas poluindo a cidade de forma sonora e visual (ainda existem). As redes sociais presentes no Brasil desde 2004 (como, por exemplo, o Orkut) não poderiam mais ser ignoradas em 2009, pois a rede social já poderia ser uma ferramenta de comunicação entre os candidatos políticos e o seu público eleitoral, permitindo visibilidade e impulsionamento estratégico durante as eleições.

Diante disto é válido refletirmos sobre como Fisher, em *A Máquina do Caos* (2023), remonta os passos que nos fizeram chegar neste presente em que as vidas dos cidadãos são mediadas por algoritmos e outras inteligências artificiais. Lendo o passado a contrapelo na tradição benjaminiana, Fisher demonstra como executivos e desenvolvedores das *big techs* optaram por um modelo de métrica única que, na busca por ampliar o tempo de tela dos usuários para faturar mais com publicidade, terminou por moldar a percepção da realidade dos usuários, construindo uma realidade digital que, por vezes, não encontra eco na realidade material:

[...] embora postar nas redes possa parecer uma interação genuína entre você e o público, existe uma diferença invisível e crucial. Na internet, a plataforma age como um intermediário que não é visto. Ela decide quais dos seus comentários distribuir a quem e em qual contexto (Fisher, 2023, p. 41).

134

Desenvolvida inicialmente para combater *spams*, a mediação algorítmica produziu o fenômeno dos “filtros-bolha” (Fisher, 2023, p. 151). Filtros dedicados a aumentar o tempo de tela dos usuários e maximizar o retorno dos investidores, apoiados na falta de regulamentação das redes que, por sua vez, são alimentadas em parte por indivíduos narcisistas que buscam produzir capital social e satisfação pessoal, terminam por alterar a percepção das pessoas sobre a realidade objetiva:

[...] Você atrai o usuário para variações cada vez mais estimulantes do que interessa a ele. Se o interesse for gatos ou bicicletas, o impacto é mínimo. Se for política, saúde ou outros tópicos mais graves para a sociedade, as consequências podem ser fortes (Fisher, 2023, p. 149).

Dados oficiais importam cada vez menos diante da recorrência de conteúdo dissonante impulsionado pelas plataformas com intuito exclusivo de vender publicidade, “as plataformas sociais traziam à tona todo conteúdo que seus siste-

mas automatizados concluíssem que ia maximizar a movimentação dos usuários na internet, o que fazia a empresa vender mais anúncios” (Fisher, 2023, p. 27).

Fisher indaga “quais são as consequências de fazer uma parcela cada vez maior de toda a política, a informação e as relações humanas passar por plataformas na internet projetadas expressamente para manipular a atenção?” (2023, p. 19) Algumas respostas já sabemos: a proliferação das *fake news*; raiva contra vacinas⁴; discursos anticiência – em suma, o *shitstorm* (referenciar ou mencionar autor).

Em 2012, foi lançada a plataforma *Upworthy* com recursos de cofundadores das plataformas *Facebook* e *Reddit*. A plataforma analisou um grande volume de dados para chegar numa fórmula de *viralização*: listas numeradas que reforçam a identidade social e manchetes explosivas, conhecidas como *click baits* (fig.3):

Figura 3: Capas de vídeos postados no canal oficial de Lucas Pavanato



135

Fonte: Canal Youtube de Lucas Pavanato, 2025.

Sendo assim, podemos concluir que a lógica dos filtros-bolha promove a agudização de um processo de reafirmação da identidade social e amplia o sentimento de ódio narcísico contra aqueles com quem não nos identificamos. Oliveira afirma que: “a imersão dos indivíduos na massa propicia terreno fértil para a regressão do espírito objetivo e o surgimento de comportamentos irracionais e intolerantes” (2021, p. 116). Fisher completa ao apontar que: “o resultado pode ser uma realidade artificial na qual o endogrupo sempre é virtuoso, mas é perseguido, o exogrupo sempre é uma ameaça assustadora, e praticamente tudo que acontece se torna uma questão de nós contra eles” (2023, p. 50).

⁴ A este respeito, sugerimos a leitura de Fisher (2023, p. 23-28).

Análise dos novos eleitos para a câmara legislativa em 2024

Esta pesquisa parte da observação empírica de que novos candidatos têm surgido no cenário político brasileiro a partir da exploração das redes sociais. A hipótese preliminar é que no estado atual das sociedades ocidentais a adoção de estratégias de *viralização* e autopromoção midiática se tornam fundamentais para a aquisição de capital político, sobretudo entre os eleitores mais jovens. A fim de verificar esta hipótese, uma breve análise dos resultados das eleições para a câmara legislativa entre os anos de 2012 e 2024 em São Paulo/SP (período pós-introdução das propagandas eleitorais nas redes sociais) nos serviram de base para identificarmos primeiro se havia ou não uma mudança notória de nomes de vereadores com o passar dos anos.

Os dados foram coletados do site da Câmara Municipal de São Paulo (<https://www.saopaulo.sp.leg.br/>). Ao analisarmos o quadro 1, verificamos que a taxa de renovação dos candidatos que já estavam com seus mandatos de vereadores não apresenta uma mudança significativa de números de vagas no decorrer dos anos selecionados. Pudemos então, perceber que não houve queda entre os anos 2012 e 2016, e houve uma ligeira queda na taxa de renovação da câmara entre 2016, 2020 e 2024, sendo 2% a menos a cada ano eleitoral (quadro 1).

136

Quadro 1: Taxas de renovação em eleições municipais - Vereadores São Paulo

Taxas de renovação em eleições municipais (Vereadores - São Paulo)				
ANO	NOVATOS	REELEITOS	VAGAS (TOTAL)	% RENOVAÇÃO
2012	22	33	55	40%
2016	22	33	55	40%
2020	21	34	55	38%
2024	20	35	55	36%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados disponíveis no *website* da Câmara Municipal de São Paulo e do portal G1, 2025.

Diante disto, um afinilamento foi necessário para compreendermos as táticas mais atuais adotadas pelos eleitos de primeira viagem. Com isso, concentramos os nossos olhares na análise dos candidatos novatos de 2024, pois a resolução nº 23.723/2024, que regula o uso de IA nas campanhas eleitorais é, até então, a alteração mais recente (27 de fevereiro de 2024) registrada no TSE.

Quadro 2: Candidatos eleitos para primeira legislatura (2025-2028) e sua respectiva quantidade de votos

1	Lucas Pavanato (PL)	161.386	21	Silvinho Leite (UNIÃO)	53.453
2	Ana Carolina Oliveira (PODEMOS)	129.563	24	Janaina Paschoal (PP)	48.893
3	Dr. Murillo Lima (PP)	113.820	33	Amanda Vettorazzo (UNIÃO)	40.144
4	Sgt. Nantes (PP)	112.484	35	Marina Bragante (REDE)	39.147
5	Amanda Paschoal (PSOL)	108.654	37	Simone Ganem (PODEMOS)	38.540
7	Luna Zarattini (PT)	100.921	46	Kenji Ito (PODEMOS)	32.495
10	Pastora Sandra Alves (UNIÃO)	74.192	50	Dheison Silva (PT)	30.575
11	Silvão Leite (UNIÃO)	63.988	52	Renata Falzoni (PSB)	30.206
13	Zoe Martínez (PL)	60.272	53	Keit Lima (PSOL)	27.769
16	Gabriel Abreu (PODEMOS)	58.676	54	Adrilles Jorge (UNIÃO)	25.038

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Após a identificação dos 20 novos eleitos vereadores em 2024, conforme tabela anterior, buscamos, entre esses nomes, mais traços de convergência do perfil webcelebridade somado à de figura política nas redes sociais. Com isso, ao analisar brevemente a presença digital em plataformas e redes sociais adotadas por esses 20 atores sociais políticos, verificamos que se compararmos os cinco mais votados nos últimos três pleitos (quadro 3), perceberemos indícios de uma mudança significativa na percepção dos paulistanos, pois ao invés de políticos de carreira consagrados, no *ranking* dos mais votados encontramos maioria de jovens sem tradição na política institucional:

137

Quadro 3: Os cinco mais votados entre 2016 e 2024

2016	2020	2024
Eduardo Suplicy (PT)	Eduardo Suplicy (PT)	Lucas Pavanato (PL)
Milton Leite (DEM)	Milton Leite (DEM)	Ana Carolina Oliveira (PODE)
Roberto Tripoli (PV)	Delegado Palumbo (MDB)	Dr. Murillo Lima (PP)
Conte Lopes (PP)	Felipe Becari (PSDB)	Sargento Nantes (PP)
Mario Covas Neto (PSDB)	Fernando Holiday (Patriota)	Amanda Paschoal (PSOL)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nas eleições de 2024, 35 vereadores foram reeleitos e 20 vereadores foram diplomados para exercerem a primeira legislatura em 2025-2028. Entre os novos eleitos, ao menos nove deles (sinalizados na cor azul no quadro 2) se tornaram

conhecidos a partir do *investimento de si* por meio das redes ou ao protagonizar algum tipo de escândalo característico do status *celetóide*.

Além disso, identificamos dois pontos relevantes para a continuidade da análise: o primeiro, é a quantidade de votos acentuada na eleição de 2024 por parte desses cinco vereadores mais bem votados; o segundo ponto é a quantidade de seguidores nas redes sociais desses mesmos eleitos. Assim, conseguimos confirmar a relevância desses cinco vereadores para um aprofundamento da pesquisa.

Diante da investigação, como critério de recorte do *corpus* da pesquisa, concentramos a análise nos cinco políticos eleitos pela primeira vez nas eleições de 2024 e com maior número de votos. São eles: Lucas Pavanato, Ana Carolina Oliveira, Dr. Murillo Lima, Sargento Nantes e Amanda Paschoal. Todos os cinco possuíam forte presença nas redes sociais antes de serem eleitos e frequentavam a *podosfera*⁵ como entrevistados de diversos canais de nicho.

Quadro 4: Presença digital dos cinco mais votados nas eleições municipais 2024

Vereadores	Instagram	Tik Tok	Youtube	X
Lucas Pavanato (PL)	@lucaspavanato 3,4 milhões	2,1 milhões	1,12 milhões	1,1 milhões
Ana Carolina Oliveira (PODEMOS)	@anacarolinaoliveira_oficial 1,2 milhões	800 mil	-	220 mil
Dr. Murillo Lima (PP)	@dr.murillolima 480 mil	310 mil	-	95 mil
Sargento Nantes (PP)	@sargentonantes 410 mil	320 mil	3.870 mil	95 mil
Amanda Paschoal (PSOL)	@paschoal.amanda 210 mil	120 mil	-	85 mil

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025. Informações retiradas das plataformas Instagram, Tik Tok, Youtube e X em outubro de 2024.

Da leitura da tabela podemos destacar ainda que, apenas Amanda Paschoal está alinhada ao espectro político progressista. Os demais pertencem ao espectro político da centro-direita, direita e extrema direita. Após a definição do recorte da pesquisa, que independe do partido político associado e da linha ideológica compartilhada nas plataformas, passamos a analisar as estratégias adotadas pelos cinco eleitos mais votados, para a construção da sua figura pública. Como

⁵ Termo criado para nomear o enorme ecossistema de podcasts – grifo nosso (citação?).

ponto de partida das análises individuais, identificamos o status célebre de cada um deles no quadro a seguir:

Quadro 5 – Status célebre e estratégia adotada

	STATUS CÉLEBRE	ESTRATÉGIA
Lucas Pavanato (PL)	Adquirida	Shitstorm
Ana Carolina Oliveira (PODEMOS)	Atribuída	Extimidade
Dr. Murillo Lima (PP)	Conferida	Endosso de celebridade
Sargento Nantes (PP)	Conferida e Adquirida	Shitstorm
Amanda Paschoal (PSOL)	Conferida	Endosso de celebridade

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Celebridade adquirida para dois vereadores, Lucas Pavanato e Sargento Nantes, por meio de realização individual, depois temos a celebridade atribuída por menção frequente nas mídias da vereadora Ana Carolina Oliveira e, por último, a celebridade conferida do Dr. Murillo Lima e Amanda Paschoal por endosso de (outras) celebridade(s). Como historicamente as eleições brasileiras são no mês de outubro, os dados a seguir foram coletados das redes sociais dos vereadores em três momentos marcantes: o período de campanha que se iniciou em agosto de 2024; seguido do mês de outubro, por ser o mês da votação, até o período de junho de 2025; totalizando um período de dez meses, por entendermos que este é um intervalo de pré e pós eleição adequado para analisar o perfil dos vereadores eleitos, até mesmo nos momentos iniciais do mandato. A seguir, analisaremos os cinco vereadores e suas características no meio digital, do quinto lugar do ranking até o vereador com maior número de votos em 2024. Todos com mais de 100 mil votos e com participação expressiva nas redes sociais.

139

Amanda Paschoal

Vereadora eleita com 108.654 mil votos, Amanda Paschoal (PSOL) defende pautas relacionadas aos direitos humanos, à valorização da cultura e aos direitos da população LGBTQIA+. Foi a candidata de esquerda com o maior número de votos. Sua campanha teve o apoio e a participação de Erika Hilton, o que afirma o status de celebridade conferida.

Figura 4: Peça de campanha de Amanda Paschoal para as eleições de 2024 e depoimento de Erika Hilton



Fonte: Instagram. Rede social da Erika Hilton, 2025.

Hilton iniciou sua carreira política em 2018 por meio de participação na bancada ativista, candidatura coletiva, e foi a primeira mulher trans eleita para a câmara municipal. Em 2023, foi eleita deputada federal por São Paulo, com mais de 256 mil votos. Sendo Hilton um rosto político célebre, o seu endosso teve importante papel na campanha de Amanda, como podemos aferir na imagem anterior.

140

Sargento Nantes

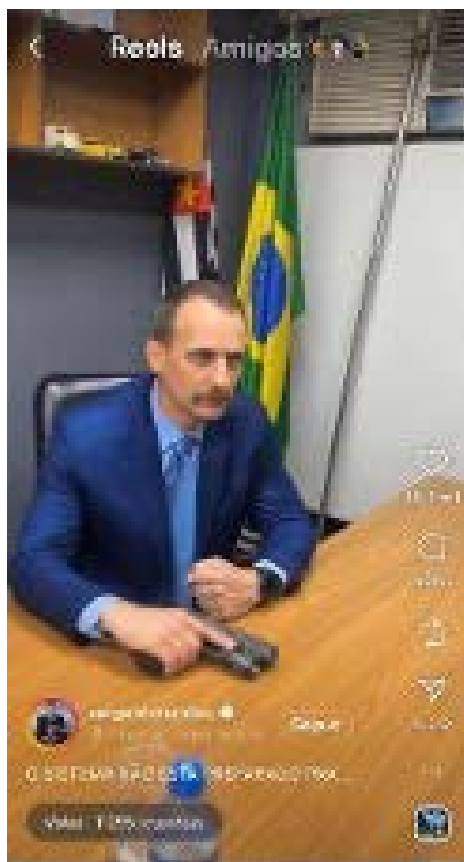
O eleito Sargento Nantes (PP), policial militar que atuou por vinte anos na ROTA,⁶ teve a campanha mais barata entre as cinco analisadas. Recebeu endosso do então candidato a prefeito, Pablo Marçal⁷, o que lhe confere o status de celebridade conferida, mas também podemos destacar que esse apoio não excluiu todos os esforços individuais do mesmo durante a sua trajetória, o que lhe confere também, e principalmente, o status de celebridade adquirida. Com participação em podcasts e uso de frases de efeito, Nantes se apresenta como “justiceiro, antiaborto e anticomunismo⁸” para estreiar na vida pública com votação expressiva.

⁶ Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, uma unidade de elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O nome homenageia o patrono da PMESP – grifo nosso (? Não há grifo).

⁷ Terceiro candidato mais votado para prefeito nas eleições de 2024, Marçal se tornou uma figura célebre e controversa. Está inelegível até 2032 por uso indevido dos meios de comunicação social, captação e gastos ilícitos de recursos e abuso de poder econômico.

⁸ <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/29/direcionamento-voto-tropa-bolsonaristas-em-sp-ouca-audio.htm>. Acesso em: 20 ago. 2025

Figura 5: Duas peças de Instagram para a campanha do Sargento Nantes e um *reels* dois dias após ser eleito com arma na mão



Fonte: Instagram do Sargento Nantes, 2024.

Murillo Lima

O terceiro vereador mais votado foi o Dr. Murillo Lima (PP), médico veterinário cuja atuação em defesa dos animais em redes foi fundamental na construção de seu rosto público. Entre os cinco mais votados, foi o segundo em gastos de impulsionamento de conteúdo nas redes, com gasto declarado de R\$ 212 mil reais. Além disso, Murillo Lima é irmão do deputado federal Bruno Lima, que já era um conhecido defensor da causa animal, de quem recebeu endosso e apoio (fig. 6), o que afirma o status de celebridade conferida do Dr. Murillo. Bruno, que é delegado da polícia federal, também se elegeu em 2022 com a pauta da causa animal, tendo construído sua reputação nas redes sociais por divulgar seu trabalho de combate aos maus tratos e tráfico de animais silvestres.

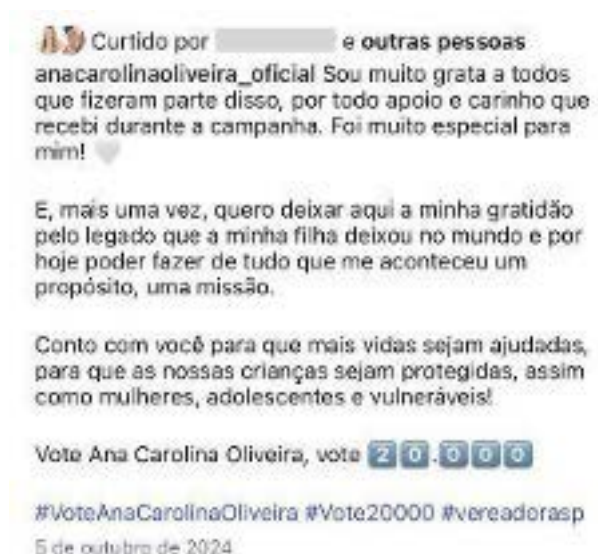
Figura 6: Material de campanha de Murillo Lima

Fonte: Rede social X. Perfil Murillo Lima, 2025.

Ana Carolina Oliveira

Eleita em segundo lugar, com 129.563 votos, Ana Carolina Oliveira, cujo status célebre se deve, em grande medida, ao fato de ser mãe da menina Isabella Nardoni (2002-2008) – morta após uma queda de seis andares no edifício em que residia a família de seu pai, Alexandre Nardoni e sua madrasta, Anna Carolina Jatobá. O “casal Nardoni” jamais confessou a autoria do crime, mas foi condenado por perícia técnica. O caso provocou comoção e tornou o rosto de Ana Carolina Oliveira bastante conhecido em todo o Brasil, o que lhe confere o status de celebridade atribuída. Apesar de defender pautas relativas à violência infantil, ela se manteve afastada dos holofotes e não se pode dizer que possui uma carreira dedicada ao ativismo pelos direitos das crianças. Em agosto de 2023, uma série documental chamada *Isabella: o caso Nardoni*, produzida pela Netflix trouxe de volta o tema. Ana Carolina participou de diversos *podcasts*, que certamente ajudaram a reavivar a memória das pessoas. A tragédia pessoal de Ana Carolina certamente desperta empatia e seu rosto público a tornou a segunda candidata mais votada mesmo sendo uma novata que até abril de 2024 sequer possuía filiação partidária.

Figura 7: *Print* do vídeo divulgado no Instagram da Ana Carolina durante sua campanha



Fonte: Rede social Instagram, 5 de outubro de 2024.

Lucas Pavanato

Lucas Pavanato de Oliveira (PL), ex-membro do MBL, tem apenas 26 anos e breve e inexpressivo currículo, sem nenhuma formação e experiência em gestão pública, o que lhe confere o status de celebridade adquirida. Já possuía mais de dois milhões de seguidores em seu perfil na plataforma *instagram*. Desde 2020, Pavanato, que se apresenta como conservador, produz conteúdo alinhado ao espectro ideológico da extrema direita reacionária e busca polemizar sobre pautas e eventos progressistas, como questões de gênero, aborto, raça e feminismo. Candidato eleito com o maior número de votos neste pleito, com 161,3 mil votos, sua campanha arrecadou R\$ 1.077.658,34 (valor declarado à justiça eleitoral). Metade deste montante foi gasto com impulsionamento de conteúdos em redes sociais:

Quadro 6: Valores gastos para impulsionar conteúdos em redes sociais.

Lucas Pavanato (PL)	R\$ 541.000,00
Ana Carolina Oliveira (PODEMOS)	R\$ 150.000,00
Dr. Murillo Lima (PP)	R\$ 212.000,00
Sargento Nantes (PP)	R\$ 79.000,00
Amanda Paschoal (PSOL)	R\$ 34.000,00

Fonte: Site da Isto É, 2024.

O primeiro vídeo do canal de Pavanato, intitulado *Você é conservador e não sabia*⁹, data de 05 de março de 2020 e possui apenas 6.160 visualizações. Já o vídeo de maior circulação, é bem mais recente, trata de um debate entre Pavanato e a também vereadora Amanda Paschoal, é datado de 07 de fevereiro de 2025 e conta com mais de 1,8 milhões de visualizações. O processo de impulsionamento fica perceptível ao comparar a performance dos vídeos pré-campanha com os vídeos impulsionados para a campanha. Vale destacar que Pavanato tem mantido a estratégia, e boa parte dos gastos de seu gabinete é com despesas relacionadas à produção e à viralização de conteúdo.

Quadro 7: Custos de mandato do gabinete do vereador Lucas Pavanato nos meses de janeiro a junho de 2025

Mês	Valor disponibilizado	Valor Gasto	Gasto em assessoria, infraestrutura e produção de conteúdo	(%) Porcentagem do gasto com produção de conteúdo em relação ao total
Janeiro	R\$ 34.706,25	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00	100%
Fevereiro	R\$ 34.706,25	R\$ 31.923,17	R\$ 24.500,00	76,79%
Março	R\$ 34.706,25	R\$ 35.790,94	R\$ 29.247,00	81,72%
Abril	R\$ 34.706,25	R\$ 34.959,78	R\$ 29.247,00	83,66%
Maior	R\$ 34.706,25	R\$ 37.416,63	R\$ 24.747,00	66,15%
Junho	R\$ 17.353,13	R\$ 664,92	-	-

144

Fonte: Site da Câmara Municipal de São Paulo, 2025.

Surfando na cauda longa dos algoritmos, alguns de seus vídeos na plataforma *Youtube*¹⁰ ultrapassam a marca de um milhão de visualizações (quadro 8):

Quadro 8: Vídeos mais assistidos do canal oficial de Lucas Pavanato¹¹

Título do Vídeo	Data	Views
Pavanato vs. Vereadora trans	07/02/2025	1.873.457
Lula é bom e a economia tá ótima	21/12/2024	1.172.097
Debati com as FEMINISTAS e APANHEI???	13/04/2022	1.140.636
Me bateram!	30/11/2023	885.378
Fui na Parada Gay! Deu ruim?	04/06/2024	815.330

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

⁹ Vídeo *Você é conservador e não sabia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-tPVeI8A1Fs>. Acesso em: 02 jul. 2025.

¹⁰ Canal oficial de Pavanato na plataforma Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@LucasPavanato>. Acesso em: 02 jul. 2025.

¹¹ Estes dados estão sujeitos a alteração. A tabela visa somente demonstrar as temáticas que dão visibilidade aos sujeitos – grifo nosso (?).

Em seus conteúdos, Pavanato sempre ataca adversários políticos e atribui à esquerda a responsabilidade pelo que está errado na sociedade (em sua visão, é claro). Defende valores conservadores e propaga *fake news*, como, por exemplo, a ideologia de gênero, repetindo a mesma fórmula que elegeu Arthur do Val e Guto Zacharias, seus ex-colegas de MBL. A estratégia de Pavanato é a do *shitstorm*.

Figura 8: Postagem alusiva à atleta olímpica Imane Khelif, que sofreu campanha de desinformação por seu desempenho nas Olimpíadas de Paris 2024



Fonte: Instagram. Perfil Lucas Pavanato, 2024.

É inegável que as estratégias dessas cinco webcelebridades, agora já eleitas democraticamente pelo povo brasileiro, foram assertivas à medida que executaram com maestria o diálogo com o seu público eleitor durante as suas campanhas. Basta navegar pelos perfis das redes sociais ao longo das campanhas de 2024, para percebermos que cada um deles trabalhou seus discursos utilizando diversos recursos disponíveis nas plataformas, como vídeos, fotografias, montagens gráficas, enquetes e interações nos comentários. Intrigantemente, após a efetivação dos seus novos cargos políticos, percebe-se algo em comum entre todos os cinco nos meios digitais, a introdução de uma nova autointitulação: a de “o mais votado”.

Figura 9: Montagem que mostra a bio do Instagram (texto de perfil) dos cinco vereadores analisados



Fonte: Instagram, setembro de 2024.

Ora simplesmente como o mais votado, o terceiro ou quarto mais votado, a mulher mais votada e até mesmo a “vereadora de esquerda mais votada”; essa necessidade de aproximar-se dos usuários digitais como o(a) mais votado(a) é evidente logo nas primeiras palavras deixadas em destaque nas plataformas. A autointitulação está ali como parte de um resumo de quem são esses vereadores; mas estariam eles somente se autoafirmando como influenciadores digitais no intuito de ter mais *likes*? Ser ativamente presente nas redes sociais é sinônimo de ser um bom político? Eis aqui nossas inquietações quanto aos novos modelos de se fazer campanha política no Brasil.

146

Considerações Finais

No trajeto desta pesquisa buscamos apresentar algumas bases conceituais consagradas dos estudos de celebridades e, posteriormente, aplicar esta visada teórica sobre um caso concreto, a eleição de 2024 para a câmara legislativa da cidade de São Paulo. Em que pese a participação de celebridades na política não seja fenômeno recente, observamos neste pleito a ascensão das webcelebridades, cujo princípio de construção midiático difere das celebridades do *star system* convencional. Essas novas figuras públicas, diante do cenário atual, fortalecem os seus discursos nas redes sociais e fazem sua presença ser mais constante no mundo virtual.

Neste trajeto, tratamos de algumas questões: instauração do status de conexão permanente, popularização de ferramentas de produção e compartilhamento de conteúdo; subversão da lógica entre privado e público, e a exacerbada exposição

de intimidades e opiniões, que possibilitam que quase qualquer pessoa, com mínimo investimento, mergulhe por águas desconhecidas na busca pela visibilidade.

A dinâmica das redes sociais e a facilidade de produção e impulsionamento de conteúdos audiovisuais permite que tanto os parlamentares quanto aspirantes aos parlamentos se mantenham permanentemente em campanha, produzindo conteúdos e *cortes* de vídeos editados de modo conveniente a fim de promover o *shitstorm* na rede, favorecê-los e reforçar seus rostos públicos.

A falta de regulação das redes, a falta de transparência dos algoritmos, todo um ecossistema de desinformação, favorece a proliferação de mensagens falaciosas e torna o processo eleitoral um fenômeno ainda mais difuso e imprevisível. Mas o que parece certo é que, para se tornar uma candidatura viável daqui em diante será necessário, antes de tudo, construir e manter uma presença digital nas plataformas e redes sociais.

Referências

BOLSONARO STORE. **Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.bolsonarostore.com.br/calendario-mesa/>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

147

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Confira a lista de vereadores eleitos para a próxima legislatura**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/confira-a-lista-de-veredores-eleitos-para-a-proxima-legislatura/>> Acesso em: 30 ago. 2025

_____. **Relatório por natureza de despesa: a partir de 2015**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/relatorio-por-natureza-de-despesa-partir-de-2015/>> Acesso em: 03 jul. 2025.

FISHER, Max. **A Máquina do Caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.

GSHOW. **Domingão com Huck**. Disponível em: <https://gshow.globo.com/google/amp/tv/domingao-com-huck/noticia/xuxa-sasha-e-pedro-bial-participam-do-domingao-com-huck.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2025.

HAN, Byung-Chul. **No Enxame: perspectivas do digital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

INSTAGRAM. **Perfil de Erika Hilton**. Disponível em: https://www.instagram.com/hilton_erika/?hl=pt-br. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **Perfil do Lucas Pavanato**. <https://www.instagram.com/lucaspavanato/>> Acesso em: 08 dez. 2024

ISTO É. **Vereador mais votado Pavanato gastou cerca de R\$6 por voto:** veja quanto investiram outros candidatos. Disponível em: <https://istoe.com.br/vereador-mais-votado-pavanato-gastou-cerca-de-r-6-por-voto-veja-quanto-investiram-outros-candidatos>> Acesso em: 20 set. 2024.

MORIN, Edgar. **O Cinema ou o Homem Imaginário**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

MORIN, Edgar. **As Estrelas: mito e sedução no cinema**. São Paulo: José Olympio, 1989.

OLIVEIRA, Érico Fernando. **Eles Matam Celebidades:** a (Des)construção das Celebidades no Seriado de TV South Park. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2021.

OLIVEIRA, Érico Fernando. CASSILHA, Marina. **Das celebridades de massa às celebridades de nicho: as novas mídias e o eclipse do Star System**. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/congresso-nacional/20173/>> Acesso em: 02 jul. 2025.

PAVANATO, Lucas. **Canal Youtube oficial de Lucas Pavanato**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@LucasPavanato/videos>>. Acesso em: 20 set. 2025.

ROJEK, Chis. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº23.732, de 27 de fevereiro de 2024**. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-732-de-27-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em: 6 de novembro de 2024.

TURNER, Graeme. **Understanding Celebrity**. Los Angeles: Sage, 2014.

X. **Rede social do Delegado Bruno Lima**. Disponível em: https://x.com/del_brunolima/status/1828886308749750543>. Acesso em: 21 set. 2025

Jogo eleitoral e domínio de base familiar na política local: o caso de Riachuelo/Sergipe

Fernanda Rios Petrarca¹

ORCID: 0000-0003-1351-3043

Fagner Bomfim²

ORCID: 0000-0003-2003-9394

Resumo: Este artigo analisa a constituição das redes de relações e dos padrões de dominação na esfera política do município de Riachuelo (Sergipe), utilizando o conceito de “parentela” como suporte analítico central. Para isso, tomamos como metodologia a sociogênese da política riachuelense através de uma análise longitudinal das transformações socioeconômicas e político-institucionais, com o objetivo de compreender as bases pelas quais os atores políticos mobilizam suas redes para a manutenção e preservação do poder no âmbito municipal. As principais conclusões apontam para a dinâmica das redes de base familiar como eixo estruturador da formação do espaço político, da composição de cargos, notadamente o de vereador, e da consagração e perpetuação do poder das famílias tradicionais.

149

Palavras-chave: Parentela. Grupos Políticos. Base familiar.

¹ Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2000), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e pós-doutorado em Sociologia pela mesma universidade. Desde 2009 é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, integrando o Programa de Pós-graduação em Sociologia. E-mail: fernandarpetrarca@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4454844561473539>

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Laboratório do Poder e da Política (LEPP/UFS) e do INCTParticipa. E-mail: bsfg19@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2556982654101303>

Abstract: This article analyzes the constitution of networks of relationships and patterns of domination in the political sphere of the municipality of Riachuelo (Sergipe), using the concept of “kinship” as a central analytical framework. To this end, we use the sociogenesis of Riachuelo politics as our methodology, through a longitudinal analysis of socioeconomic and political-institutional transformations, with the aim of understanding the bases on which political actors mobilize their networks to maintain and preserve power at the municipal level. The main conclusions point to the dynamics of family-based networks as the structuring axis of the formation of the political space, the composition of positions, notably that of councilor, and the consecration and perpetuation of the power of traditional families.

150

Keywords: Kinship. Political groups. Familial base.

Resumen : Este artículo analiza la formación de redes de relaciones y patrones de dominación en la esfera política del municipio de Riachuelo, Sergipe, utilizando el concepto de parentesco como marco analítico central. Para ello, utilizamos la sociogénesis de la política de Riachuelo como metodología mediante un análisis longitudinal de las transformaciones socioeconómicas y político-institucionales, con el objetivo de comprender los fundamentos mediante los cuales los actores políticos movilizan sus redes para mantener y preservar el poder a nivel municipal. Las principales conclusiones apuntan a la dinámica de las redes familiares como eje estructurante en la formación del espacio político, la composición de cargos, en particular el de concejal, y la consolidación y perpetuación del poder de las familias tradicionales.

151

Palabras Clave: Parentesco. Grupo político. Base familiar.

Introdução

Este artigo demonstra como a lógica familiar se constituiu como um dos principais padrões de dominação política no município de Riachuelo, no estado de Sergipe. Partimos, para isso, do conceito de parentela como principal suporte analítico que nos permite estabelecer uma distinção entre “domínio familiar” e “domínio de base familiar”. Enquanto o primeiro estaria restrito a laços de parentesco consanguíneos diretos, o segundo permitiria compreender como se combina uma rede extensa de parentes, amigos e aliados que sustentam um chefe político local. É nessa direção que a parentela se torna um princípio de organização social e política, uma chave analítica, fundamental para compreender os padrões sustentados em bases familiares (Lewin, 1993; Queiroz, 1975; Petrarca, 2017; Petrarca; Oliveira, 2017). A formação do espaço político e o conjunto de cargos desta esfera, como prefeitos e vereadores, é estabelecida por essa lógica das redes de base familiar, onde a mobilização de recursos sociais e competências no ofício da política delinea a consagração e perpetuação dos padrões de dominação de famílias tradicionais.

Nesta perspectiva, tomamos como recurso metodológico o exame da sociogênese das transformações socioeconômicas e político-institucionais de Riachuelo. A partir desta metodologia é possível rastrear a parentela, desde a emergência da estrutura de poder dos senhores de engenho, e explicar sua persistência cobrindo até as formas mais contemporâneas. O foco é direcionado para a compreensão de como esses condicionantes contribuíram para a modificação da dinâmica das relações sociais e dos mecanismos de recrutamento, inserção, investidura e estruturação dos cargos políticos, bem como para o entendimento da composição do quadro político-administrativo municipal.

Para dar conta de tais objetivos, o texto está dividido em três partes centrais. Na primeira parte, destaca-se como se estabeleceu a dominação oligárquica no município de Riachuelo a partir do exame de dois grupos familiares centrais: os Leite e os Franco. Na segunda parte destacamos as transformações e a passagem de um modelo de base familiar para uma rede mais extensa e ampla que passou a incluir membros não parentes. E, por fim, a terceira parte visa destacar a preservação destes princípios e recursos nas configurações mais recentes.

Estrutura da Dominação Familiar em Riachuelo: o caso das parentelas “Leite” e “Franco”

A povoação de Riachuelo, desenvolveu-se devido ao alto potencial das terras para o cultivo de cana-de-açúcar e a criação de gado (atividade crucial para suprir a Bahia e Pernambuco). Elevada a Vila em 1874 e a Cidade em 1890, a região possuía cerca de 35 engenhos. O grande número de engenhos de pequeno porte, pertencentes a donatários que possuíam terras em diversos outros municípios do estado, resultou em um sistema de poder local que exigia a construção de uma rede de alianças para a manutenção do poder, refletida na constante negociação de engenhos e acordos familiares. Essa configuração foi denominada de coronelismo colegiado, constituindo um bloco de coronéis aliados.

No município de Riachuelo, duas famílias proeminentes – os ‘Leite’ e os ‘Franco’ – se destacaram nesse processo, mantendo sua influência na dinâmica política e econômica ao longo de diferentes períodos. A essas se somam os ‘Oliveira’ e os ‘Araújo’, famílias que se estabeleceram politicamente por meio de sua articulação com os Leite, representando, portanto, uma dissidência política desse agrupamento. Desde a Proclamação da República até o presente, é evidente a presença de líderes dessas famílias nas esferas de governabilidade municipal (Executivo e Legislativo). Embora tenham ocorrido interrupções na liderança familiar, estas foram decorrentes de mutações internas no próprio agrupamento, impulsionadas pela dinâmica política em torno da busca pela dominação e concentração do poder no município.

É nesta lógica que a política municipal foi estruturada, contribuindo para a permanência de famílias no comando da dinâmica local. O termo parentela é empregado para traduzir a formação de um conjunto de agrupamentos familiares e políticos, pois, ao adotar a lógica de sua configuração estrutural, abrange contornos mais extensos na compreensão da dominação familiar em espaços de poder, transcendendo o núcleo consanguíneo. A compreensão do grupo familiar e político ‘Leite-Franco’ em Riachuelo exige o entendimento das engrenagens familiares que somam, em um único bloco, os parentes consanguíneos e os não-consanguíneos. Essa associação familiar se estende por meio de alianças matrimoniais (genros, cunhados, sogros, tios, etc.) e laços de apadrinhamento

(compadrio ou compadresco), visando estabelecer vínculos e ampliar as redes de dominação, cooperação e reciprocidade.

Por meio dessa lógica, essas famílias assumiram o poder local, valendo-se das flutuações e mudanças do sistema político brasileiro. Utilizaram a reconversão de seus recursos econômicos – notadamente por serem donatários de grande parte dos engenhos da região – e políticos para garantir sua continuidade e consagração em diversos cenários sociais e políticos. Esse processo culminou na transformação dos ex-senhores de engenho, figuras de liderança local durante o período imperial, em coronéis republicanos. Em Riachuelo, essa máxima foi expressivamente condicionada a esses dois grandes troncos, que se tornaram as principais parentelas no município, obtendo representatividade em todas as áreas, tanto no corpo administrativo quanto nos ramos privados da economia local.

Esses núcleos familiares constituíam uma espécie de ‘famílias extensas’, núcleos estratificados compostos por diversas formações hierárquicas, incluindo proprietários rurais de diferentes portes, mas estruturados por uma base familiar ligada por laços de parentesco e alianças político-matrimoniais e econômicas.

De acordo com Queiroz (1976), elas se formavam, em geral, a partir da associação de parentelas aliadas que reuniam seus recursos sociais para perpetuar o domínio. Esse padrão é visível em Riachuelo: sendo um município geograficamente pequeno, mas com um número significativo de engenhos, os senhores de engenho começaram a ‘negociar’ os matrimônios de seus filhos com os de outros senhores de engenho de regiões adjacentes (como Laranjeiras, Maruim e Nossa Senhora do Socorro). Segundo Lima, Bomfim e Medrado (2016), essa negociação matrimonial fortalecia a estruturação de uma base dominadora, dotada de recursos representativos, visando centralizar a formação de um ‘bloco familiar’ coeso e economicamente forte.

É com o advento da República, no entanto, que se clarificam as formas de recomposição dessas elites rurais no município, e ocorre o fortalecimento de seus recursos sociais, notadamente econômico, familiar, educacional e político. Neste princípio, a transição do senhor de engenho para o título de coronel estabelece claramente seu poderio. Dois princípios fundamentais abordados pela literatura devem ser considerados. Primeiro, a organização política e administrativa do período colonial, reproduzidas e continuadas no Império, contribuíram para consolidação das representações políticas que conduziram ao fortalecimento dos proprietários de

terra (Carvalho, 1996). Segundo, o peso do patronato rural desde o Império e a consolidação do coronelismo no período republicano (Dantas, 1987).

O coronelismo configura-se como a forma assumida do mandonismo local a partir da República, mas cujas bases foram estabelecidas no final do Império, com a consolidação da posse e propriedade dos senhores de engenho e, conseqüentemente, dos proprietários rurais. Nessa perspectiva, o coronelismo é resultado de uma tripla fundamentação: a) econômico-social: destaca-se o grande proprietário rural que mantém relações sociais com os trabalhadores, sob a forma de dependência social e posteriormente os bachareis. Estes últimos representaram importante estratégia de renovação e diversificação política das elites agrárias³; b) ideológica: manifesta-se nos laços de lealdade e nas práticas de submissão impostas aos trabalhadores rurais; c) política: caracteriza-se pelo papel de intermediação que o proprietário rural exerce entre a sociedade política municipal/estadual e as massas rurais por eles regimentadas. Seu poder se estabelece em uma lógica de dupla ação: controla as massas e, simultaneamente, legitima a política local e estadual, encabeçando frentes partidárias e alicerçando suas bases político-econômicas.

Nessas condições, o coronelismo ganhou novos contornos ao longo da história política brasileira. Inicialmente focado no controle geral das massas e na legitimação política (por força ou persuasão), ele passou a explorar seu prestígio construído através de uma tradição de mando paternalista e clientelista com o avanço da burocracia e da legislação (direitos, voto, etc.). Nesse momento, o voto se torna a principal fonte de poder sobre os subordinados. Em Riachuelo, as grandes propriedades rurais transformaram-se em ‘cercas’ de potencialidades administrativas, configurando uma continuidade do poder, apesar das mudanças nos regimes políticos. Se outrora a representatividade era exercida pelos “senhores de famílias ilustres da localidade” (citação?), estes se tornaram os detentores do merecimento ao voto popular, confirmando seu destaque social e sua aptidão para a construção política republicana do município que, em certa medida, já administravam.

³ Segundo Petrarca (2017), o investimento na educação dos filhos, por meio dos títulos acadêmicos, garantiu não só prestígio aos coronéis e suas bases, como também representou uma importante estratégia para as famílias colocarem seus membros no alto funcionalismo público e em cargos eletivos. Ao se tornarem senadores e deputados, os filhos dos coronéis formados em bacharelado estabeleciam a conexão entre o município e o sistema político nacional. A conversão de senhores da oligarquia agrária em coronéis, e a conseqüente importância dada ao bacharelado, deu-se numa lógica de acúmulo de diferentes recursos sociais, que possibilitou a diversificação da estrutura desses grupos. Isso foi crucial com o advento da República em Sergipe, marcada pelo revezamento entre liberais e conservadores, desde o final da década de 60 do século XIX.

Partindo de sua condição econômica de ex-senhores de engenho e, posteriormente, intitulados coronéis na República, esses atores ganharam espaço utilizando outros recursos sociais como vetores de representação, dominação e prestígio. Isso se deu em uma sequência lógica: matrimônios estratégicos (entre consanguíneos e afins da mesma classe), ampliação das redes de dominação, acionamento dos títulos acadêmicos e, por fim, a tomada de amplos cargos na estrutura do Estado.

Ao tomar os ‘Leite’ e os ‘Franco’ como caso analisado, interpretando a construção de suas parentelas em relação à composição política e estrutural de Riachuelo, percebe-se claramente a evidência de um domínio de base familiar. Seus recursos sociais são valorados e utilizados como trunfos que conferem privilégios de diferenciação e dominação sobre outras famílias no município.

O primeiro casamento de Francisco Rabello Leite (o ‘Velho Leite’) com Maria de Faro Rollemberg (herdeira do Barão de Japarutuba, Gonçalo de Faro Rollemberg [1819-1879]) foi um ato político-econômico crucial. Desse consórcio nasceram Maria Izabel, Sílvio César Leite e Márcia Leite. O médico e pecuarista Sílvio César Leite (nascido em Japarutuba, mas criado em Riachuelo) se destacou, atuando ao lado de seu meio-irmão, Augusto César Leite, filho do segundo casamento do ‘Velho Leite’. Já na segunda união matrimonial do ‘Velho Leite’ com Maria Virgínia Accioly Leite, outra vinculação estratégica foi estabelecida, pois esta era herdeira do baronato de Estância. Desta união nasceram Augusto César Leite, Josefina Leite, Aurélia Leite, Armando Leite, Francisco Leite Filho (Chico Leite), Isaura Leite, Aloísio Leite e Júlio Leite (Bezerra, 2012).

156

Os dois consórcios matrimoniais do Coronel ‘Velho Leite’ foram cruciais para estabelecer e ampliar suas redes, especialmente através do investimento na diplomação acadêmica dos seus filhos. Embora o ‘Velho Leite’ não tivesse formação acadêmica, seus herdeiros assumiram diversas áreas (Medicina, Direito, Engenharia e Agronomia) no início do século XX. O ‘Velho Leite’ era um político moderado, sem cargo eletivo de destaque em Riachuelo, mas sua força representativa de ‘coronel’ estabelecia laços de fidelidade com chefes políticos de municípios adjacentes (Laranjeiras, Maruim) e do Sul do Estado (via baronato de Estância). Essa capacidade de estabelecer laços, mesmo sem um cargo direto, é um traço significativo da dominação coronelista.

A trajetória matrimonial do coronel ‘Velho Leite’ exemplifica a ampliação das parentelas que, somadas às trajetórias de seus filhos, netos e bisnetos, demonstra a diversificação e ampliação dos recursos, que foram reconvertidos em trunfos de dominação local ao longo do tempo. Um exemplo notório é o filho Sílvio César Leite, que, ao se casar com Lourença Rollemberg Leite (filha do Barão de Japarutuba), ampliou as redes com os Rollemberg de Itaporanga e Japarutuba. Desse casamento, destacam-se seus filhos José Rollemberg Leite e Francisco Leite Neto. A escolha do nome Francisco Leite Neto fez referência icônica ao avô, carregando em seu nome a junção de dois importantes sobrenomes de peso econômico e político no Estado: ‘Leite’ (Riachuelo) e ‘Rollemberg’ (Itaporanga e Japarutuba). José Rollemberg Leite (engenheiro, professor e político) teve destaque ao assumir o governo de Sergipe por duas vezes (1947–1951 e como interventor, 1975–1979), além de exercer o cargo de Senador da República (1965–1970).

Outra trajetória que demonstra a formação do poderio familiar, é a de Júlio César Leite (empresário e político), que exerceu seu poderio acionando suas redes familiares, dando apoio a candidatos em Riachuelo e Estância. Em Estância, sua influência veio do casamento com Carmem Gonçalo Prado, filha do Coronel Gonçalo Prado (proprietário da Usina Pedras em Maruim e da Fábrica de Tecidos Santa Cruz em Estância). Júlio Leite alcançou o cargo de Senador por Sergipe em 1950, mas sua militância nos bastidores foi sistemática, notadamente na fundação da União Republicana (1933) e no fortalecimento do grupo político que elegeu seu sobrinho, José Rollemberg Leite, ao Governo do Estado em 1947.

Com a redemocratização pós-Ditadura Vargas (1945), Júlio Leite fundou o Partido Republicano (PR) em Sergipe, alinhado ao PSD, liderado pelos seus sobrinhos Francisco Leite Neto e José Rollemberg Leite. Com a tutela militar de 1964, migrou para a ARENA (Figueiredo, 1986).

O elo crucial entre os ‘Leite’ e os ‘Franco’ se estabelece por meio de Augusto César Leite (o “pai fundador da institucionalização da medicina em Sergipe”⁴, que foi Senador da República. A trajetória dele soma-se a esta investigação atra-

⁴ A trajetória do médico Augusto César Leite é um exemplo interessante de como se constituem as parentelas e seus domínios sob determinados espaços profissionais. O processo de consolidação da medicina compõe a reestruturação das elites agrárias locais que, para evitar seu declínio, expandiram seus vínculos. As parentelas, nesse caso, permitiam o acúmulo de capital social e reconhecimento, capaz de recrutar médicos, juízes, políticos. Sobre isso ver: Petrarca, 2019.

vés do casamento de sua filha, Maria Virgínia Leite Franco, com Augusto Prado Franco. Esta aliança matrimonial introduziu a influência dos ‘Franco’ na política de Riachuelo, somando-se ao fato de Augusto César Leite ser irmão de Francisco Leite Filho (‘Chico Leite’), um dos principais líderes políticos municipais.

O casamento da sobrinha com Augusto Franco (também médico) estabeleceu uma nova fonte de poder alicerçada na herança familiar, combinando a herança familiar (econômica e política) e o *background* profissional. Esses condicionantes foram fundamentais para a ascensão de Augusto Franco (Deputado Federal, Senador e Governador do Estado).

Proveniente de uma família oligárquica, Augusto Franco tornou-se o principal ícone dos ‘Franco’ na esfera estadual a partir da década de 50. Dantas (2004) destaca a forte relação das instituições de estruturação do Estado e dos vários segmentos acionados pelos ‘Franco’ (açucareiro, têxtil, comunicação e política estadual/municipal) como suas redes de dominação. Isso se reflete nas fortes tendências políticas nos municípios do Vale do Cotinguiba e no Estado com a candidatura de seu descendente, Albano Franco (Deputado Estadual, Federal, Senador e Governador de Sergipe).

158

A descrição das trajetórias matrimoniais e políticas dos ‘Leite’ e dos ‘Franco’ demonstra a construção das redes de relações e os elos entre esses dois troncos familiares, resultando na junção de um único tronco, denominado “Leite-Franco”. Este tronco alicerça-se e se torna uma das principais formas de dominação política em Riachuelo e municípios circunvizinhos, refletindo também na política estadual.

Um exemplo da influência desse tronco é a trajetória de Marcos Leite Franco Sobrinho (filho de Antônio Carlos Leite Franco e Tereza Augusta Miranda Franco), que exerceu dois mandatos como Deputado Estadual. Estimulado politicamente pela tradição familiar (seu avô, Augusto Franco, e seu tio, Albano Franco), Marcos Franco é um dos principais líderes políticos externos com forte influência em Riachuelo e Laranjeiras. Seu poder se manifesta na articulação política que lançou seu primo, Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho (filho de Tácito Antônio de Faro Melo e Maria Clara Franco Melo), para o cargo de Prefeito de Riachuelo, sendo eleito por duas vezes consecutivas (2005–2008 e 2009–2012).

Essas trajetórias demonstram a construção das redes de relações e os elos familiares em um 'domínio de base familiar', que transiciona do sistema coronelista para as novas formas de apropriação das estruturas do Estado por meio da diplomação dos filhos (bacharelismo). Essa estratégia possibilitou a estruturação de uma engrenagem de poder, onde a herança familiar, econômica e política se tornaram trunfos para a manutenção e permanência das redes de dominação, tanto na política municipal quanto na estadual.

Outra análise importante acerca da estratégia de estruturação dos padrões de dominação estabelecidos pela junção dessas duas famílias reside na diversificação da atuação de seus membros nas estruturas do Estado. Utilizando o bacharelado como característica fundante, esses indivíduos passaram a dominar os principais postos de poder na política sergipana. São exemplos dessa estratégia as trajetórias de Júlio César Leite e Augusto César Leite, que assumiram postos significativos no Estado por meio de cargos eletivos e da estruturação e institucionalização de áreas profissionais. Outros, contudo, permaneceram localizados na esfera política municipal, como Chico Leite, que se tornou um dos nomes centrais da política de Riachuelo, por meio do qual se perpetuou uma linhagem de políticos no município, seja por via consanguínea ou por meio do apadrinhamento de aliados e afins.

159

Essas lógicas de articulação, estabelecidas por meio das parentelas, contribuíram para a formação de uma estrutura de dominação na qual alguns dos membros que compunham a 'base familiar parental' se lançaram politicamente em outras esferas, transpondo a fronteira local do município para se tornarem políticos estaduais. Dessa forma, seus cargos políticos no nível estadual contribuíam para a continuidade e centralização política de seus parentes no município, ganhando abrangência para além dele. Nesse processo, tornava-se possível manter uma base local eletiva significativa para a sustentação de suas carreiras políticas estaduais.

São exemplos claros dessas dinâmicas as trajetórias dos sobrinhos de Chico Leite: Francisco Leite Neto no Senado Federal e sua vinculação direta com Carvalho Neto e Augusto Maynard, e José Rollemberg Leite como Governador do Estado (1947–1951 e 1975–1979). A sustentação dessa base local é notada, também, nos laços consanguíneos diretos, como no fato de, quando Chico Lei-

te ascendeu à política estadual como Deputado Estadual, seu filho, Júlio César Leite Sobrinho, ter assumido o Executivo municipal de Riachuelo (1967–1970).

Essa perspectiva de poder representada na figura dos Leite no município fica bem característica ao se analisar a trajetória política de Júlio César Leite Sobrinho que, ao herdar o capital político de seu pai (Chico Leite), tornou-se prefeito, mas priorizou a construção de uma carreira dentro da conjuntura local. Dessa forma, formalizou um campo para seus herdeiros políticos, como seu filho, Aldebrando Leite, que também ascendeu politicamente, assumindo o cargo de Vereador e, posteriormente, sendo eleito Prefeito do município por duas vezes. Aldebrando Leite é hoje reconhecido como uma liderança política eminentemente local.

Sucessão e Continuidade na Lógica da Parentela

A política da continuidade é uma estratégia fundamental para a manutenção dos grupos de base familiar. Podemos citar três lideranças que mais se destacaram na política riachuelense e que se ligam diretamente às articulações de continuidade política em Riachuelo na atualidade: Júlio César Leite, Pedro de Oliveira Santos e João Pereira de Araújo.

Júlio César Leite Sobrinho (1935–2002), nascido em Riachuelo, era filho de Francisco Leite Filho (Chico Leite) e Alaíde Rabelo Leite. Seu pai é conhecido na história política de Riachuelo como o político com maior número de mandatos como prefeito, embora esses dados não estejam expressamente documentados na literatura histórica nem nos registros efetivos da Câmara de Vereadores. Conforme mencionado nos procedimentos metodológicos, a maioria dos documentos oficiais ainda carece de organização em um arquivo significativo. Não obstante, a militância política de Chico Leite é registrada em sua atuação como Suplente de Deputado Estadual (1947–1950/1951–1954) e como Deputado Estadual efetivo (1963–1966/1967–1970), militando pelo Partido Republicano (PR) e pela ARENA (Bezerra, 2012). Sua carreira, no entanto, foi marcada por derrotas consecutivas e inesperadas, notadamente por seus dois discípulos políticos: Pedro de Oliveira Santos (Pedão) e João Pereira Araújo (João Grande).

A ascensão política de Júlio César Leite Sobrinho (Júlio Leite) ocorreu no mesmo período em que seu pai exercia o mandato de Deputado Estadual

(1967–1970), o que facilitou a obtenção de benefícios para o município de Riachuelo. Este período é o da Tutela Militar, que, com a reorganização partidária de 1966 (AI-2), promoveu a unificação de grupos políticos dominantes pós-1930 em uma convergência de facções políticas para atender aos interesses do regime. A maioria dos quadros políticos sergipanos filiou-se ao partido governista (ARENA). É relevante mencionar que, com o AI-2, “os pleitos eleitorais ficavam restritos para os cargos legislativos e prefeitos do interior do Estado” (Dantas, 2014, p. 104).

Neste contexto político-histórico, a trajetória de Júlio Leite não foi marcada por grandes embates, mas sim pela força da herança política arraigada ao nome de seus antecessores e sucessores. O período de sua liderança política é lembrado saudosamente na cidade pelas obras públicas (escolas, rede de esgoto, pavimentação) e pela sua capacidade de articulação com esferas maiores, como a construção da Rodovia SE-245, em parceria com o Governador Lourival Baptista e o Deputado Estadual Francisco Leite Filho.

Quanto à sucessão familiar de Júlio Leite, seu filho, Aldebrando de Menezes Leite (‘Aldé Leite’), hoje casado com Cândida Emília Sandes Vieira Leite (2013–2020), iniciou sua vida política em Riachuelo como vereador (1989–1992), após um hiato de aproximadamente duas décadas de afastamento da família Leite do Executivo municipal. Posteriormente, foi derrotado pelo seu principal opositor, Américo Ferreira Leite (cujo mandato foi suspenso, sendo concluído pelo vice, João Rodrigues dos Anjos).

Identificado como o ‘principal remanescente’ (Bezerra, 2012) para a continuidade da linhagem política dos Leite, Aldé Leite foi eleito Prefeito por dois mandatos consecutivos (1997–2004 (?)). A chefia administrativa local foi então transferida para seu primo de terceiro grau, Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho (um dos ‘Franco’), cuja vitória se deu por meio do apoio direto de Aldé Leite e Marcos Franco. Na primeira gestão de Antônio Carlos (2005–2008), um aliado dos Leite, José Lenaldo Araújo, era Vereador e Presidente da Câmara.

No final da primeira gestão de Antônio Carlos Leite, ocorreu uma cisão na aliança política: o embate eleitoral se deu entre a esposa de Aldé Leite (Cândida Emília Sandes Vieira Leite) e Antônio Carlos Leite Franco Sobrinho, que saiu vitorioso (2009–2012). Com o fim de seu mandato, Antônio Carlos Leite tornou-se o principal articulador da campanha de Cândida Emília, indicando

seu ex-secretário, Daniel Rezende Campos Oliveira, para o posto de vice-prefeito. Daniel Rezende foi vice-prefeito do município (2013–2020).

Em 2013, Cândida Emília Sandes Vieira Leite foi eleita a primeira mulher a assumir o Executivo municipal, sendo reeleita em 2016. Sua eleição vitoriosa ocorreu em disputa contra o antigo vereador Demostenes Silva dos Anjos ('Vereador Deminho'), cuja formação política está atrelada ao seu pai, Jacintho Silva dos Anjos, eleito vice-prefeito na gestão de Pedro de Oliveira, em 1982.

Com base na trajetória de Júlio Leite e seus descendentes, demonstra-se como a política de Riachuelo é demarcada pela presença dos Leite no domínio político local. Contudo, essa trajetória, isoladamente, não abrange todo o contexto político-histórico no qual essa família estruturou os espaços de poder municipal. É crucial relacioná-la com as trajetórias de transição dos coronéis para líderes republicanos.

3. Estratégias de Reciprocidade, Ruptura e a Ascensão de Lideranças Dissidentes: O Caso de Pedro de Oliveira Santos

Em uma lógica de reciprocidade, solidariedade e/ou lealdade político-partidária, mediada por interesses político-administrativos amplos, destacam-se as trajetórias de dois outros políticos reconhecidos como protagonistas das mutações e da recriação de novas lideranças no município de Riachuelo. Esses atores, inicialmente identificados como 'crias dos Leite' ou 'parentelas dos Leite', ascenderam e se tornaram lideranças concorrentes, marcando a história política municipal.

Pedro de Oliveira Santos (1938–1995), conhecido como 'Pedão', nasceu em Riachuelo e não possuía vínculo familiar consanguíneo com nenhuma das principais famílias de renome (Franco, Leite ou Albuquerque). Casado com a professora Nadja Maria Francisca de Oliveira, tiveram sete filhos (Bezerra, 2012).

A projeção política de Pedão iniciou-se quando ele se tornou vereador. Anteriormente, exercia a profissão de motorista para uma das principais lideranças da cidade, Chico Leite (pai de Júlio Leite). Foi Chico Leite quem o inseriu na política, um ato de apadrinhamento político que facilitou sua ascensão. Essa relação se expressa nos três mandatos de vereador de Pedão, culminando no cargo de Presidente da Câmara de Vereadores (biênio 1969–1970).

Consagrado como vereador, Pedão despontou como uma potencial liderança e decidiu encabeçar um bloco de dissidentes contra seu mentor político, Chico Leite. Essa dissidência foi substanciada pelo apoio de outros vereadores (João Pereira de Araújo, José Lenaldo Araújo, Gilberto Figueiredo, Vivaldo Pereira, Félix Alves e Abdias da Silva Franco), formando uma chapa majoritária com Pedão para prefeito e Abdias Franco como vice.

Segundo Bezerra (2012), Pedão inicialmente enfrentou dificuldades para fortalecer seu grupo devido às ligações familiares que cercavam Chico Leite. A busca por apoio junto a Augusto do Prado Franco (proprietário da Usina Central e líder da ARENA, na época) foi desaconselhada, visto que Augusto Franco era casado com uma sobrinha de Chico Leite, Maria Virgínia Leite Franco, o que tornaria constrangedor apoiar uma candidatura opositora. O apoio foi então cedido por outras autoridades estaduais, notadamente Francisco Rollemberg e Heráclito Rollemberg (deputados federal e estadual, respectivamente).

Essa passagem sobre as coligações interliga-se diretamente aos princípios defendidos pelas Parentelas: a existência de elos fracos e fortes em sua configuração. O apoio político nem sempre era concedido em virtude da aproximação familiar (como no caso dos Franco), mas a Parentela permitia a busca por alianças em outros ramos da mesma rede estendida (como os Rollemberg, que, embora tivessem laços matrimoniais com os Leite de Riachuelo, cederam apoio ao opositor).

163

Com a disputa oficializada, estabeleceu-se uma polarização no município entre o mentor político, Chico Leite, e seu discípulo, Pedão. Ambos se candidataram pela mesma legenda partidária, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em uma disputa na qual Pedão saiu vitorioso. Essa vitória ganhou projeção na época, especialmente pelas condições sociais dos concorrentes: um ex-motorista *versus* seu líder político e principal fomentador da política municipal.

A vitória do novo grupo liderado por Pedão deu-se principalmente pela adesão popular. Bezerra afirma que “não foi difícil para o novo grupo arrebanhar eleitores ávidos por mudança e cansados com o monopólio político de Chico Leite” (2012, p. 142). Depoimentos de moradores mais antigos confirmam que a população desejava mudanças, pois “as pessoas queriam ver outra pessoa comandar a cidade e todos gostavam do jeito de Pedão”.

Seu primeiro mandato como prefeito (1973–1976) destacou-se por seu comportamento político junto à comunidade local e a seus aliados. Com o fim do mandato, apoiou seu aliado, o ex-vereador João Pereira de Araújo, que venceu a disputa contra Chico Leite (1977–1982). Pedão retornou ao cargo de prefeito (1983–1988), apoiado por seu antecessor, João Grande. Um apoio significativo nesta eleição foi o de seu vice-prefeito, Jacinto Silva dos Anjos, que representava a Sergipe Industrial S/A (SISA), ou “a fábrica”.

Após o falecimento de Pedão, em 1995, a família Oliveira foi acionada para manter a representação política. Sua esposa e viúva, a professora Nadja, candidatou-se à vice-prefeita em 1996 em chapa contrária ao neto de Chico Leite, Aldebrando Leite, mas foi derrotada.

A sucessão política de Pedão, contudo, ficou a cargo de seus filhos e neto, sobretudo no Legislativo municipal. Seu filho consanguíneo, Pedro de Oliveira Santos Filho (‘Pedrinho’), exerceu o mandato de vereador (1993–1996 e 2005–2008), seguido por sua irmã, Analúcia de Oliveira Santos (‘Professora Analúcia de Pedão’) (2013–2016). Ambos seguiram a trajetória do pai ao ocupar a Presidência da Câmara de Vereadores, um cargo de significativa importância na política municipal. Seu neto, Helder Cícero de Oliveira Silva (‘Helder de Pedão’), exerceu mandato (2017–2020).

Outra liderança política com trajetória sistematicamente entrelaçada à de Pedão e Chico Leite é João Pereira de Araújo (1930–2018), conhecido como ‘João Grande’. Considerado um “aliado concorrente”, João Grande entrou na política a convite de Chico Leite, sendo anteriormente eletricitista na Prefeitura Municipal. Largou o cargo público para se tornar vereador, exercendo quatro mandatos e alcançando a Presidência da Câmara (biênios 1965–1966 e 1971–1972). Estimulado por seu amigo e aliado, Pedão, João Grande candidatou-se a prefeito em 1976, derrotando seu ex-líder político, Chico Leite. Seu primeiro mandato (1977–1982) teve Heraldo da Silva Franco como vice, e seu segundo mandato (1989–1992) teve Manoel Messias Cruz Filho como vice.

A ascensão de João Grande e o apoio a Pedão para o segundo mandato configuraram uma “dobradinha política” que perdurou aproximadamente duas décadas. A gestão de João Grande ficou marcada por trabalhos em prol da população mais carente, como a construção de conjuntos habitacionais (Coronel Antônio Franco, Tasso Garcez e Antônio Carlos Valadares).

O ponto mais notável da trajetória de João Grande é a reversibilidade das alianças. Após seus mandatos como prefeito, ele deu continuidade à carreira política como vice-prefeito (1997–2004 (?)), unindo-se a Aldé Leite, neto de Chico Leite, seu ex-líder e rival. Essa volta política para o grupo descendente do Chico Leite demarca sociologicamente a formação da política eleitoral nos municípios: em virtude da centralização política em lideranças consagradas, os acordos ganham reveses diversos. João Grande, que entrou como aliado de Chico Leite, tornou-se seu opositor e o venceu, mas anos depois se aliou ao neto de seu ex-rival. Subsequentemente, seu principal sucessor, seu filho, Peterson de Araújo, tornou-se vereador, ligando-se ao grupo político liderado por Aldé Leite.

As trajetórias desses políticos se inter cruzam com a construção histórica da representatividade eletiva no município de Riachuelo. A escolha por esses três nomes justifica-se pela sua importância como políticos influentes e pela perspectiva de interligações provenientes de suas trajetórias. Elas conectam períodos históricos com articulações familiares, evidenciando o domínio de ‘base familiar’ e as estratégias de continuidade de poder percebidas através das coparticipações, divergências e acordos multilaterais que o jogo político apresenta.

165

Em uma realidade de menor escala, como a municipal, as articulações políticas e suas engrenagens se percebem além da ótica estritamente institucional (partidos). As divergências, muitas vezes, estavam centradas dentro do próprio partido (como no caso de Chico Leite, Pedão e João Grande), e os conchabos políticos se estabeleciam além dos limites partidários. A lógica da política opera em um jogo de reciprocidade e de relações institucionais e sociais.

A análise privilegiou a demonstração da formação dessas lideranças em uma lógica de ‘parentelas’. Embora outros políticos tenham tido significativa presença, o foco manteve-se nas lideranças que estruturam a transição e a ruptura do poder.

Conclusões e Transição Analítica: O Legado da Parentela em Riachuelo

Este artigo ilustra a constituição dos aspectos característicos das parentelas e suas estratégias de estruturação nas redes de relações e dominação da política local. A análise partiu da composição socioeconômica de Riachuelo, cuja principal fonte

econômica era o cultivo da cana-de-açúcar. Esta atividade, por sua vez, estabeleceu a formação de um corpo oligárquico de famílias de senhores de engenho.

A instituição do coronelismo subsequente fortaleceu as dinâmicas de poder e dominação política local. Com o advento da República, esses ex-senhores de engenho, agora coronéis sem poderes legais de mando, diversificaram suas formas de atuação. Fortalecidos pelo bacharelismo, introduziram seus filhos na política estadual e municipal. Este processo é tipicamente percebido através do domínio das famílias 'Leite e Franco' em Riachuelo, um domínio expreso nas lógicas de estruturação das parentelas em torno da política local.

Tomando a figura de Chico Leite como 'chefe político local', observou-se empiricamente a formação da parentela na estruturação dos espaços de poder. Ele transmitiu seu recurso político para seu filho, Júlio Leite, como forma de dar continuidade à consagração familiar na política. Contudo, a estratégia de dominação foi diversificada através da cooptação de aliados, gerando novos representantes políticos, a exemplo de Pedro de Oliveira e João Grande. Embora sem vinculação consanguínea com os 'Leite-Franco', estes se tornaram afins e aparentados de seu líder político. Júlio Leite, seguindo essa tradição, inseriu seu filho, Aldé Leite, que, por sua vez, inseriu sua esposa, Cândida Emília, demonstrando uma lógica de continuidade e estruturação de poder na política municipal.

166

Conforme demonstra Maria Izaura de Queiroz (1975; 1976), embora as parentelas se configurem como uma rede diversificada de articulações, elas também apresentam laços frágeis. A fortificação da rede por meio de aliados e afins pode se perder a partir do momento em que estes constroem suas próprias redes de relações, criando novas parentelas. Um exemplo claro é o rompimento de Pedro de Oliveira e João Grande com Chico Leite, o que lhes permitiu dominar o cenário político de Riachuelo por duas décadas.

A fragilidade da própria constituição das parentelas é evidenciada na trajetória de Pedro de Oliveira. Ao ascender como vereador e Presidente da Câmara, ele construiu uma nova rede de articulação política, transcendendo a chefia dos Leite e aliando-se a outros grupos políticos, inclusive descendentes dos Franco-Leite (os Rollemberg de Itaporanga e Estância). Seu principal aliado, João Grande, compartilhava dessa mesma perspectiva de se tornar uma liderança política independente. Esse cenário de ruptura no plano municipal coincide com o período em que os Leite perderam parte de seu poder no plano estadual (final

da década de 1960), momento em que os Franco se consolidaram como principais ícones políticos de Sergipe (Dantas, 2004). Esse fato refletiu na política municipal, pois os Franco passaram a estimular a criação de novas lideranças, frequentemente por meio de suas indústrias e usinas.

Os aspectos de dominação da Parentela ficam evidentes na sequência política do Executivo municipal ao longo de 67 anos (1951–2018). Apenas na década de 1990 o município teve um político sem vínculos diretos com as famílias ‘Leite-Franco’ (Américo Ferreira Leite e João Rodrigues dos Anjos). Contudo, ao longo dos anos, os demais políticos identificados foram parentes, afins ou aliados desse tronco familiar, o que atesta a continuidade dessa característica parental de dominação de base familiar. Essa lógica persiste, pois esses grupos detêm os principais postos de trabalho e as redes de relações políticas existentes no município.

Uma característica fundamental percebida na sociogênese política de Riachuelo é que um dos requisitos básicos para a inserção na política, e um mecanismo utilizado pelos chefes políticos, era a indicação de aliados ao cargo de vereador, visando fortalecer as redes de dominação local. Neste propósito, o cargo de vereador configurava-se como um crédito eletivo essencial para galgar outros cargos, notadamente o Executivo.

167

Referências Bibliográficas

BEZERRA, A. M. **Riachuelo passado de riquezas**. 2.ed. Aracaju: Textopronto Editora e Gráfica, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial (Parte I). **Teatro das Sombras**: a política imperial (Parte II). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROX/CECAC? Programa editorial, 1987.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe. República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 1.º Vol. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1986.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: RJ, Record, 1993.

LIMA, A. I. N. da M; BOMFIM, F. dos S; MEDRADO, T. H. **Profissão e poder**: formas de estruturação da medicina em Sergipe (1850-1930). IN: Anais

do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS. 27 a 29 de abril de 2016. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS Universidade Federal de Sergipe – UFS. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/download/6044/5057>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

PETRARCA, F. R. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. pp. 89-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n74/1806-9347-rbh-2017v37n74-04.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro. 2025.

PETRARCA, Fernanda Rios. Entre jalecos, bisturis e a arte de fazer política. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.2, abr.-jun. 2019, p.573- 591. Acesso em novembro de 2025.

PETRARCA, F. OLIVEIRA, W. J de. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. In: **Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia política**. Florianópolis, v.16, nº 37, set/dez, 2017. p p . 2 2 4 . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n37p191>>. Acesso em: 23 de setembro de 2025.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975, p. 155-190.

Renovação em horário nobre: a construção da imagem do “prefeito jovem” João Campos no HGPE de 2024

Mateus da Cunha Santos¹
ORCID: 0000-0002-6785-4524

João Pedro dos Santos Barros²
ORCID: 0009-0006-8056-4552

Resumo: A campanha de reeleição de João Campos à prefeitura do Recife, em 2024, empregou linguagem irreverente que associa sua juventude a uma nova forma de fazer política. Para compreender como esses elementos consolidaram sua imagem de “prefeito jovem”, analisamos 26 programas do HGPE, utilizando uma técnica metodológica desenvolvida por Panke e Cervi (2011), que envolve transcrição, segmentação e codificação do material em categorias temáticas. “Administração Pública” (66%) e “Candidato” (23%) somaram 89% do tempo, indicando foco em realizações de gestão e construção de imagem pessoal. A partir dessas categorias, a análise qualitativa identificou três eixos narrativos: juventude como renovação e legitimação; proximidade autêntica e irreverente; e política do fazer com propósito. Campos projeta um perfil que o diferencia do “político tradicional” sem romper com o *establishment*, estratégia que resultou em sua reeleição com 78,11% dos votos e fortaleceu expectativas para sua candidatura ao governo de Pernambuco em 2026.

169

Palavras-chave: Comunicação política. Campanha eleitoral. HGPE. João Campos.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio doutoral na Tulane University (EUA). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL). E-mail: mateuscunha90@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9734001654343812>

² Graduando em Publicidade e Propaganda na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL). E-mail: jpedro280santos@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2024690617188105>

Abstract: João Campos' 2024 re-election campaign for Recife's mayoralty employed irreverent language framing his youth as a new way of doing politics. To examine how these elements consolidated his image as a "young mayor," we analyzed 26 programs from the Brazilian Free Electoral Broadcast (HGPE), following a methodological technique developed by Panke and Cervi (2011), involving transcription, segmentation, and coding the material into categories. "Public Administration" (66%) and "Candidate" (23%) accounted for 89% of airtime, indicating a focus on governance achievements and personal image construction. From these categories, qualitative analysis identified three narrative axes: youth as renewal and legitimation; authentic and irreverent proximity to voters; and purposeful, results-oriented politics. Campos projects a profile that differentiates him from the "traditional politician" without fully breaking with the establishment—an effective strategy that led to his re-election with 78.11% of the vote and fueled expectations for his 2026 run for governor of Pernambuco.

170

Keywords: Political communication. Political Campaign. HGPE. João Campos.

Resumen: La campaña de reelección de João Campos a la alcaldía de Recife en 2024 empleó un lenguaje irreverente que vincula su juventud con una nueva forma de hacer política. Para analizar cómo estos elementos consolidaron su imagen de “alcalde joven”, se estudiaron 26 programas del Horario Gratuito de Propaganda Electoral (HGPE), siguiendo la técnica metodológica creada por Panke y Cervi (2011), que incluye transcripción, segmentación y codificación del material en categorías. “Administración Pública” (66%) y “Candidato” (23%) sumaron el 89% del tiempo, evidenciando el énfasis en logros de gestión y construcción de imagen personal. A partir de estas categorías, el análisis cualitativo identificó tres ejes narrativos: juventud como renovación y legitimación; proximidad auténtica e irreverente; y política de hacer con propósito. Campos proyecta un perfil que lo diferencia del “político tradicional” sin romper con el establishment, estrategia que le aseguró la reelección con el 78,11% de los votos y alimenta expectativas para una candidatura a gobernador en 2026.

171

Palabras clave: Comunicación política. Campaña electoral. HGPE. João Campos.

Introdução

Herdeiro político dos ex-governadores Eduardo Campos e Miguel Arraes, João Campos tem despontado como símbolo de renovação na política brasileira, a ponto de ser apontado por muitos como o sucessor natural de Lula como principal liderança no campo da esquerda. Para além do capital familiar que o alavancou na política em 2016, aos 22 anos, quando foi nomeado chefe de gabinete do então governador de Pernambuco, Paulo Câmara, a ascensão do jovem político tem sido associada ao seu carisma e capacidade singular de se conectar com as pessoas.

Com 2,9 milhões de seguidores no Instagram e mais de 900 mil no TikTok, o alcance de seus perfis digitais vai muito além da população local, estimada em quase 1,5 milhão de habitantes. Nessas plataformas, a linguagem é dinâmica e irreverente, alinhada ao entretenimento e ao diálogo com públicos mais jovens. No início de 2024, por exemplo, viralizou o novo visual de Campos, que descoloriu o cabelo para a abertura do Carnaval e, posteriormente, apareceu em diversas oportunidades usando óculos estilo “juliet”, popularizado por funkeiros.

Essa abordagem se distancia tanto da lógica da polarização — alimentada por conflitos e discursos polêmicos nas redes — quanto da dicotomia direita x esquerda, da qual Campos procura se afastar, preferindo se definir como alguém comprometido com “um governo eficiente” (citação?). Com esse enfoque e um índice de aprovação de 77% (Datafolha, 2024), o jovem político chegou à eleição para prefeito de Recife em 2024 como amplo favorito. Além da máquina pública e de amplo acesso a recursos, formou uma aliança com 12 partidos, garantindo quase o dobro do tempo de TV dos principais adversários, o ex-ministro do Turismo Gilson Machado Neto (PL) e o ex-deputado federal Daniel Coelho (PSD).

Embora sua presença digital seja marcada pela leveza e pela irreverência, a sua campanha televisiva revela outra camada da construção de sua imagem, voltada para um público mais amplo e heterogêneo. No Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), sua comunicação buscou consolidar a figura de um “político jovem”³, em contraste com a figura do “político tradicional”.

³ Neste trabalho, usamos a expressão “político jovem” não no sentido estrito de idade, mas para designar figuras em fases iniciais ou de consolidação de suas carreiras na política.

Este artigo analisa como essa imagem foi construída nos programas televisivos de Campos durante a campanha de 2024. Para isso, utilizamos a metodologia do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL-UFPR) — originalmente desenvolvida por Panke e Cervi (2011) — para codificar os programas em 16 categorias temáticas, permitindo identificar a distribuição de tempo e os tópicos mais recorrentes. Mais do que apresentar os resultados quantitativos, empregamos essa categorização como um ponto de partida para uma análise qualitativa centrada nos elementos linguísticos e imagéticos que reforçam a ideia de renovação e distanciamento da figura do “político tradicional”.

O HGPE como ferramenta estratégica de campanha

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral tem uma longa história que remonta à Lei nº 4.737, de 1965, que instituiu um espaço diário de duas horas, durante os 60 dias anteriores às 48 horas do pleito, para exibição de propaganda política gratuita dos partidos políticos em todas as estações de televisão.

Desde então, esse espaço sofreu uma série de modificações, com destaque para a Lei n. 6.339, de 1976, que limitou drasticamente a propaganda, permitindo apenas a exibição da foto do candidato, seu número e uma breve narração de sua trajetória política (Albuquerque, 1999), medida que só viria a ser revogada com a Lei nº 7.332, de 1985, que instituiu 60 espaços de uma hora diária nos 60 dias que antecedem a antevéspera do pleito.

Foi, porém, a Lei nº 9.504, de 1997, conhecida como Lei das Eleições, que formalizou e estruturou o HGPE com todos os seus parâmetros legais, fixando sua duração, critérios de divisão de tempo, regras de produção e exibição, entre outros detalhes. A lei também proibiu o uso de montagens, trucagens, computação gráfica, desenhos animados e outros recursos que possam “degradar ou ridicularizar candidato, partido ou coligação” (Brasil, 1997).

Esses parâmetros contribuíram para o surgimento de uma linguagem específica para os programas exibidos no horário eleitoral gratuito. Afinal, como observa Albuquerque e Tavares (2008), os partidos e candidatos precisaram “adaptar o conteúdo a ser exibido a uma quantidade de tempo pré-determinada, diferente para cada partido” (página?), além de considerar que propagandas de diferentes candidatos competiam pela atenção dos telespectadores nesse mesmo espaço.

Para além da apresentação de projetos políticos e propostas, o HGPE também se consolidou como um instrumento para a construção da imagem do candidato — entendida aqui de forma próxima ao conceito de *ethos* proposto por autores como Maingueneau (2008) e Amossy (2016), que envolve a projeção de uma identidade discursiva por parte do orador. Essa “imagem” não se limita ao conteúdo verbal, mas resulta de uma combinação de elementos comunicacionais articulados estrategicamente para criar determinadas percepções sobre o candidato. Como observa Charaudeau, o *ethos* de um político é resultado de uma “[...] alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, [...] por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser” (2015, p. 137).

Essa construção demanda não apenas escolhas discursivas, mas também planejamento e execução de “estratégias comportamentais e de comunicação, apoiadas por investimentos em estruturas tecnológicas e equipes especializadas capazes de traduzir projetos políticos, divulgar, defender e esclarecer decisões para os públicos” (Weber, 2025, p. 80). No caso do HGPE, tais elementos são potencializados pelo caráter institucional e pelo alcance universal desse espaço, no qual cada recurso verbal, visual ou sonoro pode contribuir para reforçar a imagem pública desejada pelo candidato.

O HGPE também cumpre uma função simbólica de demarcar o “tempo da política” (Cervi, 2010), através do qual o eleitor se dá conta, de fato, de que o jogo eleitoral começou e é preciso acompanhar de perto e escolher seus candidatos. Nesse processo, tratando-se de disputas majoritárias, há uma expectativa em especial pelos programas veiculados no primeiro dia de exibição, que costumam pautar matérias jornalísticas contendo análises comparativas dos tons adotados pelas campanhas de cada candidato. Por esse viés, os programas exibidos no HGPE representam um espaço privilegiado para a identificação das imagens projetadas pelos candidatos (Panke; Cervi, 2010).

Os programas televisivos também tendem a ser publicados na íntegra ou em cortes nos perfis digitais dos candidatos, adaptando-se à linguagem das redes e à lógica dos algoritmos, que priorizam a exibição de determinados conteúdos em detrimento de outros, de acordo com seu potencial de engajamento entre os usuários.

Diferentemente do ambiente digital, cujo alcance da mensagem de um candidato está diretamente relacionado à sua quantidade de seguidores e capa-

cidade de viralização de conteúdos, o HGPE é um local privilegiado de fala, na medida em que tem acesso a uma audiência universal, a ponto de que a mensagem pode chegar tanto a apoiadores quanto a não convertidos. Por isso, inclusive, não surpreende que um virtual aumento do tempo de televisão seja um fator importante para a formação de coligações.

Pela sua importância estratégica, também é natural que os programas exibidos no HGPE sejam produto da ação de consultores e profissionais de marketing, agências de comunicação e produtoras audiovisuais, resultando em produções com alto grau de sofisticação (Lavareda, 2009; Massuchin; Cavassana, 2020). Diante de tamanha profissionalização, Panke observa que as linguagens apresentadas nesses programas “[...] seguem a lógica do entretenimento com a exibição de imagens belas, musicalização, clipes, vinhetas, alternância de cenários e apresentadores” (2011, p. 13).

Em função da natureza multisensorial do meio, os programas eleitorais têm liberdade criativa para transitar entre os três códigos da linguagem televisiva (Eco, 1993): *icônico*, que corresponde às imagens transmitidas e suas características, como cores, enquadramentos, movimentos de câmera etc.; *linguístico*, que compreende todas as manifestações verbais; *sonoro*, que abrange os sons da escala musical e as regras combinatórias da gramática tonal que agregam valor estético às imagens apresentadas.

175

Na subsequente análise dos programas veiculados pela campanha de João Campos, atentamos especialmente para o código linguístico, pela dimensão discursiva, mas também para elementos simbólicos que comunicam não verbalmente, como gestos, expressões e vestimentas, neste caso, como veremos, de um candidato que notoriamente procura se mostrar como símbolo de renovação na política.

João Campos na TV

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco, João Campos iniciou a carreira política em 2016 quando se tornou chefe de gabinete do governo de Pernambuco. Dois anos depois, foi eleito para o cargo de deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo o candidato mais votado da região Nordeste. Porém, em 2020, licenciou-se do cargo para disputar

a prefeitura de Recife, tornando-se o prefeito mais jovem da história da cidade, com 27 anos de idade.

Na ocasião, a cidade se dividiu na escolha entre dois jovens políticos para assumir a prefeitura pelos próximos quatro anos. Após uma disputa acirrada, João Campos, filho do ex-governador Eduardo Campos e bisneto do ex-governador Miguel Arraes, derrotou a prima Marília Arraes, com 56,27% dos votos no segundo turno.

Diferentemente da eleição anterior, em 2024 não só vencê-lo parecia um grande desafio, mas mesmo chegar a um eventual segundo turno, evitando que o atual prefeito fosse reeleito em primeiro turno com mais de 50% dos votos. Ainda assim, outros sete candidatos entraram na disputa, tendo como principal nome da oposição o ex-Ministro do Turismo Gilson Machado (PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Entre 31 de agosto e 3 de outubro, os candidatos à prefeitura da capital pernambucana tiveram um espaço diário para transmissão de suas mensagens ao eleitorado através do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). No caso de João Campos (PSB), foram veiculados 26 programas eleitorais únicos na televisão, com tempo de 4 minutos e 45 segundos cada.

176

Para compreender como a sua campanha construiu a imagem de “político jovem” em contraste com a figura do “político tradicional”, partimos da técnica metodológica desenvolvida por Panke e Cervi (2011) e atualizada e aplicada pelo Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL-UFPR) a cada eleição, desde 2010. Ancorada no método de Análise de Conteúdo (AC), essa abordagem combina dados quantitativos — obtidos a partir da mensuração das temáticas presentes nos programas televisivos veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) — com análise qualitativa das narrativas apresentadas a partir dos códigos de comunicação linguístico, sonoro e visual. Essa codificação temática comporta 16 categorias, divididas em três blocos:

Bloco 1 – Apresentação e contextualização:

1. Administração Pública — propostas genéricas, prestação de contas (no caso de reeleição) e relações institucionais;
2. Candidato — valorização do candidato e de sua trajetória;

3. Cidade/Estado/País — referências históricas e exaltação de características do território e do povo;
4. Desqualificação de adversários, grupos políticos ou crítica à situação da cidade;
5. Lideranças — participação ou menção a líderes políticos, sociais, religiosos, empresariais;
6. Conjuntura — temas como polêmicas, desinformação, democracia, entre outros ligados ao cenário político-eleitoral.

Bloco 2 – Propostas setoriais:

1. Educação;
2. Saúde;
3. Segurança;
4. Economia;
5. Infraestrutura.

Bloco 3 – Questões de cidadania:

1. Meio Ambiente e Sustentabilidade;
2. Político-sociais;
3. Pautas Identitárias;
4. Religião;
5. Corrupção (exceto quando usada para desqualificar adversários).

177

Os programas foram transcritos e segmentados em múltiplos trechos em uma planilha padronizada do Excel, cada um classificado segundo uma das categorias acima. Além da codificação, registramos a duração, a data de exibição e descrições visuais e sonoras de cada trecho. Essa sistematização permitiu calcular a porcentagem de tempo dedicada a cada tema e mapear padrões estratégicos de alocação de conteúdo.

O levantamento quantitativo mostrou que a campanha destinou pouco tempo a temas como “Desqualificação”, “Segurança” e “Pautas Identitárias” (que, somados, não chegam a 1% do tempo total), além de “Político-sociais” (1%), “Economia” (1%), “Saúde” (1%), “Educação” (1%), “Infraestrutura” (3%) e “Cidade/Estado/País” (3%). Desde já, essa baixa presença de temáticas tradicionalmente associadas ao embate eleitoral ou a agendas específicas, reforça a

percepção de que a narrativa central da campanha de João Campos não estava ancorada no conflito político ou na defesa de pautas setoriais isoladas.

Em contrapartida, a maior parte do tempo concentrou-se em “Administração Pública” (66%) e “Candidato” (23%) que, juntos, somaram 89% do HGPE do candidato, formando o núcleo narrativo de sua campanha televisiva. É justamente nessas duas categorias que se observa com maior clareza a construção de sua imagem como um “político jovem”, que se diferencia do perfil tradicional por meio de três eixos centrais: Juventude como renovação e legitimação, Proximidade autêntica e irreverente, e Política do fazer com propósito. Esses três eixos serão examinados em sequência, com o destaque para elementos linguísticos e imagéticos articulados nesse processo de construção da sua imagem.

Juventude como renovação e legitimação

O discurso de João Campos associa juventude a progresso e inovação, sugerindo que o “velho” deve dar lugar ao “novo” como parte natural e necessária da vida política. Essa troca é apresentada como não apenas inevitável, mas desejável e bem-sucedida: “A capital mais antiga do Brasil [...] resolveu eleger o prefeito mais novo das capitais do Brasil, e não é que deu certo?” (Campos, 2024a). Há, também, o reconhecimento do passado e das conquistas familiares, mas o objetivo é afirmar a independência e maturidade do candidato. Logo no primeiro programa, o narrador enfatiza: “Antes, ele era o filho de Eduardo, o neto de Arraes. Agora, depois de tanto que esteve presente em nossas vidas, nos últimos anos, a gente se acostumou a simplesmente chamá-lo de João. Ou melhor, de meu prefeito” (Campos, 2024b).

A desconfiança inicial pela idade é estrategicamente ressignificada pelo próprio candidato, que narra ter ouvido comentários como “tirou a fralda um dia desse” (Campos, 2024a), que é contraposta com afirmações como: “O menino chegou chegando, mostrando serviço” (Campos, 2024b), inclusive assumindo a prefeitura em meio à pandemia. Essa inversão discursiva transforma juventude em ativo político, associando-a à energia, ousadia e inovação.

A juventude de Campos é explorada como atributo distintivo, mas ancorada em resultados concretos, evitando a associação à mera inexperiência. Nesse sentido, há diversas referências ao marco de “prefeito mais novo da história das capitais brasileiras” ou “mais jovem prefeito do Brasil”, sempre acompanhadas de

entregas: “o cara inovou, fez creche, escola, parque, ponte, USF, obras de morro como ninguém” (Campos, 2024a).

A campanha também incorpora estética e linguagem das redes para reforçar esse traço: cabelo descolorido no Carnaval, uso dos óculos “juliet”, participação em danças como o “passinho”, praguinhas (?) com imagens irreverentes e vídeos no formato vertical de TikTok. Esses recursos não apenas sinalizam juventude, mas também sugerem um estilo político menos sisudo, mais próximo de referências culturais contemporâneas.

Figura 1: Frame de programa de João Campos



Fonte: Campos (2024b)

A jovialidade também se manifesta na alegria em trabalhar, rompendo com o estereótipo do político tradicional como figura rígida ou artificial. Como destaca o narrador: “Dá para ver que João gosta do que faz. E trabalha com um sorriso no rosto, se divertindo. A cidade fica até mais feliz” (Campos, 2024b).

Nesse modelo, o “político jovem” não apenas fala — “a política tem que saber falar, importante é, mas melhor ainda é saber ouvir”, criando um elo direto com o segundo eixo, que reforça a singularidade de Campos sob um novo prisma (Campos, 2024c).

Proximidade autêntica e irreverente

A imagem de João Campos é marcada pela sua presença constante nas ruas e pela postura de “gente como a gente”. A expressão “gosta de rua” aparece repeti-

damente em seus programas, acompanhada de cenas em que o candidato abraça moradores, escuta demandas e visita obras. O prefeito mesmo reforça: “Não é dentro de um gabinete, nem num estúdio. É aqui ó, na rua. Porque é na rua que a gente escuta a população e entende os problemas da cidade” (Campos, 2024d).

O contato físico (“olho no olho, abraça”), a escuta ativa (“você só acerta na política se você vestir a camisa do outro”) e a disponibilidade (“24 horas por dia, parece até que não dorme”) contrastam com a figura do político distante, enclausurado em gabinetes confortáveis e alheio à realidade dos cidadãos (Campos, 2024b).

A proximidade com o povo é construída, inclusive, pelo compartilhamento do sentimento de indignação diante de problemas da cidade, como quando é reproduzido um vídeo em que João mostra lixo jogado no rio e desabafa para a câmera: “Cenas absurdas. Lixo jogado no rio não é admissível. Isso é um completo absurdo” (Campos, 2024b).

Esse traço é intensificado por falas que associam a proximidade à melhoria da qualidade da política: “A política tem que fazer isso: aproximar as pessoas. Porque quando as pessoas participam, a gente tem uma melhor qualidade da política” (Campos, 2024d). Em outros momentos, a presença nas ruas é narrada como condição para acertar nas decisões, evitando erros e garantindo resultados “bem-feitos” (Campos, 2024f).

A campanha enfatiza autenticidade e humildade, evitando idealizar um candidato infalível — o que pode ser interpretado como um contraponto à figura do político tradicional que tende a ocultar falhas. No primeiro programa, há uma cena em que Campos erra a cobrança de um pênalti enquanto é observado por um grupo de populares. Na ocasião, o narrador afirma: “às vezes dá uma bola fora. Quem nunca, né? Mas vamos combinar: ele acerta muito mais do que erra” (Campos, 2024b). Em outra metáfora, ao lado de moradores, João brinca que não tem prefeito que acabe com a “piscina” de água acumulada em uma rua. Na sequência, o narrador afirma que a piscina foi “simbora”, sem esclarecer se foi por obra do prefeito ou não, mas o comentário bem-humorado serve não só para mostrar que seu “poder” é limitado, mas que ele não promete o que não pode cumprir. O reconhecimento da sua limitação ainda é inteligível em trechos como: “aqui no Recife, **apesar dos muitos problemas que ainda existem**, a gente se enche de esperança quando vê um jovem como João na prefeitura, tra-

balhando de forma incansável, mas sempre com um sorriso no rosto” (Campos, 2024b, grifos nossos).

É digno de nota que alguns desses elementos — como a valorização da autenticidade, a comunicação direta e a construção de um *ethos* como alguém que faz parte do povo — aproximam o discurso e a performatividade de Campos de estratégias comumente observadas em campanhas de candidatos *outsiders*, isto é, com carreiras estabelecidas fora da política (Santos, 2025), ainda que sua trajetória política o situe no interior do chamado “*establishment*”.

Política do fazer com propósito

O terceiro eixo enfatiza a eficiência e a entrega de resultados como marcas centrais do “político jovem”. O mote “João não diz que vai fazer, João faz” (Campos, 2024b) e a frase “tem gente que sabe falar e tem gente que sabe fazer. O nosso time é o do fazer” (Campos, 2024b) estabelecem contraste com a retórica vazia atribuída ao político tradicional. Esse tipo de afirmação se ancora no estigma consolidado de que “políticos só falam, não fazem nada” (Piovezani, 2006, p. 253).

A forma de fazer política de Campos é descrita, assim, como “positiva” e voltada para resultados concretos: “não adianta ter conversa bonita se não tem a capacidade de botar para moer e transformar a vida das pessoas” (Campos, 2024e). O trabalho intenso é reiterado com descrições como “ligado no 220” e “máquina para trabalhar” (Campos, 2024b), e há abundância de imagens de João se deslocando pela cidade, especialmente para vistoriar obras, reforçando a imagem de gestor comprometido com entregas contínuas.

A eficiência é validada por prestação de contas: 195 praças construídas ou reformadas e obras como a ponte Júlia Santiago, sobre a qual Campos destacou que “faz muito tempo que Recife não vê uma obra de ponte com nome de mulher” (Campos, 2024g), mais uma marca simbólica de sua renovação na política. Também são destacadas iniciativas como a criação de uma conta oficial no WhatsApp, alegadamente a primeira do Brasil em capitais, e hoje a mais usada no mundo, o agendamento de vacina com hora marcada, e o primeiro programa de intercâmbio para jovens estudantes realizado por uma cidade brasileira.

O discurso também valoriza “obras intangíveis” e políticas sociais como legados de longo prazo. Campos contrapõe o que seria fácil para um engenheiro — “o concreto armado, o aço, a rua, a iluminação” — ao que considera mais

transformador: a educação. Assim, reforça sua faceta mais humana e o compromisso com mudanças duradouras: “Se perguntar, João, qual é a maior obra que você fez na cidade? Dar o maior salto da história na alfabetização do Recife. Poucas pessoas sabem disso, mas você sair da 21^a pra sexta posição... em 10, 20 anos você tem outra cidade” (Campos, 2024g). Esse contraste sugere que, enquanto muitos políticos priorizam obras vistosas, sobretudo em períodos eleitorais, Campos projeta um legado de impacto humano e social que verdadeiramente transforme a cidade de Recife.

A campanha ainda antecipa e neutraliza críticas de que o prefeito seria apenas um “tiktokker” cuja popularidade é resultado do seu carisma e comunicação cativante. Nessa linha, a narradora de um programa ressalta: “É preciso muito mais do que um cabelo nevado para fazer o maior carnaval de todos os tempos, que injetou mais de 2,4 bilhões na economia da cidade e atraiu mais de 3 milhões de turistas. É preciso mais do que saber se comunicar nas redes sociais para ter o aeroporto mais movimentado do Nordeste...” (Campos, 2024h).

Com argumentações ancoradas na estrutura do real, o seu discurso ganha legitimidade, reforçando o tripé que sustenta sua imagem política: juventude como renovação, proximidade autêntica e irreverente, e política do fazer com propósito.

Considerações finais

A análise dos programas televisivos da campanha de João Campos em 2024 evidencia a construção de uma imagem assentada em três pilares centrais: a juventude como sinal de renovação e legitimação, a proximidade autêntica e irreverente e a política do fazer com propósito. Esses elementos se articulam para projetar um “prefeito jovem” que rompe, no plano discursivo e estético, com modelos mais rígidos e formais de atuação política, ao mesmo tempo que reafirma sua experiência e capacidade de entrega.

A juventude não é apresentada apenas como dado biográfico, mas como um capital político que se traduz em energia e inovação. A proximidade é construída não apenas por meio de uma presença física constante nas ruas, mas por um conjunto de gestos e narrativas que comunicam autenticidade, reconhecimento de limitações e valorização da escuta popular. Já a política do fazer se ancora em resultados concretos, em uma prestação de contas minuciosa e em um

discurso que contrapõe ação e retórica, capitalizando sobre estigmas associados a políticos tradicionais.

Alguns desses elementos remetem a uma retórica presente em campanhas de candidatos considerados como “*outsiders*”, sobretudo quando carregam um desprezo implícito ou explícito pela figura do “político tradicional” e constroem a imagem de alguém que não apenas não pertence a esse grupo, mas que possui qualidades únicas e distintivas (Santos, 2025). Para além do discurso, esse contraste se estabelece também por meio de escolhas estéticas e performativas, como o uso de óculos estilosos, cabelo descolorido, vestimentas informais e outros elementos não verbais que comunicam proximidade, irreverência e autenticidade. No caso de João Campos, tais recursos funcionam como reforço simbólico da sua marca de “prefeito jovem”, projetando um perfil menos formal e mais alinhado a referências culturais contemporâneas, sem que isso signifique uma ruptura total com o *establishment* político ao qual pertence.

Nas urnas, a estratégia se mostrou amplamente bem-sucedida. João Campos foi reeleito com 78,11% dos votos válidos, um resultado expressivo que consolidou sua liderança política em Recife e reforçou a eficácia da narrativa engendrada em sua campanha. A vitória, com margem tão ampla, também alimenta expectativas quanto a seu futuro político, especialmente diante das especulações sobre uma possível candidatura ao governo de Pernambuco em 2026. Nesse cenário, a imagem de “político jovem” consolidada em 2024 pode servir como capital simbólico decisivo para etapas posteriores de sua trajetória eleitoral.

O caso de João Campos reforça que o HGPE, mesmo em um cenário de crescente centralidade das redes sociais digitais, permanece como espaço estratégico para a consolidação de narrativas políticas e para a articulação entre atributos pessoais e realizações concretas. Mais do que apenas veicular propostas, esse espaço oferece oportunidade de alinhar biografia, estilo e entregas em uma narrativa coerente capaz de atingir públicos amplos, inclusive aqueles não engajados no ambiente digital.

Por fim, cabe reforçar que este estudo foi concentrado em um recorte estritamente televisivo, não explorando conteúdos publicados exclusivamente em seus perfis digitais, nem comparando com campanhas de outros candidatos. Investigações futuras poderiam ampliar esse escopo, explorando em que medida a retórica e a estética observadas no caso de João Campos se repetem em ou-

tros contextos e candidatos, inclusive em disputas estaduais e nacionais, e como dialogam com tendências mais amplas de personalização e espetacularização da comunicação política no Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na TV: a propaganda política na televisão**. 204f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação, UFF, Niterói, 1999.

ALBUQUERQUE, A.; TAVARES, C. Horário gratuito de propaganda eleitoral: estilo, estratégias, alcance e os desafios para o futuro. In: FIGUEIREDO, A.; BORBA, F. **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2008.

AMOSSY, R (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º out. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 27 de setembro**. 2024a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OUlovGDNC1s&list=PLTFICznn6CeHJ27WhgOGWVvygvI8RGyqH&index=57&t=123s&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 30 de agosto**. 2024b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_weQRmk6iRI&t. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 21 de setembro**. 2024c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VQJptUdD1GE&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 2 de setembro**. 2024d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GP5hIfEQ1TY&list=PLTFICznn6CeHJ27WhgOGWVvygvI8RGyqH&index=43&t=25s&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 6 de setembro**. 2024e. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4mxLjkdApc&list=PLTFICznn6CeHJ27WhgOGWVvygvI8RGyqH&index=40&t=134s&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 24 de setembro**. 2024f. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qrglDxw0BTo&list=PLTFICznn6CeHJ27WhgOGWVvygvI8RGyqH&index=62&t=163s&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 12 de setembro**. 2024g. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fneYYY5-cAQ&t=20s&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 11 de setembro**. 2024h. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-kjq--Apdug&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CAMPOS, J. **Programa eleitoral exibido em 28 de setembro**. 2024i. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ftPJeQCh4rk&list=PLTFICznn6CeHJ27WhgOGWVvygvI8RGyqH&index=60&ab_channel=CanalPanke. Acesso em: 10 ago. 2025.

CERVI, E. O “tempo da política” e a distribuição dos recursos partidários: uma análise do HGPE. **Em Debates**, v. 2, n. 8, 12-17, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DATAFOLHA. De agosto a setembro, aprovação do governo João Campos (PSB) cresceu de 70% para 77%. **Datafolha**, 20 set. 2024. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/2024/09/de-agosto-a-setembro-aprovacao-do-governo-joao-campos-psb-cresceu-de-70-para-77.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. Tradução de Pérola de Carvalho. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

LAVAREDA, A. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

185

MASSUCHIN, M.; CAVASSANA, F. A construção da propaganda eleitoral: a estrutura do HGPE no Brasil a partir de uma perspectiva longitudinal. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 29, n. 1, 2020, p. 81-109.

PANKE, L. Discurso e propaganda eleitoral: conceitos e técnicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34, 2011, Recife. **Anais...** Recife: INTERCOM. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3140-1.pdf>.

PANKE, L.; CERVI, E. Análise da comunicação eleitoral - uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporânea**. Salvador, v. 9, n. 3, p. 390-404, 2011.

PIOVEZANI, C. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

SANTOS, M. **Os discursos de outsiders na política**: uma tipologia. 2025. 249 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/96058>.

WEBER, M. **A imagem pública tecida entre política, mídias e afetos**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2025.

Agronegócio e meio ambiente nas eleições municipais de 2024: as propostas dos candidatos a prefeito em municípios em região de expansão da fronteira agrícola

Leonardo Santa Inês¹
ORCID: 0000-0003-4796-7529

Resumo: Este trabalho examina de que maneira eventos climáticos extremos influenciam as eleições municipais em regiões de fronteira agrícola no Brasil. Para isso, apresenta os resultados de um estudo empírico que investigou os principais temas e a forma como meio ambiente e agricultura foram tratados por candidatos a prefeito, tanto no Instagram quanto nos programas de governo, nas duas maiores cidades da Bacia do Rio Corrente (oeste da Bahia) durante o pleito de 2024. A pesquisa utilizou análise de conteúdo como metodologia, e o marco teórico abordou a atuação política do agronegócio no país, a presença da pauta ambiental no debate público e o uso do Instagram em campanhas eleitorais. Os achados apontam para a predominância do modelo de desenvolvimento associado ao agronegócio nas propostas dos candidatos, a escassa menção à agenda ambiental e diferenças claras entre os temas enfatizados nas postagens de redes sociais e nos documentos programáticos.

186

Palavras-Chave: Agronegócio. Eleição municipal. Instagram. Meio ambiente.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFGM) e Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arte, Comunicação e Cultura (ArtCom/UFOB). E-mail: leoinescunha@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6810782440791373>

Abstract: This paper examines how extreme climatic events influence municipal elections in agricultural frontier regions in Brazil. It presents the results of an empirical study that investigated the main themes and how environment and agriculture were addressed by mayoral candidates, both on Instagram and in government programs, in the two largest cities of the Rio Corrente Basin (western Bahia) during the 2024 election. The research used content analysis as its methodology, and the theoretical framework discussed the political role of agribusiness in the country, the presence of the environmental agenda in public debate, and the use of Instagram in electoral campaigns. The findings point to the predominance of a development model associated with agribusiness in candidates' proposals, the limited attention given to environmental issues, and clear differences between the topics emphasized in social media posts and in programmatic documents.

187

Keywords: Agribusiness. Municipal election. Instagram. Environment.

Resumen: Este trabajo examina cómo los eventos climáticos extremos influyen en las elecciones municipales en regiones de frontera agrícola en Brasil. Presenta los resultados de un estudio empírico que investigó los temas principales y la forma en que el medio ambiente y la agricultura fueron abordados por los candidatos a alcalde, tanto en Instagram como en los programas de gobierno, en las dos ciudades más grandes de la cuenca del río Corrente (oeste de Bahía) durante las elecciones de 2024. La investigación empleó el análisis de contenido como metodología, y el marco teórico abordó el papel político del agronegocio en el país, la presencia de la agenda ambiental en el debate público y el uso de Instagram en las campañas electorales. Los hallazgos señalan la predominancia de un modelo de desarrollo asociado al agronegocio en las propuestas de los candidatos, la escasa atención a las cuestiones ambientales y diferencias claras entre los temas enfatizados en las publicaciones en redes sociales y en los documentos programáticos.

188

Palabras clave: Agronegocio. Elección municipal. Instagram. Medio ambiente.

Introdução

No ano de 2024, houve um número recorde de focos de incêndio no Pantanal, Cerrado e Amazônia, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Esses eventos alteraram as paisagens locais e as rotinas das pessoas nas regiões afetadas, que passaram a conviver com a fumaça no horizonte, e com seus impactos na saúde e no cotidiano. Mas, afinal, quais questões são abordadas nas eleições em áreas de fronteira agrícola, que são diretamente afetadas pelos impactos ambientais do agronegócio como, por exemplo, as queimadas? As preferências e as campanhas eleitorais dessas regiões são influenciadas por eventos climáticos extremos ou isso é apenas um desejo de jornalistas, pesquisadores e ativistas dos grandes centros urbanos?

Este estudo analisa a eleição municipal de 2024 na bacia do Rio Corrente, que faz parte do MATOPIBA, uma área de expansão da fronteira agrícola, onde predomina o bioma do Cerrado, com a presença de empreendimentos que utilizam intensivamente tecnologia e que têm um histórico de conflitos agrários, nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O objetivo foi identificar os principais tópicos apresentados pelos candidatos e como economia, emprego e meio ambiente foram discutidos nos municípios de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, importantes centros (econômicos?) da região.

Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo (Maia *et al.*, 2025) de caráter exploratório, com o *corpus* composto por: a) os programas de governo dos candidatos; b) postagens no Instagram sobre propostas e ações realizadas. A coleta abrangeu o período oficial da campanha eleitoral, entre 16 de agosto e 05 de outubro de 2024, incluindo os materiais de campanha dos quatro candidatos a prefeito que participaram das eleições nos dois municípios. Os candidatos se apresentaram como pertencentes a diferentes grupos políticos, de partidos e coligações que ocupavam diferentes posições no espectro ideológico.

Este artigo é estruturado em três partes. Primeiramente, discute eleições, redes digitais, a agenda ambiental e o efeito do agronegócio em processos políticos. Em seguida, apresenta e analisa os resultados preliminares da análise de conteúdo sobre as propostas dos candidatos nas eleições municipais de 2024 nos municípios selecionados. Por fim, sugere considerações sobre os resultados e contribuições para uma agenda de pesquisa acerca de meios digitais, eleições e agronegócio.

A organização política do agronegócio e seu impacto no debate público brasileiro

O agronegócio ultrapassa sua função estritamente econômica e exerce influência em múltiplos âmbitos da vida pública brasileira. Sua presença política — em grande parte organizada e potencializada pela bancada ruralista — amplamente organizada e impulsionada pela bancada ruralista — é tema recorrente na cobertura jornalística e na produção acadêmica. No entanto, permanecem questões centrais: como os atores políticos locais abordam o setor e seus efeitos em áreas de fronteira agrícola? Quais assuntos são percebidos pelas candidaturas como capazes de gerar visibilidade e engajamento entre eleitores nas plataformas digitais? Para embasar a análise empírica, realizamos um levantamento crítico da bibliografia sobre o agronegócio e sua articulação política, mapeando também a configuração do debate público em torno das questões ambientais e os aportes teóricos sobre o uso de redes sociais em campanhas eleitorais.

O agronegócio e sua presença em processos político-eleitorais

A trajetória da agricultura no Brasil está profundamente entrelaçada com a história do país. Aqui, focamos no agronegócio como um fenômeno contemporâneo e destacamos alguns traços de sua atuação política, conforme a literatura consultada. Pompeia (2020) propõe o conceito de concertação política para caracterizar essa atuação: uma coalizão organizada entre diversos interesses privados e agentes do setor público, marcada por elevada institucionalização e regularidade nas interações. Por meio de dispositivos de convergência — como associações de produtores, consórcios setoriais, frentes parlamentares e outras instâncias corporativas — os diversos atores negociam e relativizam suas diferenças para promover uma ação coletiva capaz de assegurar acesso a recursos financeiros e técnicos, mobilizar a opinião pública e produzir respostas coordenadas a conflitos variados, incluindo litígios fundiários e questões socioambientais. É importante destacar que a concertação não implica homogeneidade absoluta: existem dissensos internos e posições divergentes entre os diferentes segmentos do setor. No campo ambiental, por exemplo, coexistem posturas negacionistas em relação ao aquecimento global e, ao mesmo tempo, posições que defendem medidas concessionais visando o acesso a mercados internacionais, como o controle do desmatamento e metas de descarbonização econômica (Pompeia, 2023).

Em relação ao discurso público, essa concertação tende a promover um enquadramento que resguarda interesses estratégicos do agronegócio, privilegiando um léxico e símbolos favoráveis (termos como produtor, commodity, agro) e contrapondo-os a agentes e paradigmas politicamente adversos, como a agroecologia e a agricultura familiar.

A pauta ambiental no debate público

A crise climática e os problemas decorrentes da degradação ambiental não têm sido abordados com a profundidade e a efetividade necessárias por diferentes governos e arranjos institucionais — inclusive em democracias consolidadas — ao redor do mundo. Willis, Curato e Smith (2022) identificam quatro fatores estruturais que ajudam a explicar esse fracasso: as assimetrias de poder nos processos de tomada de decisão; o papel limitado de especialistas e cientistas na formulação de políticas públicas; a dificuldade das democracias representativas em incorporar perspectivas, valores e demandas de grupos sociais minoritários; e a forma como a temporalidade dos ciclos políticos e decisórios tende a subestimar impactos de médio e longo prazo. Além disso, mesmo dentro da esquerda partidária, persiste uma ênfase em agendas desenvolvimentistas em detrimento de propostas mais ambiciosas de sustentabilidade (Todt; Madeira, 2024).

Mota e Mendonça (2022) contribuem para essa discussão ao evidenciar que, em processos deliberativos, diferentes atores vivenciam temporalidades distintas: atores econômicos e lideranças políticas, por um lado, e comunidades tradicionais e movimentos sociais, por outro, assimilam e respondem em ritmos diversos frente a grandes projetos de desenvolvimento. Esse descompasso temporal influencia diretamente as mudanças de pauta observadas em contextos como o do oeste da Bahia. Enquanto nas décadas de 1980 e 1990, os problemas ambientais e agrários eram fortemente abordados por instituições como a Comissão Pastoral da Terra e sindicatos rurais, atualmente, tende a prevalecer um discurso que celebra o agronegócio como motor de emprego e progresso econômico. Paralelamente, as discussões sobre os efeitos da degradação ambiental recuaram na visibilidade pública, apesar dos impactos sobre cursos d'água, flora e fauna, dos recuos ou estagnação em indicadores de desenvolvimento humano e da persistência de conflitos fundiários.

Vianna e Vasconcelos (2025) propõem um histórico das políticas ambientais no Brasil e destacam as décadas de 1980 e 1990 como períodos de impacto para a pauta municipal, resultado da pressão internacional e da emergência de pressões sociais. Da mesma forma, Silva e Cabral (2018) apontam uma intensificação na apresentação de projetos sobre o tema na Câmara dos Deputados nestes anos.

Entretanto, nas primeiras décadas dos anos 2000, o meio ambiente ainda não se consolidou como um tema de destaque na esfera política municipal. Alves, Almeida e Bucci (2022) identificaram uma presença bastante limitada dessa agenda nas campanhas de municípios de diferentes perfis (pequenos, médios e grandes). Analisando o contexto de Porto Velho, onde a presença agropecuária representa um ponto de tensão para a preservação e a sustentabilidade, Vianna e Vasconcelos (2025) apontam uma presença limitada da agenda ambiental na pauta municipal, especialmente em um cenário de baixo interesse do executivo sobre o tema. Assim, a agenda ambiental representa, no âmbito municipal, uma (anti)pauta de baixa presença no debate público, apesar das necessidades locais associadas à temática.

Instagram e programas de governo em campanhas eleitorais

As campanhas eleitorais em regiões onde o agronegócio é uma atividade econômica relevante refletem as formas hegemônicas e os conflitos presentes no debate sobre o setor e a pauta ambiental. As lideranças políticas em disputa buscam se posicionar diante de grupos de interesse e eleitores, e os conteúdos divulgados em diferentes formatos dialogam com as múltiplas abordagens dos temas que circulam na sociedade.

Cassavana e Massuchin (2023) sugerem que as redes sociais permitem a adoção de estratégias específicas para administrar a visibilidade dos candidatos, com maior controle sobre o conteúdo publicado, podendo até se contrapor à cobertura da mídia tradicional. O Instagram, em particular, possui características que favorecem seu uso por candidatos: o foco na imagem, o formato conveniente e ágil para produção de conteúdo a partir de dispositivos móveis, o rápido engajamento e a possibilidade de compartilhamento em outras plataformas (Turnbull-Dugarte, 2019).

Em um ambiente midiático como o da Bacia do Rio Corrente, essas possibilidades são ainda mais estratégicas. Dado que a região carece de veículos relevantes de jornalismo profissional, as redes sociais se constituem como um dos poucos recursos midiáticos disponíveis para promover uma imagem pública e difundir ideias e propostas.

Em suma, a literatura consultada aponta para uma relação complexa entre poder econômico, repertórios discursivos e instituições políticas, que favorece a capacidade do agronegócio de influenciar agendas eleitorais e moldar o debate público sobre meio ambiente. Compreender como essas dinâmicas se manifestam nas interações digitais — onde candidatos e movimentos experimentam estratégias de comunicação e mobilização — é crucial para mapear como pautas ambientais são reconfiguradas, apropriadas ou silenciadas em contextos eleitorais, especialmente em regiões de fronteira agrícola onde os interesses em disputa são particularmente agudos.

A bacia do Rio Corrente nas eleições municipais de 2024

Com o objetivo de identificar quais temas eleitorais e quais abordagens sobre agricultura e meio ambiente são mobilizados em regiões de fronteira agrícola, examinamos de forma detalhada as publicações dos candidatos no Instagram, e as propostas inscritas nos programas de governo nas eleições municipais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe. Esses dois municípios compõem o principal núcleo urbano da Bacia do Rio Corrente e foram escolhidos por representarem contextos locais onde a expansão agropecuária convive com disputas por recursos naturais e por visões divergentes de desenvolvimento.

193

Sobre a região e seus pleitos municipais

A Bacia do Rio Corrente integra um dos treze territórios de identidade definidos pelo Governo do Estado da Bahia — uma divisão administrativa utilizada para planejar e implementar políticas públicas regionais. Situada no oeste baiano, a região faz divisa com os estados de Minas Gerais e Goiás e tem a atividade agrícola como seu principal motor econômico, com destaque para os cultivos de algodão e de grãos e pecuária que se expandiram nas últimas décadas. Esse processo de expansão produtiva vem acompanhado, historicamente, por conflitos agrários e

por controvérsias socioambientais, sobretudo relacionadas ao acesso e à gestão dos recursos hídricos da bacia.

Apesar da relevância econômica do agronegócio local, os indicadores sociais dos municípios permanecem baixos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado é de 0,614 para Santa Maria da Vitória e 0,639 para São Félix do Coribe — valores que revelam defasagens em educação, renda e longevidade quando comparados a médias regionais e nacionais. Santa Maria da Vitória é a cidade mais populosa do território, com 40.467 habitantes segundo o censo do IBGE de 2022, e situa-se na margem oposta de São Félix do Coribe, do outro lado do Rio Corrente, que os separa fisicamente e socioeconomicamente.

As disputas eleitorais municipais em ambas as cidades tomaram a forma de embates claros entre candidatos vinculados às administrações locais incumbentes e adversários de oposição. Em termos de alinhamentos partidários e coligações, observou-se o seguinte: em Santa Maria da Vitória, o prefeito Tonho de Zé de Agdônio (União Brasil) liderou uma coligação que incluiu PL, DC e PRD; seu principal concorrente, Leo Visão (PSD), apresentou candidatura em aliança com AVANTE, PT, PCdoB e PV — configurando um bloco oposicionista com forte vínculo público ao grupo político do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT). Em São Félix do Coribe, Toni de Dalmir (PP), que contou com apoio do União Brasil na composição de sua coligação e do então prefeito Xepa, saiu vitorioso sobre Zenúbia (PSB), cuja chapa agregou MDB, AVANTE, Podemos, PT, PCdoB, PV, PDT e PSD. Essas configurações eleitorais indicam não apenas polarizações locais, mas também a presença de articulações partidárias amplas que refletem alinhamentos estaduais e interesses diversos no interior da região.

Os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral indicaram, em Santa Maria da Vitória, 16329 votos (63,43% dos votos válidos) para o prefeito Tonho de Zé de Agdônio (União Brasil), vencedor do pleito, e 8215 (33,47% dos votos válidos) para Leo Visão (PSD). Em São Félix do Coribe foram 5953 votos (55,11% dos votos válidos) para o candidato eleito Toni Santos (PP) e 4849 (44,89% dos votos válidos) para Zenúbia (PSB).

Procedimentos metodológicos

Para o levantamento e análise dos dados, realizou-se uma análise de conteúdo de caráter exploratório, adequada para mapear padrões temáticos e enquadramentos

discursivos em um *corpus* heterogêneo e relativamente reduzido. O *corpus* incluiu duas fontes complementares: (1) publicações feitas pelos candidatos em seus perfis pessoais no Instagram durante o período oficial de campanha, entre 16 de agosto e 5 de outubro de 2024; e (2) propostas formais apresentadas nos programas de governo, conforme documentos disponibilizados na página do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

No total, foram codificadas 37 postagens extraídas do Instagram e 516 enunciados (proposições, compromissos ou tópicos) retirados dos programas de governo dos respectivos candidatos. Optou-se por tratar cada postagem e cada enunciado dos programas como unidades básicas de análise, de modo a capturar tanto a comunicação mediada por imagens e legendas nas redes sociais quanto o conteúdo programático mais formal e articulado dos documentos eleitorais.

As unidades de análise foram classificadas segundo dois eixos: tema e identificação do candidato. Para o eixo temático, adotou-se uma lista ampla de categorias públicas tradicionais que abrangeu Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Gestão, Infraestrutura, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Segurança, Desenvolvimento Econômico e Assistência Social. A partir desse recorte geral, definiram-se subcategorias específicas para os domínios de interesse do estudo, que concentram a análise qualitativa deste trabalho. As categorias relacionadas à agricultura foram: Suporte Técnico à Produção e Agronegócio, Suporte à Agricultura Familiar e Regularização Fundiária. Para meio ambiente, as subcategorias foram: Saneamento Básico, Gestão das Águas e Preservação do Rio, Resíduos Sólidos, Parques e Reflorestamento, Preservação da Biodiversidade, Combate aos Incêndios e Mudanças Climáticas, Ecoturismo, Educação Ambiental e Fiscalização e Punição.

A definição e delimitação dessas categorias seguiram um procedimento dedutivo orientado pelo conteúdo observado no material empírico, conforme descrito por Maia *et al.* (2025): ou seja, as categorias emergiram a partir das ocorrências reais no *corpus*, refinadas para assegurar coerência e aplicabilidade. Ressalta-se que, nesta etapa da pesquisa, não foi aplicado um teste formal de confiabilidade — decisão justificada pelo caráter exploratório e interpretativo do estudo, cuja finalidade foi identificar marcadores temáticos e padrões.

Adicionalmente, a combinação das duas fontes foi pensada para captar dimensões complementares da ação política. Os programas de governo foram

analisados como indicadores dos compromissos públicos e das alianças políticas formais, conteúdos que frequentemente servem de base para articulações com grupos sociais e partidos coligados e para a formulação de propostas destinadas a militâncias orgânicas (Santa Inês *et al.*, 2019). Por sua vez, as publicações no Instagram foram observadas como espaços onde candidatos testam enquadramentos, apelam diretamente a eleitorados específicos e evidenciam temas percebidos como mobilizadores nas redes sociais — formatos mais imediatos, performativos e orientados ao engajamento.

Por fim, cabe apontar limitações inerentes ao desenho: a janela temporal restrita ao período oficial de campanha e o número reduzido de postagens codificadas limitam a generalização dos resultados e o caráter exploratório privilegia a descoberta de padrões e hipóteses para investigações posteriores, em vez de conclusões definitivas. Mesmo assim, a estratégia empregada permite identificar contrastes relevantes entre linguagem programática e comunicação digital e fornece base empírica para análises mais detalhadas sobre como agricultura e meio ambiente são tematizados em contextos eleitorais de fronteira agrícola.

Com base na bibliografia selecionada e para orientar a análise dos resultados, formulamos duas hipóteses de pesquisa. **H1: As características discursivas do agronegócio predominam no debate eleitoral em detrimento de proposições críticas ou alternativas.** Para tanto, foram observados, nas unidades de análise, marcadores discursivos próprios dos diferentes campos, conforme proposto por Bittencourt, Romanos e Castillo (2022), tais como agro, produtor, agricultura familiar e agroecologia.

A segunda hipótese explora a temática do meio ambiente. **H2: O meio ambiente é uma categoria temática de menor ocorrência na eleição municipal de 2024 em relação às demais categorias.** Além da ocorrência quantitativa a partir das categorias de análise, foram observados subtemas e abordagens da questão ambiental nas unidades textuais. Buscou-se verificar a pertinência da proposição de Viana e Vasconcelos (2025) de que o meio ambiente se constitui em uma (anti)pauta eleitoral em contextos municipais. Busca-se, assim, verificar a assimetria no debate público provocada pela concentração da atividade econômica em uma região de fronteira agrícola, refletindo-se em um domínio dos interesses do agronegócio no âmbito municipal e a sub-representação de perspectivas críticas ou que explicitem conflitos e problemas sociais latentes.

Resultados

A análise inicial dos dados revelou uma disparidade significativa entre os conteúdos produzidos pelos candidatos, tanto entre si quanto entre as duas modalidades investigadas (Instagram *versus* programas de governo). Nas seções seguintes, apresentamos os resultados agregados referentes à incidência temática e às referências explícitas à agricultura e ao meio ambiente, observadas como mais recorrentes nos programas de governo.

Para a análise dos programas de governo, as unidades de análise foram os proferimentos indicativos de propostas, respeitando as divisões e estruturas dos próprios documentos, com pequenos ajustes para garantir uma codificação comum. Os temas mais presentes foram infraestrutura (77 referências), assistência social (66), saúde (57), educação (55) e cultura (50). Em contraste, temas como agricultura (23), segurança (24) e desenvolvimento econômico (31) surgiram com menor frequência relativa.

O candidato Tonho (União Brasil), de Santa Maria da Vitória, privilegiou, sobretudo, saúde e educação, seguido por infraestrutura. Também apresentou presença notável de demandas por esporte e lazer, e por cultura; temas como agricultura e meio ambiente apareceram com pouca incidência em seu programa. Já seu adversário, Leo Visão (PSD), deu maior ênfase a desenvolvimento econômico e assistência social, com destaque secundário para turismo. Saúde, educação e cultura tiveram presença moderada; agricultura foi pouco enfatizada.

Em São Felix do Coribe, o candidato Toni (PP) concentrou maior atenção em pautas relacionadas ao desenvolvimento econômico e à assistência social, com destaque também para o turismo. Educação e saúde tiveram visibilidade intermediária; agricultura foi um dos temas menos recorrentes em sua agenda. Sua adversária, Zenúbia (PSB), destacou principalmente infraestrutura e educação, com menção relevante a desenvolvimento econômico e saúde. Outros temas como assistência social, segurança e meio ambiente apareceram, mas em menor intensidade.

Em síntese, enquanto infraestrutura e assistência social emergem como prioridades recorrentes nos programas agregados, a agricultura e alguns temas ambientais aparecem com frequência relativamente baixa, indicando que, nos programas dos candidatos, esses assuntos não foram centrais em comparação com demandas por obras, serviços sociais e atenções setoriais como para a saúde e a educação.

No Instagram, houve um número menor de atos de fala relevantes (37). Foram codificados, exclusivamente, posts com apresentação de propostas. Eventos de campanha, informações pessoais sobre os candidatos, mensagens de apoio e outros conteúdos que não aludiam a proposições, não integraram o *corpus*. Na rede, houve uma referência significativamente maior a esporte e lazer em relação aos programas de governo (9 das 37 postagens), com propostas de construção de quadras e praças em localidades específicas.

Nas publicações do Instagram, os temas mais recorrentes foram esporte e lazer, saúde, infraestrutura e assistência social. Temas como agricultura, meio ambiente, cultura e desenvolvimento econômico foram pouco abordados. Tonho (União Brasil) privilegiou especialmente esporte e lazer, e também deu visibilidade a infraestrutura. Leo Visão (PSD) enfatizou sobretudo saúde e esporte e lazer, com menções relevantes à gestão e alguma presença de infraestrutura; agricultura e temas ambientais tiveram poucas menções. Toni (PP) concentrou-se em infraestrutura, turismo e cultura, com atenção moderada à saúde; agricultura e meio ambiente estiveram praticamente ausentes. Zenúbia (PSB) distribuiu suas postagens entre esporte e lazer, educação e turismo, dando também espaço para a agricultura.

198

As redes, assim, privilegiaram conteúdos de apelo imediato e mobilizador (esporte e lazer, saúde, infraestrutura), enquanto pautas ligadas ao agro e ao meio ambiente tiveram presença reduzida nas comunicações diretas com eleitores no Instagram.

Agricultura e a agenda ambiental

Foi recorrente nas comunicações e documentos a incorporação simultânea de referências ao agronegócio e à agricultura familiar, ainda que utilizando o léxico dominante do agro. Essa coexistência temática não seguiu linhas partidárias evidentes: a filiação política deixou de ser um marcador decisivo para diferenciar como o tema foi tratado. Por exemplo, a candidata Zenúbia (PSB), única representante de um partido de orientação mais à esquerda na amostra, veiculou em seu perfil do Instagram propostas e imagens que se alinhavam claramente ao modelo de agricultura mecanizada e à lógica produtivista do agronegócio (ver FIG. 1).

A análise dos programas de governo revela um padrão consistente: as propostas relativas ao setor agrícola concentram-se na intermediação, por parte da gestão municipal, de suporte técnico e assistência à produção. Ou seja, as medidas priorizadas propõem que a prefeitura atue como provedora ou facilitadora de serviços, assistência técnica e extensão rural, em vez de promover mudanças estruturais no projeto de desenvolvimento. Em conjunto, esses elementos indicam uma predominância do modelo de agricultura mecanizada e tecnologicamente intensivo, característico do agronegócio contemporâneo (conforme resumido na Tabela 3). Não foram identificadas, nos programas, referências programáticas à agroecologia, à transição para práticas sustentáveis de base familiar nem à agenda de movimentos sociais do campo, o que evidencia uma lacuna nas propostas em relação a alternativas produtivas de menor impacto ambiental ou mais socialmente inclusivas.

Figura 1 - Carrossel com proposta sobre Agricultura em Perfil no Instagram



Em termos de incidência temática, verificou-se maior ocorrência de propostas voltadas ao suporte ao produtor — assistência técnica, acesso a insumos, maquinário, crédito ou capacitação — refletindo uma ênfase em fortalecer a capacidade produtiva no formato vigente. Em número menor, porém ainda presente de modo recorrente, apareceram menções específicas à agricultura familiar, frequentemente referida por expressões como “pequeno produtor” ou

“comunidades rurais”, sinalizando alguma preocupação com as demandas desses segmentos, embora de forma secundária. A questão da regularização fundiária — que é fonte conhecida de conflitos e violência na região — foi praticamente negligenciada nos programas: apenas um candidato, Leo Visão (PSD), fez referência explícita a essa pauta.

Tabela 1 - Propostas sobre agricultura nos programas de governo

Leo Visão (PSD)	Tonho (União)	Toni (PP)	Zenúbia (PSB)
Criação da Embrapa municipal, com o objetivo de desenvolver pesquisas e aplicar técnicas que atenda as necessidades dos nossos produtores tendo em vista as nossas necessidades e nossas realidades. Com isso vamos poder ter um centro de referência de demonstração e de replicação de tecnologia voltada para o pequeno produtor.	Ofertar aos nossos agricultores tecnologias como: melhoramento genético com IATF – Inseminação artificial em tempo fixo, completa assistência técnica com análise de solo gratuita para todos os setores produtivos.	Viabilizar nas comunidades rurais, observando as perspectivas potencialidades de programas como: Inseminação Artificial, Frango caipira, Apicultura, Pecuária de corte e leite, Piscicultura e outros.	Adquirir, através de parceria com os governos Estadual e Federal, implementos agrícolas (trator, arado, dentre outros), para atender aos produtores rurais da agricultura familiar, associações de pequenos agricultores e do agronegócio.

A presença do meio ambiente como pauta nas comunicações digitais foi bastante reduzida. Três dos quatro candidatos não trouxeram referência direta ao tema em seus perfis no Instagram durante o período observado. A única menção direta ao meio ambiente nas postagens analisadas esteve associada a uma proposta de implantação de aterros sanitários e de coleta seletiva de resíduos. Houve, ainda, alusões indiretas ao tema ambiental como, por exemplo, na proposta de saneamento básico divulgada por Tonho (ver FIG. 2), que embora não nomeie especificamente agendas mais amplas, toca em aspectos de gestão das águas e saneamento, relevantes para uma agenda de sustentabilidade. De modo consistente com as postagens, o saneamento básico figurou entre os temas mais presentes também nos programas de governo, mostrando que, quando o meio ambiente é abordado, o recorte privilegiado tende a ser infraestrutural e de serviços públicos (saneamento e gestão de resíduos), no lugar de políticas ambientais integradas como preservação de bacias, recuperação de matas ciliares ou medidas de adaptação e mitigação climática.

Figura 2 - Proposta de saneamento básico no Instagram

Em síntese, tanto nas postagens no Instagram, quanto nos programas de governo, observou-se uma ênfase no fortalecimento da capacidade produtiva dentro do modelo predominante, com referências frequentes ao agronegócio e menções secundárias à agricultura familiar. Temas estruturais como a regularização fundiária foram pouco abordados. As comunicações digitais destacaram conteúdos de apelo imediato, como esporte, lazer, saúde e infraestrutura, enquanto a pauta ambiental esteve, em geral, ausente. Quando presente, priorizou-se ações infraestruturais como saneamento e gestão de resíduos. Apenas um candidato mencionou preocupações mais amplas sobre a conservação do Cerrado e mudanças climáticas. Os dados, portanto, confirmam as hipóteses de pesquisa.

A primeira hipótese (H1) sugere que as características discursivas do agronegócio predominam no debate eleitoral, em detrimento de proposições críticas. Os dados confirmam essa hipótese, mostrando que, independentemente do espectro ideológico dos candidatos, o discurso centralizou-se na promoção do agronegócio como motor econômico. Mesmo políticos de partidos tradicionalmente à esquerda incorporaram elementos do discurso produtivista, destacando suporte técnico e modernização agrícola, ignorando abordagens críticas como a agroecologia. Essa convergência discursiva reforça a ideia de que o agronegócio manteve seu papel hegemônico nas eleições municipais de 2024.

A segunda hipótese (H2) propõe que o meio ambiente foi uma categoria temática de menor ocorrência na eleição municipal de 2024. Os dados corroboram essa hipótese, mostrando que o tema ambiental recebeu atenção reduzida tanto nas postagens de Instagram quanto nos programas de governo. Quando mencionado, o foco esteve em aspectos infraestruturais, ao invés de em políticas ambientais integradas. A análise também destaca a ausência quase total de discussões sobre conservação da biodiversidade e mudanças climáticas, confirmando que o meio ambiente funcionou como uma (anti)pauta eleitoral, superada por questões de apelo mais imediato.

Os dados também revelam o peso limitado do alinhamento ideológico e partidário como marcador de divisão política. Independentemente das filiações partidárias, as campanhas convergiram em torno do discurso hegemônico do agronegócio. Este modelo econômico, visto como essencial para o desenvolvimento regional, dominou o debate público, enquanto questões ambientais foram marginalizadas. Mesmo candidatos de partidos mais alinhados à esquerda integraram o discurso produtivista, evidenciando como o poder econômico e as prioridades locais superaram as diferenças ideológicas, reforçando um consenso em torno do agronegócio, com pouca abertura para visões alternativas.

202

Considerações finais

Queimadas e eventos climáticos extremos pouco ou nada mobilizaram os candidatos no debate público sobre meio ambiente nos pleitos estudados. Em 2024 — ano marcado por níveis recordes de queimadas no país — as lideranças das maiores cidades da Bacia do Rio Corrente praticamente não trouxeram à tona temas como a destruição do Cerrado, a intensificação de incêndios florestais ou os impactos das mudanças climáticas sobre modos de vida e atividades econômicas locais. Em vez disso, as campanhas concentraram-se em pautas típicas de disputas municipais, com ênfase em infraestrutura, assistência social, saúde e educação, conteúdos de apelo eleitoral imediato que pouco se conectaram às problemáticas ambientais estruturais da região.

Essa convergência discursiva atravessou a clivagem partidária: independentemente de filiação, os candidatos tenderam a reproduzir um repertório alinhado ao projeto hegemônico do agronegócio no Brasil, centrado em parcerias

público-privadas, na promoção de uma agricultura mecanizada e no investimento em tecnologia como solução para desenvolvimento local. A principal variação observada não foi uma crítica a esse modelo, mas uma tentativa de acomodar, retoricamente, demandas relacionadas à agricultura familiar dentro do mesmo arcabouço produtivista — isto é, o apoio à pequena produção foi frequentemente formulado segundo lógicas de assistência e modernização que espelham o modelo do agronegócio, em vez de propor alternativas estruturais.

Conflitos agrários, responsáveis por episódios de violência e disputas por terra na região, tiveram presença marginal nas plataformas eleitorais; igualmente ausentes foram referências a movimentos sociais do campo, coletivos ambientais e propostas de transição para práticas como a agroecologia. A falta de menção a esses atores e agendas aponta para uma invisibilização das tensões fundiárias e das disputas por recursos naturais nas narrativas públicas das campanhas.

No que diz respeito ao tema ambiental, a pauta que emergiu com maior consistência foi a gestão das águas e a preservação do Rio Corrente — discurso que funcionou como o principal elemento mobilizador e de articulação programática entre os candidatos quando o meio ambiente era efetivamente abordado. Outras dimensões ambientais mais amplas, como a conservação da biodiversidade do Cerrado e o enfrentamento às mudanças climáticas e incêndios, foram praticamente ignoradas.

Por fim, por se tratar de uma investigação exploratória, os resultados apontam caminhos para estudos subsequentes: recomenda-se verificar se os padrões identificados aqui se replicam em campanhas de outros municípios da Bacia e em localidades situadas em frentes de expansão agropecuária, bem como aprofundar a investigação com amostras maiores, codificação e análise do impacto de eventos extremos sobre agendas políticas locais ao longo de janelas temporais ampliadas.

Referências

ALVES, G.; ALMEIDA, M.; BUCCI, M. Eleições 2020: O que os candidatos à prefeitura propuseram para o meio ambiente? **Research, Society and Development**, 2022.

CASSAVANA, Fernanda; MASSUCHIN, Michele. A pandemia sob lógicas das campanhas pré-eleitorais: as fanpages de candidatos à reeleição nas capitais brasileiras em 2020. In: **Eleições municipais em rede: o contexto**

digital em 2020 / Camilo Aggio, Fernanda Cavassana, Michele G. Massuchin (Organizadores) – Curitiba: Carvalho Comunicação; INCT.DD; CPOP, 2023.

MAIA, R.C.M., CHOUCAIR, T., HAUBER, G. and SANTA INÊS, L. **Deliberative Theory for Re-Focusing the Concept, Measurement, and Analysis of Substantive Reasons in Political Discussions**. *Constellations*. 2025. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12795>

MOTTA, Filipe; MENDONÇA, Ricardo. **Temporalidades em disputa: uma leitura deliberacionista de conflitos ambientais**. *OPINIÃO PÚBLICA*, VOL. 28, no 2. Campinas, 2022.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.** 35 (104). 2020. <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>.

POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 66, 2023. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.202839. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/202839..>

SANTA INÊS, L.; SILVEIRA, B.; NALON SANGLARD, F.; MATTAR, L. Como a ditadura, a violência e os direitos humanos apareceram na agenda eleitoral de 2018? **Lumina**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 119–134, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.28726. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28726>.

204

SILVA, Maria Dolores Lima da; CABRAL, Eugênia Rosa. Produção de legislação ambiental em dois contextos institucionais. **O Social em Questão**, v. XXI, n. 40, p. 57-78, 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq_40_art_3_silva_cabral.pdf.

TODT, Marcos Leite De Matos; MADEIRA, Rafael Machado. **Há espaço para propostas pós-desenvolvimentistas na esquerda partidária brasileira?**. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 30, p. e30116, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8678867>.

TURNBULL-DUGARTE, S. J. Selfies, Policies, or Votes? Political Party Use of Instagram in the 2015 and 2016 Spanish General Elections. **Social Media + Society**, 5(2). 2019. <https://doi.org/10.1177/2056305119826129>

VIANA, João; VASCONCELLOS, Patrícia. Política Local e Meio Ambiente na Amazônia: A agenda ambiental na relação Executivo-Legislativo em Porto Velho. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**. 25. 63-83. 10.69696/somanlu.v25i1.18044. 2025.

WILLIS, Rebecca; CURATO, Nicole; SMITH, Graham. **Deliberative democracy and the climate crisis**. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 13(2), e759. <https://doi.org/10.1002/wcc.759>. 2022.

Coattail reverso em municípios brasileiros: prefeitos, deputados e heterogeneidade local

Bruno Marques Schaefer¹
ORCID: 0000-0002-5127-7240

Luci Maria Teston²
ORCID: 0000-0002-9565-6162

Matteo de Barros Manes³
ORCID: 0000-0001-6408-6235

João Feres Júnior⁴
ORCID: 0000-0002-5830-0458

205

¹ Professor Adjunto do Departamento de Estudos Políticos do IESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Coordenador do programa de pós-graduação em Ciência Política no IESP. E-mail: brunoschaefer@iesp.uerj.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9571650216784483>

² Professora Associada do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutora em Ciências (USP), mestre em Ciência Política (IUPERJ), graduada em Direito (UFAC), em Administração (UnB), em Comunicação Social (Unochapecó) e em Gestão de Cooperativas (ISAE). E-mail: luci.teston@ufac.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6738944947882146>

³ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como pesquisador no Laboratório de Estudos Eleitorais, em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA); e no Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) em projeto conjunto com a Universidade Federal do Acre. E-mail: matteomanes@iesp.uerj.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0791485941309989>

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1988 e 1997) e mestrado e doutorado em Ciência Política pela City University of New York, Graduate Center (1998, 2003). Professor titular de ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da UERJ. É coordenador do GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), e do LEMEP - Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública -- no âmbito do qual implementa os projetos Manchetômetro, Monitor do Debate Público (MDP) e Política nas Redes (PNR). E-mail: jferes@iesp.uerj.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4890516395721831>

Resumo: Este artigo investiga o efeito coattail reverso no Brasil, avaliando se vitórias para prefeito aumentam o desempenho dos partidos nas eleições subsequentes para deputados estaduais e federais. Construímos um painel partido–município com eleições municipais (2000–2020) e gerais (2002–2022), integrando os resultados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a indicadores demográficos e econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimamos modelos com efeitos fixos (ano e combinação partido–município) e empregamos um desenho de regressão descontínua com base em disputas municipais acirradas. Os resultados revelam efeitos robustos: eleger o prefeito aumenta a votação do partido em 3–5 pontos percentuais, em média, em relação a um partido cujo candidato foi derrotado; a regressão descontínua identifica impactos causais locais de aproximadamente 0,9 p.p. para deputados estaduais e 2,7 p.p. para deputados federais. Propomos uma tipologia que cruza porte populacional e dependência do setor público, com testes de Wald confirmando heterogeneidade estatisticamente significativa entre os grupos, enquanto modelos de interação com variáveis contínuas indicam que a dependência econômica é o principal moderador dessa relação. Concluimos que a força eleitoral nacional dos partidos depende do capital político acumulado nos governos locais e de sua capilaridade organizacional.

206

Palavras-chave: Coattail reverso; prefeitos; eleições legislativas; efeitos heterogêneos; Regressão Descontínua.

Abstract: This article investigates the reverse coattail effect in Brazil, assessing whether mayoral victories increase party performance in subsequent state and federal legislative elections. We construct a party–municipality panel with municipal elections (2000–2020) and general elections (2002–2022), merging electoral results from the Superior Electoral Court (TSE) with demographic and economic indicators from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). We estimate fixed-effects models (year, party-municipality combination) and employ a regression-discontinuity design using close mayoral contests. Results reveal robust effects: electing a mayor increases the party’s vote share by 3–5 percentage points relative to a party with a defeated candidate; the RDD identifies local causal impacts of ~ 0.9 p.p. (state deputies) and ~ 2.7 p.p. (federal deputies). A typology crossing population size and public sector dependence is proposed, with Wald tests statistically confirming significant heterogeneity between groups, and continuous interaction models indicating that economic dependence is the primary moderator. We conclude that parties’ national electoral strength relies on political capital accumulated in local governments and their organizational capillarity.

207

Keywords: reverse coattails; mayors; legislative elections; heterogeneity; RDD.

Resumen: Este artículo investiga el efecto de la reversión electoral en Brasil, evaluando si las victorias en las alcaldías mejoran el desempeño de los partidos en elecciones estatales y federales posteriores. Construimos un panel partido-municipio con elecciones municipales (2000-2020) y generales (2002-2022), integrando los resultados del Tribunal Superior Electoral (TSE) con indicadores demográficos y económicos. Estimamos modelos con efectos fijos (año, municipio, partido) y un diseño de regresión discontinua en contiendas municipales reñidas. Los resultados muestran efectos robustos: la elección de un alcalde aumenta, en promedio, entre 3 y 5 puntos porcentuales del voto del partido en las elecciones posteriores; el RDD identifica impactos locales de $-0,9$ puntos porcentuales (estatal) y $-2,7$ puntos porcentuales (federal). Proponemos una tipología que intersecta el tamaño de la población y la dependencia del sector público y demuestra una heterogeneidad sustancial: los efectos son más fuertes en municipios más pequeños y dependientes. Concluimos que la fuerza electoral nacional de los partidos depende del capital político acumulado en los gobiernos locales y su alcance organizativo.

208

Palabras clave: Efecto de la reversión electoral; alcaldes; elecciones legislativas; efectos heterogéneos; Regresión Discontinua.

Introdução

As eleições para os cargos legislativos no Brasil são caracterizadas por um ambiente de alta competição, fragmentação partidária e altos custos de informação para o eleitor. Em um sistema de representação proporcional de lista aberta e distritos de grande magnitude, a construção de candidaturas vitoriosas vai além de apenas a adesão programática e dos recursos de campanha por parte dos candidatos. A capacidade de estabelecer e manter redes políticas locais é uma estratégia importante e ainda pouco explorada na literatura. Diversos estudos têm demonstrado a dinâmica do efeito de *coattail* (ou “rabo de casaca”), entendido como o fluxo de influência vertical *top-down*, no qual candidaturas majoritárias, como a de presidente e governador, impulsionam os votos de seus correligionários para o Legislativo.

Outra vertente desses estudos tem demonstrado que essa relação não é unidirecional. O conceito de *coattail* reverso (*bottom-up*) descreve o fenômeno em que o desempenho eleitoral de candidatos a cargos legislativos é influenciado pela força organizacional e política de lideranças locais, notadamente os prefeitos (Ames, 1994; Avelino; Biderman; Barone, 2013; Ventura, 2021; Eduardo; Russo, 2022). Em outras palavras, o poder político local, personificado na figura do prefeito, seria uma variável significativa para entender o desempenho de seus partidos nas eleições gerais. Prefeitos e prefeitas atuariam como *brokers* políticos essenciais, mediando a relação entre eleitores de suas localidades e os candidatos aos cargos para as Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados. Essa intermediação seria uma relação transacional: o prefeito empresta capital político e eleitoral para o candidato a cargo legislativo e esse, em troca, canaliza recursos e obras para o município, notadamente por meio de emendas parlamentares (Ames, 1994; Avelino; Biderman; Barone, 2013; Ventura, 2021; Eduardo; Russo, 2022).

Diferentemente do efeito *coattail top-down*, no qual candidaturas majoritárias nacionais impulsionam correligionários em eleições proporcionais, o *coattail* reverso ocorre quando o capital político acumulado nas esferas subnacionais - especialmente na figura dos prefeitos - é mobilizado para alavancar candidaturas de partidos ou coligações em pleitos de nível estadual ou federal (Ames, 1994; Avelino; Biderman; Barone, 2012). Esse tipo de efeito reflete não apenas o peso organizacional dos partidos nos municípios, mas, também, as formas como

o poder político é territorializado e como as relações de troca entre elites locais e nacionais são mediadas institucionalmente.

Além disso, a não simultaneidade entre as eleições municipais e as eleições gerais no Brasil cria uma janela de oportunidades estratégica. Prefeitos em exercício, ao não concorrerem diretamente com candidatos a cargos legislativos estaduais e federais, podem dedicar-se às campanhas de seus aliados sem riscos diretos a seus mandatos, favorecendo coalizões eleitorais assimétricas e práticas de patronagem (Ventura, 2021; Eduardo; Russo, 2022). Essa separação temporal facilita a identificação empírica dos mecanismos locais de transferência de votos.

No caso brasileiro, o fator das eleições em calendários distintos se combina com outros, como a representação proporcional com lista aberta, o financiamento descentralizado e a autonomia dos diretórios municipais, criando oportunidades para que lideranças locais construam redes clientelistas, controlem recursos e operem como *brokers* entre candidatos e eleitores (Novaes, 2018). Como apontam Ames (1994) e Ventura (2021), os prefeitos, ao controlarem bens clientelistas (como empregos e *pork barrel*) e não clientelistas (reputação e informação), podem influenciar nas escolhas dos eleitores, não apenas mobilizando apoios diretamente, mas também impedindo a atuação de adversários, limitando sua visibilidade e dificultando a disseminação de mensagens políticas alternativas.

Essa influência se intensifica quando o prefeito é copartidário do candidato apoiado. Estudos empíricos demonstraram que deputados tendem a ter desempenho significativamente melhor nos municípios onde contam com o apoio de prefeitos do mesmo partido, especialmente quando a gestão municipal é bem avaliada (Eduardo; Russo, 2022; Avelino; Biderman; Barone, 2013). A estratégia de “transferência de votos” se baseia tanto na capacidade de mobilização local quanto na legitimação simbólica da candidatura, sendo o prefeito um ator-chave na atribuição de credibilidade às promessas feitas pelos candidatos, acesso a redes eleitorais e no controle do uso de recursos institucionais, sendo um ponto focal para os eleitores locais procurarem informações em relação aos candidatos antes de exercerem o direito ao voto.

Entretanto, o grau de influência dos prefeitos nas eleições proporcionais pode não ser uniforme. Uma lacuna relevante na literatura envolve a análise do efeito do tamanho populacional dos municípios na intensidade do *coattail* reverso. A hipótese de que municípios menores favorecem mais fortemente a transfe-

rência de votos por prefeitos é recorrente, mas ainda não submetida a suficiente testagem empírica. Em municípios pequenos, parte-se do pressuposto de que a proximidade entre eleitores e gestores é maior, os canais de comunicação são mais diretos e a dependência de serviços públicos locais tende a ser mais acentuada.

Essa heterogeneidade municipal sugere que o *coattail* reverso pode operar de formas distintas a depender do porte do município, dos recursos disponíveis e da força organizacional dos partidos em nível local. Além disso, a eficácia dessa transferência de votos depende também de variáveis como a avaliação positiva do prefeito, o alinhamento partidário entre candidatos e prefeitos, a concentração de votos e a existência de coordenação intrapartidária entre os diretórios (Eduardo; Russo, 2022; Avelino; Biderman; Barone, 2012).

Este artigo se insere nesse debate de duas maneiras. Primeiro, buscamos mensurar de forma robusta a magnitude do efeito de *coattail* reverso no Brasil ao longo de duas décadas (2000 a 2022), investigando em que medida a eleição de um prefeito impacta o sucesso eleitoral do seu partido nas eleições legislativas subsequentes. Segundo, e de forma mais inovadora, propomos que esse efeito não é homogêneo, mas varia conforme características socioeconômicas do município, argumentando que a capacidade do prefeito de atuar como *broker* eleitoral é ampliada em contextos de maior vulnerabilidade econômica e menor complexidade política.

211

Para testar essas hipóteses utilizamos um banco de dados original que abrange os resultados de doze eleições municipais e gerais, entre 2000 e 2022, para todos os municípios brasileiros com até 200 mil eleitores. Empregamos duas estratégias de identificação causal, incluindo modelos de efeitos fixos e regressão descontínua (RDD), buscando não apenas identificar a existência do efeito de *coattail* reverso, mas qualificar essa relação. Por meio de tipologia original de municípios, com base em seu porte populacional e dependência econômica do setor público, e de modelos de interação com variáveis contínuas, demonstramos que a dimensão de dependência econômica é o principal moderador do efeito de *coattail* reverso, sendo este mais forte em municípios economicamente dependentes do setor público, independentemente do porte populacional.

Argumento

O conceito de *coattail* (ou “rabo de casaca”) descreve a capacidade de candidaturas a cargos majoritários de “arrastar” votos para outros candidatos do mesmo partido em disputas de cargos legislativos. Na Ciência Política, usualmente, esse efeito é observado a partir de uma estrutura vertical *top-down*, em que cargos mais elevados (em termos de hierarquia política), carregam votos para cargos “mais baixos”. Por exemplo, a votação para presidente ou governador influencia as votações para a Câmara ou Assembleias Legislativas (Soares, 2013). De forma análoga, no nível local, a votação para prefeito pode impulsionar a votação de correligionários candidatos a vereador (Schaefer; Barbosa, 2020).

No caso brasileiro, apesar das evidências que indicam efeitos *coattail top-down*, há crescente literatura em Ciência Política demonstrando que o fluxo inverso também é verdadeiro. Na ideia de *coattail* reverso, ou efeito *bottom-up*, são os cargos mais baixos da hierarquia política que afetam o desempenho de cargos mais altos. Especialmente, a eleição de prefeitos se torna variável importante para explicar o desempenho de seus correligionários nas disputas para a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas (Ames, 1994; Avelino; Biderman; Barone, 2013; 2012; Eduardo; Russo, 2022; Ventura, 2021). Em um ambiente competitivo e de altos custos informacionais para os eleitores, como as eleições para as Assembleias Legislativas e a Câmara dos Deputados, prefeitos e prefeitas atuam como *brokers* dos postulantes aos cargos legislativos, intermediando a relação entre deputados e eleitores nos seus municípios. De um lado entregam votos, e, de outro, recebem benesses, obras, recursos - principalmente via emendas parlamentares (Ventura, 2021).

Logo, nossas primeiras hipóteses são:

H1.1: ter um prefeito eleito incrementa o percentual de votos no partido para as eleições à Assembleia Legislativa.

H1.2: ter um prefeito eleito incrementa o percentual de votos no partido para as eleições à Câmara dos Deputados.

Avançamos na discussão ao propor possíveis efeitos heterogêneos. Como apontado por Ventura (2021), em municípios que receberam emendas parlamentares, o efeito *coattail* reverso é mais forte. No entanto, o autor não explora possíveis condicionantes desta relação a partir das características dos municípios. Argumentamos que o impacto do prefeito como *broker* político é determinado pelo contexto local. Em municípios menos populosos, a competição eleitoral

tende a ser menos complexa e a influência do prefeito, mais direta. Além disso, em municípios economicamente menos diversos, o impacto das transferências de recursos é proporcionalmente maior. Nesses casos, o efeito de *coattail* reverso tende a ser maior (Cheibub *et al.*, 2022; Gerring; Veenendaal, 2020; Geys, 2006; Golosov, 2015; Marengo; Strohschoen; Joner, 2017; Nascimento, 2018; Schaefer *et al.*, 2024b; Ventura, 2021).

Assim, formulamos hipóteses sobre os efeitos condicionais:

H2.1: ter um prefeito eleito incrementa o percentual de votos no partido para as eleições à Assembleia Legislativa, de forma mais intensa em municípios menores e mais frágeis economicamente.

H2.2: ter um prefeito eleito incrementa o percentual de votos no partido para as eleições à Câmara dos Deputados, de forma mais intensa em municípios menores e mais frágeis economicamente.

Desenho de pesquisa

Para verificar a existência do efeito *coattail* reverso, coletamos dados de resultados eleitorais para os cargos de prefeito, vereador, deputado estadual e federal em doze eleições. Eleições municipais de 2000 até 2020, e eleições gerais de 2002 até 2022. Os dados foram retirados do TSE via o pacote do R *basedosdados* (Dahis *et al.*, 2022). A unidade de análise é o partido no município, resultando em um banco de dados com mais de 800 mil casos. Informações demográficas e econômicas municipais foram incorporadas a partir de bases do IBGE, compiladas em *mape_municipios* (Schaefer *et al.*, 2024a). Seguindo outros trabalhos, restringimos a amostra a municípios com até 200 mil eleitores (sem segundo turno) e que tiveram eleições ordinárias (Brollo; Troiano, 2016; Bueno, 2018; Toral, 2024).

Nossa variável dependente é o percentual de votos de um partido em um município (Y) nas eleições para deputado federal (Y1) e estadual (Y2). A variável explicativa é o desempenho do mesmo partido na eleição municipal anterior, categorizada como: ter eleito o prefeito (X2), ter um candidato derrotado (X1), ou não ter lançado candidatura (X0). Por exemplo, qual é a votação do partido para o cargo de deputado federal em 2002, considerando seu desempenho, no mesmo município, em 2000? A evidência de *coattail reverso* surgirá se o coeficiente para ter eleito o prefeito (X2) for positivo e superior ao das demais categorias.

Desenvolvemos a análise em três etapas. Primeiro, analisamos os dados de forma bivariada, comparando as médias de votos dos correligionários para os

cargos de deputado federal e estadual a partir da situação do partido na eleição municipal anterior. Em segundo lugar, utilizamos duas técnicas de identificação distintas (efeitos fixos e regressão descontínua) para quantificar o efeito e testar nossas hipóteses iniciais (H1.1 e H1.2). Por fim, para testar nossas hipóteses sobre os efeitos heterogêneos (H2.1 e H2.2), utilizamos uma análise de moderação baseada em uma tipologia original de municípios. Essa tipologia foi construída a partir de duas dimensões, que teoricamente condicionam a relação entre prefeitos e deputados: o tamanho da população, e o peso da administração pública na economia local. Essa dependência da economia é mensurada como a razão entre o Valor Adicionado (VA) do setor público e o VA total do município. A partir da mediana de cada dimensão, classificamos os municípios em quatro tipos: (1) Não Populoso e Dependente; (2) Não Populoso e Não Dependente; (3) Populoso e Dependente; e (4) Populoso e Não Dependente.

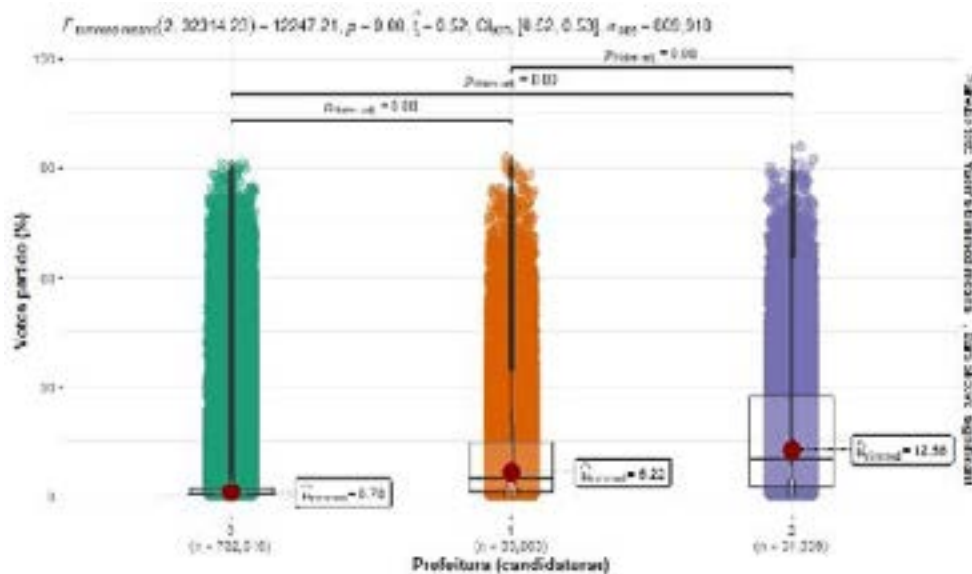
Em seguida, os modelos de efeitos fixos e regressão descontínua (RDD) foram aplicados em cada um desses subgrupos. Essa estratégia permite comparar diretamente a magnitude do efeito de *coattail* reverso em diferentes contextos, avaliando assim se ele é de fato mais forte em municípios economicamente mais frágeis.

Evidências de *coattail* reverso

Análise bivariada

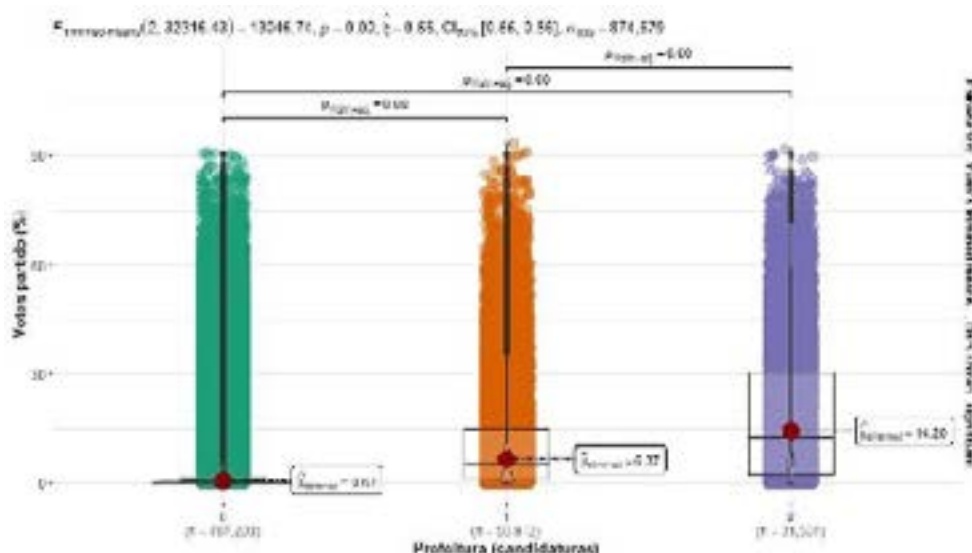
Na primeira etapa da análise verificamos a existência de diferenças significativas na média de votação partidária conforme o desempenho do partido na eleição municipal anterior. Para isso, empregamos a Análise de Variância (ANOVA), comparando três grupos independentes: partidos que elegeram o prefeito (X2), os que tiveram um candidato derrotado (X1) e os que não disputaram a prefeitura (X0). Na prática, a análise de variância testa a hipótese nula de que as médias dos grupos são iguais contra a hipótese alternativa de que pelo menos uma das médias é diferente.

Na figura 1, observamos que há, sim, evidências de *coattail* reverso. No caso das mais de 860 mil listas partidárias em todo o Brasil, verificamos que partidos que elegeram prefeitos (2) tiveram em média 12,56% dos votos do município para o cargo de deputado estadual dois anos depois. Ter um candidato derrotado representa, em média, 6,22% dos votos, enquanto não ter candidato: 0,70%. Há enormes variações dentro dos grupos, mas o teste indica diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Figura 1: Anova Deputados Estaduais (Brasil)

As legendas indicam: roxo (2) = prefeito eleito; laranja (1) = candidato derrotado; verde (0) = sem candidatura; Fonte: elaboração própria.

Na figura 2, apresentamos os dados das disputas à Câmara dos Deputados. Novamente, os resultados corroboram nossa hipótese central. Ter um prefeito eleito significa, em média, 14,20% de votos para o partido na eleição seguinte para deputado federal. Candidato derrotado significa 6,37% dos votos e não ter candidato, pouco mais de 0,62% dos votos.

Figura 2: Anova Deputados Federais (Brasil)

As legendas indicam: roxo (2) = prefeito eleito; laranja (1) = candidato derrotado; verde (0) = sem candidatura;

Fonte: elaboração própria.

Apesar de indicarem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, estas análises bivariadas não controlam para outras variáveis que podem afetar os resultados. Por essa razão, na próxima subseção, recorreremos a estratégias de identificação mais robustas para testar nossas hipóteses.

Estratégias de identificação causal

Utilizamos duas estratégias de identificação para estimar o efeito causal de ter um prefeito eleito, em comparação ao partido com candidato derrotado, sobre a votação posterior aos Legislativos estadual e nacional (Keele, 2015). Essa comparação entre eleitos e derrotados – ao invés de eleitos e sem candidatura – é mais precisa conceitualmente, pois ambos os grupos participaram da eleição municipal, diferindo apenas no resultado.

Primeiramente, aplicamos modelos de efeitos fixos. O modelo estimado controla pela combinação partido-município (*two-way fixed effects*), capturando a heterogeneidade específica de cada partido em cada município ao longo do tempo, além de efeitos fixos de ano. Isso elimina o viés causado pela correlação entre características não observadas e as variáveis independentes, resultando em estimativas mais precisas (Angrist; Pischke, 2014). O modelo inclui adicionalmente o percentual de votos que o partido teve para a Câmara de Vereadores como controle.

Em segundo lugar, utilizamos a técnica da regressão descontínua (RDD), que nos permite a identificação de impacto de caráter quase-experimental, por meio da estimação do efeito de uma intervenção comparando o resultado de unidades imediatamente acima e abaixo de um ponto de corte (Batista; Domingos, 2017; Meireles, 2019). Em nosso caso, utilizamos como *running variable* a diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocado nas eleições municipais. Um valor positivo indica a vitória eleitoral. Os partidos próximos do ponto de corte (zero) são comparáveis em todas as características, diferindo apenas pelo resultado da eleição municipal. O valor estimado é o Efeito Médio Local do Tratamento (LATE). Para estimar o efeito local, utilizamos o procedimento padrão do pacote *rdrobust*, com seleção automática de *bandwidth* (largura da banda) (Calonico *et al.*, 2017).

Na Tabela 1, apresentamos os resultados dos modelos de regressão com efeitos fixos. Os modelos 1 e 3 mostram o efeito base; os modelos 2 e 4 incluem controle pela votação do partido para a Câmara de Vereadores. Em todos os cenários, confirmamos um efeito de coattail reverso robusto e estatisticamente significativo. Tendo como referência o partido com candidato derrotado, eleger

o prefeito representa um ganho adicional de 3,01 pp na eleição para deputado estadual (modelo 2) e 3,97 pp para deputados federais (modelo 4). Não ter candidato à prefeitura é associado a uma desvantagem de aproximadamente 1,6 pp em relação ao partido que perdeu a eleição municipal. Esses resultados confirmam as hipóteses H1.1 e H1.2.

Tabela 1: Modelos de regressão efeitos fixos partido×município

(Impacto da Eleição para Prefeito na Eleição para Deputado Estadual e Federal Subsequente)

Variáveis	Estadual (1)	Estadual (2)	Federal (3)	Federal (4)
Sem candidatura (ref. = derrotado)	-1,83*** (0,04)	-1,64*** (0,04)	-1,56*** (0,03)	-1,39*** (0,04)
Prefeito eleito (ref. = derrotado)	3,31*** (0,06)	3,01*** (0,06)	4,24*** (0,05)	3,97*** (0,05)
Votos vereadores (%)	-	0,49*** (0,01)	-	0,45*** (0,01)
N. obs.	829.079	829.079	831.265	831.265
Grupos: ano	6	6	6	6
Grupos: partido×município	225.735	225.735	226.181	226.181
R ² (modelo completo)	0,57	0,58	0,62	0,62
R ² ajustado (modelo completo)	0,41	0,42	0,48	0,48

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. Categoria de referência: candidato derrotado. Efeitos fixos: ano e combinação partido-município.

A Tabela 2 apresenta os resultados do modelo de RDD. A vitória na eleição para prefeito causa um aumento de 0,87 pp na votação para deputados estaduais, e 2,65 pp para deputados federais. O efeito para deputados estaduais apresenta significância marginal ($p = 0,055$), enquanto o efeito para federais é altamente significativo ($p < 0,001$). Esses resultados corroboram a direção dos achados de Ventura (2021) e Avelino *et al.* (2012) e dão mais subsídio para a confirmação de H1.1 e H1.2.

Tabela 2: Modelos RDD Gerais

(Impacto da Eleição para Prefeito na Eleição para Deputado Estadual e Federal)

Cargo	Bandwidth	Efeito (pp)	p-valor	IC 95%	N
Deputado estadual	13,5%	0,87	0,055	[-0,018; 1,610]	57.800
Deputado federal	14,5%	2,65	< 0,001	[1,797; 3,435]	57.798

Inferência robusta (bias-corrected). Kernel triangular. Cluster por município. Procedimento de seleção de bandwidth: *mserd* (Calonico *et al.*, 2017).

Efeitos heterogêneos

Até aqui, nossos resultados seguem a mesma direção de pesquisas anteriores, ou seja, confirmando o efeito positivo e estatisticamente significativo do sucesso da eleição para prefeito na eleição subsequente de deputado estadual e municipal. Nesta subseção, no entanto, exploramos efeitos heterogêneos, entendidos como fatores contextuais que afetam a relação entre variável independente e dependente, moderando seu impacto (Lawry, 2019). Embora os resultados agregados até aqui apoiem a existência do *coattail* reverso, é razoável supor que o efeito de prefeitos sobre a votação de seus correligionários na eleição subsequente não seja igual para todos os municípios. Além de variar temporalmente, a troca entre prefeitos e deputados (Meireles, 2023), assim como as características estruturais dos municípios — especialmente seu porte populacional e economia local –, são moderadores dessa relação.

Como ressaltado por Ventura, a interação entre elites locais e nacionais (candidatos a deputado federal) ocorre por meio da intermediação da política distributiva (2021, p. 6). Em municípios beneficiados por emendas parlamentares (*pork-barrel*), por exemplo, o efeito *coattail* reverso é maior do que em contextos sem trocas entre níveis. Quando o prefeito recebe recursos via emendas parlamentares, candidatos do mesmo partido têm, em média, 10 p.p. a mais de votos para a Câmara dos Deputados no município. Em contrapartida, na ausência de emendas, o efeito *coattail* desaparece.

Ventura observa que, embora os efeitos de “coattails reversos” sejam, em média, positivos, eles dependem fortemente de uma condição: que os correligionários nacionais recompensem os políticos locais com benefícios financeiros — especialmente emendas parlamentares (2021, p. 7). Segundo o autor, na ausência dessa troca recíproca, é improvável que prefeitos se engajem em esforços de fortalecimento partidário nacional nas eleições de nível superior. Ao contrário, em certos casos podem simplesmente mudar de partido para construir novas coalizões locais. Ou seja, é razoável supor que o efeito positivo observado, na média, encubra possíveis moderadores da relação.

Avançamos nesse debate ao sugerir que tanto a necessidade de acesso a esses recursos quanto a capacidade do prefeito de se consolidar como intermediário, variam conforme as características do município. Dada a grande variação dos municípios brasileiros em termos de porte populacional e capacidade fiscal

(Grin; Demarco; Abrucio, 2021; Kustov; Pardelli, 2024; Marengo, 2017; Schaefer *et al.*, 2024a), criamos uma tipologia a partir do tamanho da população e da dependência da administração municipal. Nossa hipótese é que o efeito de *coattail* será mais acentuado em municípios menores e socioeconomicamente mais vulneráveis (H2.1 e H2.2).

Nossa tipologia de municípios leva em conta duas dimensões: (1) o tamanho da população e (2) o peso da administração pública na economia local. Este último é calculado pela divisão entre o Valor Adicionado bruto (VA) a preços correntes da administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social e o Valor Adicionado bruto total do município. A correlação de Pearson entre essas variáveis é estatisticamente significativa, fraca e negativa (-0,18), indicando que, à medida que a população cresce, a economia local tende a ser menos dependente do setor público. A partir da mediana de ambas as variáveis, classificamos os municípios em quatro tipos: (1) Não Populoso e Dependente; (2) Não Populoso e Não Dependente; (3) Populoso e Dependente; e (4) Populoso e Não Dependente.

Quadro 1: Tipologia dos Municípios brasileiros

		Dependência da Administração Pública	
		Dependente	Não Dependente
População	Não Populoso	Não Populoso e Dependente (1)	Não Populoso e Não Dependente (2)
	Populoso	Populoso e Dependente (3)	Populoso e Não Dependente (4)

Fonte: elaboração própria.

Municípios de tipo 1 possuem, em média, 5.600 habitantes e 48% do VA produto da administração pública; em municípios de tipo 2 os valores são: 5.500 habitantes e 19%, respectivamente; de tipo 3: 27 mil habitantes e 45%; e, por fim, de tipo 4, os valores médios são: 48 mil habitantes e 17%. Nossa expectativa é que o efeito do *coattail* reverso seja mais forte no tipo 1 e mais fraco no tipo 4⁵.

⁵ A distribuição regional dos tipos de municípios revela contrastes claros. A partir de teste qui-quadrado, estimamos que há, no Nordeste, 14.168 municípios do tipo dependentes e não populosos, contra os 10.291 esperados, e 19.248 do tipo dependentes e populosos, contra os 9.251 esperados. No Sul, aparecem 14.635 municípios não dependentes e não populosos, mais que o dobro dos 6.129 esperados. No Sudeste, são 13.172 municípios não dependentes e populosos, contra os 9.394 esperados. No Norte, observam-se 4.258 municípios dependentes e populosos, frente aos 2.305 esperados. Já o Centro-Oeste apresenta 3.546 municípios não dependentes e não populosos, contra os 2.391 esperados. Esses números indicam concentração de municípios dependentes no Nordeste, de não dependentes pequenos no Sul, de populosos não dependentes no Sudeste e de populosos dependentes no Norte.

Antes de apresentar os resultados, verificamos se os coeficientes diferem estatisticamente entre os quatro tipos de município, usando um modelo *pooled* com interação entre o resultado da eleição municipal e o tipo de município, seguido de *Wald test* sobre os termos de interação. Os resultados confirmam que os efeitos diferem significativamente: Wald $F = 92,2$ ($p < 0,001$) para deputados estaduais e Wald $F = 131,1$ ($p < 0,001$) para deputados federais, sustentando empiricamente a presença de heterogeneidade.

Adicionalmente, para demonstrar de forma direta a presença de efeitos condicionais sem assumir uma tipologia discreta, estimamos modelos de interação com as variáveis população (em log) e dependência da administração pública (*dependencia_adm*) em formato contínuo (Tabela 3a). Os resultados são esclarecedores: o termo de interação “Eleito $\times$ Log(pop.)” é negativo e altamente significativo (-0,53 pp para estaduais, -0,60 pp para federais, ambos $p < 0,001$), indicando que o efeito decresce com o tamanho populacional. Mais importante, o termo “Eleito $\times$ Dep. adm.” é positivo e altamente significativo (4,60 pp para estaduais, 4,91 pp para federais, ambos $p < 0,001$), indicando que municípios com maior dependência do setor público amplificam substancialmente o efeito coattail reverso. Essa análise com variáveis contínuas confirma que a dimensão de dependência econômica é o principal moderador da relação.

Tabela 3a: Modelos de interação com variáveis contínuas
(Efeitos condicionais do coattail reverso)

Variável	Estadual	Federal
Prefeito eleito	7,64*** (0,49)	9,05*** (0,46)
Log(população)	-0,44*** (0,10)	-0,27** (0,09)
Dependência adm.	0,06 (0,18)	-0,42* (0,17)
Votos vereadores (%)	0,51*** (0,01)	0,47*** (0,01)
Eleito $\times$ Log(pop.)	-0,53*** (0,05)	-0,60*** (0,05)
Eleito $\times$ Dep. adm.	4,60*** (0,30)	4,91*** (0,29)
N. obs.	814.090	816.102
Grupos: partido $\times$ mun.	222.179	222.578

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. FE: ano + combinação partido-município.

A análise de subgrupos com modelos de efeitos fixos (Tabela 3b) revela padrões consistentes com esses resultados. O efeito *coattail* reverso é positivo e estatisticamente significativo em todos os quatro tipos de município. Para deputados federais, o impacto de eleger um prefeito (vs. candidato derrotado) é maior em municípios Não Populosos e Dependentes (5,15 pp) e Populosos e Depen-

dentes (4,91 pp), e menor em municípios Populosos e Não Dependentes (2,25 pp). O padrão se repete para deputados estaduais: Não Populosos e Dependentes (3,97 pp) e Populosos e Dependentes (3,64 pp) apresentam efeitos maiores que Populosos e Não Dependentes (1,19 pp). Esses resultados, combinados com a análise de interação contínua, indicam que é sobretudo a dimensão da dependência econômica — e não apenas o porte populacional — que amplifica o poder do prefeito como *broker* eleitoral.

Tabela 3b: Modelos de regressão efeitos fixos por tipo de município

(Impacto da Eleição para Prefeito na Eleição para Deputado Estadual e Federal Subsequente)

Variável	Não Pop. e Dep. (1)	Não Pop. e Não Dep. (2)	Pop. e Dep. (3)	Pop. e Não Dep. (4)
Deputados Estaduais				
Sem candidatura	-1,89*** (0,10)	-1,58*** (0,08)	-1,67*** (0,08)	-1,48*** (0,06)
Prefeito eleito	3,97*** (0,14)	3,00*** (0,11)	3,64*** (0,12)	1,19*** (0,10)
Votos vereadores (%)	0,38*** (0,02)	0,48*** (0,02)	0,53*** (0,02)	0,69*** (0,02)
N. obs.	192.198	173.657	189.697	218.019
Adj. R ² (completo)	0,37	0,55	0,35	0,44
Deputados Federais				
Sem candidatura	-1,41*** (0,10)	-1,50*** (0,08)	-1,34*** (0,07)	-1,23*** (0,05)
Prefeito eleito	5,15*** (0,14)	3,50*** (0,11)	4,91*** (0,11)	2,25*** (0,09)
Votos vereadores (%)	0,37*** (0,02)	0,46*** (0,01)	0,43*** (0,02)	0,63*** (0,02)
N. obs.	192.794	173.996	190.314	218.687
Adj. R ² (completo)	0,42	0,58	0,47	0,51

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. Categoria de referência: candidato derrotado. FE: ano + combinação partido-município. Wald tests confirmam diferenças significativas entre os grupos ($F = 92,2$ para estaduais; $F = 131,1$ para federais; $p < 0,001$ em ambos).

A principal diferença entre a RDD e os modelos de efeitos fixos é que, enquanto os efeitos fixos estimam efeitos médios controlando heterogeneidade municipal e partidária, a RDD concentra-se nos casos marginais de vitória e derrota, oferecendo uma estimativa mais próxima de um efeito causal local (LATE). Na Tabela 4, observamos que o efeito de ter um prefeito eleito sobre a votação subsequente varia conforme o tipo de município. Para deputados estaduais, o efeito é estatisticamente significativo apenas em municípios Populosos e Dependentes (2,54 pp; $p = 0,002$). A ausência de significância nos demais grupos sugere que a conexão causal local entre prefeitos e deputados estaduais pode ser mais complexa em outros contextos, um ponto que merece exploração em pesquisas futuras.

Para deputados federais, os achados da RDD confirmam que municípios dependentes – independentemente do porte – apresentam os maiores efeitos: Não Populosos e Dependentes (3,39 pp; $p = 0,001$) e Populosos e Dependentes (3,76 pp; $p < 0,001$). Municípios não dependentes apresentam efeitos menores: Não Populosos e Não Dependentes (1,91 pp; $p = 0,024$) e Populosos e Não Dependentes (1,37 pp; $p = 0,047$). Esse padrão reforça a conclusão de que é a dimensão da dependência econômica que mais fortemente modera o *coattail* reverso.

Tabela 4: Modelos RDD por tipo de município

(Impacto da Eleição para Prefeito na Eleição para Deputado Estadual e Federal)

Cargo	Bandwidth	Efeito (pp)	p-valor	IC 95%	N
Estadual – Não Pop. e Dep. (1)	13,3%	1,34	0,180	[-0,557; 2,974]	14.444
Estadual – Não Pop. e Não Dep. (2)	12,2%	0,93	0,374	[-0,915; 2,436]	13.468
Estadual – Pop. e Dep. (3)	13,2%	2,54	0,002	[0,978; 4,361]	14.028
Estadual – Pop. e Não Dep. (4)	15,5%	-1,18	0,073	[-2,714; 0,120]	15.824
Federal – Não Pop. e Dep. (1)	13,1%	3,39	0,001	[1,400; 5,114]	14.456
Federal – Não Pop. e Não Dep. (2)	13,7%	1,91	0,024	[0,231; 3,323]	13.422
Federal – Pop. e Dep. (3)	15,2%	3,76	< 0,001	[2,152; 5,539]	14.092
Federal – Pop. e Não Dep. (4)	15,3%	1,37	0,047	[0,018; 2,828]	15.792

Inferência robusta (bias-corrected). Kernel triangular. Cluster por município.

Discussão e perspectivas

Este estudo se propôs a investigar o efeito de *coattail* reverso no Brasil, a partir da hipótese geral de que a eleição de um prefeito é um ativo estratégico para os partidos nas eleições legislativas subsequentes, nos níveis estadual e federal. Os resultados, obtidos por meio de duas estratégias de identificação complementares, confirmam a existência e a relevância desse fenômeno. Partidos que elegem prefeitos em um município, recebem um incremento substancial de votação para seus candidatos nas eleições para deputado estadual e federal dois anos depois, resultado que dialoga diretamente com trabalhos anteriores sobre o tema.

Nossa principal contribuição está na qualificação deste efeito. Por meio de modelos de interação com variáveis contínuas e de subgrupos com *Wald tests*, demonstramos que os efeitos do coattail reverso não são uniformes e que as diferenças entre grupos são estatisticamente significativas. Mais importante, a análise com variáveis contínuas revela que é sobretudo a dimensão de dependência econômica do setor público — e não apenas o porte populacional — que modera o efeito de coattail reverso. Em municípios onde o setor público representa parcela maior da atividade econômica, a figura do prefeito se consolida como *broker* eleitoral de forma mais eficaz: tanto os modelos de efeitos fixos quanto a RDD para deputados federais mostram efeitos maiores em municípios dependentes, independentemente de seu porte.

Os resultados dos modelos de efeitos fixos por tipo indicam que os municípios Não Dependentes e Populosos apresentam os menores coeficientes (1,19 p.p. (deputados?) estaduais; 2,25 p.p. federais), enquanto municípios dependentes (populosos ou não) apresentam efeitos consideravelmente maiores. A RDD para deputados federais confirma esse padrão: municípios Populosos e Dependentes apresentam o maior efeito (3,76 pp), seguidos pelos Não Populosos e Dependentes (3,39 pp), com municípios não dependentes exibindo efeitos menores. Esse resultado sugere que pesquisas futuras devem focar na heterogeneidade da dependência econômica, e não apenas no porte, para explicar a variação no *coattail* reverso.

A relação entre prefeitos e a eleição de deputados estaduais se mostrou mais complexa na RDD: o efeito é significativo apenas nos municípios Populosos e Dependentes (2,54 p.p.; $p = 0,002$), com os demais tipos não alcançando significância estatística. Isso sugere que a transmissão de capital político do nível municipal para o estadual envolve mecanismos adicionais que merecem investigação mais aprofundada. Em contrapartida, o efeito para deputados federais é significativo em todos os quatro tipos, reforçando que a lógica de troca envolvendo emendas parlamentares federais é mais robusta e generalizada.

Em suma, ao demonstrar que o capital político pode fluir tanto de baixo para cima como de cima para baixo, e que a intensidade desse fluxo é contextualmente determinada, este artigo contribui para uma melhor compreensão do impacto do federalismo brasileiro nas dinâmicas eleitorais e de representação política.

Referências

- AMES, Barry. The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, p. 95–111, mar. 1994.
- ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mastering 'Metrics: The Path from Cause to Effect**. with French flaps edition ed. Princeton, NJ Oxford: Princeton University Press, 2014.
- AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo. **Do Parties Matter? Intra-Party Linkages and Electoral Performance in Brazil**. Rochester, NY, 2013. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2106401>>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 55, p. 987–1013, dez. 2012.
- BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. e329414, 13 jul. 2017.
- BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28–45, 1 set. 2016.
- BUENO, N. S. Bypassing the enemy: distributive politics, credit claiming, and nonstate organizations in Brazil. **Comparative Political Studies**, 2018.
- CALONICO, Sebastian *et al.* Rdrobust: Software for Regression-discontinuity Designs. **The Stata Journal: Promoting communications on statistics and Stata**, v. 17, n. 2, p. 372–404, jun. 2017.
- CHEIBUB, José Antonio *et al.* Dynamic party system fragmentation. **Electoral Studies**, v. 76, p. 102440, 1 abr. 2022.
- DAHIS, Ricardo *et al.* **Data Basis (Base Dos Dados): Universalizing Access to High-Quality Data**. Rochester, NY, 5 jul. 2022. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=4157813>>. Acesso em: 14 jun. 2024
- EDUARDO, Felipe Lima; RUSSO, Guilherme A. Popularidade e indicação: condicionantes do efeito de *coattail* reverso. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e001, 10 jun. 2022.
- GERRING, John; VEENENDAAL, Wouter. **Population and Politics: The Impact of Scale**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- GEYS, Benny. District Magnitude, Social Heterogeneity and Local Party System Fragmentation. **Party Politics**, v. 12, n. 2, p. 281–297, mar. 2006.
- GOLOSOV, Grigorii V. Factors of party system fragmentation: A cross-national study. **Australian Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 42–60, jan. 2015.
- GRIN, Eduardo Jose; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Capacidades estatais municipais : o universo desconhecido no federalismo**

brasileiro. [S.l.]: Editora da UFRGS, 2021.

KEELE, Luke. The Statistics of Causal Inference: A View from Political Methodology. **Political Analysis**, v. 23, n. 3, p. 313–335, 2015.

KUSTOV, Alexander; PARDELLI, Giuliana. Beyond Diversity: The Role of State Capacity in Fostering Social Cohesion in Brazil. **World Development**, v. 180, p. 106625, 1 ago. 2024.

MARENCO, André. Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas e Legislação em Municípios Brasileiros. **Dados**, v. 60, p. 1025–1058, dez. 2017.

MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza Blanco; JONER, William. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 03–21, 1 dez. 2017.

MEIRELES, Fernando. Carreiras Políticas na Câmara dos Deputados: Uma Análise Quase-Experimental. **Dados**, v. 62, n. 4, p. e20160198–e20160198, 2019.

MEIRELES, Fernando. Política Distributiva em Coalizão. **Dados**, v. 67, p. e20210135, 6 mar. 2023.

NASCIMENTO, Willber. Fragmentação partidária e partidos pequenos no Brasil (1998-2014). **Conversas & Controvérsias**, v. 5, n. 2, p. 285–305, 2018.

NOVAES, L. M. **Disloyal Brokers and Weak Parties.** *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 1, p. 1-15. DOI: 10.1111/ajps.12331, 2018.

225

SCHAEFER, Bruno; BARBOSA, Tiago. Majority influence in proportional elections: the case of Brazilian mayors and city councilors. **BRaS Blog**, v. 2, 19 out. 2020.

SCHAEFER, Bruno Marques *et al.* **mape_municipios Database.** OSF (Open Science Framework), 2024a. Disponível em: <<https://osf.io/3yka9/>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SCHAEFER, Bruno Marques *et al.* **Boletim de Executivos Municipais no Acre: Tributação e Composição da Administração Pública.** OSF Preprints. [S.l.]: Center for Open Science, 12 dez. 2024b. Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:osf:osfxxx:kj4f7>>. Acesso em: 8 set. 2025.

SOARES, Márcia Miranda. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a câmara dos deputados brasileira (1994-2010). **Dados**, v. 56, p. 413–437, jun. 2013.

TORAL, Guillermo. How Patronage Delivers: Political Appointments, Bureaucratic Accountability, and Service Delivery in Brazil. **American Journal of Political Science**, v. 68, n. 2, p. 797–815, 2024.

VENTURA, Tiago. Do mayors matter? Reverse coattails on congressional elections in Brazil. **Electoral Studies**, v. 69, p. 102242, fev. 2021.

A representação de si dos candidatos a vereador nas eleições municipais de 2024

Sérgio Trein¹

ORCID: 0000-0003-1632-2859

Resumo: O objetivo do estudo é identificar de que forma os candidatos a vereador nas eleições de 2024 procuraram representar-se a si mesmos para conquistar a confiança dos eleitores. Para isso, com base na pesquisa documental e na Análise do Discurso de linha francesa, foram analisadas todas as candidaturas a vereador nas capitais brasileiras das regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Verificou-se que em cada uma das capitais, mais de um terço dos candidatos teve uma preocupação com o *ethos* (imagem de si) que os representassem por algum tipo de qualificativo, tais como a atividade profissional, o apelido, a área de origem ou de pertença, como agente público de segurança nacional ou criminal, a religião ou credo, o gênero ou outra definição que não a condição de políticos. Demonstrando, assim, uma crise no modelo representativo brasileiro.

226

Palavras-chave: Eleições. Vereador. Confiança. Representação. *Ethos*.

¹ Graduado em Publicidade e Propaganda pela PUCRS. Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre e Doutor em Comunicação pela PUCRS. Pós-Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do grupo de pesquisa Comunicação Eleitoral, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na Universidade Federal do Paraná. E-mail: sergiotrein@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8588493824931435>

Abstract: The objective of the study is to identify how candidates for city councilor in the 2024 elections sought to represent themselves in order to gain the trust of voters. To this end, based on documentary research and the French tradition of Discourse Analysis, all candidacies for city councilor in the Brazilian state capitals of the North, Northeast, Central-West, Southeast, and South regions were examined. It was found that in each of the capitals, more than one third of the candidates showed concern with their *ethos* (self-image), representing themselves through some type of qualifier, such as their professional activity, nickname, area of origin or affiliation, identification as a public security agent (national or criminal), religion or creed, gender, or another definition other than that of being politicians. This thus demonstrates a crisis in the Brazilian representative model.

227

Keywords: Elections. City councilor. Trust. Representation. Ethos.

Resumen: El objetivo del estudio es identificar de qué manera los candidatos a concejal en las elecciones de 2024 buscaron representarse a sí mismos para conquistar la confianza de los electores. Para ello, con base en la investigación documental y en el Análisis del Discurso de línea francesa, se examinaron todas las candidaturas a concejal en las capitales brasileñas de las regiones Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste y Sur. Se verificó que en cada una de las capitales, más de un tercio de los candidatos mostró una preocupación por el *ethos* (imagen de sí mismos), representándose mediante algún tipo de calificativo, tales como la actividad profesional, el apodo, el área de origen o de pertenencia, la identificación como agente público de seguridad nacional o criminal, la religión o credo, el género u otra definición distinta a la condición de políticos. Esto demuestra, así, una crisis en el modelo representativo brasileño.

228

Palabras clave: Elecciones. Concejal. Confianza. Representación. Ethos.

Introdução

Em 2024, foram realizadas eleições no Brasil para os cargos de prefeito municipal e de vereador. O prefeito é a principal autoridade executiva de um município, responsável pela gestão da cidade e pela implementação de políticas públicas. Suas funções incluem administrar os recursos municipais, garantir a prestação de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, e promover o desenvolvimento urbano. O prefeito também sanciona ou veta leis aprovadas pela Câmara Municipal e interage com outras esferas de governo em busca de benefícios para o município. Já a função principal de um vereador é representar os cidadãos de seu município, elaborando leis municipais e fiscalizando os atos do Poder Executivo, ocupado pelo prefeito. Os vereadores criam e aprovam leis que regem a vida da cidade, além de garantir que as políticas públicas sejam implementadas, e os recursos públicos bem aplicados.

Mas de onde vem o nome vereador? Na verdade, a origem do termo vereador é bastante imprecisa. De acordo com o dicionário Houaiss (2001), verear viria do português arcaico *veréa*, que, acrescentado do sufixo “ar”, significaria legislar ou administrar algo na qualidade de vereador. Entretanto, o próprio Houaiss (2001) complementa que existiria a possibilidade de que vereador viesse a ser uma contração da palavra verificar. O motivo para essa segunda possibilidade baseia-se na descrição contida no *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*, de 1873, escrito por Francisco Solano Constâncio, um médico, diplomata, filólogo, economista, jornalista e político português. Verear, para Solano Constâncio, na contração de verificar, representaria vigiar sobre a boa política da terra, reger e cuidar do bem público.

A definição de Solano Constâncio seria uma correção ao significado do termo vereador, dado pelo também português Antonio de Moraes Silva, em seu *Dicionario da Lingua Portuguesa*, de 1789. Para Moraes Silva, *veréa* estaria ligado ao sentido de caminho. Nas muitas descrições incertas que encontramos sobre o termo vereador, essa associação do termo à noção de caminho se repete, como se a função fosse a de administrar as estradas e os caminhos, providenciar os consertos necessários a essas vias e a manutenção da limpeza. Mesmo com uma denominação diferente, chamada na época de *edil*, mas com atribuições semelhantes,

a função de vereear já existia no antigo Império Romano, com a designação de garantir o bom estado dos prédios, das obras e dos serviços públicos.

No Brasil, as normas que passaram a definir a atividade de vereador começaram a tomar forma com base em três momentos históricos do país: a declaração da Independência, em 1822; a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I; e a Lei de 1º. de outubro de 1828 (Presidência da República, 1828). A referida Lei dispunha sobre a forma de eleição das Câmaras de Vereadores, as funções municipais e os deveres do cargo. Atualmente, é a Constituição Federal de 1988 quem determina as regras para os vereadores, tais como: mandato de quatro anos, por voto direto e simultâneo em todo o país, atendida a idade mínima de dezoito anos; encargo de elaborar a Lei Orgânica do Município; o número de integrantes nas Câmaras deve ser proporcional à população do município, variando entre nove e cinquenta e cinco vereadores; ação de fiscalização e julgamento das contas do Poder Executivo municipal; inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos durante o exercício do mandato e na circunscrição do município; e legislar sobre assuntos de interesse local (Constituição Federal, 1988).

Posto desta forma, o papel dos vereadores ajusta-se perfeitamente à ideia de **Aristóteles (1990)**, quando o filósofo e pensador definiu o conceito de política e tudo aquilo que fosse relativo à cidade e ao cidadão. Em toda a sua produção, Aristóteles (1990) sempre se mostrou preocupado com o bem e, como ele mesmo complementa, o bem na política era a justiça e a maneira como o Estado deveria zelar pelo ideal de vida humana perfeita. Mas quem seriam essas pessoas capazes de tentar proporcionar o bem à população? Daí a importância da representatividade na política, de ter candidatos que possam atuar em favor do maior número de segmentos sociais, de gênero e de raça possíveis. E da própria questão da confiança, como aponta Moisés (2005), de confiar em quem, na maioria das vezes, não se conhece pessoalmente.

Com base nestas questões é que se desenvolve a nossa proposta de estudo: uma vez que a grande maioria dos eleitores não conhece os candidatos a vereador, como esses candidatos procuram representar-se a si mesmos de maneira a conquistar a confiança e o voto dos eleitores? Especialmente em um cenário de constantes aumentos na abstenção e na desconfiança dos eleitores e dos cidadãos em geral em relação à política, como tem se verificado nas últimas eleições no Brasil. A pergunta se faz necessária, porque observamos que muitos candidatos

– além do nome – justamente para não se mostrarem como políticos, ainda que concorrendo a um cargo político, se identificam utilizando suas profissões, seus credos, suas patentes militares, suas regiões de pertença, sua raça e até seu gênero ou características físicas para representarem a si mesmos. Para atender ao que se pretende e tentar confirmar a nossa hipótese, pesquisamos todas as vinte e sete capitais de estado brasileiras. Em cada uma delas, identificamos todos os candidatos a vereador que procuraram representar a si mesmos com algum qualificativo junto ao nome. Como suporte teórico para nossa análise, utilizamos conceitos como os de representação, de *ethos*, de *ethos* prévio, de identidade, de governo representativo e de confiança. E, como base metodológica, utilizamos a pesquisa documental e a Análise do Discurso de linha francesa.

Identidade, representação e *ethos*

Inicialmente, começamos com o conceito de identidade. E já neste início nos deparamos com uma amplitude de definições para o termo, em várias áreas do conhecimento. Boa parte dessas definições procura analisar o conjunto das qualidades e das características individuais que fazem com que cada indivíduo tenha a sua própria identidade. Em uma definição inicial bastante preliminar, pode-se dizer que o conceito de identidade fica reduzido a um simples papel – ou sua versão digital – daquilo que no Brasil se denomina como Registro Geral (RG) ou simplesmente carteira de identidade. Possuir um documento de identidade é uma exigência do Estado, o que faz com que as pessoas constituam a sua identidade a partir do nome, do sexo, da data de nascimento, da filiação e da assinatura. Segundo Jacques (1998), exigir que as pessoas tenham esse documento solidifica a ideia que um indivíduo tem de si.

Ainda conforme Jacques (1998), ao se referir ao conceito de identidade, os muitos autores que se dedicam ao tema acabam empregando expressões distintas como imagem, representação e conceito de si para designar conteúdos como o conjunto de traços, de imagens e de sentimentos que um indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio. Nesta perspectiva, a identidade acaba sendo apreendida como representações de si em resposta a perguntas como “quem tu és?”. O resultado dessa operação acaba se enquadrando também em outra articulação, que une a identidade pressuposta à ação social do indivíduo e às relações nas quais esse indivíduo está envolvido (Jacques, 1998).

Desta forma, de acordo com Mauss (1974), o conceito de identidade serve para contemplar muito bem a noção de pessoa ou mesmo a noção de 'eu'. Entretanto, para Lopes (1996), mesmo sem desconsiderar a importância deste reconhecimento do 'eu', há o entendimento de que seja fundamental também pensar na consciência de continuidade que os sujeitos têm a partir da percepção da existência destas formas que os revestem. Isso de certa maneira associa-se ao pensamento de Jacques (1998) em relação aos conceitos de identidade íntima e de identidade pública. Para o autor, identidade íntima é a autoimagem que o indivíduo possui de si mesmo. Já a identidade pública é a parte da identidade que o indivíduo divulga e torna acessível aos outros. Ou seja, a partir deste momento passa a ser uma representação de si mesmo.

Como afirma Hall (1997), representação é aquilo que damos significado em relação às coisas, ao que dizemos, ao que pensamos e o que sentimos. Ainda segundo Hall (1997), ao representar algo com o objetivo de descrevê-lo ou retratá-lo, buscamos algum meio de descrição, modelo ou imaginação que produza uma semelhança de sentidos em nossa mente. Mas representar, como complementa o autor, também significa simbolizar alguma coisa, pôr-se no lugar dela ou encontrar algo que a substitua. Como um exemplo desse modo de representação, Hall (1997) cita o cristianismo, que através da cruz procura representar o sofrimento e a crucificação de Cristo.

232

Temos, portanto, dois processos envolvidos, que Hall (1997) define como sistemas de representação. Primeiro, há o sistema pelo qual toda ordem de objetos, sujeitos e acontecimentos é correlacionada a um conjunto de conceitos ou representações mentais que carregamos. Sem eles, na opinião do autor, jamais conseguiríamos interpretar o mundo de maneira inteligível. Sendo assim, o significado das coisas depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos. É esse sistema que permite que façamos referências a coisas tanto dentro quanto fora de nossa mente (Hall, 1997).

O segundo sistema é o que Hall (1997) classifica como uma simplificação de um processo mais complexo. Assim como formamos conceitos para as coisas que conseguimos perceber, também elaboramos conceitos para questões mais abstratas, que não podemos sequer ver, sentir ou tocar, tais como a morte, a amizade ou o amor. Da mesma forma, elaboramos conceitos para coisas que nunca vimos e jamais veremos e o mesmo sobre pessoas e lugares gerados na nossa

imaginação. Nestes casos, o sistema de representação passa a utilizar princípios de similaridade ou de diferença para estabelecer relações ou para distinguir uns dos outros. Como ilustração, Hall (1997) compara pássaros e aviões. São de naturezas diferentes, mas ambos voam.

Para obter o efeito desejado, o autor entende que há uma relação entre cultura e significado, pois os significados somente podem ser produzidos e compartilhados entre os membros de uma determinada cultura. É preciso haver uma linguagem, signos e imagens comuns para que algo possa ser representado a outras pessoas. De acordo com o pensamento de Hall (1997), para que saibamos que um conceito define tal coisa, ou que uma palavra efetivamente representa um determinado conceito, que um som ou uma imagem carrega um sentido e faz com que um indivíduo possa se expressar através deles, não apenas as pessoas devem pertencer a uma mesma cultura como também devem compartilhar uma maneira semelhante de interpretar os signos de uma linguagem.

Ainda de acordo com Hall (2016), pode-se considerar que existem três enfoques para explicar como funciona a representação do sentido pela linguagem. O primeiro é o que o autor denomina de abordagem reflexiva, em que o sentido é pensado exatamente em cima do objeto, da pessoa ou do evento produzido no mundo real. O nome é reflexivo, porque a linguagem funciona como um espelho, para refletir o sentido verdadeiro que já existe no mundo. A segunda abordagem, conforme o Hall (2016), é aquela em que um autor impõe o seu sentido no mundo. Ou seja, as palavras significam o que esse autor pretende que signifiquem. Hall (2016) a classifica como abordagem intencional. Mesmo que os indivíduos utilizem a linguagem para convencer alguém, o próprio autor considera a abordagem falha, pois cada pessoa não pode ser a única fonte de significados.

Diferente da abordagem intencional, a abordagem construtivista assume um caráter público e social da linguagem. Porém, diverge da abordagem reflexiva, pois a abordagem construtivista vale-se de práticas e processos simbólicos para representar bens materiais e lhes atribuir sentidos. Só que, atribuir sentido a algo, como lembra Hall (2016), acaba aproximando-se muito do conceito de estereotipagem. Diferente da tipificação, mais relacionada à abordagem reflexiva e que possui uma classificação mais geral de compreender as coisas, a estereotipagem utiliza-se de poucas características sobre pessoas ou objetos. O estereótipo reduz algo a poucos traços, que acabam sendo exagerados ou simplificados.

É uma construção que começa muitas vezes antes mesmo do discurso em si e do sentido que é atribuído pela representação. É o que Maingueneau (2005) define como o *ethos* prévio. Especialmente nas abordagens intencional e construtivista, o *ethos* prévio, também chamado de pré-discursivo, refere-se à imagem ou a percepção que o público possui em relação ao orador, antes mesmo do discurso começar. Como afirma Amossy (2005), essa imagem prévia é construída a partir de experiências anteriores, da reputação ou com base em estereótipos e exerce influência sobre a maneira como o público interpretará e avaliará o discurso e a representação que está sendo proferida.

Um médico, por exemplo, pela sua condição de ajudar a cuidar da saúde dos outros, poderá ter um *ethos* prévio positivo. Diferente de um político que, pela imagem de desconfiança dos indivíduos em relação às instituições democráticas, talvez tenha um *ethos* pré-discursivo negativo. Talvez essa seja uma das razões pelas quais os candidatos a vereador procuram representar-se a si mesmo com algum tipo de qualificativo, além do próprio nome. Neste caso, seria o que Hall (2016), ao abordar a questão da estereotipagem, estabelece como uma fronteira entre o normal e o inaceitável, entre os *insiders* (pessoas de dentro) e os *outsiders* (pessoas de fora). Candidatos a vereador que utilizam qualificativos seriam *outsiders*, porque não querem ser reconhecidos como políticos, ainda que inseridos no ambiente da política.

Esse tipo de postura adotado pelos candidatos – no caso desta pesquisa, dos candidatos a vereador – segundo Manin (1995), aponta uma crise no modelo político representativo que exige uma nova forma de representação. De acordo com o autor, aquilo que Stuart Mill (1981) denominou como governo representativo, passou por diversas modificações a partir do século XVIII. Entre elas, a presença dos partidos organizados, que se tornaram um requisito da democracia representativa. Para Manin (1995), os partidos transformaram a relação de representação ao aproximarem os representantes dos representados, pois os candidatos começaram a ser escolhidos conforme sua organização partidária e a ela permaneciam vinculados após eleitos.

Porém, como afirma o autor, esse modelo não mais se sustenta. Daí a crise no modelo representativo, citado por Manin (1995). Para ele, a decisão do voto não se baseia mais nas propostas do partido político. E, sim, nas imagens construídas em torno dos candidatos. Na opinião do autor, os políticos acabam

chegando ao poder muito mais em virtude de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação em massa. Além de serem influenciados pela personalidade dos candidatos, prossegue Manin (1995), os eleitores têm seu comportamento de escolha alterado, pois ao invés das plataformas partidárias, cria-se o que o autor classifica de eleitores flutuantes, que tomam suas decisões diante daquilo que lhes é oferecido e não mais a partir de uma identificação partidária estável.

Outro fator que incide sobre o modelo representativo é a questão da confiança. O termo possui uma abrangência de significados muito grande e está presente em muitas áreas do conhecimento. Pode significar crença na probidade moral, na sinceridade, na lealdade de alguém. Ou a crença de que algo combinado não falhará. Está ainda associado à força interior, à segurança, à esperança e ao otimismo. Não é à toa, portanto, que em sua origem, como afirma Moisés (2005), as pesquisas sobre confiança desenvolveram-se no campo da psicologia social, justamente associando o conceito à confiança interpessoal generalizada e aos traços de personalidade dos indivíduos.

Na política, o conceito também tem uma amplitude conceitual, pois é utilizado tanto pelas teorias de cultura política, a partir de autores como Almond e Verba (1963), como pela perspectiva do capital social, conforme a classificação de Putnam (1993), para enfatizar a sua influência na consolidação e na estabilidade de regimes democráticos. De maneira mais específica, confiança na política pode ser compreendida de várias maneiras, como: a confiança nas instituições, a confiança nos líderes e em sua capacidade e integridade, e a confiança no sistema político e em suas regras, leis e procedimentos. E, ainda assim, de acordo com Moisés (2005), a confiança em instituições políticas provoca dúvidas quanto à sua aplicabilidade, pois não faria sentido falar em confiança em instituições porque quem confia ou se dispõe a fazê-lo não tem como conhecer os interesses e as motivações dos indivíduos que as dirigem.

Segundo Moisés (2005) o modelo brasileiro de política tem provocado um sentimento adverso à confiança: o da desconfiança. Novamente, em um sentido mais amplo, a desconfiança expressa a atitude de descrédito ou de desmerecimento de alguém ou de algo. No caso da política, em oposição à confiança, a desconfiança política corresponde à situação em que os cidadãos sentem-se desrespeitados pelas instituições que não funcionam como deveriam, aos constantes

casos de corrupção envolvendo os políticos e à incompetência das administrações públicas de resolver problemas. Como consequência, a desconfiança política poderia abrir espaço para o surgimento de líderes que prometem soluções simples para problemas complexos, bem como o próprio desinteresse pela política, fazendo com que as pessoas se distanciem da participação política e das discussões de interesse público (Easton, 1965).

Parece ser o que está acontecendo na escolha dos vereadores, nas eleições brasileiras, como veremos a seguir.

A representação de si mesmo dos candidatos a vereador

Para responder a nossa principal questão de pesquisa, que é identificar como os candidatos a vereador procuram representar-se a si mesmos, de maneira a conquistar a confiança e o voto dos eleitores, pesquisamos todas as capitais de estados brasileiros, nas cinco regiões: região norte, região nordeste, região centro-oeste, região sudeste e região sul. O objetivo foi o de compreender se existiria uma tendência regional ou uma tendência nacional da autorrepresentação. Ainda que haja uma variação em termos da quantidade de estados em cada região, e em relação à quantidade populacional de determinadas capitais e mesmo regiões, ambos fatores não influenciam nosso estudo, que é promover uma ‘radiografia’ da maneira como candidatos representam a si próprios. Com base na pesquisa documental, listamos todos os candidatos a vereador em cada uma dessas capitais e, posteriormente, fomos classificando-os conforme as suas formas de se autorrepresentar.

De acordo com Moreira (2005), diversas áreas do conhecimento utilizam a pesquisa documental. Como explica a autora, “a análise documental é composta por três momentos distintos: a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2005, p. 271). As fontes da análise documental costumam ser de origem secundária, pois constituem conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados, conforme explica a autora. No caso específico desta pesquisa, os dados analisados – os nomes e a forma como os candidatos a vereador se apresentam – são de origem secundária, porque encontram-se no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a instância máxima da justiça eleitoral brasileira.

Nosso estudo identificou, nas vinte e sete capitais, em torno de sessenta tipos de representações de si por parte dos candidatos, que foram divididos nas

seguintes categorias: pelo apelido, pela área de origem ou região de pertença, pela atividade profissional, pela designação como agente público de segurança nacional ou criminal, pela religião ou credo, pela militância política, por serem ‘do povo’, pela definição de gênero, por alguma característica física, pela etnia e pela condição de ‘tio’ ou ‘tia’.

Na apreciação destes documentos, como base metodológica, utilizamos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Na Análise do Discurso (AD), como afirma Orlandi (2000), leva-se em conta, também, as condições de produção da linguagem e os contextos em que se produz esse dizer. Ou seja, relaciona a linguagem à sua exterioridade, de acordo com a autora. Na perspectiva da AD não existe discurso autônomo, todo discurso remete necessariamente a outros. E, nesta exterioridade, estão tanto aspectos ideológicos, quanto sociais, que vão influenciar a formação do discurso e as estratégias discursivas utilizadas.

Para a Análise do Discurso, além dos ditos, existem os não-ditos. Conforme Orlandi (2000), os não-ditos são sentidos que não aparecem explicitamente no enunciado, mas que estão presentes no discurso e produzem significado. Eles fazem parte do que é silenciado, pressuposto ou implícito em uma fala. Os não-ditos, na perspectiva da autora, estão ligados à ideologia, à história e à memória discursiva. Eles revelam posições, conflitos e limites do que pode ou deve ser dito em determinado contexto.

Segundo Orlandi (2000), quando se diz “deixei de fumar”, o pressuposto é que “eu fumava antes”. O posto traz consigo esse pressuposto. Não é dito, mas está presente na fala. Da mesma forma, quando os candidatos a vereador se representam nas condições citadas acima, fica pressuposto que eles preferem ser conhecidos desta maneira e não como políticos. Novamente, não é dito, mas está presente na fala. Para Orlandi (2000), há, ainda, a questão dos subentendidos nos não-ditos. Assim como no dito “deixei de fumar” o motivo fica subentendido – provavelmente porque fazia mal –, nas representações de si, pode-se afirmar que igualmente fique subentendido que se apresentar como político, diante da crise no modelo representativo, sugerido por Manin (1995), e do clima de desconfiança política, de acordo com o pensamento de Moisés (2005), crie uma imagem negativa dos candidatos. Melhor, portanto, representar a si mesmo a partir de outra identificação.

E isso fica muito claro nas nossas análises. Evidentemente, cada eleição tem o seu contexto. Cada capital tem suas características e seus problemas. Mas a forma

como os candidatos a vereador se representou nas eleições municipais de 2024, praticamente seguiu um mesmo padrão em todo o país. Tanto no *ethos* (imagem de si) e na identidade, como na média percentual de candidatos por capital.

Na região Norte encontramos a seguinte situação:

Quadro 1: Representação dos candidatos a vereador na região Norte, em 2024

Capital	Total de candidatos	Quantidade de candidatos que representaram a si mesmos	Percentual
Belém	583	160	27,5%
Boa Vista	294	109	37%
Macapá	266	85	32%
Manaus	819	552	34,6%
Palmas	326	132	40,5%
Porto Velho	441	173	39,2%
Rio Branco	317	104	32,8%

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral – TSE (2024) – www.tse.org.br

Palmas foi a capital com o maior número de candidatos que representaram a si mesmos. Enquanto Belém teve o menor índice. As demais capitais mantiveram-se em uma média percentual muito próxima umas das outras. Representar-se pelo apelido, pela área de origem ou região de pertença e pela atividade profissional foi a forma mais encontrada. Em relação à profissão, identificamos em todas as capitais uma quantidade grande de candidatos que se representaram como professores ou doutores. No caso de Boa Vista, por ser um estado com quase 45% do território formado por diversas etnias, foi a única capital que apresentou esse tipo de representação.

A região Centro-oeste é composta por apenas três capitais. Brasília, no Distrito Federal, não é considerada capital como as demais, porque é a capital federal do Brasil. Aqui encontramos o seguinte cenário:

Quadro 2: Representação dos candidatos a vereador na região Centro-oeste, em 2024

Capital	Total de candidatos	Quantidade de candidatos que representaram a si mesmos	Percentual
Campo Grande	493	189	38,3%
Cuiabá	446	143	32%
Goiânia	690	242	38,2%

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral – TSE (2024) – www.tse.org.br

Em duas capitais, o percentual de candidatos que procuraram representar a si mesmos foi praticamente igual: em Campo Grande e em Goiânia. Novamente, apelido, área de origem ou região de pertença e atividade profissional foram as mais identificadas. Em Goiânia, mais do que nas outras capitais da região centro-oeste, foi grande o número de representações pela patente militar e pela religião ou credo. Diferente de todas as capitais brasileiras, em Goiânia não houve nenhuma representação de si na condição de professor ou professora, índice que foi bem alto em outras capitais. Já Cuiabá teve destaque na quantidade de candidatos que se representaram pela patente militar.

A terceira região analisada foi o Nordeste. É a região com o maior número de capitais, são nove no total. Um terço de todas as capitais de estado brasileiras. Os dados identificados foram estes:

Quadro 3: Representação dos candidatos a vereador na região Nordeste, em 2024

Capital de estado	Total de candidatos	Quantidade de candidatos que representaram a si mesmos	Percentual
Aracaju	487	255	52,3%
Fortaleza	771	247	32%
João Pessoa	448	157	35%
Maceió	314	118	37,5%
Natal	434	146	33,6%
Recife	519	208	40%
Salvador	852	295	34,6%
São Luís	520	171	33%
Teresina	487	162	33,2%

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral – TSE (2024) – www.tse.org.br

Mais uma vez se confirma o que já foi registrado nas duas regiões investigadas anteriormente. Ou seja, o predomínio das categorias apelido, área de origem ou pertença e atividade profissional. Entretanto, um dado chama muito a atenção: a quantidade de candidatos que representaram a si mesmos por algum tipo de qualificativo, além do nome: Aracaju, com mais de 50% dos candidatos, e Recife, com 40% dos concorrentes ao cargo de vereador. Em Salvador, outro dado se destaca, que é a quantidade de candidatos que se autorrepresentaram pela religião. Como a capital baiana tem uma tradição religiosa católica e de umbanda, houve um número bastante alto de padres e pais ou mães de santo se apresentando como candidatos. Já em São Luís, outro aspecto importante foi a quantidade de candi-

dados da categoria militância política, pertencentes a coletivos como uma forma de candidatura compartilhada. Foi tão alto quanto as categorias apelido e área de origem ou pertença, que têm se mostrado como as principais.

A quarta região pesquisada foi a região Sudeste. Novamente se repetem as mesmas categorias: apelido, área de origem ou de pertença e atividade profissional, como vemos no quadro a seguir:

Quadro 4: Representação dos candidatos a vereador na região Sudeste, em 2024

Capital	Total de candidatos	Quantidade de candidatos que representaram a si mesmos	Percentual
Belo Horizonte	874	336	38,4%
Rio de Janeiro	1.028	407	39,6%
São Paulo	1.016	311	32,3%
Vitória	285	99	34,7%

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral – TSE (2024) – www.tse.org.br

Não apenas na região Sudeste, mas também entre todas as capitais brasileiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte foram as que registraram a maior quantidade de candidaturas a vereador. Especificamente no Rio de Janeiro, embora seja uma das categorias que mais apareceram, a área de origem ou de pertença teve menos da metade de candidatos em relação à categoria apelido. E a única capital até então onde a atividade profissional superou a área de origem ou de pertença. Da mesma maneira que já fora observado na região Sudeste, chama a atenção para os altos números de representação de si mesmos registrados em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Quase 40%. Só perdem para Aracaju e Recife, na região Centro-oeste (? Nordeste). As demais categorias mantiveram-se na média das demais capitais de estado.

Por fim, a última região analisada foi a região Sul. Assim como a região Centro-oeste, tem apenas três capitais.

Quadro 5: Representação dos candidatos a vereador na região Sul, em 2024

Capital	Total de candidatos	Quantidade de candidatos que representaram a si mesmos	Percentual
Curitiba	752	257	34,1%
Florianópolis	308	104	33,8%
Porto Alegre	518	166	32%

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral – TSE (2024) – www.tse.org.br

A região Sul também apresentou uma quantidade bastante grande que se representaram a si próprios pelas categorias área de origem ou pertença e atividade profissional. Porém, diferente das demais capitais, em Curitiba, a autorrepresentação pelo apelido não foi tão alta. Na capital paranaense a designação de si como agente público de segurança nacional ou criminal foi a terceira maior. Em Porto Alegre, não chegou a ocupar a terceira posição, mas esteve bem próximo disso.

De maneira geral, ou seja, em todo o Brasil, o que se vê é que, ao procurar criar uma imagem de si pela atividade profissional, designação de si como agente público de segurança nacional ou criminal, pela religião ou pelo credo, pelo apelido ou por outra forma de se representarem a si mesmos, os candidatos a vereador mostraram uma preocupação com o *ethos* prévio, porque sabem que as pessoas em geral têm uma distância e uma desconfiança em relação à política. O *ethos* prévio, segundo Maingueneau (2006), é aquele que precede a construção do discurso e que é importante compreender a reputação ou a imagem prévia do enunciador, construída socialmente.

Parece evidente que os candidatos que utilizam algum tipo de qualificativo como representação de si mesmos, não querem ser vistos como políticos. E, sim, como médicos, doutores, professores, delegado, tenente, pastor, porque socialmente são representações mais positivas do que a imagem de desconfiança colada à política e aos políticos. Ainda que, mesmo sendo médicos, doutores, professores, delegados, tenentes, pastores e outros qualificativos, vão se tornar políticos também.

Em relação àqueles que se representam a si mesmos como sendo de alguma região, área ou do local de pertença, são candidatos que procuram se vincular à comunidade, como quem dissesse “você me conhece, sabe quem eu sou”. Estes candidatos, ocupam o que Schwartzberg (1977) define como o igual a todo mundo. Conforme o autor, este sujeito é uma pessoa qualquer, o cidadão comum, o indivíduo normal, ao qual o eleitor associa a sua própria imagem. Alguém também distante da figura desgastada do político.

Considerações finais

Quando observamos as representações de si dos candidatos a vereador, podemos pensar na tradicional figura das cidades, com a praça ao centro e a igreja, a prefeitura, a escola, o hospital, o quartel e alguns outros serviços ao redor. E, neste cenário lúdico (?) da cidade tradicional, vemos que o padre ou o pastor são candidatos; que o médico, a médica ou o dentista são candidatos; que o professor ou a professora são candidatos; o policial ou o soldado são candidatos; o motorista do táxi; a dona da lancheria; e assim por diante. É a cidade que se conhece. São as pessoas que se conhecem. Retomando o pensamento de Moisés (2005) de que na política deve-se confiar em quem não se conhece pessoalmente, ao representarem-se a si mesmos como não-políticos, os candidatos procuram conquistar a confiança dos eleitores por seus qualificativos e não como políticos. Apostam no *ethos* (imagem de si) que a figura positiva de um médico, de um engenheiro, de um policial, de um pastor ou padre possuem na sociedade.

A pesquisa apontou ainda que, dentre as atividades profissionais identificadas, as de doutor ou doutora, professor ou professora e mesmo a condição de agentes públicos de segurança nacional ou criminal, foram aquelas com o maior número de candidatos a vereador. Considerando que doutor ou doutora sejam pessoas da área da saúde, temos representados três dos temas que mais costumam aparecer nas campanhas eleitorais: a saúde, a educação e a segurança. De qualquer forma, em termos gerais, percebe-se que uma parcela significativa da população realmente prefere votar em candidatos que não se apresentam como políticos tradicionais.

Para novos estudos ficam alguns pontos de interrogação. Como será a eleição para vereador em 2028? Essa tendência de representação de si mesmo continuará? E em relação aos deputados estaduais e federais, os candidatos também utilizarão qualificativos de representação? São respostas que podem pautar estudos futuros. Até porque, nessa área do poder legislativo, sobre deputados e vereadores, existem poucas pesquisas no Brasil.

Referências

- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Novo diccionario critico e etymologico da Lingua Portuguesa**. Paris: Casimir, 1836.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Data do acesso: 17/08/2025.
- EASTON, D. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- JACQUES, Maria G. C. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LOPES, José Rogério. Registros teórico-históricos do conceito de identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 7-27, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Revista Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- MOREIRA, Sônia Virginia. Análise documental como método e técnica. In.: DUARTE, Antonio; BARROS, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, 1828. Disponível em https://www.planalto.gov.br/c-civil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Data do acesso: 28/07/2025.

Putnam, R. D. . **Making Democracy Work: Civic Tradition and Modern Italy**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1993.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Litteraria Fluminense, 1789.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2025. Disponível em <https://resultados.tse-jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Data do acesso: 19/05/2025.

ENTREVISTA ■

Município e poder político no Brasil contemporâneo: entrevista com Maria Teresa Miceli Kerbauy

Thaís Cavalcante Martins¹
ORCID: 0000-0003-4595-1849

Resumo: A entrevista apresenta a trajetória intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbauy e sua contribuição decisiva para a consolidação dos estudos sobre poder local e política municipal na Ciência Política brasileira. Em um campo historicamente orientado pela centralidade atribuída à política nacional, sua produção deslocou o foco analítico para o município como espaço fundamental de organização do poder, da representação política e das disputas eleitorais. Ao longo da entrevista, são discutidos temas como elites políticas locais, partidos, recrutamento de candidaturas, comportamento eleitoral, juventude, políticas públicas e transformações recentes da política municipal. O texto evidencia a importância de abordagens sensíveis à diversidade territorial e às dinâmicas locais, mostrando como o município constitui dimensão central para compreender a política brasileira e os desafios contemporâneos da democracia.

245

Palavras-chave: poder local; política municipal; elites políticas; eleições municipais.

¹ Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Atualmente é pesquisadora associada do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), Unifesp. thais.cavalcante@unifesp.br. <http://lattes.cnpq.br/5764763788709997>.

Abstract: The interview presents the intellectual trajectory of Maria Teresa Miceli Kerbaux and her decisive contribution to the consolidation of a scholarship on local power relations and municipal politics in Brazilian Political Science. In a field historically oriented by the centrality attributed to national politics, her work shifted the analytical focus toward the municipality as a fundamental space for the organization of power, political representation, and electoral competition. Throughout the interview, topics such as local political elites, political parties, the recruitment of potential candidates, electoral behavior, youth, public policies, and recent transformations in municipal politics are discussed. The text highlights the importance of approaches attentive to territorial diversity and local dynamics, showing how the municipality constitutes a central dimension for understanding Brazilian politics and the contemporary challenges of democracy.

246

Keywords: local power; municipal politics; political elites; municipal elections.

Resumen: Esta entrevista presenta la trayectoria intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbauy y su contribución decisiva a la consolidación de los estudios sobre poder local y política municipal en la Ciencia Política Brasileña. En un campo históricamente orientado hacia la centralidad atribuida a la política nacional, su trabajo desplazó el foco analítico hacia el municipio como espacio fundamental para la organización del poder, la representación política y las disputas electorales. A lo largo de la entrevista, se abordan temas como las élites políticas locales, los partidos, la captación de candidatos, el comportamiento electoral, la juventud, las políticas públicas y las recientes transformaciones en la política municipal. El texto subraya la importancia de los enfoques sensibles a la diversidad territorial y las dinámicas locales, mostrando cómo el municipio constituye una dimensión central para comprender la política brasileña y los desafíos contemporáneos de la democracia.

247

Palabras clave: poder local; política municipal; élites políticas; elecciones municipales.

Introdução

Os estudos sobre poder local e política municipal ocuparam, por longo período, uma posição secundária no campo da Ciência Política brasileira. O município foi frequentemente tratado como instância administrativa de execução, como recorte empírico circunscrito ou como espaço cuja dinâmica política seria explicada a partir de processos definidos em outros níveis do sistema político. Essa posição marginal refletiu uma tradição analítica marcada pela predominância de abordagens voltadas ao Estado nacional, aos sistemas partidários, ao comportamento eleitoral em larga escala e às instituições políticas nacionais, em geral ancoradas em modelos teóricos pouco sensíveis às variações territoriais que caracterizam a realidade brasileira.

A trajetória intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbauy se construiu em contraste com essa hierarquização implícita dos objetos de investigação que marcou, por longo período, a Ciência Política no Brasil. Desde seus primeiros trabalhos, a autora assumiu como eixo central de pesquisa a política municipal, não como um recorte empírico restrito, mas como um espaço fundamental para a compreensão do funcionamento do poder político, das formas de representação e das dinâmicas eleitorais no país. Ao longo de sua produção, Kerbauy contribuiu decisivamente para deslocar o olhar da disciplina, evidenciando que a política se organiza, em grande medida, a partir de relações territorializadas, mediadas por atores locais, redes institucionais e arranjos específicos de poder.

A centralidade do município, tal como formulada por Kerbauy, resulta de um percurso analítico construído a partir de investigações empíricas sistemáticas sobre eleições municipais, elites políticas locais, partidos, políticas públicas e trajetórias políticas no interior do país. Esses estudos demonstram que compreender a política brasileira exige atenção às dinâmicas locais que sustentam, condicionam e, muitas vezes, redefinem os processos políticos em escala mais ampla. O município emerge, assim, como espaço central para observar a articulação entre estruturas institucionais, redes de poder e práticas políticas que conformam o sistema político brasileiro.

Essa contribuição ganha especial relevância quando situada no contexto das transformações institucionais associadas à Constituição de 1988. Ao redefinir o estatuto político dos municípios e ampliar suas competências, responsabilidade

des e recursos, o novo arranjo federativo alterou de maneira substantiva o lugar da política municipal no desenho institucional do país. A trajetória de Maria Teresa Miceli Kerbaudy foi fundamental para preencher a lacuna analítica que se abriu a partir dessas transformações, ao direcionar a análise para a forma como esse arranjo se materializava em dinâmicas locais de poder, em processos eleitorais específicos e em formas particulares de organização das elites políticas.

Ao longo de sua carreira, Kerbaudy também desempenhou papel central na consolidação de uma agenda de pesquisa sobre política municipal caracterizada pela recusa de generalizações apressadas e pela valorização da diversidade territorial brasileira. Seus trabalhos mostram que não há um padrão único de política local, mas múltiplas configurações moldadas por trajetórias históricas, estruturas econômicas, processos de urbanização, redes institucionais e culturas políticas distintas. Essa perspectiva comparativa e empiricamente informada contribuiu para qualificar o debate sobre poder local, afastando-o tanto de leituras normativas idealizadas quanto de interpretações reducionistas baseadas exclusivamente em personalismo ou clientelismo.

A entrevista que se segue insere-se nesse esforço de valorização e reflexão crítica sobre a política municipal como campo indispensável da Ciência Política. Ao revisitar a trajetória intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbaudy e discutir temas como elites políticas, partidos, comportamento eleitoral, juventude, políticas públicas e transformações recentes da política local, o texto oferece não apenas um testemunho acadêmico, mas também uma chave interpretativa para compreender a consolidação dessa agenda de pesquisa no Brasil. Mais do que um relato de percurso individual, trata-se de uma afirmação sobre a relevância do município e de seus atores para a compreensão da política brasileira, bem como sobre o papel decisivo desempenhado por essa trajetória intelectual na afirmação do poder local como dimensão central da análise política.

Thaís Cavalcante Martins: Para começar, gostaria que você falasse sobre a sua trajetória intelectual e sobre a escolha do seu objeto de pesquisa. Você é reconhecida como uma das pioneiras na análise sistemática dos municípios brasileiros. Como se deu a sua aproximação inicial com esse objeto e de que maneira essa escolha foi se consolidando ao longo da sua trajetória acadêmica?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Eu trabalho com esse tema desde a graduação. Na época, eu cursava Ciências Sociais, ainda não existia a Ciência Política como área autônoma. A política aparecia apenas no terceiro e no quarto ano do curso. Desde o terceiro ano, fui monitora da professora Fanny Tabak e passei a trabalhar com a temática do poder local. A partir disso, começamos a desenvolver pesquisas sobre eleições locais e produzimos quatro publicações chamadas Cadernos de Política. Desde a graduação, portanto, trabalho com esse tema que, diga-se de passagem, não era considerado central na universidade. Especialmente em São Paulo, na USP, a questão municipal era vista como um tema menor, que não dialogava com as teorias de médio alcance, sobretudo as de tradição

norte-americana, que tinham pouca inserção no Brasil naquele momento.

No mestrado, continuei trabalhando com poder local. Iniciei o mestrado na USP e o finalizei na PUC de São Paulo, no grupo do Bolívar Lamounier. O estudo de caso de Araraquara fez parte do survey de 1982, aplicado pelo IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo). Na dissertação de Mestrado, o tema foi coronelismo e populismo, um estudo de caso sobre São Carlos/SP. No doutorado, o tema foi “A morte dos coronéis: política interiorana e poder local”, ampliando o recorte para um conjunto maior de municípios médios do interior do estado de São Paulo, que depois se transformou num livro.

Thaís Cavalcante Martins: E como esse percurso inicial foi se consolidando ao longo da sua carreira acadêmica?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Houve muitas resistências ao tema. Ainda assim, sempre considerei que a minha experiência pessoal, por morar no interior de São Paulo e por vir de uma família que discutia política local mesmo sem participação direta na política institucional, foi decisiva. Eu sou natural de São Carlos e acompanhava de

perto os debates sobre a prefeitura e o processo eleitoral. Isso me motivou a continuar pesquisando os municípios e a insistir na importância do nível local para compreender a organização do poder e das eleições municipais.

Esse percurso se consolida, em grande medida, com a Constituição de 1988, quando os municípios passam a integrar formalmente a federação. Ainda que isso não tenha sido imediatamente reconhecido pela academia, a partir de 1988 o município ganha um novo estatuto institucional. Considero que esse momento foi decisivo para a consolidação da minha trajetória como pesquisadora do poder local e das eleições municipais.

Thaís Cavalcante Martins: Gostaria que você falasse sobre os aspectos centrais para compreender a conformação das elites políticas nos municípios. Em que medida trajetórias pessoais, vínculos familiares, inserção econômica e controle de recursos locais ajudam a estruturar o poder político municipal?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Para pensar as elites políticas locais e entender como elas se organizam, se estruturam e se consolidam politicamente, é necessário partir de um ponto básico: não existe um padrão único no Brasil.

A formação de elites é atravessada por diferenças regionais e por trajetórias históricas distintas. Se você olha para São Paulo, você encontra uma configuração; se olha para o Nordeste, para o Norte ou para o Centro-Oeste, encontra outra. Mesmo dentro de uma mesma região há variações importantes entre municípios pequenos, médios e grandes, e entre áreas mais dinâmicas economicamente e áreas mais dependentes de transferências públicas.

Quando se fala em vínculos familiares, por exemplo, é preciso ter muito cuidado para não transformar essa dimensão em explicação universal. Há estados e contextos em que a reprodução familiar do poder político é muito evidente, com dinastias locais e continuidade geracional. Em São Paulo, esse mecanismo existe, mas não me parece predominante como regra geral. Você pode observar famílias políticas em determinados municípios, sobretudo menores, mas a conformação das elites paulistas, no conjunto, tende a ser mais heterogênea. Isso exige que a análise seja empírica e comparativa, evitando generalizações a partir de um ou outro caso emblemático.

Outro ponto central é que elites locais não se definem apenas por sobrenome ou patrimônio, mas por trajetórias

e por capacidades de articulação. Inserção em organizações locais, acesso a redes institucionais, circulação em associações, sindicatos, igrejas, entidades empresariais e vínculos com burocracias municipais e estaduais também estruturam o poder. Em muitos municípios, a elite política se forma na interseção entre recursos econômicos, recursos institucionais e recursos simbólicos, e essa composição varia conforme o contexto.

Thaís Cavalcante Martins: Falando mais especificamente do estado de São Paulo, o que ajuda a explicar essa conformação das elites que não se baseia predominantemente em vínculos familiares?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: No caso de São Paulo, trabalho com a hipótese de que processos históricos de longa duração ajudam a explicar a diversificação das elites. Há uma combinação de urbanização relativamente precoce, transformações demográficas e uma interiorização do desenvolvimento que cria bases sociais e institucionais mais amplas para o recrutamento político. O estado passou por uma inversão rural-urbana antes de muitos outros estados, e isso altera a organização social, os circuitos econô-

micos e, por consequência, os padrões de representação política.

Além disso, existe uma dimensão institucional importante. Políticas públicas, expansão de infraestrutura e a formação de quadros técnicos e profissionais no interior produziram efeitos acumulativos. A ampliação de universidades, institutos, serviços e equipamentos públicos no interior tende a criar novas elites locais, com trajetórias vinculadas a setores profissionais e administrativos, e não apenas à tradição patrimonial. Isso não elimina a influência econômica e as redes familiares, mas amplia o repertório de trajetórias possíveis para o acesso à política municipal.

Também considero relevante observar como políticas públicas específicas, quando implementadas territorialmente, interferem na percepção do eleitor e na estrutura do poder local. Em muitos casos, o que aparece como “força pessoal” de um ator local está conectado a circuitos mais amplos, de recursos a políticas implementadas e a redes de intermediação. Em termos analíticos, isso desloca a explicação da elite como “família” para a elite como “arranjo”: uma composição variável de capitais e redes que se estabiliza em determinados contextos.

Thaís Cavalcante Martins: E, nesse processo, qual é o papel dos partidos nos municípios, considerando a fragmentação partidária e a personalização da política? Em que contextos eles ainda organizam candidaturas, alianças e disputas, e em quais tendem a assumir um papel mais instrumental?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Hoje, a identificação partidária é baixa, e isso aparece de forma consistente nas pesquisas. Mesmo partidos que tiveram, historicamente, maior identificação, como o PT, enfrentam uma redução desse vínculo. Nos municípios, sobretudo nos menores, a relação do eleitor tende a ser muito mais com o candidato do que com o partido. A política se organiza por proximidade, por conhecimento direto, por mediações territoriais e por reputação local, mais do que por identidade programática.

Isso não significa que o partido seja irrelevante. Ele segue sendo uma peça institucional fundamental porque organiza a oferta de candidaturas, define regras internas de seleção e opera como estrutura de acesso a recursos, tempo de propaganda e, principalmente, financiamento. Em muitas situações, o partido aparece menos como instância de socialização política e mais como instrumento de viabilização eleitoral.

E as mudanças institucionais recentes, como a cláusula de barreira e as federações partidárias, tendem a alterar ainda mais esse cenário, reconfigurando alianças e reduzindo o espaço para siglas muito pequenas, ao mesmo tempo em que produzem novas formas de coordenação partidária.

É importante olhar também para a competitividade local. Em municípios com baixa competição, com candidato único ao Executivo ou com disputas muito previsíveis, a função organizativa do partido se reduz, e a dinâmica passa a se concentrar em acordos locais, em coalizões pragmáticas e em estratégias de manutenção de poder.

Thaís Cavalcante Martins: E, pensando no recrutamento de candidatos, quais variáveis você considera mais relevantes para compreender quem se torna candidato nas eleições municipais, especialmente na relação entre capital político, inserção social e vínculos territoriais?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: O recrutamento municipal ocorre, em grande medida, a partir de trajetórias já construídas no território. Para o Legislativo, por exemplo, o sistema proporcional permite a entrada de lideranças comunitárias, dirigentes de

associações, pessoas com atuação em bairros, e também militantes partidários que circulam nas estruturas locais. Em municípios maiores, a dimensão territorial pode se manifestar de forma muito concreta, por bairros ou regiões, e o candidato se firma como mediador de demandas, como alguém que “resolve” problemas e constrói capital político pela intermediação.

As direções partidárias locais são decisivas nesse processo. Elas definem quem será candidato, como se montam chapas e como se distribuem recursos. E há, ainda, um componente institucional relevante: as exigências legais relacionadas a gênero e raça e a forma como elas se conectam ao financiamento de campanha. Esses mecanismos criam incentivos e afetam a composição das chapas, embora nem sempre se traduzam em competitividade real para todas as candidaturas. Esse é um tema que precisa ser analisado com cuidado, porque revela tanto avanços institucionais quanto limites práticos na implementação.

Em síntese, para entender recrutamento e elites locais, é preciso olhar para a combinação entre trajetórias individuais, estruturas partidárias, redes territoriais e acesso a recursos. O município é um espaço onde a política se

organiza por relações muito concretas, e isso exige instrumentos analíticos que deem conta dessa materialidade.

Thaís Cavalcante Martins: Gostaria de retomar a questão do comportamento do eleitorado. Você já falou sobre identidade partidária, mas gostaria que você avaliasse o peso relativo de outros fatores, como proximidade com os candidatos, avaliação da gestão e influências nacionais nas escolhas eleitorais em municípios de diferentes portes.

Maria Teresa Miceli Kerbauy: A última eleição mostrou de forma bastante clara que as disputas nacionais não necessariamente orientam as escolhas eleitorais nos municípios. Esse efeito, que muitas vezes é tomado como pressuposto em análises mais gerais, não se confirma de maneira sistemática quando observamos o comportamento do eleitorado no plano local. Há outras variáveis que pesam mais, especialmente a forma como os candidatos se apresentam no território e como dialogam com problemas concretos do município.

No estado de São Paulo, por exemplo, muitas análises superestimaram o peso do interior nas eleições estaduais, desconsiderando a distribuição

do eleitorado e, sobretudo, o impacto de políticas públicas específicas. Investimentos pontuais, a criação de equipamentos públicos ou a abertura de cursos universitários em determinadas cidades tiveram impacto direto na avaliação local dos governos recentes e influenciaram o comportamento do eleitorado de forma mais decisiva do que alinhamentos nacionais abstratos.

Esse conjunto de evidências indica que análises baseadas apenas em dados agregados tendem a produzir interpretações simplificadas. A desagregação territorial e social [dos dados] é fundamental para compreender o comportamento eleitoral de maneira mais precisa, permitindo observar respostas diferenciadas às políticas públicas (?) conforme grupos sociais e territórios.

Thaís Cavalcante Martins: Ou seja, para compreender o comportamento eleitoral, é indispensável trabalhar com dados desagregados.

Maria Teresa Miceli Kerbaux: Exatamente. Trabalhar apenas com dados agregados dificulta a compreensão das diferenças internas aos grupos sociais e territoriais. Quando se observa o comportamento eleitoral a partir de políticas públicas específicas, percebe-se que os eleitores não respondem de forma

homogênea. Isso vale para políticas de transferência de renda, mas também para políticas de infraestrutura, educação e saúde.

A literatura que trabalha exclusivamente com dados agregados acaba produzindo explicações reducionistas. É necessário avançar para análises que considerem o território, o desenho das políticas e a forma como elas são percebidas e apropriadas no cotidiano dos eleitores.

Thaís Cavalcante Martins: E como você avalia o papel da juventude e das mudanças geracionais nesse contexto?

Maria Teresa Miceli Kerbaux: A juventude apresenta hoje um perfil muito distinto das gerações anteriores. Trata-se de uma geração que se informa majoritariamente pelas redes sociais, que possui trajetórias profissionais mais instáveis e uma relação diferente com o trabalho, com o Estado e com a política institucional. Isso interfere diretamente tanto na participação política quanto no comportamento eleitoral.

Há diferenças importantes dentro da própria juventude, associadas à idade, à inserção profissional e às experiências sociais. Pesquisas recentes mostram variações ideológicas relevantes entre

jovens que ingressam agora no eleitorado e aqueles que já vivenciaram ciclos anteriores de crise econômica e política. Essas experiências ajudam a explicar comportamentos eleitorais aparentemente contraditórios.

Thaís Cavalcante Martins: E como essas transformações dialogam com as políticas públicas e com a política municipal?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Essas transformações exigem que a academia incorpore a juventude como objeto central de análise. Há poucas políticas públicas estruturadas voltadas especificamente para esse grupo, o que ajuda a explicar parte do distanciamento dos jovens em relação à política institucional. Ao mesmo tempo, mudanças no perfil profissional, como o crescimento do trabalho informal e por plataformas digitais, alteram as expectativas em relação à proteção social, à regulação do trabalho e ao papel do Estado.

Esses fatores precisam ser incorporados às análises sobre política municipal, especialmente quando se discute comportamento eleitoral, participação política e avaliação de políticas públicas. Ignorar essas transformações significa perder a capacidade de compreender

dimensões centrais das dinâmicas eleitorais contemporâneas.

Thaís Cavalcante Martins: Nos últimos ciclos eleitorais, mudanças no sistema partidário, no uso das mídias digitais e na relação entre política local e disputas nacionais parecem ter alterado de maneira significativa a dinâmica das campanhas municipais. Como você avalia esses impactos no nível local?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Há um conjunto amplo de mudanças institucionais que alteraram profundamente a dinâmica das eleições municipais nos últimos anos. O fim das coligações proporcionais, a introdução da cláusula de barreira e a consolidação do fundo eleitoral provocaram um realinhamento do sistema partidário e afetaram diretamente a organização das campanhas, a escolha dos candidatos e a própria lógica da competição eleitoral. A eleição de 2020 funcionou como um verdadeiro laboratório dessas transformações.

Além disso, a redução do tempo de campanha reforçou ainda mais a importância das estratégias de comunicação política. Candidatos que já possuíam visibilidade prévia ou maior capacidade de circulação de mensa-

gens passaram a ter vantagens comparativas. Nesse contexto, o crescimento das redes sociais teve um impacto decisivo, não apenas como instrumento complementar, mas como eixo central da campanha eleitoral. A propaganda política passou a circular de forma intensa nesses meios, alterando profundamente a forma como os eleitores se informam, interagem com os candidatos e constroem suas percepções sobre a política local.

Mais recentemente, a incorporação da inteligência artificial nas campanhas tende a aprofundar essas transformações. A produção de conteúdos digitais se tornou mais sofisticada, com potencial tanto para ampliar a comunicação política quanto para intensificar processos de desinformação, de manipulação de imagens e discursos e de desacreditação das instituições políticas. Trata-se de um desafio novo, cujos efeitos ainda não estão plenamente dimensionados.

Thaís Cavalcante Martins: E como essas transformações se refletem na relação entre política local e disputas nacionais?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Essas transformações não produzem efeitos homogêneos nos municípios. Em al-

guns contextos, a polarização nacional aparece de forma mais evidente e contamina as disputas locais. Em outros, ela é praticamente irrelevante, e as eleições continuam sendo decididas por fatores estritamente locais. Observa-se também um número crescente de municípios com candidato único ao Executivo, o que interfere diretamente na escolha do eleitor e tende a reduzir o grau de competição política.

Esse cenário contribui para o aumento da abstenção eleitoral, que precisa ser levado a sério como fenômeno político. A abstenção não é apenas resultado de desinformação ou desinteresse, mas pode ser compreendida como uma forma de negação da política institucional, sobretudo em contextos nos quais o eleitor percebe pouca possibilidade de escolha efetiva. Apesar do voto ser obrigatório, as sanções são baixas, o que reduz o custo de não comparecimento às urnas.

Thaís Cavalcante Martins: Olhando para o debate atual sobre política municipal no Brasil, quais temas ou abordagens você considera hoje mais relevantes para compreender os processos eleitorais locais?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Um tema central é o financiamento dos

municípios. A dependência do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundeb é estrutural, e muitos municípios simplesmente não se sustentam sem esses recursos. A discussão em torno da reforma tributária torna esse tema ainda mais relevante, pois altera as bases de financiamento e a relação fiscal entre União, estados e municípios.

Outro aspecto fundamental diz respeito à implementação das políticas públicas nos municípios de diferentes portes. A forma como essas políticas são implementadas, a autonomia das burocracias locais e a relação com governos estaduais, com a União e com organizações externas influenciam diretamente a avaliação que o eleitor faz dos governos locais.

Também considero essencial analisar a mudança no perfil da população, tanto do ponto de vista etário quanto profissional. O envelhecimento populacional, as transformações no mercado de trabalho e a expansão de formas precárias e plataformizadas de ocupação, impactam o comportamento eleitoral e a relação dos cidadãos com o Estado e com a política institucional.

Thaís Cavalcante Martins: Para finalizar, diante dessas transformações recentes, quais caminhos você sugeriria às novas gerações de pesquisadores que se dedicam ao estudo da política municipal?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Estamos vivendo um momento de profundas transformações no sistema político e eleitoral brasileiro. É difícil apontar caminhos fechados, mas considero fundamental que a academia olhe com mais cuidado para a política municipal, evitando generalizações baseadas apenas em capitais ou grandes centros urbanos. É necessário compreender a diversidade dos municípios brasileiros e suas especificidades.

Também é importante investir em análises empíricas mais refinadas, com dados desagregados e metodologias capazes de captar a complexidade do comportamento eleitoral e das dinâmicas locais. A política municipal ganhou um protagonismo que não possuía anteriormente, e isso exige novas agendas de pesquisa, novos olhares teóricos e maior atenção ao nível local como espaço central da vida política.

Una arqueogenealogía del discurso en una materia del *Jornal Opção* sobre protestantismo y catolicismo

Thiago Barbosa Soares¹
ORCID: 0000-0003-2887-1302

Resumen: El objetivo de este artículo es examinar, desde una perspectiva arqueogenealógica, las relaciones de saber-poder presentes en una materia publicada por el portal *Jornal Opção* titulada “Evangélicos dejan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?”. A partir de los conceptos de formación discursiva, enunciado, dispositivo y episteme, se analizan las estrategias mediante las cuales el medio produce y legitima determinados sentidos sobre la religión. Los resultados evidencian que el texto moviliza una formación discursiva de carácter progresista, sustentada por una *episteme distorsionada*, que redefine las jerarquías simbólicas entre protestantismo y catolicismo. El estudio demuestra la pertinencia del método arqueogenealógico para comprender los modos contemporáneos de producción de verdad en el discurso mediático.

259

Palabras clave: Religión. Protestantismo. Catolicismo. Análisis del discurso. Arqueogenealogía.

¹ Possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É líder do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEsTADI - UFT) e membro pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (VOX - UFSCar). Atua como professor nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal do Tocantins no campus de Porto Nacional. É bolsista de produtividade do CNPq (PQ-2). E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>

Abstract: The objective of this article is to examine, from an archaeogenealogical perspective, the knowledge–power relations manifested in a news article published by *Jornal Opção*, entitled “*Evangélicos deixam o protestantismo e buscam o catolicismo: um movimento em crescimento?*” (Soares, 2024). The study articulates Foucauldian concepts of discursive formation, statement, dispositif, and episteme, emphasizing how they operate in the production of meaning within media discourse. Through an archaeogenealogical method that combines the descriptive dimension of archaeology with the critical and historical dimension of genealogy, the analysis reveals the existence of a progressive discursive formation sustained by a *distorted episteme* that legitimizes selective interpretations of religious change. The findings demonstrate that the media text operates as a device for the circulation of power relations, reinforcing ideological hierarchies under the guise of neutrality. The study highlights the analytical potential of the archaeogenealogical method for understanding contemporary mechanisms of truth production in journalistic discourse.

260

Keywords: Religion; Protestantism; Catholicism; Discourse Analysis; Archaeogenealogy.

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar, sob uma perspectiva arqueogenealógica, as relações de saber-poder presentes em uma matéria publicada pelo portal *Jornal Opção*, intitulada “*Evangélicos deixam o protestantismo e buscam o catolicismo: um movimento em crescimento?*” (Soares, 2024). O estudo articula os conceitos foucaultianos de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, destacando como esses operadores se materializam na produção de sentidos no discurso midiático. Por meio de um método arqueogenealógico que combina a dimensão descritiva da arqueologia e a dimensão histórica e crítica da genealogia, a análise evidencia a existência de uma formação discursiva de caráter progressista sustentada por uma *episteme distorcida*, que legitima interpretações seletivas das transformações religiosas. Os resultados demonstram que o texto jornalístico funciona como um dispositivo de circulação de relações de poder, reforçando hierarquias ideológicas sob a aparência de neutralidade. O estudo evidencia o potencial analítico do método arqueogenealógico para compreender os mecanismos contemporâneos de produção de verdade no discurso jornalístico.

261

Palavras-chave: Religião. Protestantismo. Catolicismo. Análise do Discurso. Arqueogenealogia.

Consideraciones iniciales

Las producciones de los medios de comunicación han desempeñado un papel preponderante en la formación de temores, comportamientos y, en pocas palabras, de un conjunto de visiones del mundo. Cuando un noticiero conocido informa sobre un determinado tema, aunque sea prácticamente desconocido para gran parte del público, el sesgo presentado muchas veces es tomado como cierto o como una forma precisa de explicar un fenómeno social de esa naturaleza. En este horizonte, dirigido por la amplitud del alcance de los medios de comunicación, Soares (2022) afirma: “Con esto en mente, nos movemos hacia una certeza sobre la influencia de la expresión discursiva de los medios de comunicación en sus más variados emisores” (Soares, 2022, p. 21). Al respecto, Souza (2015) señala: “Como siempre ha sido el caso, no existe un estándar de comparación crítica. En este contexto, “opinión pública” tiende a ser equivalente a “opinión que se publica” (Souza, 2015, p. 249; citas del autor).

Con esta perspectiva esbozada por la observación crítica del impacto de la diseminación de informaciones por diversos medios de comunicación, se tiende a concebir que sus relatos, noticias y otros elementos asociados son refractarios a las propiedades que existen en el circuito colectivo. Por eso, Soares (2022) afirma que “Entendiendo que los medios influyen en sus diversos segmentos, la manipulación es el extremo de la influencia que no debe ser la regla, ni parece ser la excepción. En el límite, es posible decir que los medios ‘reflejan’ los juegos de poder de la sociedad” (Soares, 2022, p. 24). Sin embargo, se puede inferir de esto que hay adoctrinamiento o una revolución cultural, como afirma Carvalho (2014): “La primera etapa del adoctrinamiento es puramente cultural, difusa, y no tiene como objetivo inculcar en el sujeto la más mínima convicción política explícita, sino sólo moldear su visión del mundo” (Carvalho, 2014, p. 153).

Ahí radica uno de los peligros de verificar el poder de los medios de comunicación en la actualidad, es decir, que existe un proceso formativo de masas emprendido por el conjunto hegemónico de medios de difusión de la información, ya que, en palabras de Carvalho (2014), “ni siquiera los más activos contribuyentes a la ‘revolución cultural’ tienen por qué ser plenamente conscientes de la finalidad a la que contribuyen sus acciones aparentemente inocuas [...] cuando se suman a millones de otras acciones similares” (Carvalho, 2014, p. 151). Frente

a esta especulación sensible y sus efectos en el desempeño del circuito colectivo, investigar verticalmente los procedimientos de construcción y otros expedientes discursivos utilizados para crear noticias, artículos, artículos de opinión, entre otros elementos, publicados por los medios de comunicación, es una de las formas de comprender no sólo los significados producidos en ellos, sino sobre todo, cómo participan en la conformación del cuerpo social o contribuyen a diseñar un proyecto de dominación en interior.

Este artículo examina las relaciones de saber y poder invertidas en el artículo titulado “Evangélicos dejan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024) , publicado el 1 de noviembre de 2024 en el portal virtual *Jornal Opção*. Para ello, se utiliza el reconocido método arqueogenético del Análisis del Discurso, utilizando algunos de sus conceptos operativos . Para una mejor disposición del plan argumentativo-textual a desarrollar, este texto se segmenta en secciones designadas a continuación en negrita. Consideraciones teóricas metodológicas , en las que se explican las nociones de formación discursiva, enunciación, dispositivo y episteme . Análisis: arqueogenealogía del discurso sobre protestantismo y catolicismo , en el que se ponen en funcionamiento los operadores mencionados en el proceso de descripción e interpretación de las relaciones de poder en el tema examinado. Por último, las consideraciones finales presentan posibles aportaciones en relación con la vía elucidatoria desarrollada.

El corpus de este estudio se compone de una única materia periodística publicada el 1 de noviembre de 2024 en el portal virtual *Jornal Opção*, titulada “Evangélicos dejan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?”. La elección de este texto responde a su amplia circulación en redes sociales y a su capacidad de condensar tensiones discursivas entre dos tradiciones cristianas de alta relevancia sociocultural. El procedimiento analítico siguió tres etapas: (1) lectura integral y contextualización de la materia; (2) identificación de los enunciados nucleares y de los operadores de saber-poder presentes en su formulación; y (3) descripción de las formaciones discursivas y de los dispositivos que las sostienen. La codificación interpretativa se realizó conforme a los principios foucaultianos de regularidad, dispersión y función enunciativa, articulados bajo el enfoque arqueogenealógico.

Consideraciones teóricas y metodológicas

Como esta sección se centra en el aparato conceptual arqueológico a ser puesto en marcha para la descripción e interpretación de los fenómenos involucrados en la inversión de las relaciones de saber-poder en el artículo “Evangélicos dejan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024), expone, de forma encadenada, la caracterización de las nociones de formación discursiva, enunciación, dispositivo y episteme según la perspectiva de la que emergen como medios de verificación de significados en un determinado objeto de investigación. De este modo, cabe destacar los posibles desplazamientos entre los orígenes del concepto, su uso en otros campos disciplinares del conocimiento y su aplicación en este estudio, ya que no pretende ser un estudio arqueogenético en Análisis del Discurso hermético en su contenido, ni un mero examen repetitivo de métodos y opciones.

Antes de exponer los conceptos operativos empleados, es oportuno precisar el sentido del término “arqueogenealogía” en este estudio. El método arqueogenealógico consiste en la conjunción entre la arqueología del saber y la genealogía del poder propuestas por Michel Foucault. La arqueología permite describir las reglas de formación de los discursos — sus regularidades, discontinuidades y condiciones de posibilidad —, mientras que la genealogía investiga las prácticas, instituciones y relaciones de fuerza que los sostienen. Así, la arqueogenealogía articula ambas dimensiones para revelar cómo los enunciados producen efectos de verdad y cómo estos se inscriben en un régimen histórico de saber-poder. En este trabajo, dicha articulación se orienta a comprender las dinámicas ideológicas implicadas en la construcción mediática del fenómeno religioso analizado.

Hechas las aclaraciones iniciales necesarias, se desglosa qué se entiende por discurso desde una perspectiva arqueogenética, ya que es a través del discurso como pretendemos examinar las relaciones de saber y poder en esta producción mediática. En este sentido, el discurso, principal mecanismo socializado de difusión selectiva de significados (Foucault, 2009), va más allá del texto en sus aspectos formales de construcción, no reduciéndose al habla, sino conteniéndola, llegando a englobar prácticamente todas las formas de reproducción de la información. Frente al vasto alcance conceptual de la noción de discurso, desde esta perspectiva arqueogenética, Soares (2022) señala: “el discurso no es una serie de falsas percepciones de lo que puede llamarse realidad, sino, grosso modo, las interpretaciones según las cuales pueden verse los hechos, la realidad y las cosas” (Soares, 2022, p. 211).

Como hemos visto, el discurso contiene aspectos negativos y positivos que lo califican pero carece de una estructura que permita analizarlo de forma más vertical. En otras palabras, el discurso puede caracterizarse tanto por lo que no es como por lo que es. Al abordar la metodología arqueogenética para la comprensión del discurso, Foucault (2012) afirma: “Llamaremos discurso a un conjunto de enunciados, en la medida en que se basan en la formación discursiva, no forma una unidad retórica o formal, indefinidamente repetible y cuya aparición o uso podríamos marcar (...)” (Foucault, 2012, p. 143). De este modo, las nociones de discurso, formación discursiva y enunciado son inseparables entre sí, ya que la propia discriminación de una conduce a las otras. Así, conviene comenzar el censo por la formación discursiva, aunque no sea el primer operador que se ponga en marcha en el procedimiento interpretativo.

La formación discursiva, dentro de la perspectiva arqueogenealógica, tiene marcas designativas y funcionales de su matriz epistemológica, como se puede ver en Foucault (2012) cuando describe que “Una formación discursiva no desempeña, pues, el papel de una figura que detiene el tiempo y lo congela durante décadas o siglos” (Foucault, 2012, p. 88). El mismo autor precisa a continuación la propiedad según la cual esta noción parte del fundamento de la regularidad de los elementos significantes ligados por acontecimientos representativos en el orden del discurso (Foucault, 2009) y afirma que la formación discursiva “determina su propia regularidad de procesos temporales; postula el principio de articulación entre una serie de acontecimientos discursivos y otras series de acontecimientos, transformaciones, mutaciones y procesos” (Foucault, 2012, p. 88-89). Desde esta perspectiva, según la cual la formación discursiva proporciona la expresión interactiva y dirigida entre los significados que circulan en el espacio social y la manifestación discursiva de los acontecimientos del mundo mismo, se puede ver que la conceptualización de la formación discursiva, al acercarse a la del discurso, necesita una configuración más refinada para ser analizada con esta propiedad particular

Según la proposición orientada en la línea arqueogenealógica, una formación discursiva puede ser retratada en su singularidad cuando sus procedimientos internos pueden ser concebidos según estructuras en las que los elementos contenidos forman un patrón. A este respecto, Foucault (2012) explica: “Una formación discursiva se individualizará si es posible definir el sistema de formación de las diferentes estrategias que tienen lugar en ella” (Foucault, 2012, p. 86-87). Según

esta elucidación, la formación discursiva está constituida por un conjunto de mecanismos que orientan los significados en los enunciados, según la perspectiva a la que se vincule. En otras palabras, la formación discursiva se ajusta, además de a otras características que influyen en la organización del enunciado, a las relaciones de poder que modulan la producción de los significados que en ella se entretejen. Por tanto, la investigación de la formación discursiva está vinculada a la discriminación del enunciado que participa constitutivamente en ella.

El enunciado, como categoría analítica, está alejado de su homónimo lingüístico; más bien, participa en la composición de significados, que no necesariamente están materialmente presentes en su formulación, vinculada a la propia institucionalización de estos significados dirigidos por una estructura de poder (Machado, 1982). Puesto que el enunciado se integra en la red de significados, entendida por la formación discursiva, para recibir la disposición configurativa de su funcionamiento en el circuito colectivo, se puede afirmar, como hace Castro (2016), que “La descripción del enunciado no es análisis lógico ni análisis gramatical; se sitúa en un nivel específico de descripción” (Castro, 2016, p. 137). Dentro de este horizonte delimitativo, Soares y Boucher (2024) explican que el enunciado “sólo puede ser percibido, en sus fisuras de sentido, según un determinado régimen de conocimiento y sus prácticas” (Soares; Boucher, 2024, p. 20).

266

Con relación al enunciado, Kremer-Marietti (1977) postula el siguiente concepto, basado en el método arqueogenalógico: “La función del enunciado -puesto que es esencialmente una función- no es hacer aparecer un referente o un significado” (Kremer-Marietti, 1977, p. 121). Así, a través de esta definición vertical, tenemos el enunciado como función integradora del discurso, que, movilizado por dispositivos de dispersión de significados, opera su configuración como diseminador de significados, estructurado según una formación discursiva y determinado por las relaciones de saber-poder del dispositivo en el que se asigna o produce. Con relación al enunciado y su apropiación, es importante destacar para este estudio que el artículo “Evangélicos dejan el protestantismo por el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024) representa el diseño objetivo del enunciado vehiculado por un dispositivo mediático.

Puesto que la enunciación, en su constitución vinculante, toca la configuración del dispositivo, ya que éste ordena e institucionaliza a aquélla, la caracterización del dispositivo, según Foucault (2000), es la siguiente: “En resumen, lo dicho y lo no dicho son los elementos del dispositivo. El dispositivo es la red que puede

tejerse entre estos elementos” (Foucault, 2000, p. 244). En vista de esta elucidación, el dispositivo, en consonancia con el proyecto interpretativo arqueogenealógico, se refiere a “las prácticas mismas, que actúan como un aparato, una herramienta, constituyendo a los sujetos y organizándolos” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 135). En el mismo marco teórico, Agambem (2005) explica que el aparato es: “Un conjunto heterogéneo que incluye prácticamente cualquier cosa, lingüística y no lingüística, bajo el mismo epígrafe: discursos, instituciones, edificios, leyes, medidas de seguridad, proposiciones filosóficas, etc.” (Agambem, 2005, p. 9).

Es posible ver, a partir de lo dicho, la capacidad asociativa del dispositivo y, a través de él, cómo se operan enunciados y formaciones discursivas para mantener relaciones de saber y poder, así como las propiedades comunicacionales involucradas en su desempeño. Precisamente en esta línea, Soares y Boucher (2024) describen este mecanismo como: “El dispositivo, según su campo de acción, pone movimiento una o más formaciones discursivas, dependiendo de las relaciones de poder según las cuales opera en el circuito social” (Soares; Boucher, 2024, p. 47). Es precisamente en esta dirección que Agambem (2005) afirma: “El dispositivo tiene siempre una función estratégica concreta y se inscribe en una relación de poder. Es algo general (“red”) porque incluye la episteme” (Agambem, 2005, p. 10). En este sentido, a partir del dispositivo y de su arquitectura extensiva, podemos pasar a delimitar la noción arqueogenética de episteme, que, como un gran paraguas, necesariamente lo incluye.

En cuanto a la episteme y su conformación histórica, puede ser considerada como un régimen de saber, basado en sus relaciones de poder, validado por dispositivos, formaciones discursivas y, consecuentemente, enunciaciones. Soares (2024) afirma que: “la episteme puede ser descrita como un conjunto de creencias, cuya ocurrencia se basa en los significados estructurantes de los dispositivos que orientan las formaciones discursivas y se materializan en los enunciados que circulan en la sociedad” (Soares, 2024, p. 262). Con respecto a la episteme, Foucault (2007) explica que: “En una cultura dada y en un momento dado, nunca hay más que una episteme, que define las condiciones de posibilidad de todo conocimiento. Tanto la que se manifiesta en una teoría como la que se inviste silenciosamente en una práctica” (Foucault, 2007, p. 230). Dada esta proposición explicativa, se puede argumentar que la episteme está ligada al saber, materializado mediante el uso de prácticas de poder en la constitución de los enunciados que existen en las diversas formaciones discursivas, organizadas por los más variados dispositivos.

En vista de la configuración esbozada, es posible postular que la episteme de una época dada contiene el conocimiento y sus múltiples relaciones de poder implícitas, cuyo despliegue interpretativo es el marco funcional o partitura del circuito social al que alude. En otras palabras, la episteme, por su complejidad inherente a la actuación de lo colectivo, es el propio anclaje heurístico de los significados imperantes, recsegún el tiempo, el espacio y otros procesos históricos producción de conocimiento. Como resultado de que ese conocimiento sea practicable en todos los horizontes del circuito colectivo, se funda la conexión entre los elementos de la comunicación y, consecuentemente, de éstos con la creación de significados, de modo que las formaciones discursivas ancladas en su -y he aquí la necesidad de utilizar una precisa expresión nietzscheana y foucaultiana para esta explicación- “voluntad verdad” expresan, en mayor o menor medida, una determinada episteme. Así pues, una vez explicadas las nociones operativas arqueológicas elegidas para operar esta investigación, pasemos a la siguiente sección.

Análisis: arqueogenealogía del discurso sobre el protestantismo y el catolicismo

268

En el desarrollo analítico, cada concepto operativo se materializa de manera específica. La *formación discursiva* se observa en las regularidades temáticas y en los modos de enunciación que asocian el protestantismo a valores conservadores y el catolicismo a un imaginario de apertura. El *dispositivo* se manifiesta en el propio médium, el *Jornal Opção*, entendido como una red material y simbólica de producción de saber-poder. La *episteme* aparece como el régimen de verdad que legitima esas asociaciones, orientando la inteligibilidad de los enunciados y su aceptación social. Estas categorías, articuladas en la lectura arqueogenealógica, permiten describir la producción de sentido y las operaciones ideológicas implicadas en el discurso mediático.

En esta sección, las nociones esbozadas anteriormente se movilizan para realizar una lectura arqueogenética del enunciado “Evangélicos dejan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024), publicado el 1 de noviembre de 2024 en el portal virtual *Jornal Opção*, con el objetivo de examinar las relaciones de saber-poder implicadas en su constitución comunicativa. Con el fin de evitar equívocos sobre el enfoque de investigación utilizado para analizar estas relaciones en el objeto elegido para este

estudio, se ofrece a continuación una descripción parcial. Este procedimiento pretende tanto proporcionar una lectura sintética del manuscrito en cuestión facilitar el retorno al mismo a la hora de verificar sus mecanismos de producción de sentido dentro del circuito social; aun así, la lectura completa, disponible en el sitio web del vehículo, avala la sección aquí presentada, ya que no invalida el proceso de comprensión del enunciado.

Antes de profundizar en la materialidad de esta afirmación, forma parte del escrutinio verificar el dispositivo dentro del cual se engendran los discursos, a partir del cual se gana la permeabilidad del tejido colectivo, es decir, para el objeto analizado, el vehículo de su producción y difusión forma parte de su dispositivo, como una red de dichos (Foucault, 2000). Sin embargo, como el dispositivo del Jornal Opção ya fue objeto de una descripción interpretativa bajo los mismos criterios arqueogenéticos aquí utilizados, cabe hacer una breve enumeración expositiva de sus elementos constitutivos, como hicieron Soares y Boucher (2024). Según estos autores, al investigar el dispositivo del Jornal Opção, “el vehículo tiene una estructura predominantemente virtual en la actualidad; sin embargo, cuando fue fundado, a mediados de 1975, tenía una difusión física, como todos los materiales de carácter informativo” (Soares; Boucher, 2024, p. 49).

269

De acuerdo con el marco del dispositivo en cuestión, Soares y Boucher (2024) afirman: “el hecho de que Jornal Opção tenga una proyección en un estado en el que las redes de significados políticos se han mantenido predominantemente estables desde su creación, es un indicio de que, en su circuito de actividad, existe el cumplimiento de una demanda” (Soares; Boucher, 2024, p. 50). Los autores, a partir de la discriminación interpretativa del Jornal Opção, afirman que “en relación con las formaciones discursivas difundidas en sus productos informativos, se puede decir que su núcleo es progresista, este pasaje sobre la creación del periódico en uno de sus propios artículos” (Soares; Boucher, 2024, p. 50). En cuanto a la predisposición del Jornal Opção, los investigadores afirman: “Como el dispositivo tiene una propensión ideológico-política en sus raíces, no es de extrañar que las formaciones discursivas dentro de las cuales las declaraciones producidas por el periódico se guíen por el mismo conjunto de preceptos” (Soares; Boucher, 2024, p. 51).

Teniendo en cuenta lo anterior y sus implicaciones, parece que los enunciados producidos y que circulan en este dispositivo comparten, aunque de for-

ma no absolutamente integral, una formación discursiva que, para ser verificada, necesita ser analizada. Esto es precisamente lo que se hará a continuación y, para iniciar la conjunción explicativa entre dispositivo y enunciado, este último es uno de los principales indicios de una posición política percibida en el Jornal Opção, en su proceso de formulación, objeto de esta investigación. A continuación se presenta un recorte del texto “Evangélicos dejan el protestantismo por el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024).

LOSEVANGÉLICOSABANDONANELPROTESTANTISMO
POR EL CATOLICISMO: ¿UN MOVIMIENTO CRECIENTE?

Una reflexión sobre la búsqueda de sentido espiritual en un
panorama religioso cambiante

Un fenómeno observado en Brasil empieza a ganar protagonismo:
la conversión de evangélicos al catolicismo. Aunque no hay datos
estadísticos que confirmen esta tendencia, informes individuales
apuntan a un número creciente de protestantes que adoptan
prácticas y creencias católicas, motivados por diversas razones.

Entre las principales motivaciones de esta transición está la
búsqueda de una interpretación más completa de las Escrituras.
Muchos evangélicos expresan la necesidad de una comprensión
que trascienda el literalismo, considerando también los aspectos
simbólicos y místicos de los textos bíblicos. La tradición católica,
con su larga y rica historia de exégesis, se presenta como una
alternativa atractiva para quienes desean profundizar en su
comprensión espiritual.

(...)

Es importante subrayar que este fenómeno no es un movimiento
de masas. Las estadísticas actuales, como señala el demógrafo José
Eustáquio Diniz Alves, indican que es probable que la población
evangélica supere a la católica en los próximos años, ya que el
49,9% de los brasileños se identificarán como católicos en 2022,
cifra que se espera que descienda al 38,6% en 2032. Sin embargo,
la conversión de algunos evangélicos al catolicismo puede reflejar
la búsqueda de una espiritualidad más rica y diversificada que
satisfaga las necesidades de fe contemporáneas (Soares, 2024).

Es necesario señalar, en primer lugar, que la redacción del título es deficiente en su construcción, ya sea por la falta de una coma después de la frase protestantismo, ya sea por la falta de una conjunción aditiva en la relación entre las dos cláusulas que componen la primera parte del nombre del artículo. Este resalte sirve más para aclarar al lector que para criticar la regulación lingüístico-

-gramatical del texto examinado, ya que su incidencia no parece entorpecer la lectura y la deprecación de los significados expuestos en el enunciado por su cadena discursiva; más bien, tal error lingüístico es un índice de la situación actual, según la cual hay que trabajar lo más rápido posible, ratificando el postulado de Han (2017) sobre la sociedad del cansancio. Sin embargo, la segunda parte del título, “¿un movimiento creciente?”, recibe una mayor inversión de expresividad para la interpretación del enunciado en su funcionamiento social.

La pregunta planteada en el titular de una noticia hace visible parte de los significados según los cuales el enunciado, en su conjunto, opera anclándose en una formación discursiva que, en función de los elementos contenidos en el enunciado, configura la arquitectura del dispositivo que lo produce y difunde. Desde esta perspectiva, la pregunta propuesta por el título es un inductor de lectura, ya que propone, a través del enfoque contrastivo entre el sujeto del enunciado lingüístico, los evangélicos, y el objeto buscado, el catolicismo, la permanencia de una acción presente. Desde este ángulo, la duda fabricada crea un efecto retórico de realce de un posible hecho social en lugar de destacar una posible problematización sobre su ocurrencia real. Al observar el cuerpo del artículo y ver lo que el título produce como significado, se puede ver que la formación discursiva progresista, en contraste con la conservadora, guía la lectura.

En cuanto al “fenómeno observado en Brasil”, existe una contradicción entre los datos contados por un experto, el demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, y la propuesta de la afirmación, es decir, que los evangélicos están abandonando el protestantismo para buscar el catolicismo. Este entrelazamiento un tanto dicotómico propaga, entre otros significados, la percepción representativa de que el evangelicalismo protestante está perdiendo fuerza frente al catolicismo. De estas dos vertientes del cristianismo moderno en Brasil, la primera, a grandes rasgos, se identifica con el conservadurismo y la segunda, a pesar de algunas de sus líneas, está más alineada con el progresismo. Así es como, a través de una delineación simplificada de los campos religiosos abordados por el enunciado, encontramos los contornos de la formación discursiva progresista según la cual la construcción textual - argumentativa de su composición desencadena, a través de la contradicción, el sentido del cambio de evangélico a católico.

A la vista de lo dicho sobre el enunciado investigado, se justifica una reducción de la comprensión conceptual del separatismo de estos dos proyectos

interpretativos del cristianismo, en la medida en que dilucida tanto el posicionamiento ideológico-político de cada uno como el modo en que se distancian entre sí por procedimientos saber-poder. Para ello, recurrimos a la resolución de la tensión en el seno del cristianismo que dio lugar al protestantismo. En este sentido, Foucault (2018), interpretando el fenómeno de la ruptura dentro del cristianismo, afirma: “Lo que hizo el protestantismo fue liberar tanto la hermenéutica del texto como la hermenéutica del yo (...) liberar estas dos prácticas hermenéuticas en relación con la autoridad de la iglesia, la autoridad de la enseñanza” (Foucault, 2018, p. 146). A grandes rasgos, la hermenéutica postulada por Foucault (2018) se adecua al examen arqueológico, si se toma como un proyecto interpretativo. En esta dirección, el desarrollo de un régimen de conocimiento, basado en el mismo libro sagrado, distinto del ya establecido, apuntaló el protestantismo y sus relaciones de poder.

En el marco esbozado anteriormente, existe una justificación parcial para que el protestantismo gire hacia el conservadurismo y el catolicismo hacia el progresismo, según la perspectiva en que el primer movimiento cristiano promueve un proceso interpretativo del texto bíblico menos dependiente de las relaciones jerárquicas de conocimiento y poder, en contraste con el segundo movimiento cristiano, que ofrece un proceso interpretativo del texto bíblico históricamente unificado por las relaciones de conocimiento y poder que estructuran esa religión. En otras palabras, el protestantismo, en muchas de sus vertientes, depende más del aspecto literal de la lectura de la Biblia, mientras que el catolicismo, con sus diversos enfoques, como dice la propia declaración examinada, tiene una “comprensión que trasciende el literalismo”. Debido a estos dos procedimientos de producción del saber-poder cristiano, uno, el protestante, es más conservador, porque está sujeto a la textualidad material, el otro, el católico, es más progresista, porque es más propenso a la simbolización y, en consecuencia, más adaptable a la situación en que se lee.

Con base en la visión descriptiva anterior y sus implicaciones para la discursivización de la noticia en cuestión, podemos entender dispositivo mediático Jornal Opção, con su permeabilidad virtual, fácil acceso y amplia difusión en las redes sociales, como Instagram y Facebook, engendrando, en su conjunto de relaciones de saber-poder, el enunciado “Evangélicos dejan el protestantismo para buscar el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024) según la

orientación de la formación discursiva progresista, que ensambla el enunciado para constituir su cuerpo semiótico-argumentativo. Este último, basado en un régimen de saber-poder, se refiere a un conjunto de proposiciones tomadas como verdaderas, cuyo núcleo es la episteme (Foucault, 2007). En el enunciado examinado, la formación discursiva progresiva permite considerar la existencia de un número creciente de evangélicos que se convierten al catolicismo, aunque los datos contenidos en él se aparten del sentido pretendido. Este procedimiento, que forma parte de la formación discursiva progresiva y puede detectarse en otros enunciados, forma parte de la episteme distorsionada.

La episteme distorsionada posibilita que un conjunto de dispositivos, como el periódico *Opção*, difunda enunciados ratificados cuyo principio organizador es la distorsión de los elementos de la realidad percibida y, consecuentemente, la construcción de significados validados por las relaciones de saber-poder imperantes. Ahora bien, a través de este expediente proyectivo, la afirmación “Los evangélicos abandonan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024) no suena absurda ni siquiera extraña, a diferencia de los censos y estadísticas realizados por organismos oficiales, como los relevados por Ferreira (2020), sino que se estructura en el contexto de la episteme según la cual la distorsión de elementos del circuito colectivo, como que los católicos se convierten más al protestantismo, es objeto de operación discursiva en dispositivos de largo alcance.

En el horizonte trazado por la episteme distorsionada, difundida por la progresiva formación discursiva, la elección del catolicismo, y su correspondencia ideológico-política, se entiende como un gesto de continuidad de la propia hegemonía de ese proyecto de verdad implementado por esa episteme. Sólo por eso, decir que “el catolicismo puede reflejar la búsqueda de una espiritualidad más rica y diversificada que responda a las necesidades contemporáneas de fe” (Soares, 2024) es, entre otras lecturas coyunturales, una forma de apoyar la propaganda de una vertiente del cristianismo en detrimento de otra que, por extensión, remite, en gran medida, al funcionamiento político de los proyectos de verdad establecidos por cada una de esas vertientes y sus relaciones de saber-poder. Así, como explican Soares y Boucher (2024), “uno se da cuenta de que una episteme engloba una serie de dispositivos en los que se dispersan las formaciones discursivas”.

sivas y sus enunciados” (Soares; Boucher, 2024, p. 24), como lo hace la episteme falsificada en el objeto analizado.

Las categorías “episteme distorsionada” y “episteme falsificada” se inspiran en la lectura foucaultiana de la *voluntad de verdad*, en diálogo con la genealogía nietzscheana del conocimiento. La *episteme distorsionada* designa un régimen de saber que reconfigura la realidad mediante selecciones interpretativas orientadas por intereses hegemónicos; mantiene cierto vínculo con lo real, pero lo reorganiza conforme a relaciones de poder. La *episteme falsificada*, en cambio, se constituye como un sistema de verdades simuladas, sostenidas por la repetición mediática y el ocultamiento de las condiciones históricas de producción del discurso. Ambas nociones permiten comprender cómo los medios legitiman representaciones que se presentan como objetivas, aunque respondan a estrategias de dominación simbólica.

Consideraciones finales

De acuerdo con la propuesta trazada para este artículo, es decir, examinar las relaciones de saber-poder invertidas en el artículo titulado “Evangélicos dejan el protestantismo y buscan el catolicismo: ¿un movimiento en crecimiento?” (Soares, 2024), publicado el 1 de noviembre de 2024 en el portal virtual del Jornal Opção, se constató, a través de la aplicación de los conceptos operacionales del Análisis del Discurso, con base en la arqueogenética, que se moviliza un conjunto de significados para expresar una asociación polémica, por no decir distinta de la que se encuentra en el orden social. Además del proceso descriptivo e interpretativo que llevó a la constatación de que la religión protestante ha ido ganando cada vez más adeptos, lo que en sí mismo representa una importante empresa de investigación de un enunciado vehiculado por un dispositivo mediático de gran alcance, este estudio, con sus limitaciones contingentes, tiene la capacidad de contribuir al debate sobre una “revolución cultural” (Carvalho, 2014).

Para profundizar en el funcionamiento del conocimiento difundido y en sus relaciones de poder, se constató que el dispositivo Jornal Opção, a través de uno de sus enunciados, hace de la formación discursiva progresiva una de sus constantes (Soares; Boucher, 2024) en lo que respecta a la producción de significados esbozados por una determinada orientación de lectura. De este modo, un rastreo arqueogenealógico, que comprende la arquitectura examinadora del

enunciado, la formación discursiva, el dispositivo y la episteme, fue eficaz para demostrar cómo la episteme distorsionada es responsable tanto de la apropiación de un dispositivo mediático como de la validación social de un enunciado lleno de contradicciones internas y externas, derivadas de su progresiva formación discursiva. Con esto en mente, se puede decir que hay un conocimiento que configura la realidad de las relaciones de poder.

Por lo tanto, no sólo se ha alcanzado el objetivo, sino que este artículo también ha tenido cierto éxito al proceder, aunque de forma secundaria, a la aprehensión de lo que se denomina la “revolución cultural” por parte de los medios de comunicación de masas. A la vista de la visión obtenida en esta investigación, es posible afirmar que el régimen de verdades vigente (Foucault, 2007), establecido por una episteme dominante -se llame como se llame, reciba el calificativo que reciba-, históricamente construida como tal, florece en muchos vehículos de información, consolidando la propia episteme, como hemos visto aquí. En esta dirección, se ha comprobado metonímicamente que las producciones mediáticas, no sin la ayuda de otros dispositivos del circuito colectivo, pueden ir sustituyendo la verificación de los datos ofrecidos tanto por la propia experiencia como por los instrumentos de medida de los constituyentes de la realidad empírica, para dirigir la conciencia de quienes los toman por imparciales o incluso por meros instrumentos de información.

Referencias

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, n. 5, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 13 de fev. 2024.

CARVALHO, Olavo. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra e Antonio Gramsci. 4 ed. Campinas, SP: Vide Editorial, 2014.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Trad. de Ingrid Müller Xavier. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FERREIRA, Gilvanildo Klebson Mendes. Estrabismo acadêmico: notas sobre

evangélicos e antropologia da religião. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, 7 (1), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/reia/article/view/247340>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo – Curso em Louvain, 1981. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2018.

KREMER-MARIETTI, Angèle. **Introdução ao pensamento de Michel Foucault**. Trad. César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber** – A Trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOARES, Gustavo. Evangélicos deixam o protestantismo buscam o catolicismo: um movimento em crescimento? **Jornal Opção**. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/evangelicos-deixam-o-protestantismo-buscam-o-catolicismo-um-movimento-em-crescimento-653024/>. Acesso em 10 nov. 2024.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percurso Discursivo**: heterogeneidades epistemológicas aplicadas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, Thiago Barbosa. Un análisis arqueogenealógico de los establecimientos religiosos en Tocantins. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 48, n. 1, 2024. DOI: 10.33148/CETROPv48n1(2024)2251. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/2251>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. **Projeções discursivas do Norte**: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

